

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PEDRO CARLOS DE OLIVEIRA ALVES

**JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES: A CONSTITUIÇÃO DE SEU
VOCABULÁRIO POLÍTICO MONARQUISTA (1943-1981)**

VITÓRIA

2023

Pedro Carlos de Oliveira Alves

**JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES: A CONSTITUIÇÃO DE SEU
VOCABULÁRIO POLÍTICO MONARQUISTA (1943-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof^a. Dr.^a Karulliny Silverol Siqueira

VITÓRIA

2023

Pedro Carlos de Oliveira Alves

**JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES: A CONSTITUIÇÃO DE SEU
VOCABULÁRIO POLÍTICO MONARQUISTA (1943-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Karulliny Silvero Siqueira

Aprovada em: 31/03/2023

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Karulliny Silvero Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^o. Dr^o. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

Prof^a. Dr^o Kátia Sausen da Motta
Instituto Federal do Espírito Santo
Examinador Externo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A474j Alves, Pedro Carlos de Oliveira, 1989-
João Camilo de Oliveira Torres: a constituição de seu vocabulário político monarquista (1943-1981) / Pedro Carlos de Oliveira Alves. - 2023.
200 f.

Orientadora: Karulliny Silverol Siqueira.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História. 2. Monarquia. 3. Intelectuais - atividades políticas. 4. República. I. Siqueira, Karulliny Silverol. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AGRADECIMENTOS

Talvez seja dar início aos agradecimentos tarefa tão difícil quanto a um parágrafo de pesquisa. E agora o faço com sensação de alívio. Não por ter sido uma experiência insuportável, mas por ter finalizado o que iniciei há dois. Iniciei essa pesquisa na contramão e foi lugar comum ouvir “por que outro mestrado e não doutorado?”. Desconfianças e incredulidade, quem não é do meio acadêmico não compreendia. Os meus pares, por sua vez, afirmavam: “louco”. (Me questiono, terá sido o processo para eles algo tão traumático?).

Não possuindo nenhuma veia artística que me habilite uma forma de me expressar mais bela esteticamente falando: iniciei essa pesquisa com o mesmo desejo que me levou à primeira pesquisa cumprida no IFES, responder a algo que me doía. Eu precisava vivenciar o ambiente acadêmico de um historiador, pôr em prática metodologias e conceitos. Mas a vida aconteceu e com ela seus percalços. Não conheci presencialmente nenhum colega de turma, nem de grupo de pesquisa. Mas a estes sou grato, simplesmente por dividir comigo, em tantos momentos, a oportunidade de aprender.

E como o momento é para agradecer, nada disso teria se concretizado se não fosse o carinho e atenção da mulher que decidiu dividir comigo sua existência e hoje não mais imagino minha vida sem sua parceria: Thaís Bregonci. Deixo aqui registrado minha eterna gratidão, principalmente por ter suportado minha ausência em momentos importantes devido as obrigações acadêmicas. Amo você! Agora sim, iremos muito à praia rs.

E a vida se encaminhou de tornar mais suave “minha loucura”, pôs em meu caminho a professora Karulliny. Detentora de uma experiência e sabedoria que não sei como uma pessoa tão jovem é capaz de apresentar. Mostrou-me caminhos, fez sugestões e até nos momentos de correção, em que era exigido rigidez, ela o fez da forma mais suave possível. Nesse ponto retorno às experiências traumáticas: por mais “Karullinys” no mundo acadêmico!

E por falar em mundo acadêmico, não se faz ciência sem rigor e diálogo entre os pares. E não haveria escolha melhor para compor a banca examinadora do que os professores Kátia da Motta e Pedro Ernesto.

Kátia, obrigado por tudo. Acompanhou-me desde os seminários de pesquisa até a

defesa. Uma elegância e clareza no falar que a tornam referência e demais me ajudou, e uma criteriosidade ímpar na leitura! E isso me leva ao professor Pedro Ernesto, da estirpe de Karulliny e Kátia, que também contribuiu sobremaneira para a confecção dessa pesquisa, apontando referências – livros que já estão no carrinho da Amazon, e sugerindo caminhos. Aos dois meu honesto obrigado!

Cleber, meu parceiro, obrigado por todas as conversas de whatsapp no decurso desse período e também na disciplina cursada em parceria contigo enquanto você cumpria os créditos do doutorado, sempre foi uma motivação para mim.

“Eu sou eu e minhas circunstâncias”, e dentro do que me era possível realizei o que pude. A rotina de um acadêmico: cumprir créditos, trabalhos para disciplinas, trabalhos para eventos, apresentações em seminários, leitura e pesquisa para a dissertação, escrita e correção, somamos uma carga horária semanal de 40 horas em uma escola em tempo integral e os afazeres rotineiro de um típico cidadão brasileiro. “Ser é persistir” me ensinou João Camilo.

E grato estou por tudo isso, por ter completado minha tarefa pessoal. Grato aos que comigo caminharam até aqui. A tarefa está realizada – acolho todas as falhas de ausências que não consegui suprir - e os resultados entrego a Deus. Mais um objetivo alcançado e a Ele dou graças!

RESUMO

O objetivo primordial de nosso trabalho é compreender o vocabulário político monarquista na linguagem política de João Camilo de Oliveira Torres, como também a construção de sua crítica ao sistema presidencialista brasileiro. Intelectual mineiro, João Camilo não chegou a concluir nenhum curso superior, o que não foi impedimento para que levasse a frente sua constituição enquanto intelectual. Funcionário público de carreira, agiu politicamente por meio de artigos publicados em periódicos e jornais, além da escrita de livros voltados a realidade política e social brasileira, iniciando sua atuação pública a partir dos anos 1930, dentro de uma perspectiva política conservadora. Entre seu legado encontra-se sua coleção *História das Ideias Políticas no Brasil*, há muito já esgotada e que recebeu recentemente uma reedição pela editora da Câmara dos Deputados. Sendo o pensamento político de João Camilo o objeto de nossa pesquisa, teremos como fonte de pesquisa sua *História das Ideias Políticas*, como também em seus artigos publicados em outros meios. Ancoramos nos em Jean François Sirinelli (2000) com o intuito de compreender o papel do intelectual nas questões de seu tempo, como também em Reinhart Koselleck, com objetivo de situar atuação de João Camilo dentro do binômio espaço de experiência/horizonte de expectativas. A metodologia que fundamenta-se este trabalho é aquele conhecido como enfoque collingwoodiano, de acordo com as contribuições de Quentin Skinner e John G. Pocock, entre outros, compreender o pensamento político de João Camilo, reconstituindo seu contexto de atuação, por meio de sua linguagem política.

Palavras-chave: monarquismo, João Camilo de Oliveira Torres, linguagem política

ABSTRACT

The primary objective of our work is to understand the monarchist political vocabulary in the political language of João Camilo de Oliveira Torres, as well as the construction of his critique of the Brazilian presidential system. An intellectual from Minas Gerais, João Camilo did not complete any higher education course, which was not an impediment for him to carry out his constitution as an intellectual. A career civil servant, he acted politically through articles published in periodicals and newspapers, in addition to writing books focused on Brazilian political and social reality, starting his public activities in the 1930s, within a conservative political perspective. Among his legacy is his collection *History of Political Ideas in Brazil*, long out of print and recently reprinted by the Chamber of Deputies. As the political thought of João Camilo is the object of our research, we will have as a research source his *History of Political Ideas*, as well as his articles published in other media. We anchor ourselves in Jean François Sirinelli (2000) in order to understand the role of the intellectual in the issues of his time, as well as in Reinhart Koselleck, in order to place João Camillo's performance within the binomial space of experience/horizon of expectations. The methodology on which this work is based is the one known as the Collingwoodian approach, according to the contributions of Quentin Skinner and John G. Pocock, among others, to understand João Camilo's political thought, reconstituting his context of action, through his political language.

Keywords: monarchism, João Camilo de Oliveira Torres, political language

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A REPÚBLICA IRRESISTÍVEL	45
2.1 A ORDEM SAQUAREMA.....	53
2.1.2 O CONSERVADORISMO E O PARTIDO CONSERVADOR NO BRASIL.....	56
2.2 A GERAÇÃO DE 1870 E O MANIFESTO REPUBLICANO.....	67
2.3 O DECLÍNIO DO IMPÉRIO.....	76
2.4 “HÁ QUEM JULGUE 89 UM REVOLUCIONÁRIO TERRÍVEL.....	81
2.5 CONCLUSÃO.....	86
3. A REAÇÃO MONARQUISTA CONTRA A REPÚBLICA	87
3.1 SANGUE E RESISTÊNCIA CONTRA A REPÚBLICA.....	92
3.2 FOI A REPÚBLICA UM SONHO?.....	95
3.3 A “FALSA INÉRCIA MONARQUISTA”, OU O PERIGO RESTAURACIONISTA.....	102
3.4 A OPOSIÇÃO MONARQUISTA DURANTE OS GOVERNOS MILITARES.....	106
3.5 A ARTICULAÇÃO DO PROJETO MONARQUISTA A PARTIR DOS GOVERNOS CIVIS.....	117
3.6 CONCLUSÃO.....	128
4. A CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO POLÍTICO	130
4.1 O TEMPO DE JOÃO CAMILO.....	130
4.2 O INTELLECTUAL POR ELE MESMO.....	136
4.3 SOCIABILIDADE INTELLECTUAL.....	142
4.4 INFLUÊNCIAS INTELLECTUAIS.....	149
4.5 POR UMA “HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS”.....	156
4.6 UMA DEFESA DO MONARQUISMO: LINGUAGEM POLÍTICA MONARQUISTA CAMILIANA.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	187

1. INTRODUÇÃO

Refazendo o percurso de nossa história republicana podemos perceber como a linguagem política monarquista, em suas díspares acepções, se fez presente em vários momentos dos cenários políticos de nossa história, ora como uma força atuante na conjuntura política, ora nos moldes de uma “nostalgia imperial”. A própria passagem do Império para a República, conforme afirma Maria de Lourdes Mônaco Janotti (2011), foi embebida do mito da indiferença da população, generalizando-se o argumento de que não houve oposição ao regime recém instaurado, como também a ideia do consenso nacional sobre o modelo republicano adotado.

A República no pós-parto teve como adversário os “subversivos” (JANOTTI, 1986), monarquistas dispostos a combater o regime republicano por quaisquer meios disponíveis. Houve um conflito real entre republicanos e monarquistas, não somente no que tange ao político, como também pela representação simbólica entre o regime recém deposto e o nascente, conforme escritos de Angela Alonso (2009). A população não “deu de ombros” para deposição do Império. A criação do Partido Monarquista de São Paulo no governo de Prudente de Moraes (1894-1898) é uma amostra de que naquele momento os monarquistas vislumbravam uma atuação política direta.

Superado este período de instabilidade paralelo ao estabelecimento do regime republicano, o movimento monarquista prosseguiu em sua irregularidade e seu apelo social e político e arrefece. A partir da década de 1920, com a o surgimento da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), o movimento monarquista volta à cena. O período do surgimento de tal grupo se insere num contexto histórico em que se constituía no Brasil um pensamento político autoritário de caráter nacionalista, conforme Boris Fausto (2001).

A percepção corrente era de que a Primeira República havia se esgotado e, influenciados por eventos de impacto mundial como a Grande Depressão, chegou o momento de se buscar “explicações para o Brasil”, em manifesta atitude crítica ao liberalismo e o regime político nele inspirado. O nacionalismo, também característica desse pensamento autoritário, já havia demarcando seu terreno no decurso da Primeira Guerra Mundial, conforme Fausto (2001), ensejando movimentos de natureza diversa.

A busca por essa “interpretação” de uma realidade brasileira e a construção de um

Estado nacional que fosse adequado à tal favoreceu ao surgimento de projetos radicais de nação, entre os quais, a Ação Integralista Brasileira. O movimento possuiu enorme relevância no período, tendo os integralistas exercendo fundamental papel no que tange ao processo histórico que culminou na instauração do Estado Novo, conforme Marcos Chor Mayo e Roney Cytrynowicz (2019).

Embora atuarem paralelamente, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Ação Integralista Brasileira possuíram seus pontos de convergência, principalmente por terem nos dois projetos de nação pontos semelhantes e partilharem seus integrantes de espaço de sociabilidade comum em determinado momento: a Sociedade de Estudos Políticos¹, fundada sob inspiração de Plínio Salgado² em 1932, de acordo com pesquisa de Teresa Malatian (2001).

Voltando aos patrianovistas, ainda que não se possa afirmar suas vinculações com as famílias tradicionalmente monarquistas, em grande parte os patrianovistas procuravam se distanciar dos monarquistas tradicionais que nutriam o desejo de restauração da monarquia do Segundo Reinado, afirma Malatian (2001). Mais que isso, os patrianovistas não apresentavam um saudosismo do império o qual não viveram - ao contrário dos “monarquistas de pena”, identificados por Alonso como aqueles que gozavam de cargos de prestígio e da vida em corte (ALONSO, 2009) – a considerar suas idades, estavam unidos pelo catolicismo, descrédito em relação à República Oligárquica e consideravam o próprio liberalismo falido. Buscavam uma saída autoritária, com inspirações no Integralismo Lusitano (MALATIAN, 2013). O patrianovismo teve vida até o golpe militar de 1964 e é definido por Helgio Trindade (1979) como uma expressão dos movimentos políticos autoritários.

Na década de 1990 presenciamos outra investida do movimento monarquista, desta vez por meio do plebiscito que, em 1993, iria definir a forma e o sistema de governo que seriam adotados no Brasil. O Deputado Cunha Bueno criou o Movimento

¹ Embora de base ideológica antiliberal e nacionalista, Hégio Trindade identifica dentro da SEP a vertente plinista, majoritária e composta por estudantes oriundos da Faculdade de Direito de São Paulo, que nutria certo entusiasmo com o fascismo italiano. A outra vertente era a patrianovista, partidários de um regime orientado a partir de uma realeza e catolicista. Tal característica dos patrianovistas acabaria por afastá-los da SEP ao perceberem nessa falta de clareza quanto aos pontos em questão (TRINDADE, 1979).

² Intelectual paulista que viveu entre 1895 e 1975 e foi uma das expressões, ou talvez a maior, do integralismo brasileiro. Além de jornalista e escritor, também foi deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. Para mais, conferir a tese defendida por Leandro Pereira Gonçalves em 2012, que apresenta um profundo estudo sobre o pensamento político de Salgado.

Parlamentarista Monárquico como um grupo de atuação política a fim de fomentar o debate em torno da proposta monárquica e sua propaganda na sociedade. De acordo com o Professor Marcos Quadros (2017, p.21) “o discurso alicerçou-se no seguinte tripé: a exaltação do Império [...], a prosperidade que marca países modernos que adotam a monarquia e a instabilidade política que pautou a República Brasileira[...]”. A proposta monárquica alcançou 10,25% dos eleitores (6.790.751 pessoas entre um total de 66 milhões de votantes³), número insuficiente para a vitória do projeto, embora denote a receptividade social do tema.

Em 2013⁴, nas manifestações de massa no mês de junho, se fez presente a pessoa de D. Bertrand de Orleans e Bragança, integrante da família real brasileira, com o mesmo reaparecendo nas mobilizações de abril de 2016. Mostrando-se claro o ativismo político de D. Bertrand. Ao se debruçar sobre o que chamou de Nostalgia Imperial, Ricardo Salles (2013) alega não ser suficiente para explicar a força da ideia monárquica a decepção popular para com a república, pois para além da realidade ou possibilidades políticas, está presente no imaginário, qual seja a sua representação política.

Podemos considerar que nestes mais de 130 anos em que vivemos em regime republicano, durante todo este tempo esteve presente em seu armário o esqueleto da monarquia, cujo fantasma teima em visitar os republicanos - ainda que sem oferecer um risco real. Dentro do que podemos então considerar de tradição monárquica dentro do pensamento político brasileiro (independente de suas variações), acreditamos que revisitar a linguagem política de João Camilo de Oliveira Torres pode contribuir para a compreensão de aspectos pensamento político monarquista, principalmente no que tange aos vocábulos contituíntes de tal linguagem. Principalmente no que tange as especificidades da linguagem política do intelectual, que nutria admiração pelas monarquias escandinavas e, compreendidas hoje, como incompatíveis com a ideologia conservadora.

³ O resultado está disponível no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Eleitoral, onde é possível também verificar os números do plebiscito em relação aos Estados. O link para acesso <[Plebiscito de 1993 — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](http://www.tse.jus.br/plebiscito-de-1993)>

⁴ O estudo de Marcos Paulo dos Reis Quadros (2017) tece um mapeamento dos grupos monarquistas atuais e identifica nas manifestações de 2013 um ponto chave no reavivamento da temática, principalmente pela inclinação conservadora do movimento e na presença de bandeiras do Brasil Imperial e integrantes da Família Imperial nas ruas, o que atraiu atenção dos veículos de comunicação. Identifica o pesquisador alguns grupos em atividade, principalmente com ações via *internet*: Instituto Brasil Imperial, Círculo Monárquico Brasileiro, o Causa Imperial e o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos.

João Camilo foi um intelectual que testemunhou momentos conturbados e decisivos da política nacional, do fim da Primeira República ao Golpe de 1964, que muito escreveu e publicou, com contribuições ao pensamento político brasileiro no que tange ao pensamento monarquista e conservador, e que gozou de certo prestígio enquanto vivo, embora hoje seu nome seja encontrado em notas de rodapés de livros do século passado. Entre as questões que lhe preocupavam, ainda que carregado de certo idealismo, estava a bandeira de restauração do sistema político brasileiro ao modelo monárquico.

Além de monarquista, João Camilo possuía a árdua tarefa de defender a bandeira do conservadorismo, visto que “o conservador geralmente é visto como alguém aferrado a uma visão hierárquica de mundo, defensora de privilégios, que vê com maus olhos a democratização e o reconhecimento do direito das minorias etc.” Afirma Christian Lynch (2008, p. 59), a fala supracitada se refere a utilização da palavra conservador enquanto adjetivo que qualifica atitudes e práticas, não buscando, entretanto, uma apreensão do conceito. Quanto a isto, Tiziano Bonazzi nos diz que “o fato de se usar muito mais o adjetivo que o substantivo é devido à variedade de significados atribuídos ao primeiro e à dificuldade de determinar a natureza e fins do segundo’ (1998, p.242).

Nesta perspectiva, Lynch (2008) identifica a utilização do conservadorismo enquanto adjetivo negativo na própria dificuldade do pensamento conservador, qual seja, sua relação, senão de defesa intransigente ao passado, ao menos uma postura de respeito pela tradição. Neste íterim, a tradição conservadora europeia, seja a peninsular, com Edmund Burke ou continental, com De Maistre, possui em comum a existência mesmo de um passado longínquo a que reclamar e justificar a permanências de certas tradições, por vezes de origem feudal. Ou seja, o conservador europeu possui um passado a que recorrer em casos de nostalgia.

Na América este reclame de um passado, por vezes idealizado, o qual se deve defender e lutar por, se apresenta de modo mais difícil, visto que nossa história, dentro de uma perspectiva eurocêntrica, se inicia com os descobrimentos e as instituições e práticas sociais trazidas pelos colonizadores, quais sejam: dominação e opressão da população autóctone, exploração dos recursos naturais, escravismo e etc. O problema do conservadorismo na América, considerando somente a importação do ideário conservador europeu, se constitui, pois, na dificuldade dos “conservadores (...)

valorizar[em] o passado, porque esse passado é o passado colonial. Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência”segundo Bernardo Ricupero (2010, p. 03).

Grosso modo, dentro desta perspectiva, para o conservador brasileiro não há o que buscar no passado da América colonial com intuito de conservar. Por conseguinte, Marcello Basile (2000) expõe que no Brasil Império o conservadorismo incorporou postulados de espírito liberal, tais quais: oposição ao Absolutismo, defesa de um governo constitucional – no caso o monárquico – e representativo com divisão dos poderes, além da garantia dos direitos civis, entre outros. Em alguma medida os conservadores brasileiros comungavam de alguns postulados com os liberais, com diferenças em relação à composição social dos grupos e em alguns termos políticos.

Observando a dificuldade já exposta em se definir politicamente como um conservador no que diz respeito à percepção social, a tarefa adquire contornos de insanidade quando o sujeito se proclama monarquista. Neste ponto, convergimos novamente nossa atenção a João Camilo, conservador e defensor da alternativa monárquica à crise política brasileira, cujo período de atuação na esfera pública se deu entre finais dos anos 30 e meados dos anos 70 do século passado. O intelectual entendia o conservadorismo como “uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e futuro” (OLIVEIRA TORRES, 2017d, p. 23).

Para João Camilo (2018d), “a República tem sido a agitação continuada e a crise político-militar permanente” e sustenta que uma questão que sempre o perseguiu intelectualmente foi a busca por um princípio racional e indiscutível em que se possa fixar a legitimidade de um governo que não pudesse ser contestada. Em sua obra *A Ideia Revolucionária no Brasil*, João Camilo (2018d) ao analisar a realidade política brasileira a decompõe em várias crises: crise da democracia, crise da constituição, crise da federação, crise do poder legislativo, crise do governo, crise das gerações, crise religiosa e crise ideológica, abordando cada uma de acordo com seu arcabouço intelectual.

A solução encontrada por João Camillo para enfrentar tais crises, mais precisamente sua proposta estava em retodmar o princípio que foi a causa formal da nacionalidade

brasileira, a saber: o princípio monárquico (2018d). Todavia, o ideal monárquico para Torres seria a monarquia parlamentarista aos moldes escandinavos. É digno de nota ter em consideração que Torres era um entusiasta da socialdemocracia escandinava que, para ele “realizou a mais importante transformação social do século XX, graças ao Imposto de Renda (IR); a uma boa política habitacional e, principalmente, a um sistema de previdência e assistência bem eficaz” (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p. 169). E o desenvolvimento nacional deveria passar irremediavelmente pela reforma social e a solução do problema agrário.

Por conseguinte, a presente proposta de pesquisa pretende elucidar as seguintes problemáticas: Qual o significado de monarquia na linguagem política de João Camilo de Oliveira Torres? Qual a crítica apresentada por ele ao presidencialismo brasileiro? Como se constituiu a linguagem política de João Camilo de Oliveira Torres? O intelectual apresentou alguma contribuição à linguagem política monarquista de seu tempo? Seu pensamento político teria apresentado alguma contribuição ao pensamento conservador brasileiro ou somente uma “importação de um ideário” europeu?

Como hipótese, buscamos comprovar a tese de que João Camilo construiu um vocabulário próprio de monarquia a partir de sua linguagem política, se diferenciando assim de outras linguagens políticas do período. E que, a partir de sua consciência histórica e especificidade de seu pensamento conservador, João Camilo não seria um defensor da restauração monárquica, mas sim um propagandista e defensor da aplicabilidade no regime republicano de alguns instrumentos de governo presentes no Brasil Império.

A literatura política conservadora e liberal cruzou novamente o atlântico e vem sendo traduzida e publicada à mancheia no Brasil. Autores como Scruton (2015), Oakeshott (2018), Kirk (2014), entre outros, tem ganhado espaço no mercado editorial brasileiro. É uma observação digna de atenção, pois, nos sugere uma movimentação no cenário político atual mais à direita também no campo do debate intelectual.

A cargo de exemplo, em 2015 foi editada uma coletânea de artigos – e extratos de livros - de João Camilo de Oliveira Torres sob o título de O Elogio do Conservadorismo. E em 2018 a Câmara dos Deputados lançou a coleção João Camilo de Oliveira Torres, com reedição de sua história das ideias políticas.

Posto isso, o propósito e desta pesquisa justifica-se pela oportunidade de resgataras contribuições ao pensamento político brasileiro de um intelectual que julgamos fora dos holofotes do cânone do pensamento político brasileiro – e realizamos essa afirmação no que concerne ao número de pesquisas acadêmicas que sua obra tem fomentado - em rastrear sua produção intelectual e descobrir seu legado para nossa história das ideias políticas.

João Camilo nos legou vasta obra, com aproximadamente 41 livros publicados, tradução de obras de língua inglesa e centenas de artigos em revistas e jornais, incluindo seu projeto de maior fôlego, o qual intentou construir uma história das ideias políticas no Brasil, com os seguintes escritos: *Interpretação da Realidade Brasileira* (1969); *História das Ideias Religiosas no Brasil* (1968); *O Pensamento Político do Reino Unido* (não publicado); *A Democracia Coroada* (1957); *Os Construtores do Império* (1968); *A Formação do Federalismo no Brasil* (1961); *O Positivismo no Brasil* (1943); *O Presidencialismo no Brasil* (1961); *A Vida Partidária no Brasil* (não publicado); *A Estratificação Social no Brasil* (1965); *A Ideia Revolucionária no Brasil* (1981) e, por fim *Textos e Documentos Para a História da Monarquia no Brasil* - parcialmente publicado, seria uma coletânea de artigos conforme levantamento de Luiz Carlos Ramiro Júnior (2019).

Soma-se à coletânea acima livros de outra monta, como sua *Teoria Geral da História* (1963), *Natureza e fins da sociedade política – visão cristã do Estado* (1968), *Desenvolvimento e justiça – em torno da Encíclica Mater et Magistra* (1962) e *O ocaso do socialismo – à margem da Populorum Progressio* (1970).

Os três últimos livros citados evidenciam uma importante faceta do pensamento de João Camilo: o catolicismo. Ramiro Júnior (2019) elenca o catolicismo como o fio condutor de todo pensamento político do intelectual. Verifica-se o argumento visto que grande parte da atuação político-intelectual de João Camilo se deu por meio de artigos publicados em revistas cristãs, como a *Ordem*, onde relacionou-se com uma militância católica intelectualizada, com nomes como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Plínio Correa de Oliveira, entre outros (CALDEIRA, 2011). O ultramontanismo também foi uma forte influência para o intelectual mineiro. Em suma, no tocante ao pensamento católico brasileiro, João Camilo de Oliveira Torres, afirma Antônio Carlos Vilaça (2006), teve papel discreto, mas que deixou marcas, na vida

intelectual brasileira.

À parte o aspecto católico do pensamento político de João Camilo, influente porém foge ao escopo desta pesquisa, mas ora apresentado como via de apresentar a densidade do intelectual estudado, convém, dentro da miríade da produção intelectual do intelectual itabirano, não cair naquilo que Bourdieu classifica como “a ilusão biográfica”. Não enxergar a trajetória intelectual de João Camilo como um romance, com início, meio e fim, um percurso com uma sucessão de acontecimentos históricos motivados por um fim, mas “não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou”, conforme Pierre Bourdieu (2006, p. 190). Uma trajetória com seus percalços e contradições.

Apesar do volume de sua produção intelectual, não são muitas as pesquisas acadêmicas sobre o pensamento deste autor. Suas obras encontram-se esgotadas e o que é possível encontrar em sebos em quase totalidade com preços elevadíssimos. Recentemente, em 2016, tivemos a organização e publicação de uma coletânea de artigos de sua autoria sob o título de “O Elogio do Conservadorismo”, com organização do Professor Daniel Fernandes, e a reedição por parte da livraria da Câmara dos Deputados, a partir de 2018, de volumes de sua História das Ideias Políticas no Brasil, muito em parte devido aos esforços de um deputado que, quando jovem, que foi aluno de João Camilo.

No entanto, quando voltamos nossa atenção para a produção acadêmica desenvolvida sobre João Camilo de Oliveira Torres, no Banco de Dissertação e Teses da Capes, não encontramos nenhuma produção que cite diretamente o intelectual, seja em seu título ou subtítulo. A única obra acadêmica encontrada foi a tese “Da Crise à Restauração. O pensamento político de João Camilo de Oliveira Torres”, de autoria de Luiz Carlos Ramiro Junior, recentemente defendida, em 2019. Verifica-se uma lacuna de trabalhos acadêmicos que tomem a produção de João Camilo como objeto de pesquisa, para qual nossa proposta pretende contribuir.

Esse trabalho almeja, também, oferecer seu contributo para os projetos já realizados ou em andamento na linha de pesquisa Representações e Ideias Políticas, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFES). Em suma: estudar o pensamento de João Camilo de Oliveira Torres é lançar luz a um intelectual que buscou interpretar o

Brasil, a propor alternativas à nação, a participar da ação política de seu tempo. E também a compor o que seria um pensamento conservador brasileiro, dentro da tradição monarquista de crítica ao regime republicano brevemente apresentado. E nesse ínterim, elucidar a atuação política de João Camilo, no que se assemelha e no que difere dos monarquistas de sua época.

Para além, é claro, do pensamento político de João Camillo, o monarquismo e o conservadorismo são dois grandes temas que perpassam toda esta pesquisa. Dentro destes dois temas estão inseridos a especificidade do objeto desta pesquisa, o vocabulário político de João Camillo no que tange alguns conceitos como monarquia, republica e conservadorismo, entre outros, tão caros à atuação política do intelectual. No que corresponde ao conservadorismo, a dificuldade em uma definição se justifica, entre outros, como já apontado a partir de Bonazzi (1998), que o termo pode ser utilizado tanto quanto adjetivo – talvez a mais comum acepção da palavra ao atentarmos aos noticiários relativos a política prática cotidiana e sua multiplicidade de significados -, quanto substantivo, onde reside a dificuldade de determinar sua natureza e fins. Neste levantamento historiográfico sobre o conservadorismo no Brasil, provalmente não encontraremos uma única definição, tampouco algum consenso. Talvez seja um dos conceitos mais polissêmicos dentro das linguagens políticas.

Obra de referência para conhecer aspectos do conservadorismo brasileiro é o clássico *O Tempo Saquarema* (1987), de Ilmar Rohloff de Mattos, fruto de sua tese de doutoramento defendida em 1985 e laureado em 1986 com o Prêmio Literário Nacional – Gênero História, na categoria obras inéditas, do Instituto Nacional do Livro. Ilmar Rohloff se apoia em uma perspectiva gramsciana para construir sua análise, que possui tem dois objetivos principais, sendo o primeiro “compreender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial, nos termos de uma restauração e de uma expansão”(MATTOS, 1987, p. 2). Como também a intervenção deliberada de uma força que se engendra como dirigente deste movimento intervencionista na relação entre a construção do Estado Imperial e a constituição da classe senhorial, a saber, os Saquaremas.

Saquaremas era a alcunha dos Conservadores, ao passo que os Liberais eram conhecidos como os Luzias. Os dirigentes Saquaremas eram tanto a alta burocracia imperial, aí composta por magistrados, ministros, entre outros, e os grandes

proprietários de terras nos mais variados pontos do Império (1987). O tempo Saquarema é, então, o período em que os Saquaremas exerceram sua ação, ao “produzirem” e “controlarem” o tempo, contribuindo para a construção do Estado Imperial dentro das balizas da ordem e civilização. Sendo a ordem um conceito tão caro aos conservadores. Este trabalho constitui um panorama fundamental para a ação dos Conservadores na política Imperial, enquanto seus dirigentes.

“Nada se assemelha mais a um Saquarema que um Luzia no poder” afirma o político pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, frase que denota a similaridade de algumas bandeiras e ações do Partido Conservador e Partido Liberal no Segundo Reinado. Nesse sentido, Ubiratan Borges de Macedo, em seu artigo “O Visconde do Uruguai e o Liberalismo Doutrinário no Império”, parte integrante da obra organizada por Adolpho Crippa “As Ideias Políticas no Brasil, volume I” (1979), conceitua o conservadorismo brasileiro como ecletismo político, onde o principal argumento é a conciliação da “ordem e liberdade”.

A ordem se faz necessária na forma de instituições que salvaguardem a liberdade, visto que esta, enquanto reivindicação abstrata, a nada finda. A preocupação demonstrada pelos ecléticos era a coibição dos excessos da liberdade, e não a negar. Por ser o liberalismo a filosofia dominante no período, os conservadores também eram liberais em certa medida, daí Macedo (1979) optar por ver o conservadorismo e liberalismo quase em simbiose, descartando o ecletismo político, uma atitude quase conciliatória entre ambos. Excluindo os liberais radicais.

Tal caráter conciliatório do conservadorismo brasileiro também marca presença com Paulo Mercadante, em sua obra “A Consciência Conservadora no Brasil – contribuição ao estudo da formação brasileira”, que veio a lume em 1965. Debruçado sobre a tarefa de identificar aspectos que compoem a mentalidade conservadora brasileira, e conseqüentemente compreender como se deu a formação brasileira em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, Mercadante estrutura sua obra basicamente em análise ao período Imperial.

Ali, estruturado em quinze capítulos, elenca temas que em sua ótica contribuíram para a formação dessa mentalidade conservadora brasileira, tais quais o romantismo, a filosofia eclética e o fio que perpassa toda obra, a fórmula Conciliatória. É essa

perspectiva conciliatória que diferencia a mentalidade conservadora brasileira da européia, onde se precisou conciliar “o liberalismo econômico e o instituto da escravidão, procurando ajustá-los à realidade do país, tudo levava a uma ideologia da mediação” (MERCADANTE, 1965, p. 11). Mercadante vê na mentalidade conservadora brasileira não uma atitude em conservar o obsoleto, mas uma política de desenvolvimento gradual. Uma atitude pragmática sobre situações em que “se encontram os homens naturalmente ajustados” (MERCADANTE, 1965, p. 227). A ideologia nacional conservadora seria divergente do pensamento político radical, por justamente ser conciliatória a fim de evitar rupturas revolucionárias.

Obra também relacionada em nossa revisão é a de autoria do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, importante figura da área das Ciências Sociais. Diferentemente dos outros trabalhos aqui elencados, em “A Crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira”, publicado em 1961, Guerreiro Ramos não se dedica inteiramente sobre o pensamentor conservador brasileiro. Contudo, analisa e conceitua os conservadores dos anos 1920 e 1930 dentro daquilo que denomina como a Ideologia da Ordem e Ideologia da “Jeneusse Dorée”.

A pesquisa de Guerreiro Ramos se insere em sua teoria da sociedade brasileira e busca analisar a crise de poder no Brasil a partir do Governo de Jânio Quadros. Para tanto, Guerreiro Ramos discorre sobre alguns momentos ideológicos do Brasil, onde encontramos sua visão de conservadorismo. Guerreiro Ramos (1961) aponta para o peso do catolicismo para os conservadores da década de 1920, apontando Jackson de Figueiredo como seu principal expoente, o qual afirmou ser assumidamente monarquista, conceituando como ideologia da ordem os intelectuais em questão, mais preocupados com a problemática moral do que a política. A partir de 1930 Guerreiro Ramos define os intelectuais pertencentes a “Jeneusse Dorée” como aqueles oriundos de famílias tradicionais e abastadas, mais preocupados com a vida intelectual, entre os quais está Alceu de Amoroso Lima.

Mais recentes que as anteriores é o livro “Raízes do Conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social”, sob autoria de Juremir Machado da Silva, impresso em 2017. Historiador e jornalista, Juremir Machado se debruça sobre a imprensa brasileira, com ênfase no ano de 1888, com intuito de compreender a atuação dos veículos de comunicação nos últimos momentos do processo

abolicionista.

A crítica de Juremir Machado se direciona ao Partido Conservador e seus principais membros, destacando seu posicionamento político na defesa do escravismo. Sem empreender uma análise do pensamento conservador, ou buscar definições, Juremir Machado se concentra no que seria o fundamento do conservadorismo brasileiro, qual seja, o racismo, que reverbera ainda hoje no racismo estrutural em que estamos inseridos.

Obra ímpar sobre o pensamento político brasileiro, e última por nós sinalizada, é “Revisão do Pensamento Conservador – Ideias e Política no Brasil”, organizada por Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho, tendo sido impressa no de 2010, resultado do projeto temático “Linhagens do pensamento político-social brasileiro”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP em parceria com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC. O livro reúne artigos de autores tais quais Christian Edward Cyril Lynch, Bernardo Ricupero, Gildo Marçal Brandão, entre outros.

A obra subdivide-se em duas partes: Pensamento conservador à Brasileira e Pensamento conservador como força social, mapeando o pensamento conservador brasileiro ao longo dos anos, destacando as configurações por ele assumidas e também os diferentes autores que contribuíram para este pensamento político. Ferreira e Botelho (2010) atentam para o desprezo dedicado ao pensamento conservador em variados momentos da história intelectual brasileira, seja qual for o motivo. Mas tal negligência não exclui o conservadorismo do espectro político, como se negar tal ideologia fosse eliminá-la do plano concreto das ações, visto que é forte sua influência no plano dos valores, práticas e instituições políticas.

Sem apresentar um panorama ou história do conservadorismo brasileiro, não resultando assim e uma definição explicativa e homogênea, ao abordar diferentes intelectuais, como Alberto Torres, Oliveira Viana, José de Alencar, Octávio Faria, Gustavo Corção, entre outros, percebemos o caráter plural e histórico do conservadorismo brasileiro. Nesta seara, compete a nós também compreender sobre qual conservadorismo está presente na linguagem política de João Camilo, e de qual das definições aqui apresentadas ele se aproxima ou se afasta.

Importante componente do pensamento político de João Camilo, além do conservadorismo, é o monarquismo. Esse aspecto assume evidência principalmente ao estudarmos sua História das Ideias Políticas, em destaque o volume “A Democracia Coroada”. Ao realizarmos um balanço historiográfico sobre a permanência do monarquismo na linguagem política e conseqüentemente no pensamento político brasileiro, iniciamos pela contribuição historiográfica de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, “Os Subversivos da República”, datada de 1986.

A obra, lançada três anos antes do primeiro centenário da Proclamação da República, tem por objetivo lançar luz sobre aqueles contrários à instauração do regime republicano nos primeiros tempos pós proclamação. Embasada em depoimentos pessoais e jornais da época, Janotti (1986) evidencia a agitação deste grupo que firmou forte oposição ao regime. Essa reação agressiva os fez ficarem conhecidos como verdadeiros subversivos. A pesquisa de Janotti demonstra que o povo, além de não ter recebido o novo regime com indiferença, se organizou e conseguiu tumultuar politicamente o cenário, para além das adversidades que a república enfrentou de outras origens.

Angela Alonso é a autora do artigo “Arrivistas e Decadentes – o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana”, publicado em 2009 na revista *Novos Estudos* e também importante para nossa revisão bibliográfica. Como Janotti, Alonso também se dedica ao debate intelectual da primeira década republicana, que em sua tese originou duas identidades políticas: “monarquistas de pena” e jacobinos.

Enxergando o embate entre os dois grupos como importante chave de leitura do período, Alonso afirma que o debate envolveu o conflito entre “duas versões da história nacional, uma legitimando o novo *status quo*, outra defendendo a ordem caída (ALONSO, 2009, p. 134). Nesta dinâmica, os monarquistas de pena são identificados como aqueles com fortes ligações com a sociedade de corte, inclusos ex-membros do Partido Conservador. Eram pessoas relacionadas à cultura aristocrática que, com a queda do Império, viam também diminuídas suas perspectivas de futuro. Decadentes como o regime substituído em 1889.

Outro artigo de relevância é “Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político”, de Amanda Muzzi Gomes, publicado pela revista *Estudos Históricos* em

2008. O foco da artigo de Amanda Muzzi, similarmente à Alonso e Janotti (2009; 1986), é analisar as ideias e propostas políticas durante o “aprendizado republicano”, para utilizar seu próprio termo, e o embate entre monarquistas restauradores e os jacobinos.

O embate entre os dois grupos recruscece no governo civil de Prudente de Moraes, após as duas presidências militares, com a relativa liberdade alcançada pelos monarquistas restauradores. Amanda Muzzi apresenta a atuação política deste grupo, por meio da imprensa, criação de jornais e também na estruturação de um partido político monarquista. Como também a rivalidade ferrenha dos jacobinos que, em sua exaltação do governo militar de Floriano Peixoto, chegam a atentar diretamente contra a vida de alguns monarquistas e planejar um golpe contra Prudente de Moraes. Os dois grupos e suas estratégias de ação “evidenciam como atores políticos construíam e comunicavam suas ideias políticas e buscavam, por diferentes brechas, intervir nas resoluções governamentais” (GOMES, 2008, p. 297).

De Amanda Muzzi Gomes também selecionamos sua tese de doutoramento intitulada “Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do império às reações na primeira década republicana (1860-1900), apresentada em 2013 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A autora localiza o ano de 1860 como o início das fraturas entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, por meio de suas dissidências políticas, o que resulta no que ela chama de fragilidade monarquista, culminando na instauração da república por meio de uma conspiração civil-militar a partir do processo de desgaste do sistema imperial.

Essa fragilidade monarquista foi o que dificultou a organização de uma resistência em defesa do regime monárquico, culminando em ações monarquistas fragmentadas após 1889. É importante o panorama montado pela autora dos três momentos do movimento monarquista na primeira década republicana: contenção, auge e declínio. Este último momento com a acomodação dos monarquistas no regime republicano.

Sob autoria de Sarah de Sousa Alves Amorim temos a dissertação de mestrado “Jornal o Brazil e a memória do império: usos do passado na luta em prol da restauração monárquica”, defendida em 2019. Em sua dissertação a autora problematiza a atuação de um grupo monarquista colaborador do jornal *O Brazil*,

buscando evidenciar o papel da imprensa nos debates políticos na primeira década republicana por meio das relações entre história, memória e os horizontes de expectativas do referido grupo entre os anos de 1895-1896.

Por meio da análise das publicações do periódico em questão, Amorim também procura compreender as críticas dos monarquistas ao regime republicano e como se deu o processo de seletividade de memórias positivas dos monarquistas em defesa do regime deposto. A autora trabalha com a divisão dos monarquistas em dois grupos, que de certa forma contribuem para a compreensão das ações dos intelectuais do período: monarquistas históricos e monarquistas ex-republicanos. A pesquisa também aborda os diferentes projetos restauradores em voga no período.

Flávio Raimundo Giarola é o responsável pela tese “Do ‘trunfo nos trópicos’ ao fim da civilização: ‘raça’, história e nacionalidade na perspectiva dos intelectuais monarquistas católicos (1889-1917)”, defendida em 2015, sobre as representações da nacionalidade no pensamento de um grupo de intelectuais monarquistas católicos que atuaram em São Paulo no recorte temporal já destacado. Ao tempo em que encaravam o presente com desilusão, tais intelectuais desenvolveram um discurso sobre a nação brasileira assentado na tradição católica e monárquica, e o lugar das raízes mestiças do povo brasileiro dentro desse discurso.

Giarola historiciza o discurso monarquista católico, refazendo a tradição desde os jesuítas em períodos coloniais até a morte de D. Pedro II. Especial destaque é dado para o sertão e o sertanejo dentro desse pensamento monarquista católico, fechando sua pesquisa com a perspectiva restauradora dos monarquistas católicos.

Concluimos este pequeno panorama do monarquismo brasileiro com o livro “Império e Missão: um novo monarquismo brasileiro”, mais uma produção de Teresa Malatian, do ano de 2001. Partindo da percepção de que o monarquismo no Brasil pouco atraiu a atenção dos historiadores do período republicano, Malatian prioriza como objeto de sua pesquisa a *Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB)*, sediada em São Paulo e atuação entre 1928 e 1972.

A AIPB era um grupo organizado cujo projeto político conjurava corporativismo à Monarquia. Valendo-se de revistas, jornais, folhetos e entrevistas com antigos militantes, Malatian buscou historicizar o movimento patrianovista “no sentido de

elucidar o que ele possa ter apresentado para manter, renovar ou substituir o padrão de dominação vigente” (MALATIAN, 2001, p. 08). A pesquisadora também busca relacionar o discurso político da AIPB com outros discursos monarquistas de seu tempo e as bases da proposta patrianovista. Entre outras características, ainda que sofrendo alterações contingenciais em seu tempo de existência, o discurso patrianovista rejeitava na mesma medida o capitalismo liberal, o socialismo e o comunismo, imbuído de uma forma de pensar anti-racionalista e anti-igualitária, com exaltação de um passado brasileiro antes de 1822.

Pode ser que seja falha deste pesquisador, mas é com surpresa que verificamos o baixíssimo número de produções acadêmicas sobre João Camilo de Oliveira Torres, onde a principal plataforma de busca digital, o Banco de Dissertações e Teses da CAPES, não nos retorna nenhum resultado satisfatório. As obras acadêmicas as quais tomamos ciência, que de maneira ou outra fazem referência à João Camilo, se dão por via indireta, tenha visto que são obras esgotadas há tempos e no momento em que esse projeto é construído passamos por uma pandemia, o que impede a utilização de bibliotecas públicas.

Todavia, dentro do que conseguimos encontrar na produção acadêmica recente dedicada a João Camilo de Oliveira Torres, ressaltamos o artigo de Rodrigo Coppe Caldeira, “O catolicismo militante em Minas Gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres”, de 2011. Professor do Departamento de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A pesquisa financiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da referida instituição buscou apreender o pensamento político-teológico de João Camilo de Oliveira Torres a partir da história das ideias. Isto posto, Caldeira tenta elucidar as influências sofridas por João Camilo entre 1950 e 1970, momento este em que acontece o Concílio Vaticano II (1962-1965), com o intento de encontrar no pensamento de João Camilo a influência do referido Concílio e por meio desta relação compreender os debates na história da igreja naquele período.

Em 2014 Marcus Boeira publicou o artigo “O Liberalismo Constitucional e o Império Brasileiro: Uma análise de conjunto da obra de João Camilo de Oliveira Torres”, onde alude a uma vertente do liberalismo que, em sua ótica, atuou sobre a institucionalização do Império Brasileiro, tendo também influenciado o pensamento de

João Camilo. Em sua compreensão, ainda que João Camilo não se declarasse liberal, Boeira identifica que o intelectual mineiro extraía do liberalismo “matizes teóricos” para compor seu pensamento político.

Terceira produção elencada, também um artigo, de autoria de Luiz Carlos Ramiro Júnior, apresentado no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, em Montevideo, 2017. Com o título de “Entre a crise e a restauração: o significado do conservadorismo de João Camilo de Oliveira Torres”, Ramiro Júnior persegue a valorização do sentido do conservadorismo em João Camilo, inserindo-o dentro do Pensamento Político Brasileiro, e desvendar as características do conservadorismo para João Camilo. Distancia-se da pesquisa de Caldeira (2011) no tocante ao ir além das implicações teológicas sobre o conservadorismo de João Camilo.

Outra obra sobre João Camilo foi parte de uma coleção chamada “Clássicos & Contemporâneos”, de organização de Thiago Mazucato, cujo perfil de João Camilo foi escrito mais uma vez por Luiz Carlos Ramiro Júnior, no ano de 2019. A obra consiste basicamente em uma introdução ao pensamento de João Camilo, com uma pequena biografia do mesmo e apresentação de aspectos políticos de seu pensamento (nada muito diferente do encontrado no seu trabalho citado no parágrafo anterior).

De 2018 temos o artigo de Anna Maria Moog Rodrigues, sob título “Teoria Geral da História de João Camilo de Oliveira Torres”, cujo interesse da autora reside em abordar alguns aspectos da obra Teoria Geral da História e sua atuação enquanto historiador. Rodrigues aponta os temas presentes na obra de João Camilo, como a metafísica, ontologia e questões historiográficas.

O pesquisador Luiz Carlos Ramiro Júnior é o autor do que consideramos, até agora, a pesquisa acadêmica mais aprofundada sobre o pensamento político de João Camilo, publicada em forma de tese de doutoramento em 2019, com o título “Da crise à restauração: o pensamento político de João Camilo de Oliveira Torres”, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A proposta de Ramiro Júnior é uma abordagem teórica mais abrangente da obra de João Camilo, sem destacar um eixo específico de pesquisa. Assim o autor constrói um panorama do pensamento político de João Camilo a partir da teoria da história camiliana embasado nas raízes católicas do próprio autor.

Por si só, a pequena revisão bibliográfica empreendida neste projeto já ressalta a

importância de novas pesquisas sobre o pensamento de João Camilo. E as datas de publicação dos trabalhos aqui reunidos demonstram que o interesse pelo legado do autor é bastante recente. Buscamos, assim, contribuir para a recuperação do pensamento deste intelectual e, ainda que nossa proposta não seja inédita, a partir da metodologia empregada, qual seja, o contextualismo linguístico colaborar com a compreensão das diferentes formas de manifestação do pensamento monarquista e conservador na linguagem política brasileira. Nesse sentido, conforme Ferreira e Botelho (2010, p.14), “são as relações sociais e políticas em curso na sociedade brasileira que nos interpelam constantemente a voltar às interpretações de que fora objeto no passado, e não o contrário”.

Isto posto, o principal objetivo de nossa pesquisa é compreender o pensamento político monarquista de João Camillo a partir da caracterização de sua linguagem política de crítica a República e ao sistema presidencialista. Para tanto, nosso objetivo primário se desdobra em alguns outros, necessários para que seja alcançado, quais sejam: analisar os principais conceitos utilizados na composição da linguagem política monarquista de João Camilo; compreender as bases teóricas do pensamento político do autor e as principais matrizes intelectuais nas quais se ancora no que tange ao seu vocabulário; analisar a contribuição de João Camilo para a definição de conservadorismo dentro do vocabulário político brasileiro; rastrear sua formação intelectual e dados prosopográficos; evidenciar a resignificação de conceitos do pensamento conservador na obra de João Camilo e, por fim, destacar as características de seu projeto de nação.

No que tange ao aporte teórico por nós utilizado apresentamos o conceito de cultura política é de importante operacionalização e possui fundamental destaque nesta pesquisa. É no âmbito das ciências sociais norte-americanas, a partir dos anos 1950, que o conceito de cultura política recebe suas primeiras reflexões. Em meado dos anos 1960, como assinala Motta (2014), se tornou célebre o trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba *The Civic Culture*, com anseio de compreender as ações políticas por meio da influência de valores, sentimentos e tradições. Desta feita, realizaram uma tipificação da cultura política em três formatos básicos: cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa. Tal forma de compreensão do conceito foi posta em desuso visto que, para Almond e Verba, o termo carrega fortes implicações etnocêntricas e nacionalistas, além de ser “limitante”.

Com o revigoramento da história política na esteira dos estudos da denominada Nova História Cultural, a partir dos anos 1980 e 1990, o conceito de cultura política é revisitado e repensado agora sob o prisma das interpretações produzidas a partir da percepção do conceito de cultura em sua perspectiva antropológica. Serge Bernstein e Jean François Sirinelli são dois dos teóricos, dentro da chamada Nova História Política, que irão se debruçar sobre o conceito de cultura política, se distanciando assim do enfoque dado por Almond e Verba, muito influenciados pela sociologia e psicologia (MOTTA, 2018).

Na interseção entre cultura e política, Serge Bernstein (1998) afirma que a apropriação do conceito de cultura política pelos historiadores não se configuraria em uma chave de leitura infalível (e neste ponto não devemos superestimar o conceito) que proporcionará ao pesquisador uma compreensão inquestionável do objeto estudado, oposto disto, uma importante ferramenta que permite a percepção e adaptação à complexidade do comportamento humano no que tange a ação política. Deste modo, Bernstein (1998) afirma ter a noção de cultura política dois aspectos fundamentais: o papel das representações (que distancia o conceito de ser confundido com uma ideologia ou tradição) e o caráter plural da cultura política em seu recorte histórico e geográfico. Temos então a cultura política definida como

[...]um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as partes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa [...] (BERSTEIN, 1998, p. 350-351)

O trecho em destaque nos fornece um panorama em que é possível perceber a amplitude do conceito de cultura política, em que pese a expressão “conjunto coerente”, onde é possível sua compreensão pela função de um discurso codificado por meio de um vocabulário próprio, representado também em ritos e símbolos, com intenção de partilhar uma leitura singela de passado e uma perspectiva de futuro.

Rodrigo Patto Sá Motta, historiador brasileiro que se dedica ao estudo de cultura política desde os anos 1990, atenta para o risco de utilização do conceito de cultura política como imaginário político ou ideias políticas, sob pena de esvaziamento do potencial analítico do conceito, ao não considerarem as práticas e ações políticas que

expressam e assistem a construção de uma cultura política. O historiador contribui oferecendo sua definição de cultura política como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado como [...] projetos políticos para o futuro” (MOTTA, 2018, p.114).

Das duas definições apresentadas podemos destacar a preocupação em explicitar a integração do campo simbólico ao político. O resultado desse conjunto é a construção de uma identidade coletiva pelo grupo que partilha das mesmas representações políticas, entre outros. Entre este grupo, em função de organizar uma leitura do passado e projeto de futuro, constitui seu discurso e vocabulário próprios.

Neste sentido, apresentamos a proposição de Keith Michael Baker sobre cultura política para definir a perspectiva que utilizaremos nesta pesquisa. Todavia, de antemão precisamos definir o que Baker compreende por política, que em seu modo de pensar, é uma atividade pelo qual os grupos humanos se articulam e negociam com objetivo de formular e implementar as demandas caras a estes grupos, em relação à sociedade (BAKER, 2006). No que segue ser a cultura política:

[...]el conjunto de discursos, o prácticas simbolicas, mediante los cuales se realizan esas demandas. Comprende las definiciones de las posiciones relativas de sujeto desde las que individuos y grupos pueden (o no) realizar legitimamente suas demandas a los demás y, por consiguiente, de la identidad y de los limites de la comunidad a la que pertenecen. (BAKER, 2006, p. 94)

O conceito de cultura política proposto por Baker não nega as duas definições apresentadas, aliás, em nossa perspectiva, adensa o conceito ao centralizar a função do discurso como fundamental dentro de uma cultura política. Essa a percepção se clarifica quando o historiador afirma que “la autoridad política es, desde este punto de vista, esencialmente una cuestión de autoridad lingüística” (BAKER, 2006, p.94), resultando em dois pontos: as demandas formuladas pelos grupos e as funções políticas ocorrem em um discurso político específico, por conseguinte a execução de tais práticas atua na legitimação do próprio discurso.

O conceito de cultura política compreendido então como um conjunto coerente de elementos relacionais, capazes de fornecer uma identidade a um grupo e uma leitura comum de um passado histórico (BERSTEIN, 1998), quais sejam esses elementos:

valores, tradições, práticas e representações políticas que norteiam a expressão e construção de projetos políticos de determinados grupos (MOTTA, 2018). Esses projetos políticos são elaborados no seio de uma cultura política em forma de uma demanda legítima, com objetivo de agir no cenário político em questão por meio de um discurso específico (BAKER, 2006).

Assim compreendido o conceito de cultura política possui íntima relação com a metodologia que será empregada no trato das fontes, o contextualismo linguístico da Escola de Cambridge, que como adianta o próprio termo, o estudo das linguagens políticas e seus vocabulários relativos ao recorte temporal delimitado pelo pesquisador.

A utilização do conceito de cultura política contribuirá para a compreensão da construção do vocabulário político de João Camilo e sua linguagem política monarquista, com atenção para seu contexto histórico, onde já não havia atuação dos “subversivos da república” e o vigor dos monarquistas já há muito parecia ter arrefecido, permitindo conceber quais seus campos de atuação, influências e quais grupos ele ainda compartilhava essa cultura política monarquista, se é possível também afirmar a existência naquele momento de uma cultura política monarquista.

Sendo o contexto histórico de atuação de João Camilo marcado pela atuação dos intelectuais, também será de grande valia a utilização deste conceito. Sobre isso, Marletti (1998) afirma que ao substantivo Intelectuais podem ser atribuídos dois sentidos principais: enquanto designação de uma categoria ou classe social específica, distinta de outras devido à sua competência técnica, científica ou administrativa, condizente com profissões particularizadas. A segunda acepção do substantivo está diretamente conectada ao engajamento de certos atores sociais e sua influência e autoridade no debate público, adquirido com sua atividade intelectual.

O segundo sentido é o que nos interessa aqui, pois, devido ao nosso objeto de pesquisa e seu contexto, Velloso (2007) reitera que ao longo da história a relação entre os intelectuais e o poder instituído tem sido de relevante complexidade e, no caso brasileiro, devido nossas condições sociais de país periférico e problemas estruturais na educação, o “ideal da representação, o falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento e expressão, foi facilmente absorvido pelo intelectual brasileiro [...], ele constantemente reivindicou para si o papel de guia, condutor e

arauto (VELLOSO, 2007, p.147)”.

Jean-François Sirinelli também agrega ao conceito de intelectual uma interpretação quanto a sua atividade de engajamento e apresenta a história intelectual como um campo aberto, nas interseções entre a história política, social e cultura (SIRINELLI, 2003).

Sirinelli ainda nos apresenta em essência, o meio intelectual é o predomínio do confronto ideológico, ou seja, o metapolítico, defronte o político de fato, qual seja, as disputas eleitorais (2003). O intelectual apresenta um papel cultural e político de destaque devido ao seu posicionamento de destaque no debate público.

Ao se debruçar sobre o intelectual, faz-se necessário também ao pesquisador explorar o seu contexto histórico a fim de aferir como se deu a aculturação das ideias políticas vigentes no ambiente social e cultural estudado, pois “as ideias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais” (SIRINELLI, 2003, p. 258).

Ao elaborar e propor um projeto de nação para o Brasil, ainda que com um retorno às suas raízes históricas e também como antídoto para as crises por ele identificadas, João Camilo de Oliveira Torres posiciona-se como um intelectual no debate público. No tocante ao Brasil, o intelectual sempre marcou presença em momentos de crises profundas, exercendo o seu direito de interferir no processo de organização nacional (VELLOSO, 2007).

À parte sua notável produção e seu engajamento político, a figura e obra de João Camilo de Oliveira Torres parece hoje esquecida pelos pesquisadores do Pensamento Político Brasileiro. Sirinelli (2003) alerta para que não se limite o estudo somente às trajetórias dos grandes intelectuais. É necessário voltar atenção para os intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram relevância enquanto viveram, e também ao que ele chama de “despertadores”, os intelectuais que nem sempre adquiriram notabilidade e fama em sua época ou reputação condizente com seu papel, mas que ainda assim resultaram em uma espécie de semente para as gerações intelectuais seguintes, podendo ter exercido influência cultural e política.

Por fim, em nossa perspectiva de trabalho que busca inserir a linguagem política monarquista de João Camilo em uma tradição histórica de monarquista opositores ao

regime republicano, utilizaremos o conceito de Espaço de experiência/Horizonte de Expectativas. Quanto a isso, afirma o historiador alemão Reinhart Koselleck que as fontes do passado podem nos fornecer noções sobre os acontecimentos e ideias de determinada época e que a utilização de recortes cronológicos também não podem definir categoricamente o “tempo histórico” (KOSELLECK, 2006), apesar de que, o emprego de datações e unidades de tempo são importantes. O tempo histórico, para Koselleck, surge no processo de determinação da distinção entre o passado e futuro ou, conceitualmente, entre a experiência e a expectativa.

A contribuição de Koselleck se faz presente na elaboração do conceito de espaço de experiência/horizonte de expectativa e suas relações com a determinação do tempo histórico. Tal arcabouço teórico é importante para essa pesquisa visto que nosso objeto de pesquisa atuou em determinado tempo histórico onde a experiência monárquica ainda estava viva na memória social, todavia encarava no terreno das ideias a hegemônica perspectiva republicanista, vista como expectativa ideal para a nação.

Para Koselleck (2006), experiência e expectativa são o fundamento da história, sem as quais esta não poderia ocorrer e são inerentes à condição humana universal. Por meio desta dicotomia passado e futuro se entrelaçam, dirigindo as ações concretas dos atores políticos e sociais. Koselleck (2006, p.309-310) define, então, a experiência/expectativa

[...] é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. [...] Algo semelhante se pode dizer da expectativa; também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.

O evento que findou o Império do Brasil aconteceu de uma vez por todas e, ainda que no decorrer do tempo em que as ideias republicanas invadiram a sociedade brasileira tornando possível a defesa de tal forma de governo, as experiências assentadas nesse período de transição são suscetíveis ao sabor dos tempos.

É a partir do retorno à esta experiência monárquica que João Camilo constrói seu projeto de nação para o Brasil, buscando um retorno ao elemento fundador da nação,

ao seu ver, o regime monárquico. Porém, a expectativa não pode ser construída sem a contribuição da experiência, e expectativas baseadas em experiência não são motivos de surpresa (KOSELLECK, 2006). Somente o rompimento com o horizonte de expectativa cria uma experiência nova. Este subsídio teórico nos ajuda no tocante ao intento de descobrir a alternativa monárquica para o Brasil que postulava João Camilo, qual sua expectativa.

Em busca do nosso objetivo de compreender o monarquismo dentro do pensamento político de João Camilo por meio da caracterização de sua linguagem política de viés crítico ao republicanismo, como também analisar os principais conceitos que o intelectual emprega na construção de seu vocabulário político, a metodologia que julgamos adequada para esta empresa será aquela que ganhou notoriedade na década de 1960 com os pesquisadores de Cambridge, a partir das contribuições de R. G. Collingwood, cujo expoente mais célebre são John Pocock e Quentin Skinner. Tal metodologia ficou conhecida como Escola de Cambridge (instituição originária dos pesquisadores), Enfoque Collingwoodiano e, posteriormente denominada Contextualismo Linguístico a partir dos aportes propostos por Quentin Skinner, momento em que o método proposto alcança grande projeção.

A diversidade dos escritos de Oliveira Torres é enorme, perpassando pelos dilemas da educação e do ensino, com sua reflexão sobre as estruturas das universidades que culminou em *O Ensino e a finalidade do ensino universitário* (1940). Criou contos infantis sobre um menino itabirano, *João Surrinha nas montanhas* (1952), primeiro para seus filhos e depois publicado. Seus ensaios sobre a vida cotidiana e factual resultaram no livro *A Extraordinária Aventura do Homem Comum* (1961). Produziu livros históricos para o público adolescente, como *a História de Minas* (1963), *a Revolução Francesa* (1964), entre outros. Também produziu, o autor, obras de teor teológico, como em suas meditações inspiradas na padroeira de Minas Gerais sob o título de *Vírgina na Serra da Piedade* (1962). Seus escritos políticos também se deram em profusão, principalmente com as publicações em periódicos e revistas. Em relação aos seus escritos políticos, identificamos no quadro a seguir os volumes constituintes de sua coleção *História das Ideias Políticas no Brasil*, empreitada que consumiu décadas de pesquisa por parte do intelectual.

História das Ideias Políticas no Brasil		
Título	Publicação	Edição utilizada
O Positivismo no Brasil	Vozes, 1943	Edições Câmara, 2018 (e-book)
A Democracia Coroada	José Olímpio, 1957	Edições Câmara, 2017 (e-book)
A Formação do Federalismo no Brasil	Coleção “Brasília”, 1961	Edições Câmara, 2017 (e-book)
O Presidencialismo no Brasil	Coleção “Brasília”, 1961	Edições Câmara, 2018 (e-book)
Estratificação Social no Brasil	Difusão Européia do Livro, 1965	Edições Câmara, 2018 (e-book)
Os Construtores do Império	Coleção “Brasília”, 1968	Edições Câmara, 2017 (e-book)
História das Ideias Religiosas no Brasil	Grijalbo, 1968	Edições Câmara, 2020 (e-book)
Interpretação da realidade brasileira	José Olympio, 1969	Edições Câmara, 2017 (e-book)
A Ideia Revolucionária no Brasil	Publicação póstuma, 1981	Edições Câmara, 2018 (e-book)
A Vida Partidária no Brasil	Texto concluído e não publicado	-
Textos e Documentos para a História da Monarquia no Brasil	Parcialmente publicado em artigos, comporia uma coletânea	-
O Pensamento Político do Reino Unido	Em preparação quando do falecimento do autor	-

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Caldeira (2011) e Ramiro Júnior (2019)

Tal coleção é a fonte primária que nos debruçamos em nossa pesquisa e sua escolha se justifica por ter sido um empreendimento planejado pelo autor para o estudo da influência das ideias políticas no Brasil. Sua intenção, (OLIVEIRA TORRES, 2017d), é estudar as ideias políticas encarnadas nas instituições e sua relação com a realidade concreta da sociedade. É nos volumes dessa coleção que encontramos a linguagem política monarquista do intelectual, principalmente por não serem volumes somente descritivos, mas também analíticos. Portanto, não focamos em um ou dois volumes somente, mas sim em uma interlocução entre todos de modo a ser possível identificar os vocábulos de maior recorrência e seus significados, se delimitando enquanto recorte temporal o hiato entre a publicação do primeiro e último volume da coleção: 1943 a 1981.

Inconclusa devido ao seu falecimento – conforme o quadro acima, os nove volumes relançados pela Edições Câmara e disponíveis em e-book viabilizam a consulta e

nossa pesquisa, visto que a maior parte de sua obra se encontra hoje esgotada⁵. A escolha se justifica pelo acesso às obras disponíveis. Sob pena de ser redundante em nosso argumento, no capítulo dedicado à vida e obra do intelectual discorreremos de maneira mais minuciosa sobre a coleção em questão.

A preocupação que embasa o surgimento deste modo de tratamento das fontes é a retomada do pensamento político de determinado autor a partir dos termos em que é enunciado e sua própria época, respeitando as circunstâncias históricas em que foi produzido e as balizas linguísticas disponíveis (DRUMOND, 2016). A crítica de Skinner é direcionada ao historiador das ideias que enxerga o valor de sua empreitada em estudar e interpretar um “cânone de textos clássicos”, seja seu tema moral, política e/ou religião, pois os mesmos contêm uma “sabedoria intemporal” que buscam respostas para questões perenes no tempo (SKINNER, 2016).

A relevância deste argumento reside na observação de que acompanham o historiador em qualquer pesquisa sobre determinado texto, qual seja o recorte histórico, suas próprias expectativas e pré-julgamentos. A experiência que carrega o pesquisador é reponsável por determinar sob qual prisma se enxerga o objeto de pesquisa. Sob este argumento Skinner (2016, p. 362) tenta

desvelar até que ponto o atual estudo histórico do pensamento ético, político, religioso, entre outros, está contaminado por uma aplicação inconsciente dos paradigmas de familiaridade os quais, para o historiador, disfarçam uma inaplicabilidade essencial para o passado

O Contextualismo Linguístico tem como objetivo por fim aos desvios metodológicos antes comuns a história das ideias, entre os quais o mais freqüente era o de imbuir no estudo histórico questionamentos recorrentes ao presente, o que resultava em anacronismo e por vezes interpretações enganosas daquelas pretendidas pelos autores responsáveis pelos textos estudados. O resultado de uma história das ideias praticadas desta maneira, conforme Skinner, não poderia ser considerado como História, mas uma forma de mitologia.

Skinner (2017) não apenas diz que esta forma de realizar uma história das ideias resulta em mitologias como denuncia quais seriam, dentre as quais destacamos: I)

⁵ Além do acerto disponível online, é importante citar a existência de um acervo pessoal de Oliveira Torres no Centro de Memória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MINAS. Tal acervo possui em torno de 270 caixas de arquivos, compostos por cartas, folhetins, artigos de opinião, memorandos, livros não publicados, entre outros recortes. Esse material abre outras possibilidades de pesquisa para os possíveis interessados no pensamento político do intelectual – e com disponibilidade para consulta presencial.

Mitologia da Doutrina, para o autor seria a mitologia mais persistente, onde o pesquisador se esforça em ordenar e sistematizar textos – ainda que fragmentados – de um autor em um corpo doutrinário que verse sobre uma temática específica, e sob este prisma encaixar toda a obra do autor por meio de uma “ideia-unidade”. II) Mitologia da Coerência, nesta o pesquisador pressupõe que o autor estudado erigiu um sistema intelectual fechado, mesmo que tal autor não tenha atingido ou pretendido atingir tão ordenamento. Esta forma de mitologia impede o pesquisador de perceber as contradições no pensamento do autor. III) Mitologia da prolepse, aqui encontramos um conflito entre o significado que atribui o pesquisador em relação a um episódio histórico e o significado do episódio em si para o autor do texto. Como se o significado do texto precisasse do futuro para revelar o seu significado, como se o mesmo estivesse “à frente de seu tempo”.

Skinner também atenta para a questão interpretativa, buscando assim, se valer da teoria dos atos de fala e a produção de significado através do uso da linguagem. Desse modo, temos uma preocupação não só pelo o que é discursado, mas também pela forma como esse discurso é produzido, suas intenções e qual possivelmente era a tarefa do seu produtor, na busca pelo resgate das intenções do autor no momento de escrita (SKINNER, 2005).

Não obstante ser um crítico do “textualismo”, a proposta contextualista de Skinner difere de um contextualismo sociológico, por assim dizer. Há uma diferença entre a compreensão de uma ideia em seu contexto e a determinação causal de uma ideia por seu contexto. Ainda que se considere, e deve assim ser, relevante o momento histórico em que escreve o autor em suas condicionantes materiais e sociais, sem embargo acrescenta Ricardo Silva (2009, p. 308) que

a compreensão de uma idéia enquanto ação linguística não deve confundir-se com sua explicação causal. Ao fixar-se exclusivamente na determinação causal das idéias, perseguindo as conexões externas e contingentes das ideias com fenômenos não-linguísticos, parte da literatura contextualista reforçaria uma visão em que o papel das ideias na sociedade e na política é desprovido de autonomia e eficácia.

Assim o contextualismo linguístico tanto difere de um textualismo puro quanto de um contextualismo sociológico. Esse seria o método apropriado para o empreendimento de uma história das ideias, pois somente assim é possível compreendermos, por exemplo, como em determinado contexto social é capaz de coexistirem diferentes linguagens políticas.

A abordagem de Skinner tem como fundamento compreender a produção dos textos históricos como manifestações de *atos linguísticos* intencionais (SILVA, 2009). A forma de compreensão de um texto deve considerar, para Skinner (2017), o que pretendiam comunicar os autores: ao escrever, o que pretendiam e à quem endereçavam sua produção. A devida importância ao contexto social em que foi produzido o texto se revela à medida em que serve de baliza para se descobrir quais mecanismos linguísticos e vocabulário estariam disponíveis para o autor quando em seu processo de atuação.

Importante contribuição a metodologia proposta foi a de John G. A. Pocock. O autor compartilha do pensamento de Skinner de que, para o claro entendimento de um texto político, se faz necessário compreender os significados dentro de seu contexto histórico original. Pocock atenta para o estudo das linguagens políticas que existem e podem coexistir dentro de uma determinada sociedade situada historicamente, “a linguagem, enquanto fenômeno de retórica e discurso, deveria ser entendida como forma reiterada de se formar e comunicar valores e ideias” (DRUMOND, 2016, p. 210). O historiador necessita reconstruir essa linguagem política e perceber como ela sofreu variações no decurso do tempo.

Essa linguagem, que cita Pocock, é o discurso maior de uma época, o pensamento político que impera, onde o autor, consciente ou não, fazia uso de mecanismos linguísticos rotinizados (DRUMOND, 2016). Em seu discurso, o autor produz atos de enunciação que jamais poderiam ser feitos sem a existência dessa linguagem, mas que, agora, uma vez produzido, pode vir a modificar a linguagem original.

Das teorias lingüísticas Pocock toma emprestados os conceitos de *langue* e *parole*, sendo o primeiro a língua como um todo e o segundo as performances feitas dentro dessa linguagem. A institucionalização de uma linguagem acontece à medida em que suas expressões e ideias se tornam comum por meio dos discursos proferidos.

Essa linguagem, que quase sempre parte de um grupo intelectual de elite, passa a embasar todo pensamento político de uma época, e a ela está atrelada toda e qualquer performance, seja de atores políticos profissionais ou leigos. Por isso a importância de, ao estudar uma linguagem, reproduzir o mais fielmente possível todo o seu contexto histórico, social e cultural, que possa a vir influenciar em tal linguagem. Pocock salienta que o historiador empenhado em identificar os contextos lingüísticos

em que os atos de fala são emitidos, deve estar em condições de estudar a criação de linguagens em qualquer lugar no contexto social, e sua difusão no interior da atividade do discurso político (POCOCK, 2003)

Portanto, lançando mão da metodologia acima proposta, buscaremos nessa pesquisa seguir esse enfoque da história do pensamento político, reconstruir e compreender no período estudado, a construção do vocabulário monarquista empregado por João Camilo, e a linguagem política monarquista de sua época, e como se deram suas performances e de que maneira essas mesmas performances influenciaram na própria linguagem política em vigor.

Convém, nesse instante, apresentar algumas características biográficas do intelectual – no terceiro capítulo realizamos um aprofundamento em questões mais relevantes para a pesquisa, como os espaços de sociabilidades e suas influências teóricas. Natural de Itabira, Minas Gerais, tendo nascido no dia 31 de julho de 1915 e vindo à óbito em 31 de janeiro de 1973, ali viveu João Camilo de Oliveira Torres até o ano de 1931, quando por força do destino precisou mudar com sua família para Belo Horizonte. Mas Itabira nunca deixou de ocupar um lugar especial em suas memórias e é com orgulho que lembra delas o autor. Momentos marcantes que possivelmente contribuíram para a formação de sua personalidade e modo de ver a vida, ali ele experimentou. Com saudosismo, recorda João Camillo de algumas palavras lapidares que certa vez lhe disse seu avô paterno – e que por vezes iria retomar em seus livros – (OLIVEIRA TORRES, 1998, p.57)

“Se os homens fossem perfeitos, o melhor regime seria a monarquia absoluta. Mas, como reis são sujeitos a erros e à tirania deve haver uma constituição, para limitar-lhes o poder. Mas, nada de fidalguias”

Afirma João Camilo ter sido essa uma excelente lição política e reconhece em seu avô a predominância e importância do espírito público e com ele aprendeu que o interesse público devia estar acima do particular. De seu pai, conta o autor, que lhe impressiona a importância que este conferia à educação, principalmente quando o mesmo cedeu a casa da família – por preço abaixo do mercado – para que nela se instalasse um colégio, indo embora a família para outra casa (OLIVEIRA TORRES, 1998).

Do lado materno, orgulhava-se o intelectual de ser sua família descendente dos Drummond, ramo aristocrático que, entre outros deu ao Brasil o ilustre Carlos

Drummond de Andrade, seu primo. Admirava a religiosidade de sua mãe. Afirmava o autor que a família de sua mãe era inteiramente de raízes *luzias*, de um liberalismo contrastante com o conservadorismo do lado paterno. Grande influência sobre João Camillo exerceu seu irmão Luís Camilo de Oliveira Netto, também historiador e professor que, entre outros, chegou a ocupar o cargo de diretor da biblioteca do Itamaraty (RAMIRO JÚNIOR, 2019).

João Camilo chama de Revolução de 1925 os “extraordinários acontecimentos que me foram dados a presenciar” (OLIVEIRA TORRES, 1998, p.79), com o que acrescenta que não foi evento com tiro e sangue, e nem fatos que ocorreram no mesmo ano. Tal revolução foi o impacto gerado no intelectual itabirano do contato com a “modernidade”. A data simbólica que viu pela primeira vez um automóvel, que conhece o cinema, e a mudança social por meio dos costumes, principalmente no que tange ao feminino.

Posteriormente, aos 15 anos, João Camilo confere grande importância à Revolução de 1930, acontecimento que afirma ter eclodido o mundo político-social e econômico em que ele nasceu (OLIVEIRA TORRES, 1998). Inclusive, afirma Tristão de Athayde ter sido o ano de 1930 o responsável pela reatualização do tema do Império entre os intelectuais. Posterior a isso, o autor perdeu cinco entes queridos entre 1930 e 1933: pai, mãe, avô, irmão e irmã.

Ao findar a educação básica, considerou João Camilo o curso de Medicina – por questões financeiras – porém, iniciou a graduação em Direito, ainda em Belo Horizonte. Sentindo possuir vocação literária, e não achando a carreira de Direito atraente, largou o curso e foi viver uma experiência que marcou sua vida: estudar Filosofia na Universidade do Distrito Federal – UDF, no Rio de Janeiro (RAMIRO JÚNIOR, 2019). Tal experiência deixaria marcas em sua vida e ficaria o autor maravilhado com a qualidade do corpo docente da instituição, que segundo ele, “congregando o que de melhor havia na cultura brasileira” (OLIVEIRA TORRES, 1998, p. 96), e contava com nomes como Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Portinari, entre outros.

João Camilo ficou maravilhado com o curso de Filosofia, mas seu entusiasmo encontrou seu fim quando o Governo decidiu fechar a UDF. O intelectual retornou para Minas Gerais após tal acontecimento, tenta reiniciar o curso de Direito mas acaba

desistindo por falta de motivação. Todavia, essa temporada cursando filosofia rendeu bons frutos ao autor, tendo ali nascido a ideia para seu primeiro livro “O ensino e a finalidade do ensino universitário”, publicado em 1940, e posteriormente o livro “O Positivismo no Brasil”, em 1943. Assim afirma o intelectual: “tendo frequentado vários cursos e muitos meios tornei-me um espírito aberto, anti-especialista, de um gênero que talvez seja necessário defender no mundo de técnicos em que vivemos” (OLIVEIRA TORRES, 1998, p.98).

Ainda que não houvesse concluído nenhum curso superior, teve João Camilo três profissões: jornalista, professor e servidor público. E sua incursão pela imprensa começou cedo, em 1936, então com 21 anos, publica seu primeiro artigo, no periódico *O Diário*, com o título “Patrianovismo⁶ e Representação”. Segundo o autor, os meios monarquistas naquele momento andavam agitados com os Patrianovistas e sua proposta de monarquia corporativa (OLIVEIRA TORRES, 1998). Complementa, em suas memórias, que talvez fosse o jornalismo sua vocação mais viva, embora considerasse a si próprio um “jornalista de horas vagas” devido à pobreza do meio e deficiências de ordem pessoal.

A atuação como jornalista foi fundamental para João Camilo. O jornal, naquele momento, era uma espécie de tribuna para divulgação do ensaísmo literário e do pensamento intelectual brasileiro, segundo Mariza Andrade, ocupando esse veículo de imprensa um lugar especial na “prática da escrita e da leitura no Brasil”, complementa a autora que “era pelo jornal que o escritor se fazia conhecido, operava contatos e possibilidades de trabalho, tinha visibilidade pública e política, além de notoriedade por meio de polêmicas, que às vezes se arrastavam, permitindo-lhes públicos fiéis” (ANDRADE, 2011, p.18).

A segunda carreira trilhada por João Camilo foi a docente no ensino superior. Entre 1943 e 1966 lecionou na Faculdade de Santa Maria e também atuou no ensino público na Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa última, iniciou no departamento de Filosofia, posteriormente migrando para o departamento de história, onde afirmou “se sentir em casa” (OLIVEIRA TORRES, 1998). Na Faculdade de Santa Maria tornou-se professor da cadeira e História do Brasil e, em ambas, fundou a cadeira de História

⁶ No segundo capítulo dessa pesquisa retomamos esse tema, realizando as abordagens necessárias para a composição da tradição monarquista de oposição à República.

de Minas Gerais. Complementa o autor, em suas memórias, que essa experiência foi marcante para seu enriquecimento intelectual, pois, o fato de lecionar várias matérias desenvolveu necessidade de realizar leituras e estudos paralelos que enriqueceram sua formação.

O período como docente proporcionou ao autor a possibilidade da pesquisa e publicações que lhe renderam certo prestígio. Conforme Mariza Andrade (2011), na década de 1950 era João Camillo um respeitado e conhecido historiador, fazendo parte de um círculo ainda menor de historiadores mineiros profissionais. Sobre a atuação de João Camilo como historiador e escritor, lamenta Francisco Iglesias (1973), que experimentava o historiador mineiro o drama do intelectual brasileiro: em outro país João Camillo seria um “scholar”, intelectual que viveria de pesquisa e produção de obras. No Brasil, não sendo possível, teve que dividir seu foco com outras atividades para garantir seu sustento.

Mas o prestígio como intelectual abriu portas ao intelectual itabirano em outros espaços: fez parte da Academia Mineira de Letras, Instituto Histórico de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Estadual de Educação e Conselho Estadual de Cultura Popular (RAMIRO JÚNIOR, 2019), além de diversos prêmios alcançados por suas obras e concedidos por institutos como Academia Brasileira de Letras e Instituto Nacional do Livro.

A terceira frente de atuação foi como servidor público no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes – IAPC, depois incorporado ao Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Experiência também marcante na formação do intelectual que lhe fez atentar para o problema da seguridade social. Não hesitou em se aprofundar na literatura de seu campo de atuação se tornando, para além de um burocrata, também um teórico, que lhe rendeu uma publicação no ano de 1954 chamada “A Crise da Previdência Social no Brasil”. A questão social abriu-se para João Camillo na forma de “securitismo”, que para o autor (OLIVEIRA TORRES, 1960)

Trata-se de uma política orientada no sentido da abolição das causas concretas de miséria e sofrimento, assim como da eliminação das distâncias econômicas entre as classes (conservadas, apenas, como tipos de situação social, mas não de condição econômica), tudo sem destruição da iniciativa particular. Ou resumidamente: conservação da livre-empresa, mas socialização dos lucros, na mais ampla acepção da expressão, abrangendo a entrega à comunidade dos lucros, em forma de imposto de renda, de serviços sociais, de salários altos, de preços baixos, etc.

Esse securitismo a que atenta o intelectual se podia ver na prática adotados nos reinos da Escandinávia, também chamado por alguns autores, segundo ele, de “socialismo monárquico”. Preocupado com a questão social, de maneira simplista para não escapar a intenção do capítulo, chegou o autor a propor uma reforma na Previdência Social a partir de uma sobretaxa sobre o patrimônio e a renda e a carga maior recaindo sobre os melhores índices de consumo (OLIVEIRA TORRES, 2018c).

Em 1967 encerra João Camillo as três carreiras em que atuou durante sua vida. Enquanto jornalista, a lição que aprendeu durante o percurso foi escrever sem temer. Com o jornalismo tornou-se claro e direto em sua escrita. Da experiência no magistério, o intelectual julgou haver compreendido a mocidade e sua carreira como professor o fez evitar o “envelhecimento intelectual”. Por fim, mas não menos importante, a experiência enquanto funcionário público atuante na previdência social fez o autor descobrir um importante campo de atuação, sua luta “em favor de uma Previdência Social adulta, dinâmica e cristãmente autêntica: luta que é, hoje, a razão de minha vida” (OLIVEIRA TORRES, p.145, 1998).

O falecimento de João Camillo de Oliveira Torres gerou emocionados – e por que não empolgados - obituários de admiradores, familiares e intelectuais. Lamentaram publicamente sua morte nomes como Carlos Drummond de Andrade, primo e itabirano como nosso autor, o historiador Francisco Iglésias, o monge Dom Marcos Barbosa, entre outros. Figuras de distinto posicionamento social, intelectuais com os quais se relacionava o autor itabirano entre os espaços de sociabilidade pelos quais circulava. Quando de seu falecimento havia João Camillo deixado publicadas 41 obras, um escritor incansável e também premiado historiador. O *leitmotiv* de seu pensamento político foi a questão imperial, conforme escreveu acima Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima), que tanto lhe instigou ao ponto de realiza sua própria interpretação da história do Brasil Império culminando na escrita de “A Democracia Coroada”, obra premiada pela Academia Brasileira de Letras.

Contemporâneo de João Camillo, Paulo Palmiro Mendes atesta a influência que o autor exerceu no meio acadêmico em sua, embora sem o reconhecimento merecido. Tendo sido João Camillo premiado algumas vezes por seus trabalhos, podemos deduzir que se referia Palmiro Mendes a um reconhecimento social, para além da academia. Todavia, mergulhou o pensamento político camiliano em um longo hiato de

escuridão que o fez escapar ao interesse da academia durante bons anos. Contudo, conforme o levantamento bibliográfico realizado na introdução dessa dissertação, vagarosamente o pensamento político do autor itabirano vem despertando o interesse de historiadores, situação que faria Palmiro Mendes confirmar sua “profecia”.

João Camilo de Oliveira Torres foi, como já destacado, historiador. Essa ocupação, sobretudo, sem formação específica. Quanto a isso, Ângela de Castro Gomes (1996), em pesquisa dedicada a compreender o que era identificado como trabalho historiográfico e quem eram esses autores que compunham uma bibliografia clássica de história no Brasil até a década de 1940, afirma que os historiadores eram aqueles que produziam na área de “estudos históricos”, diferenciando os “estudos político-sociais” dos estudos de filosofia e literatura. Em que pese, a inclusão de intelectuais no rol de historiadores não se dava por critérios quantitativos, nem proibidos a eles possuírem outras especialidades. Com frequência, prossegue a autora, os historiadores da época também eram poetas, juristas, romancistas e, quase sempre, jornalistas militantes.

O intelectual monarquista era um destes historiadores e não se furtou ao exercício de outras especialidades no que tange à escrita, tendo passeado também pelos campos da produção literária, no campo da docência e juntamente à uma atuação jornalística militante, como mais tarde veremos no desenvolver desse capítulo. O tempo a que nos dedicaremos nesse momento é crucial ao historiador em sua pesquisa: a contextualização de seu objeto de pesquisa. Prática indispensável na academia, quando assumimos o posicionamento metodológico do contextualismo linguístico, a tarefa de situar o objeto de pesquisa em seu contexto histórico se torna *conditio sine qua non* para a aplicação satisfatória da metodologia.

Nesse sentido, nossa tarefa de mergulho no tempo de João Camilo em busca do ar de seu tempo nos é um pouco favorecida pois, nos deixou escrito o autor, uma autobiografia, publicada postumamente vinte e cinco anos após seu falecimento a partir dos esforços de sua neta, Flávia Alexandra de Oliveira Torres Mari. Os esforços de sua neta, em honrar a memória de seu avô perante sua família, nos proporcionou também uma fonte histórica importante em nossa pesquisa.

Skinner (2000) afirma que a tarefa do historiador é, entre outras, semelhante à de um anjo registrador: sua aspiração deve ser recuperar o passado em seus próprios

termos, não no sentido de propor a viabilidade de uma neutralidade no tratamento do objeto de pesquisa. Cabe ao historiador, uma tentativa ao máximo possível de minimizar seus valores e motivações sob pena de transformar seu estudo histórico em mera ideologia. Nenhuma teoria política é escrita no vácuo, prossegue o autor, e a recuperação do contexto da obra é fundamental.

Peter Burke (2000) por sua vez, julga a importância de se conhecer o propósito de um historiador e a forma com a qual ele olha para o passado, sob pena de se interpretar mal o trabalho do historiador. A isso Burke reafirma a importância do conselho de E. H. Carr em seu livro *O que é História?* “antes de estudar história, estude o historiador”, que o influenciou sobremaneira.

A escrita de si que realiza João Camilo em sua autobiografia nos permite de uma maneira mais íntima – o tanto quanto for possível – perceber como o autor significava o mundo e como sua trajetória individual foi se alterando com o passar dos anos. Principalmente em como ele ordenou e organizou sua memória e fatos para si dotados de relevância. Importa bastante para nós nesse momento “[...]o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p.20).

Todavia, a busca pela compreensão do contexto que levou João Camilo a tecer seus escritos, principalmente em seu caminho formativo, devemos cuidar para não adentrar no escorregadio terreno da ilusão biográfica, conforme Bourdieu (2006), e perceber a vida do intelectual como um todo coerente em um conjunto de ideias políticas bem arquitetada, ao que se aproxima do define Skinner (2017) de mitologia da doutrina dentro da história das ideias políticas.

O homem interino, título de seu ensaio autobiográfico, são palavras que o intelectual utiliza para definir a si próprio (OLIVEIRA TORRES, 1998), sua visão teleológica do homem. A interinidade diz respeito ao fugidio, ao passageiro, à mutação. A visão da vida sob estes termos orientou, de maneira angustiada, a busca do autor por formas de estabilidade e segurança. O homem, devido a interinidade da vida, necessita se prender, com força, a algo que valorize e pelo qual seja justo lutar pela sobrevivência. Conforme o autor, “ser é persistir”.

Após esta introdução, a pesquisa obedece à seguinte estrutura: no capítulo primeiro realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre a Proclamação da República e em

seguida empreendemos uma reconstituição da linguagem política republicana e como ela se relacionou com a queda do regime monarquista. No capítulo segundo sucedeu-se procedimento semelhante ao primeiro, porém desta vez, enfocamos a constituição da linguagem política monarquista de contestação, visto que os monarquistas passaram ser opositores ao regime recém instaurado. Esse percurso histórico se inicia no primeiro momento da reação monarquista e termina com a atuação monarquista dos patrianovistas. Nesta parte buscamos evidenciar a linguagem política monarquista em seus vocábulos mais caros. Por fim, no terceiro e último capítulo, retomamos o pensamento político de João Camilo a partir do caminho já trilhado no capítulo anterior. Nos aprofundamos em pontos metodológicos essenciais, como os espaços de sociabilidades pelos quais circulou, suas influências teóricas, o contexto de produção dos volumes de sua *História das Ideias Políticas*, findando com a análise de sua linguagem política.

2. CAPÍTULO 1 - A REPÚBLICA IRRESISTÍVEL

Presenciamos uma evolução irresistível. [...] Não se trata de saber aqui se é um bem ou e um mal; afirma-se que é fato inevitável [...] termo necessário da evolução total da humanidade [...].

Sílvio Romero, ao Diário de Notícias em 1889.

Testemunha ocular da história, Sílvio Romero escreveu tais palavras no calor do momento no crucial ano de 1889 ao se referir à ideia republicana, então assimilada como inevitável na marcha dos povos em direção ao progresso, estágio derradeiro da aventura humana na terra. De tal modo, e confirmando (sem realizar julgamento valorativo) as palavras de Romero, o Prof. Dr. Francisco Falcon (2007) adverte também para a existência – esta de longa data, de uma percepção da *república* enquanto uma entidade absoluta e indiscutível, de caráter quase metafísico, na sociedade contemporânea.

Hoje, prestes a completarmos 133 de vivência em regime republicano, a sensação comum é a mesma de finais dos anos 1870, quando o vocábulo república enveredou-se a tornar sinônimo de democracia, conforme Carvalho (2011) por parte de seus defensores, na linguagem política da época. O 15 de Novembro, quando pensamos na atualidade, principalmente nas escolas da educação básica, tornou-se uma comemoração cívica – com importante destaque por ser feriado nacional – que não instiga reflexão sobre o próprio regime republicano que vigora em nossa nação. É “como se o berço esplêndido” em que a nação brasileira se encontra eternamente deitada fosse republicano desde o princípio. Não há outra forma de governo que não o republicano e a aventura humana chegou ao seu ápice.

O professor Christian Lynch (2020) – em intervenção realizada em meios virtuais – defende uma leitura do 15 de novembro sem a projeção de preferências ideológicas atuais, enxergando as singularidades e complexidades do período⁷. Sem almejar um

⁷ A intervenção do historiador Christian Lynch ocorreu no portal eletrônico do jornal Folha de São Paulo, após artigo, no mesmo jornal, dos historiadores Thiago Krause e Paulo Pachá (2020). Na publicação em questão, os dois historiadores, ao analisar aspectos do atual governo presidencial e seus apoiadores, interpretam haver entre

veredito que resolva a dicotomia existente entre o maravilhoso reinado de D. Pedro II ou o horror do latifúndio escravista, Lynch observa a necessidade em não ver nem o Império, nem a República, como regimes estanques. Por fim, o argumentador defende que se discuta as narrativas da historiografia brasileira sobre o momento histórico em tela.

Isso nos remete ao historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), pois, se o 15 de novembro de 1889 aconteceu de uma vez por todas, contudo, as experiências baseadas nele podem mudar no transcurso de tempo. E hoje, passados mais de 130 anos que a República fora proclamada, podemos enxergar as marcas de cada época nas interpretações produzidas sobre esse fato histórico. À medida que a História enquanto ciência avança em seus métodos e paradigmas, e as antigas explicações não satisfazem mais, nenhum acontecimento passado estará à salvo de ser revisitado.

Conforme orientou Lynch, é importante que se discuta a historiografia sobre o 15 de novembro, e também se torna fundamental para nós tendo em vista que a linguagem política monarquista de João Camilo de Oliveira Torres também se constitui em determinado e também produziu o autor obras de cunho historiográfico sobre o Império.

Não é nosso objetivo nesse momento uma revisão extensiva da historiografia republicana – a isto caberia um trabalho monográfico específico, mas sim perpassar por algumas interpretações do 15 de novembro ao longo dos anos⁸ e como a historiografia sobre o momento se alterou, ainda despertando interpretações por parte de novos historiadores.

Em 1925, sob a pena de Oliveira Vianna, veio à lume *O Ocaso do Império*, que segundo Carvalho (2006), seria a primeira obra a tentar uma análise do que levou o Império à derrocada fora do âmbito partidário. Em sua obra, Oliveira Vianna se

eles uma visão “idealizada” do passado imperial, assentada em interpretações ultrapassadas. Tal discussão, contudo, evidencia a relevância do debate historiográfico sobre o advento da República.

⁸ Nesse ponto, Francisco Falcon (2007), atenta para a diferenciação dos textos contemporâneos e os produzidos à posteriori, pois os primeiros, antes de mais nada, não constituem para o historiador, uma produção historiográfica, mas sim “crônicas” sobre o acontecimento. O que se pode denominar de história, enquanto uma narrativa, é tão somente aquilo produzido quando o calor do momento já havia arrefecido e os historiador havia produzido um texto menos comprometido com posições políticas ou ideológicas. Conforme Ângela de Castro Gomes (2011, p.56) “fica desde logo estabelecida a correlação existente entre as concepções que a ‘historiografia’ adota para o percurso das repúblicas no Brasil [...] e o percurso histórico vivido pela própria república, pontuado por crises, golpes, revoluções, transições, negociações etc.”

debruça sobre as “forças políticas” que atuaram para pôr fim ao Segundo Reinado e, portanto, encontra seu momento crucial no ano de 1868, com a queda do Gabinete Zacarias, e a publicação do Manifesto Republicano de 1870. Tem relevância na análise do autor os efeitos do abolicionismo sobre os fazendeiros dependentes da utilização da mão de obra escrava, na disseminação do republicanismo e atuação dos militares, com foco na atuação das elites. A análise de base sociológica, tecida por Oliveira Vianna, tornou-se clássica e influenciou obras posteriores, afirma Carvalho.

Em sua *História da Civilização Brasileira*, cuja primeira edição data de 1933, Pedro Calmon também oferece sua interpretação para o fim da monarquia. A obra, cujo autor denominou de “nova síntese” da História do Brasil, alcançou determinada relevância na década de 1930, originando algumas edições e tradução para espanhol. Calmon confere o protagonismo do 15 de novembro à abolição da escravatura e à questão militar. Para o autor, a abolição fez tornar ainda mais turbulento o cenário de crise entre os militares e o trono. A proclamação da República fora uma ação estritamente militar, a opinião civil se fez ausente e nem possuía forças, naquele momento, para realizar a República.

A República Velha II – Evolução Política, de Edgard Carone, cuja primeira edição data de 1971, está inserida dentro de uma nova fase da historiografia, agora composta por obras de historiadores com formação acadêmica, sendo bacharéis ou licenciados em História, ou com formação em outros campos das ciências sociais, nas faculdades criadas a partir da década de 1930. Esse momento contrasta com a produção historiográfica anterior, cujos historiadores eram autodidatas, assim por dizer (FALCON, 2006).

A partir de perspectiva marxista, Carone identifica o 15 de novembro de 1889 como resultado de um longo processo que aglutinou diversas forças e ideias políticas, como a tendência federalista, o movimento republicano, a crise religiosa e a questão militar. Também estavam envolvidas diversas questões sociais, como a questão servil, a decadência da aristocracia, a ascensão de uma nova camada oligárquica e urbanização. Esses ingredientes compunham o cenário de crise imperial. Para o autor, o elemento imprevisível do cenário foi a aliança entre militares e republicanos civis, embora característica marcante do evento tenha sido seu tom repentino e pequeno número de participantes.

A historiadora Emília Viotti da Costa publicou em 1968 a primeira edição de *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, obra que receberia outras edições e que se constitui em coletânea de ensaios da autora. A autora tece uma crítica à historiografia tradicional que julga a proclamação da República como resultante da Questão Religiosa, Questão e da Abolição. Também é alvo da crítica da autora a historiografia que enxergava a República como sequência natural dos fatos, sendo o regime republicano aspiração nacional. Na maior parte das vezes, tais interpretações, para Costa (1999), não passavam do superficial, reproduzindo à sua maneira as opiniões dos contemporâneos ao 15 de novembro.

Em seu “reparo” à tais interpretações tradicionais, chama atenção Costa (1999) para as transformações econômicas ocorridas durante o Segundo Reinado, como os primeiros passos do capitalismo industrial, a alteração da dinâmica nas áreas cafeeiras, as ferrovias. Paralelo a isso ocorreu em certas regiões o fenômeno da urbanização e esboço da formação de um mercado interno e o surgimento de novos grupos sociais com interesses divergentes daqueles grupos tradicionais. Essa modernização nas relações econômicas e sociais contribuíram para abalar as instituições imperiais.

José Murilo de Carvalho, com as obras *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987) e *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil* (1990), rompe com a historiografia que buscava grandes sínteses para o advento da República e enfoca em outras questões. Na primeira obra, Carvalho elege o Rio de Janeiro na transição da monarquia para a república como objeto de pesquisa e como o povo se relacionou com o novo regime. Para o autor, o que se verificou foi uma exclusão do povo, e até perseguição do novo regime para com aqueles elementos que consideravam como “indesejáveis”, caso dos capoeiras.

Na *Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho (1990) adverte para que não se reduza a proclamação da República somente à questão militar, nem cair na tentação de enxergar o 15 de novembro como um acidente circunstancial. O próprio ato da proclamação possui valor simbólico inegável, e a luta que se seguiu pela autoria do movimento que derrubou a monarquia traz consigo diferentes visões e projetos republicanos para o país.

Em 2007 Maria Tereza Chaves de Mello publica *A República Consentida*, obra oriunda de sua tese de doutoramento. A autora busca compreender a proclamação da República a partir das ruas. Para além do que denomina de “fatos maiores” de nossa história, tais quais a Abolição, a Questão Militar e a Revolta do Vintém, busca Mello compreender o que diziam as ruas e na ampliação do espaço público as bases para a desestabilização do regime monárquico. Para além do debate oficial que ocorria no Parlamento, a autora explorou a rua a fim de perceber como a grande política se relacionava ao homem comum, aos debates cotidianos. E como a ideia republicana foi se assentando e criando uma nova cultura republicana e científica.

Finalizando essa breve revisão, e ciente das ausências, apresentamos a interpretação de Christian Lynch, *Necessidade ou Contingência? A queda do Império reconsiderada* (2018). Lynch realiza uma crítica a historiografia tradicional que, em sua percepção, confunde a pessoa de D. Pedro II com as diversas instituições que configuravam o regime monárquico brasileiro, como também a confusão em compreender o Império com o modelo político regressista. Para o autor, a própria historiografia, ao caracterizar o Império, o faz de certa maneira a fornecer também a chave explicativa para o advento da República.

Lynch defende o estudo do Segundo Reinado sem a “ilusão retrospectiva” de que estivesse o Império fadado a encontrar seu fim em 1889 e afirma que o regime do Segundo Reinado estava orientado por uma cultura política liberal e se configurava em um regime estável, possuidor de certa plasticidade, capaz de se reformar. Em sua interpretação, a proclamação da República rompeu com essa tradição institucional de negociação e instaurou outra tradição assentada no golpe como meio de resolução de conflitos.

Como compreende João Camilo as “causas” da República? Embora rompendo com a linha temporal que foi realizada, convém nesse momento apresentar aspectos de como o autor interpretou a queda da monarquia – posto que também era historiador. O intelectual compartilha dos motivos já apresentados na revisão historiográfica acima, pontuando a questão militar, questão religiosa, questão servil e a questão federal, acrescentando que todas, ou quase todas, “[...] tiveram origem em contradições no texto da Constituição, ou em contradições entre o texto e a realidade, ou na exegese contraditória de artigos...” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.567).

Identifica também o intelectual outras causas contribuintes, como as de ordem “econômica” e de cunho “ideológico”.

Sem influência direta no 15 de novembro, as causas econômicas contribuíram para a consolidação do novo regime na medida em que suscitaria o interesse pelo “federalismo”, pois o Brasil estava passando por uma revolução social com a ascendência de uma burguesia e as grandes províncias do Sul adentrando em uma “maré de industrialização”, de acordo com o intelectual (2017b), o que representou um crescimento do interesse pelos assuntos locais.

Enquanto causas de cunho ideológico estão termos que faziam parte da cultura política republicana e compunham seu vocabulário político de contestação ao regime, como “o caráter mais igualitário do regime republicano e a exceção imperial na América” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.576). O primeiro é definido como a disseminação da contradição entre a tendência igualitária do regime republicano com sua característica de serem as funções do governo estariam a todos abertas, sem exceções de nascimento e a monarquia associada ao privilégio. O segundo, por sua vez, seria o fato de o Brasil ser a única monarquia em território americano, fato que por si só seria um motivo de “vexame” ao brasileiro. A isto recorre João Camilo as palavras do presidente venezuelano Rojas Paul, quando este tomou conhecimento da queda da monarquia brasileira: “Se acabado la única república que existia em América, el Imperio del Brasil” (2017b, p.577).

Retomando a importância das “questões” enquanto causas da República, para João Camilo a divergência com os militares foi aquela que forneceu condições materiais para a “revolução” que derrubou a monarquia. Pode parecer contraditório colocar o intelectual a Constituição em uma espécie de “corresponsabilidade” pois, para o mesmo, a qualidade da Carta Magna imperial era o de não ser utópica, mas sim a busca por uma política efetiva, em suas palavras (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.587)

[...]uma Constituição eminentemente plástica, para não se distanciar da realidade histórica, sempre mutável, transformando-se num texto frio, álgido e distante: uma Constituição que procurava seguir o ritmo do tempo e, não, aprisionar o ser em categorias rígidas.

Era a Constituição adequada à realidade nacional, sem utopias, capaz de uma plasticidade que a permitiria acompanhar a fluidez do tempo – argumento próximo ao de Lynch décadas depois, como se possuísse o Império uma possibilidade reformista endógena. Para João Camilo (2017b), constitucionalmente a “Questão Religiosa”

proveio de uma contradição entre o conceito de igreja contido no texto e o conceito adotado pela própria igreja. A “questão servil” é explícita: liberalismo da Carta Magna e a presença da escravidão. Os militares, por sua vez, não possuíam enquadramento exato no mecanismo governamental e, por fim, a “questão federal”, com ausência de uma solução para o problema da nomeação dos presidentes de província.

Ainda que possa parecer uma possível contradição nessa interpretação de João Camilo do processo histórico, em afirmar ser a Constituição a manifestação de uma política efetiva e reconhecer na mesma a fragilidade que possibilitou a queda do regime, uma explicação é viável a partir da leitura do próprio intelectual.

Devido a sua plasticidade e ter sido redigida observando determinada realidade história – sem utopias, a Constituição poderia passar por reformas e esvaziar o problema republicano e impedi-lo. Todavia, o número de “questões” a enfrentar obrigou os estadistas brasileiros, afirma João Camilo (2017b, p.567) “[...] a um desdobramento de esforços, a uma sobrecarga de tarefas, a um cuidado maior em defesa das instituições”. A falha dos estadistas, podemos concluir, consistiu em não conseguirem responder na velocidade adequada aos problemas enfrentados, posto que não seria a República inevitável, mas o ímpeto revolucionário foi mais eficiente.

A breve revisão historiográfica realizada nos forneceu um panorama da evolução da própria historiografia sobre a proclamação da República – não citamos aqui o termo evolução enquanto desenvolvimento qualitativo, mas sim no que tange a complexidade as pesquisas e novos objetos de estudo. Das grandes sínteses aos estudos pormenorizados, pudemos perceber que o fim do Império e a proclamação da República permanece exercendo seu fascínio sobre os historiadores.

O mesmo não é possível afirmar sobre a historiografia dos movimentos monarquistas. A primeira pesquisa – e também um clássico em sua área – a escutar a voz dos monarquistas foi de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, publicada há mais de duas décadas. Para além de sua obra, a revisão bibliográfica sobre a historiografia do movimento monarquista que realizamos na introdução da pesquisa verificou que, nesse balanço historiográfico sobre os monarquistas, o volume das pesquisas sobre estes não se compara aos estudos republicanos.

Nesse ponto, Janotti (1999) afirma que até hoje, a grande maioria da produção historiográfica sobre o advento da República, principalmente aquelas de caráter

didático, tendeu a dar destaque e valorizar o discurso construído pelos grupos políticos republicanos civis, com destaque para os cafeicultores paulistas. Ao passo que o discurso dos opositoristas, à época, por não terem triunfado, conclui Janotti (1999, p.94)

Foram julgadas como fantasias irrelevantes pelos historiadores. Sob esse ponto de vista, os diversos depoimentos que evidenciavam a pluralidade de opções abertas para os rumos da sociedade foram submetidos às versões hegemônicas dos vencedores, em proveito da edificação ideológica de um discurso comprometido em ocultar as dissensões que presidiram o advento da República.

É a primeira visão apresentada por Janotti que contribui para a consolidação do que a mesma chama de uma Memória Nacional sobre o advento da República, e, de acordo com José Murilo de Carvalho (2017, p. 11) “[...]a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político [...]”. A versão didática, o saber escolar dessa história sobre o advento da República, apresenta uma visão quase teleológica da história, culminando na República que não foi possível resistir.

Essa mesma República arrebatadora já foi alvo de críticas bem construídas ao longo destes mais de 130 anos de existência, e uma dessas críticas é o objeto dessa pesquisa, constituinte do pensamento político de João Camilo de Oliveira Torres. Todavia, para melhor análise do pensamento monarquista do intelectual supracitado, precisamos de antemão discorrer sobre os primórdios da República brasileira, mas recuando para algumas décadas antes do 15 de novembro de 1889 que decidiu o destino do Império brasileiro, no esforço de conseguir refazer o contexto o qual a linguagem política de nosso autor é herdeiro legatário.

2.1 A ORDEM SAQUAREMA

O arranjo político-institucional do Segundo Reinado importa para nós, nesse momento, na medida em que posteriormente alguns aspectos irão compor a linguagem política dos monarquistas. O próprio João Camilo dedicou um volume de sua História das Ideias Políticas ao estudo do Partido Conservador, onde é possível verificar sua interpretação do conservadorismo e como utiliza o vocábulo.

A dinâmica político-partidária que vigeu durante parte da vida política do Segundo Reinado é a bem conhecida disputa entre Partido Conservador e Partido Liberal. Entre altos e baixos, e mesmo após o surgimento de outros partidos, os dois Partidos iriam dominar o cenário político até a queda do Império. O ano de 1850 tem sido considerado um marco para a consolidação do Estado Nacional, principalmente pelas medidas levadas à cabo que há muito faziam parte da pauta de reformas políticas (CARVALHO, 2008). Fundamental para essa consolidação foi a direção *Saquarema* e sua liderança na orientação política e manutenção da ordem, com medidas que “reforçaram as relações entre centro e periferia, entre a Coroa e os proprietários rurais” (GOMES, 2013, p.20)

Ilmar Mattos, valendo-se do conceito de classe senhorial⁹ em sua obra *O Tempo Saquarema*¹⁰ (1987), identifica a primazia de um grupo de integrantes do Partido Conservador vinculados à cafeicultura e residentes na província fluminense, também conhecidos como saquaremas, como o grupo responsável pela direção da vida política imperial pautado no preceito da ordem e da civilização. Um provérbio, tão comum no passado, diz *não haver nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder* pode passar a impressão de que os partidos possuíam atuação de maneira idêntica.

No comando do governo, como também regionalmente localizados no coração do Império, os saquaremas passaram, no comando das ações, a empreender esforços para combinar o destino do Império com os interesses da lavoura cafeeira em expansão. Reduzindo as pretensões “revolucionárias” dos luzias à condição de “rebeliões”, conforme Mattos (1987), saquaremas se portavam como vencedores,

⁹ Ilmar Mattos (1987) utiliza conceito de classe senhorial – tomado de empréstimo do historiador inglês E. P. Thompson - como uma categoria histórica, para além de uma mera classificação de sujeitos que ocupam determinado posto social. Desta forma, ao falar em classe senhorial Mattos fala em um coletivo de indivíduos que possuem elementos de coesão interna e sua própria identidade do grupo é forjada a partir de experiências comungadas e, portanto, orienta a ação de tal classe senhorial a identificar seu interesse em comum, como também se contrapor a grupos que possuem interesses antagônicos aos seus.

¹⁰ O historiador Júlio Bentivoglio, em recente publicação, propõe um contraponto ao modelo utilizado por Ilmar Mattos em sua obra *O Tempo Saquarema* (1987). Buscando um novo olhar sobre o Estado Imperial e a vida política daquele período, Bentivoglio se preocupa em dar conta da diversidade e idiosincrasias da vida política entre 1831 e 1870. Em sua análise, Ilmar Mattos privilegia as noções de bloco histórico e hegemonia ao tratar da vida política imperial. Por sua vez, Bentivoglio defende a existência de um Império rizomático. Esse modelo rizomático descarta a interpretação das relações de poder como uma via de mão única, irradiando de um centro em direção a uma periferia. Contrário disso, nas relações entre governo imperial e autoridades provinciais/locais, deve se reconhecer uma relação onde a autoridade estatal é afirmada em determinadas matérias, e entendimentos e decisões locais em outros assuntos.

como também propuseram uma relação distinta entre Executivo e Câmara, em uma relação que pendia para o fortalecimento do primeiro.

O adágio “o Rei reina, mas não governa”, para os saquaremas – adeptos de um poder forte e centralizador, se transmutaria à realidade imperial em “o Imperador reina, governa e administra”, na formulação do Visconde de Itaboraí (apud MATTOS, 1987), aludindo claramente à prevalência do Poder Moderador na organização política. As paixões partidárias, as lutas entre famílias e os interesses locais caracterizavam um poder fraco, ao passo que somente um poder forte, por meio da ordem e civilização, poderia servir aos interesses comuns e gerais da sociedade. Assim, os saquaremas “à ‘Representação Nacional’ opuseram a ‘Soberania’; a ‘Vontade Nacional’ submeteram à ‘Ordem’; ao ‘Princípio Democrático’ contrapuseram o ‘Princípio Monárquico’ – sempre vitoriosamente” (MATTOS, 1987, p. 152).

Foi a partir de 1848 a política imperial conheceu o mais forte governo conservador que até então tinha visto o Império. Capitaneados pelo visconde de Monte Alegre na Presidência do Conselho de Ministros, com a pasta da Justiça, da Fazenda e dos Estrangeiros, sob controle da chamada “Trindade Saquarema” (Eusébio de Queiroz Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres – futuro visconde de Itaboraí, e José Soares de Sousa – depois visconde de Uruguai), os saquaremas empreendem uma série de reformas (BASILE, 2016), que uma vez levadas à cabo, também resultavam no esvaziamento do programa liberal. Retomando argumento já apresentado, o ano de 1850 foi decisivo pois importantes medidas foram tomadas pelo gabinete conservador que direcionaram a vida política imperial.

Importante característica também do domínio saquarema foi a acomodação dentro do governo conservador de liberais em cargos relativos à administração, no que ficou conhecido como *Ministério da Conciliação*, iniciado em 1853. Segundo a historiadora Amanda Muzzi Gomes (2013), a conciliação se materializava no arranjo entre os sujeitos moderados dos dois partidos com objetivo de harmonia, todavia, com o grupo conservador sustentando a ordem e a autoridade. A Revolta Praieira¹¹ havia legado

¹¹ Considerada a última revolta importante no processo de formação do Estado Imperial, eclodiu no ano de 1848, em Pernambuco. A Revolta foi assim denominada pois seus líderes faziam parte do Partido da Praia – dissidência local do Partido Liberal. De caráter complexo, sua explicação nos pormenores demandaria uma abordagem mais exaustiva, todavia, podemos resumir que entre as bandeiras defendidas pelos praieiros estava a convocação de uma assembleia constituinte, nacionalização do comércio, fim do Senado vitalício e maior descentralização

aos conservadores a experiência de que o “alijamento duradouro dos liberais do poder colocava em risco a estabilidade do sistema e a própria unidade do país” (BASILE, 2016, p.370), e a lógica de conciliação também surgia como um estratagema para a conservação do poder.

O acordo entre conservadores e liberais garantiu o estabelecimento da ordem e uma relativa estabilidade política¹². A manutenção da ordem saquarema se realizava por meio da garantia de monopólios e privilégios, com a primazia do Executivo em indicar delegados, juízes e polícia; como também presidentes de província e cargos no Judiciário, entre outros. A burocracia estatal era alimentada e preenchida de acordo com os interesses da elite política. Nem o corpo docente das faculdades escapava ao crivo dos dirigentes saquaremas.

A ordem política que mantinha o Estado Imperial, por sua vez, assentava seu poderio econômico na questão servil. Os grandes cafeicultores da província fluminense também eram os grandes senhores de escravos. O escravismo constituía-se no cerne da questão socioeconômica. À classe senhorial saquarema importava, sobretudo, a manutenção de tal modelo de exploração, servindo-se do Estado Imperial para construir sua unidade para além do âmbito regional. Essa unidade, conforme Mattos (1986), se orientou em direção horizontal ao aglutinar os demais agricultores escravistas e em direção vertical em relação às pessoas livres, no que tange a disseminação de valores de classe.

A questão do trabalho servil conferia à ordem saquarema um caráter extremamente instável, tendo em tela que o regime escravista seria insustentável à longo prazo. Aliás, em seu “nascimento”, já despontava no horizonte da ordem saquarema a inevitabilidade de se enfrentar a questão escravista. A lei de 1831, que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, apesar de não respeitada, já prenunciava que o debate não poderia ser postergado indefinidamente. Qualquer abalo no sistema escravista ressoaria na ordem saquarema.

política onde os políticos locais gozariam de maior autonomia na gestão dos recursos da província. A revolta também apresentou caráter antilusitano (BASILE, 2016)

¹² João Camilo de Oliveira Torres dedicou um volume da sua “História das Ideias Políticas no Brasil” ao Partido Conservador, chamado por ele de “Os Construtores do Império”. Em síntese – analisaremos a obra em capítulo específico – o Império deve mais à severidade dos saquaremas do que a exaltação luzia, na compreensão de Oliveira Torres.

Foram os anos dominados pelos saquaremas, lançando mão da estratégia da Conciliação, possivelmente os responsáveis pelo argumento de valorização da estabilidade política imperial, posteriormente utilizado pelos monarquistas – já no período republicano – para exaltar as qualidades do regime deposto. Realmente, se julgamos como um período de certa estabilidade política, também é necessário reconhecer que esta já poderia vislumbrar ao horizonte seu fim, visto que a ordem saquarema dependia intrinsecamente da perpetuação do sistema escravista e este, por sua vez, já apresentava sinais de esgotamento.

2.1.2 O CONSERVADORISMO E O PARTIDO CONSERVADOR NO BRASIL IMPERIAL

Ainda que breve, a exposição sobre a ordem saquarema realizada no tópico anterior abriu margem para uma concisa dissertação sobre o Partido Conservador, que também contribuirá para a perseguição de nosso objetivo em torno do pensamento de João Camilo de Oliveira Torres, principalmente no que tange à sua filiação político-ideológica. Reconhecidamente conservador, João Camilo (2017d) assume que ao iniciar a pesquisa que originou a obra “Os Construtores do Império”, o fez a partir de pressupostos liberais, em parte devido a influência das personalidades da vida política brasileira em finais do Império que militaram no Partido Liberal, como Joaquim Nabuco, entre outros. Embora admita o viés liberal no início de sua pesquisa, concorda com as palavras de Afonso Arinos de Melo Franco (2017) de que o livro adotou cunho “saquarema”. Consente até admiração pelos conservadores do Império, reconhecendo e imputando na obra saquarema a autoria de um legado político que repercutiu para além da queda da monarquia.

Dito isso, à primeira vista pode parecer redundante o título do subtópico, todavia é importante separar o conservadorismo do Partido Conservador, até porque aquele é antecedente o segundo, justamente por ser uma ideologia alienígena à realidade brasileira. Como podemos também falar na presença de um ideário – ou ideologia – conservador no Brasil antes da sistematização do Partido Conservador (LYNCH, 2010)

Na linguagem política contemporânea o termo conservador é utilizado por vezes em um tom ofensivo, “como alguém aferrado a uma visão hierárquica do mundo, defensora de privilégios, que vê com maus olhos a democratização, o reconhecimento do direito das minorias etc.” (LYNCH, 2008, p.74), associar alguém ao conservadorismo é basicamente afirmar que o mesmo está na contramão da filosofia progressista. Nessa utilização, retomando argumento já utilizado na introdução, a palavra “conservador” é empregada como um adjetivo, o que por vezes suplanta a compreensão do termo enquanto um substantivo e empobrece o debate político.

O conservadorismo realizou sua contribuição à construção do Estado brasileiro, assim como o liberalismo, e se hoje questionamos os resultados de ações e programas conservadores, podemos também compreender as bases teóricas que justificaram tais práticas, como explicam Ferreira e Botelho (2010, p.14)

“Em vários momentos da nossa história intelectual, o pensamento conservador foi depreciado levando, até mesmo, a que se negligenciasse a vigência dessas formas de pensar no âmbito da cultura política. [...] Além dessa dimensão substantiva, a dimensão metodológica envolvida na pesquisa do pensamento conservador é fundamental e diz respeito às diferentes possibilidades de aproximação das interpretações do passado às questões e perguntas do presente. [...] Porque, afinal, podemos identificar nas ‘interpretações do Brasil’ proposições cognitivas e ideológicas que *ainda* nos dizem respeito [...]”

Prosseguindo, Bernardo Ricupero (2010) afirma que o pensamento conservador enfrenta grande dificuldade não apenas no Brasil, como na América Latina como um todo. Basicamente no alargamento da utilização do termo enquanto sua característica adjetivável, um sujeito apegado ao passado. Essa dificuldade se impõe devido a percepção local de que o passado, de fato, se constitui em um problema, visto que o passado latino-americano é colonial e todo o peso que resultou nos povos originários a partir do contato com o colonizador, como explica o autor, “as novas nações que começam a se formar com as independências do início do século XIX, procuraram se constituir negando a obra anterior das metrópoles espanhola e portuguesa” (RICUPERO, 2010, p. 76).

Na postura conservadora não há ruptura com o passado e o presente não é encarado como o início do futuro, mas como o momento histórico desenvolvido, conforme interpretação de Ricupero (2010). O vínculo que conecta o passado e o presente, na forma de instituições que resistiram ao tempo, deve ser respeitado de modo que o futuro seja possível. Como valorizar então, no caso dos latino-americanos, o passado

colonial e suas instituições? É a dificuldade o pensamento conservador deve encarar e todo o malabarismo intelectual que daí resulta.

Entrementes, Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho (2010), reiteram a diferença entre o conservadorismo e o tradicionalismo, dado que este último se configura em uma característica psicológica comum aos homens, de todas as épocas, como uma espécie de apego ao modo de vida já experimentado com reação defensiva às ações reformistas. O conservadorismo, por sua vez, define os autores, transcende a perspectiva reativa do tradicionalismo, posto que é uma atitude coerente e reflexiva de oposição ao “progressismo”, estruturado em bases teóricas.

Por sua vez, João Pereira Coutinho (2014) atenta para a distinção entre conservadorismo e reacionarismo – frequentemente entendidos como análogos, pois a posição do reacionário se caracteriza por um desejo de retorno à um passado idealizado, onde a experiência de vida seria superior ao presente. Lynch (2008), no que lhe concerne, compreende o tradicionalismo e o reacionarismo como sinônimos e erroneamente identificados com o conservadorismo, ainda que habitem o mesmo espectro da direita.

Segundo alguns autores, o emprego do termo conservadorismo de uma maneira comum, que simplesmente signifique “conservar” alguma coisa, “manter algo como está”, quando rastreada a origem da utilização, remontamos ao século XIV. Contudo, a utilização política da expressão é comumente datada após a Revolução Francesa, diz Andrew Vincent (1995), assim como o liberalismo, frutos da revolução em questão. O termo conservador, de acordo alguns pesquisadores, teria entrado em voga em França a partir da década de 1820, sob criação de Chateaubriand em seu jornal *Le Conservateur*.

Outros pesquisadores apontam uma origem diferente para o termo, com seu local de origem no outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, em um tempo anterior ao jornal *Le Conservateur*, mais precisamente no início de 1800. Seus autores teriam sido alguns membros do Partido Nacional Republicano, explica mais uma vez Vincent (1995). Da década de 1830 data, prossegue o autor, o aparecimento do termo na Grã-Bretanha, debutando pelo jornal *Quarterly Review* – cuja interpretação concorda Robert Nisbet (1987). O termo propagou-se pela Europa a partir de 1840, impulsionado pelas turbulências políticas de 1829-1830 e 1848, além para atenção

dada pelos conservadores aos “perigos” representados pela industrialização e democratização.

Considerando, então, que o conservadorismo em seu sentido técnico é uma ideologia, assim como o liberalismo e o socialismo, surgido após a Revolução Francesa – sem entrar no mérito de quem e onde apareceu pela primeira vez sua utilização política, é consenso entre os especialistas que:

sua substância filosófica nasceu em 1790, com Edmund Burke, na sua obra *Reflections on the Revolution in France*. Raramente, na história do pensamento, um conjunto de ideias foi tão dependente de um único homem e de um único acontecimento como o conservadorismo moderno o foi de Edmund Burke e da sua violenta reação à Revolução Francesa (NISBET, 1987, p.15).

Seguindo a interpretação de Nisbet, o feito de Burke foi ter reagido aos ideais da Revolução Francesa a partir da reafirmação de valores e instituições históricas como a família, a comunidade local, a religião, as associações, entre outros, contra o individualismo e a filosofia progressista. Em suma, uma reação ao jacobinismo revolucionário.

Andrew Vincent (1995) acrescenta a essa interpretação que o conservadorismo¹³, enquanto ideologia, se opõe a crença revolucionária da construção de uma sociedade perfeita a partir do manejo da política, oposição a confiança de se alcançar a igualdade e/ou liberdade como meta humana e os resultados políticos e econômicos dessa busca, a certeza do triunfo da razão humana. Por último, porém não menos importante, o conservadorismo revela a defesa da autoridade, da hierarquia e também da tradição.

Em todo caso, não existe um conservadorismo, posto que não há um corpo definido de ideias que todos dos conservadores devam seguir, nem possui caráter universalista como o liberalismo e socialismo, mas sim “conservadorismos”, pois este, mais que as duas outras ideologias citadas, assume mais fortemente as cores locais onde é empregado, principalmente naquilo que rejeita (LYNCH, 2010; RICUPERO, 2010; VINCENT, 1995; NISBET, 1987; COUTINHO, 2014).

¹³ Para além da interpretação do conservadorismo enquanto uma ideologia, Vincent (1995) apresenta mais quatro sentidos: o conservadorismo enquanto uma ideologia aristocrática, como uma posição ideológica pragmática, na qualidade de uma visão situacional ou posicional e, por fim, como disposição do hábito ou da mente.

Para João Camilo o conservadorismo é um conceito de difícil definição, mais próximo de um “estado de espírito” do que um corpo doutrinário, nem compreender o intelectual o conservadorismo como uma ideologia, para ele um termo de caráter negativo – no quarto capítulo em nossa análise de sua linguagem política monarquista abordamos esse vocábulo. Esse “estado de espírito” se traduz e um posicionamento político, ou seja, em ação. Assim sendo, em sua definição (OLIVEIRA TORRES, 2017, p.23)

[...] uma posição política que reconhece que a existência de comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. [...] não considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido da continuidade histórica.

Eis um importante traço desse “estado de espírito”: sua característica psicológica de continuidade histórica. Encontramos aí um tom característico do vocabulário em sua linguagem política, sua característica histórica. Um posicionamento conservador, prossegue o intelectual (OLIVEIRA TORRES, 2017d), é integralmente histórico pois reconhece a condição temporal do homem dentro de uma histórica contínua e homogênea, em um fluir temporal em que não é possível separar épocas, pois elas se compenetraram mutuamente.

Para melhor esclarecer sua interpretação, João Camilo diferencia o conservadorismo por contraste ao *imobilismo*, *reacionarismo* – por vezes identificados como sinônimos de conservadorismo – e *progressismo*, definidos pelo intelectual como posicionamentos anti-históricos. Os três são anti-históricos, diferenciando-se somente a direção temporal: os dois primeiros negam o fluir do tempo e o último ignora o passado.

Por *imobilismo* compreende o intelectual como um posicionamento que pode ser social ou político e se caracteriza por desejar que a situação atual se mantenha, ignorando toda e qualquer mudança. Ao negar a mudança negam o tempo o *imobilista* rejeita transformações legítimas e inovações benéficas. O *reacionário*, igualmente ao *imobilista*, também nega o tempo, embora radicalize em seu posicionamento: pretende fazer com o que o tempo reflua (OLIVEIRA TORRES, 2017d). O *reacionarismo* identifica um momento em que transformações ocorreram, ao que as julga negativamente em uma atitude condenatória, almejando um retorno ao tempo pretérito. Segundo João Camilo, imobilistas e reacionários identificam o novo ao mau.

De modo divergente é o *progressismo* ou *reformismo* – que na linguagem política do autor é sinônimo de revolucionarismo, posição caracterizada principalmente por atribuir o novo a característica de ser sempre “bom”. O progressista “postula um futuro construído no vazio”, afirma João Camilo (2017, p.27d), negando a continuidade histórica. Grosso modo, os imobilistas não querem a nada reformar, os reacionários almejam retornar e os progressistas nada querem conservar.

Sendo um posicionamento a partir de uma compreensão da realidade histórica, como se daria então na compreensão de João Camilo, a atitude de um conservador? Não havendo meios de frear a história, sempre se deparará o conservador com a emergência do novo. Diante de tal necessidade, poderá assumir o conservador uma postura reformista, embora deva se afastar das “reformas fundadas unicamente na vontade humana, sem respeito às condições preexistentes” (OLIVEIRA TORRES, 2017d, p.23).

É o reconhecimento por parte do conservador do tempo a partir da relação passado e futuro, se distanciando dos posicionamentos anti-históricos supracitados. Decorre então a única forma possível de atuação para o conservador, segundo João Camilo, “somente podemos conservar reformando” (2017d, p.25), pois são necessárias as reformas, mas não se pode haver precipitação. Os conservadores, prossegue o intelectual, e habitualmente não iniciam as reformas embora possuam o dever de propor reformas quando for para evitar processos revolucionários. A reforma, ou progressismo, é o desejo de destruição da ordem para buscar algo novo.

Um verdadeiro reformismo conservador, segundo o intelectual, deve possuir duas características principais: que a reforma atue em uma instituição preexistente sem modificar suas estruturas essenciais, em outras palavras “ele continua a ser o que era, mas melhorando e adaptando às novas condições”, reitera João Camilo (2017d, p.25). O intelectual exemplifica sua interpretação citando a transformação das monarquias absolutistas em parlamentares. Por fim, a segunda característica de uma reforma realizada por um conservador é o respeito à tradição, sem ocasionar uma ruptura entre o passado, o presente e o futuro (OLIVEIRA TORRES, 2017d). Arremata o intelectual que “[...] devemos ter em mira, principalmente, que o conservadorismo não procura deter as reformas ou impedir as transformações, mas dar-lhes um tom moderado e tranquilo, acomodá-las às condições gerais da sociedade, naturalizá-las, em suma” (2017d, p.29).

Neste momento, o que nos interessa é a recepção da ideologia conservadora no Brasil Imperial e sua apropriação pela linguagem política comum à elite dirigente e os demais atores políticos envolvidos nas questões nacionais, como também sua contribuição para bases ideológicas do Partido Conservador e sua contribuição para a construção do Estado brasileiro. Essas questões se agravam à proporção que consideramos o apreço do conservador em valorizar o passado, e o passado da estrutura social brasileira, mesmo no pós-independência, permaneceu ligado à estrutura monarquista com base na escravidão.

Será de grande importância para nós, nesta ocasião, os estudos de Christian Lynch (2008; 2015; 2017) acerca dos primórdios do conservadorismo brasileiro, e as diferentes maneiras como o pensamento de Burke foi interpretado pelos brasileiros. Nesse sentido, em análise do pensamento político do Brasil no oitocentos, Lynch destaca a contribuição de cinco autores que o mesmo considera como representativos da ideologia de Edmund Burke em terras brasileiras¹⁴, tais quais: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1836, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), José Martiniano de Alencar (1829-1877), Rui Barbosa (1849-1923) e Joaquim Nabuco (1849-1910), sendo estes dois últimos, todavia, localizados no espectro do liberalismo.

Dentro da perspectiva que o conservadorismo não se apoia em uma base teórica unificada, mas em sua característica maleável que o faz assumir diferentes significados em diferentes contextos, Lynch avalia que em terras brasileiras o conservadorismo de Edmund Burke deu origem, no que tange ao pensamento político oitocentista, a diferentes “conservadorismos”, como: *reformismo ilustrado*, *conservadorismo estatista*, *conservadorismo culturalista* e *liberalismo conservador*.

As ideias de Burke atravessaram o atlântico em direção ao Brasil a partir de 1810, encontrando em Visconde de Cairu seu principal tradutor e divulgador – que também traduziu outros autores da vertente britânica do iluminismo. Sob a ótica de Cairu, afirma Lynch (2017), Burke é apresentado não como um reacionário e inimigo da

¹⁴ Fernando Henrique Cardoso conta (2016) que, quando do exame de uma tese de livre-docência em que o autor contrapunha o pensamento conservador, o liberal e o progressista, ouviu Sérgio Buarque de Holanda indagar, retoricamente, o autor se o mesmo cria que Bernardo Pereira de Vasconcelos lia Edmund Burke. Ao passo que o próprio respondeu que “não”, que Bernardo Pereira de Vasconcelos não seria um “autêntico” conservador, mas somente um “atrasado”.

mudança, mas sim um pensador cosmopolita que receita o reformismo das instituições, quando necessário, como o remédio contra os malefícios da revolução.

A Independência política do Brasil em 1822 apresenta um fato novo ao conservador em território brasileiro: o rompimento da ligação política formal com Portugal põe fim a qualquer expectativa de evolução orgânica com o passado, bem aponta Lynch (2017), e agora o que se busca é a superação das antigas tradições em a partir da implementação de novos projetos de nação. Os conservadores latino-americanos não poderiam ser “reacionários”, como um francês nos tempos da Revolução Francesa, não havia um passado a reclamar o retorno. A modernização seria o único caminho possível.

O conservadorismo burkeano encontraria dificuldades nesse momento de construção de um Estado nacional a partir da edificação de novas instituições, como também a necessidade de uma Constituição e o desenvolvimento de uma burocracia. Lynch enxerga, no contexto do pós-independência, na figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos uma apropriação particular do pensamento burkeano. Figura importante nos eventos que se seguiram após a abdicação de D. Pedro I, no que tange às turbulências políticas experimentadas no Período Regencial, Vasconcelos, na interpretação de Lynch, toma de empréstimo de Burke a defesa de um Estado monárquico e centralizador. O conservadorismo de Vasconcelos apresentaria um caráter estatista e opositor às “inovações político-institucionais inspiradas na Inglaterra e nos Estados Unidos” (LYNCH, 2017, p.334). Ao Império brasileiro não caberia a importação acrítica de instituições liberais de outros países, na postura conservadora de Vasconcelos, pois não havia remédio universal que desse conta de qualquer problema político que pode acometer um Estado nacional.

José de Alencar, por fim, seria o representante de mais uma variação do conservadorismo oitocentista brasileiro. Esse conservadorismo buscava uma modernização do próprio ideário, se afastando da perspectiva estatista do conservadorismo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, incontestável até a década de 1860, que muito contribuiu para a consolidação do Estado nacional. Na visão de Alencar, o modelo ideal de governo seria o representativo inglês, e sua compreensão da civilização se dava por meio de uma interpretação orgânica do processo histórico, sem ver no passado algo negativo. Dava importante valor a aristocracia rural e era

ferrenho defensor do sistema escravista. As ranhuras liberais em seu conservadorismo se acentuam quando:

“[...] alegara que a escravidão estava profundamente enraizada na sociedade e não deveria ser extinta por medidas impostas pelo Estado. A escravidão civilizara a América porque, por força da necessidade, havia sido a única forma de povoar o continente nos primeiros séculos. Considerada legítima, ela fora paulatinamente deixando de sê-lo por força da evolução dos costumes. Nesse quadro, os conservadores deveriam deixar ‘que o problema da escravidão se resolvesse por si, por uma transformação lenta e revolução social dos costumes’” (LYNCH, 2017, p.338-339)

O conservadorismo de José de Alencar se aproximaria do pensamento burkeano na medida em que confere valor a terra e aristocracia rural. Christian Lynch assim demonstra as variações na linguagem conservadora oitocentista brasileira a partir das diferentes apropriações do pensamento conservador europeu, realizadas pelos três personagens citados, em diferentes contextos e momentos do processo histórico da construção do Estado nacional brasileiro.

Por fim, Marcello Basile (1999), em verbete sobre o conservadorismo no Brasil Império, que compõe o Dicionário Crítico do Pensamento da Direita, confirma ser o conservadorismo naquele momento íntimo ao pensamento liberal, comungando de postulados comuns, como a oposição ao Absolutismo, defesa de governo monárquico constitucional, garantia de direitos civis e políticos aos cidadãos, entre outros. No ponto de afastamento entre os dois ideários, enquanto os conservadores defendiam um governo centralizador com predomínio do Poder Executivo, os liberais apostavam na descentralização política com domínio do Poder Legislativo.

Conclui, Basile, que o conservador brasileiro não se situava na contramão da mudança e da modernidade, mas somente possuíam uma concepção própria de como seria o ideal do desenvolvimento da sociedade, por via pacífica, sem sobressaltos, através de reformas pontuais e escalonadas, com o objetivo de não pôr em risco as conquistas já estabelecidas. O conservadorismo também era pragmatismo no que corresponde ao respeito aos costumes e tradições locais e regionais quando da importação de instituições estrangeiras, seja no formato de leis ou soluções políticas.

O Partido Conservador, por sua vez, a quem João Camilo de Oliveira Torres imputa aos seus integrantes o título de “construtores do Império”, em obra supracitada, tendo em alta conta para o intelectual a obra daqueles homens em erigir o Estado nacional

monárquico. Christian Lynch (2010) também enxerga um legado do saquaremismo para além do período Imperial, com impacto até os anos 1920.

Christian Lynch, em sua tese de doutoramento (2007), identifica que inicialmente o Partido Conservador foi sustentado pela geração nascida em 1800, cuja inspiração repousava no *conservadorismo doutrinário* teorizado por François Guizot, e em sua linguagem política adotou a monarquiana¹⁵. O compromisso dos conservadores brasileiros residia no ideal da ordem e fortalecimento do Estado, defesa dos interesses agrícolas da aristocracia rural e a manutenção do sistema escravista que daí decorre.

O Partido Conservador, prosseguindo, conferia ao Poder Moderador a ponta de lança na hierarquia política, seguido do Poder Executivo e, por fim, do Poder Legislativo. Ao Imperador caberia exercer o Poder Moderador e supervisionar o Executivo. O Legislativo era compreendido como um espaço de aprendizado e treinamento composto por coadjuvantes. Ao Poder Moderador caberia a unificação do governo representativo de cima para baixo, fonte do poder legítimo, árbitro dos litígios envolvendo os grupos políticos. Na prática o que se via era uma monarquia parlamentar tutelada pelo Imperador.

Segundo João Camilo, “a ideia conservadora foi dignamente representada, no Brasil Imperial, pelo Partido Conservador [...] (2017d, p.30). Foi o Partido Conservador, para o intelectual, a melhor representação do vocábulo conservadorismo conforme empregado em sua linguagem política e observa que não era um partido reacionário, embora possuísse alas “hostis ao progresso”. Em sua interpretação, afirma reitera o intelectual (2017d, p.31)

Numa tentativa de definição, poderemos dizer que o Partido Conservador lutava pela unidade nacional e considerava como instrumento adequado o conjunto de instituições consubstanciadas na Constituição de 25 de março de 1824. Os conservadores admitiam que o sistema político, vigente no Brasil, sobre ser legítimo, era útil e vantajoso para o fim supremo: a unidade nacional fundada sobre a democracia liberal

¹⁵ Lynch emprega o termo para designar o discurso da direita política brasileira no período da independência. O termo não seria sinônimo de monarquista ou monárquico. O autor busca suas origens na ação dos patriotas moderados quando dos eventos da Revolução Francesa, conhecidos como “monarquianos”. Essa concepção monarquiana, ao cruzar o atlântico, conferiu ao governo constitucional representativo brasileiro “adaptar-se à herança do despotismo ilustrado na América Portuguesa”, conclui o autor (2007, p. 11) “Ao saudar no monarca o primeiro representante da soberania nacional, o monarquianismo permitiu veicular o liberalismo possível numa terra cuja fragilidade social impunha ao Estado forjar a nova ordem como condição das reformas preconizadas pelo espírito da ilustração; ele daria à alta burocracia brasileira a incumbência de organizar, num quadro liberal, a defesa da centralização política em torno do poder pessoal do Imperador, assim como proceder à abolição do tráfico de escravos, à civilização dos índios e à imigração estrangeira.”

Deriva da definição apresentada que tais instituições caras aos conservadores, ou seja, aquilo que desejavam defender, conforme João Camilo, “temas conservadores”, o Poder Moderador, a centralização e o Senado e o Conselho de Estado. Havia a necessidade de um “freio” constitucional que organizasse a vida política de modo imparcial. Portanto, cabia ao Imperador exercer esse papel suprapolítico de moderar o campo político.

A centralização era outro tema deveras importante, embora reconheça João Camilo que o termo correto deveria ser unificação. Sem “centralização” não haveria Império e sem uma autoridade “una e única” estaria comprometida a ordem jurídica do país, reafirma o intelectual (2017d) utilizando conclusão apresentada por Visconde do Uruguai. A unidade somente foi garantida por intermédio do esforço de centralização dos conservadores.

Por fim, um tema objeto de divergência entre liberais e conservadores: o Senado e o Conselho de Estado, este último o “cérebro da monarquia” para João Camilo. A defesa de um Senado vitalício se justifica, para o intelectual, na medida em que politicamente moderado e partidariamente equilibrado, serviria como freio “às tentativas de política muito radical” (2017d, p.209). Isso em oposição às Câmaras que por ventura possam possuir ação mais extremada. O Conselho de Estado, “a consciência do rei”, era fundamental por reunir estadistas preparados e, em sua característica de preparar as decisões do rei e discussão prévia dos projetos, terminava por resolver os problemas por antecipação, assevera João Camilo (2017).

2.2 A GERAÇÃO DE 1870 E O MANIFESTO REPUBLICANO

Marc Bloch, em seu célebre livro *A Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, ao problematizar o que denominou de “ídolo das origens”, se questiona: “de onde fazer partir o cristianismo? Da atmosfera sentimental em que se elaboraram, no mundo mediterrâneo ou iraniano, as religiões da salvação? De Jesus? De Paulo? Ou das gerações que vieram a se fixar nas linhas essenciais do dogma?” (BLOCH, 2001, p.56). Questiona o historiador se por origens se entende o começo ou a causa de

determinado evento, ou seja, até onde devemos recuar na investigação, ou busca, pela ocorrência catalisadora de alguma coisa.

Por conseguinte, não buscamos aqui remontar as origens do pensamento republicano no Brasil, nem caberia tal empresa ao escopo dessa pesquisa. Marcelo Basile (2011) adverte, a fim de evitar anacronismos, que se atente para a existência de um pensamento republicano já durante o Primeiro Reinado, como também no Período Regencial. Esse pensamento republicano possui seus significados singulares, como também não se trataria de um embrião do pensamento republicano protagonista no ano de 1889. Ao passo que a historiadora Heloísa Starling, em obra vinda à lume em 2018, pesquisa a história de uma tradição esquecida do republicanismo no Brasil Colonial, visando lançar luz à construção do repertório republicano ao final do século XVIII na América portuguesa, não somente na ordenação de ideias no que tange a constituição de um vocabulário, mas também no âmbito das práticas simbólicas e de imaginação (STARLING, 2018, p. 15).

Atento à essas observações, iniciamos no movimento republicano formalmente organizado das décadas de 1870 e 1880, principalmente na ação da ilustre Geração de 70, a composição do quadro em que inseriremos nosso objeto de pesquisa. Ainda que João Camilo de Oliveira Torres tenha iniciado sua produção política a partir dos anos 1930, o “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006) em que se movimenta e sua construção teórica em defesa da monarquia passa pela crítica ao regime republicano, devedor da ação direta daqueles homens no recorte já assinalado.

A alternativa republicana tornou-se politicamente viável - ou melhor, considerada - no Brasil a partir dos anos 1870, conforme Renato Lemos (2009), enquanto resultado das transformações sociais e econômicas que o país atravessava. O progresso material por meio do avanço da ciência e da técnica – na Europa se fazia sentir os impactos da chamada Segunda Revolução Industrial e seus desenvolvimentos, marcava presença na vida cotidiana por meio das inovações e o Império brasileiro não escapava aos desdobramentos desse acontecimento.

Maria Tereza Chaves de Mello (2007) destaca que as festas públicas no Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado, garantiam seu sucesso por meio de iluminação pública especial. O desenvolvimento dos transportes e o conseqüente encurtamento das distâncias terrestres, no caso do trem e do bonde – principalmente deste, fazia o

povo sentir o caminhar na esteira do progresso, posto que a luz era seu principal símbolo. Os habitantes das cidades que já conheciam as inovações experimentavam “a sensação da aceleração [que] toma todos os aspectos da vida, influenciando na concepção mesmo da história” (p. 128). A modernização por meio do incremento da ciência e da técnica foi uma verdadeira revolução, no dizer de Ângela Alonso (2002), como foi o caso das estradas de ferro e do telégrafo, que alterou também a lógica econômica e bem como na divulgação da informação. As relações econômicas e políticas entre a província e o centro igualmente foram impactadas.

Essas transformações, alega Renato Lemos (2009), indicavam um movimento concreto de superação das antigas estruturas coloniais com a acumulação de capital no setor agroexportador, de modo que proporcionou uma experiência administrativa da riqueza material produzida no país bastante diversa daquela imposta pelo “estatuto colonial”. A economia brasileira tornou-se mais um tanto mais complexa e os indícios para tais podemos verificar na difusão das agências de crédito. Na esteira das transformações, novas atividades econômicas surgem, à proporção que as atividades tradicionais também sofriam mudanças que afetavam a dinâmica social, com que conclui Lemos: “à emergência de novos grupos correspondia uma diversificação dos interesses em jogo no cenário nacional” (p.408)

Tendo em tela tal contexto, Ângela Alonso (2002) argumenta que, para se compreender a formação do movimento intelectual de 1870, é importante considerar os abalos ocorridos na estrutura político-econômica imperial na esteira dos acontecimentos já expostos, como também seus desdobramentos travestidos em dilemas no seio da elite política no que tange reformas de ordem econômica e política que seriam vitais para a manutenção do sistema. Todavia, o consenso sobre tais reformas e o temor dos seus efeitos nas instituições políticas e ordem social repercutiu no equilíbrio entre os grupos políticos pertencentes a esta elite política.

Tal encadeamento de acontecimentos conjunturais evidenciou o descompasso entre a estrutura política imperial e sua forma de administração capitaneados pela elite política, e os desejos dos grupos emergentes na sociedade, principalmente nos meios urbanos. Soma-se a isso a percepção popular da expectativa do progresso ocasionados pelas inovações de ordem material invariavelmente resultou em uma contestação da ordem imperial, como também o clamor por mudanças, como explica Mello (2011, p.124):

“[...] vieram à cena, entre outros fatos, o *Manifesto Republicano*, partidos republicanos, jornais republicanos e, o que é de especial relevância, ampliou-se uma nova cultura pela sociedade brasileira letrada, uma cultura democrática e científica, na qual o regime republicano estava inscrito como uma inevitabilidade histórica. [...] o regime republicano passou a ser percebido como uma fatalidade histórica. Essa cultura democrática e científica penetrou profundamente na sociedade brasileira do final do Império. Ela renovou o vocabulário e a semântica”.

Maria Tereza Chaves de Mello defende que essa cultura democrática e científica renovou o vocabulário da sociedade letrada de modo que o republicanismo agora passou a ser compreendido a partir de outras bases interpretativas. Posto que, entendido como uma inevitabilidade histórica, o republicanismo apresentava-se como uma perspectiva de um futuro agora alcançável. A cultura política republicana – aqui compreendida também como um conjunto coerente de elementos com estreitas relações entre si (BERSTEIN, 1998), sofre alterações em sua linguagem em razão do próprio vocábulo república trazer em si um outro significado, oriundo de uma outra conjuntura sócio-política.

Embora no todo uma cultura política seja homogênea, as partes constituintes podem apresentar graus de diversificação, conforme Berstein (1998), o que também justifica a diferente utilização dentro da linguagem política o mesmo vocabulário. Vez que a escolha para iniciar a ambientação de nossa pesquisa foi o movimento intelectual da geração 1870 por compreendê-lo como um elemento chave no republicanismo brasileiro no Segundo Reinado, pontuamos também a publicação do *Manifesto Republicano*, por um dos grupos pertencentes a esse movimento intelectual, como momento fundamental dentro da cultura política republicana no naquele contexto.

Sérgio Buarque de Holanda (2007) ressalta que o documento de 1870 soou por vezes como contemporizador, e até anti-revolucionário. Apresentavam os republicanos uma espécie de suave paciência que parecia não incomodar os poderosos. Christian Lynch (2018) define o movimento como reformista, retirando dele o protagonismo na propaganda republicana. Ângela Alonso (2002) também afirma ser o sentido dos “contestadores” de 1870 a reforma da ordem saquarema. Não pretendemos ir na contramão destas interpretações, todavia, também não buscamos no manifesto de 1870 um papel de liderança, mas simplesmente um símbolo da cultura republicana do período.

A publicação do *Manifesto Republicano* é atribuída à pena Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, ambos integrantes do grupo dos liberais republicanos,

provenientes da dissidência¹⁶, ocorrida início de 1870, no seio do Partido Liberal (ALONSO, 2002). Outro fruto dessa divisão foram os chamados novos liberais. Dessa divisão no Partido Liberal, os seus integrantes mais radicais reuniram-se no já citado grupo de liberais republicanos e fundaram, em novembro de 1870, na cidade do Rio de Janeiro, o Partido Republicano. O *Manifesto Republicano* foi lançado um mês depois, conta-nos Lemos (2009), e sua divulgação fomentou a criação de clubes e jornais em diversas regiões do Império.

Os liberais republicanos interpretavam o Brasil a partir de elementos do liberalismo imperial, adicionando nessa interpretação elementos de uma visão científica da política e uma linguagem organicista. Nesse viés, o sistema político se encontrava decadente, tendo o regime monárquico brasileiro representado uma falsificação do que seria um governo liberal. O organicismo seria responsável por uma percepção evolucionista do “corpo social”, onde alterações bruscas são indesejáveis. Evolução, e não revolução, nos dizeres de Holanda (2007). A análise deste grupo encontra seu foco na política. Diferentemente, os novos liberais, nos dizeres de Alonso (2002), interpretam e constroem sua crítica ao sistema político a partir perspectiva econômica, com especial atenção para a questão do trabalho escravo. A marca da escravidão afetava a sociedade, o Estado e a economia. Alonso aponta a obra de Joaquim Nabuco, “O Abolicionismo” (1885), como referência para a compreensão da crítica dos novos liberais.

Voltando ao primeiro grupo, a crítica dos republicanos materializada no manifesto recaía sobre o regime de privilégios daqueles que integravam a elite e o *status quo* imperial, o excesso de centralização da administração, a nulidade da liberdade econômica, a limitação do sistema representativo. Os signatários do manifesto identificavam na forma de governo monárquico, aqui posta como um sistema decadente, a causa dos problemas apresentados (ALONSO, 2002; LEMOS, 2009).

Em obra dedicada ao estudo dos percalços enfrentados pelo republicanismo em seu caminho para consolidar-se, José Murilo de Carvalho (2017) distingue entre os republicanos três modelos de república que orientavam os projetos em disputa. Aos proprietários rurais, especificamente os paulistas, interessava o modelo americano de

¹⁶ A cisão no Partido Liberal foi resultado da crise política gerada em 1868 com a “queda” do gabinete Zacarias. Sérgio Buarque de Holanda (2007) credita ao ano de 1868 o encerramento do período de esplendor do regime monárquico brasileiro, com o período que se segue, até a queda do regime em 1889, como permeado por crises.

República, com especial atenção para a noção individualista do pacto social, e o federalismo aos moldes americano – este tido em alta conta pelos republicanos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O darwinismo social se apresentava como importante característica deste modelo.

O segundo modelo se vinculava a uma perspectiva mais teórica, diferentemente do primeiro, mais preocupado com questões práticas, principalmente no que tange a administração dos recursos em um sistema de livre competição. Associado a setores menos favorecidos da população urbana, tais quais profissionais liberais, jornalistas, pequenos proprietários, entre outros, o modelo republicano que os seduzia organizava sua linguagem em torno de questões abstratas como liberdade, igualdade e povo. Seus partidários eram mais incisivos em suas propostas, desejavam a revolução realizada pela rua, conta Carvalho (2017), associando este grupo ao jacobinismo.

O terceiro projeto em voga, ironicamente, foi o que encantou os militares. De orientação positivista, os caudatários desse modelo se opunham ao regime monárquico, mas não ao Estado em si, cuja existência assumia certo protagonismo. No entendimento desse grupo, em sua compreensão da história a partir da Lei dos três estados, a República seria o estágio final a ser alcançado, a fase positiva da história. A monarquia estaria, de acordo com essa lei, fadada a ser superada pelo progresso. O papel central dado ao Estado se traduziria em um executivo forte e intervencionista entre os positivistas, como também a ideia de uma separação entre a Igreja e o Estado. A ironia, explica Carvalho (2017), é que nesse modelo de república ancorado na lei dos três estados, a fase teológico-militar seria uma etapa a ser superada, compreendida como retrógrada, o que não impediu da adesão a este modelo por parte do grupo militar.

No que se refere aos integrantes dessa geração, Ângela Alonso caracteriza os elementos que compunham o movimento intelectual de 1870¹⁷ como “indivíduos oriundos de grupos negativamente privilegiados pela estrutura de distribuição de

¹⁷ O movimento intelectual brasileiro de 1870 não foi um caso isolado, pois, insere-se em um contexto mais amplo, de caráter internacional. Ângela Alonso (2002) afirma que tanto na Europa, quanto na América, as gerações de 1870 caracterizavam-se por uma reação às “formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional”. Todas as gerações de 1870 utilizaram dos novos recursos políticos e teóricos em seus programas reformistas, e uma espécie de “elitismo científico” é característica comum a todas essas gerações. Houve, por exemplo, uma geração de 1870 em França e outra em Portugal. Inclusive, pesam sobre o movimento intelectual brasileiro de 1870 a “acusação de ter se interessado mais em edificar novos sistemas filosóficos que em interpretar a realidade nacional [...]” (ALONSO, 2000).

recursos estamentais e de *status* e/ou posições politicamente relevantes” (ALONSO, 2002, p. 101), grosso modo, em sua maioria jovens com os caminhos da carreira política bloqueados pela estrutura política assentada no privilégio. Em sua maioria, à exemplo dos liberais republicanos, eram associados a profissões urbanas, como jornalistas, médicos e advogados. Tais indivíduos partilhavam uma espécie de “marginalização política”, com o caminho bloqueado, boa parte da elite econômica e cultural encontrava-se alijada da burocracia e carreira política (MELLO, 2011). Diz Lúcio de Mendonça (*apud* Mello, 2011) “o privilégio, sob as formas mais odiosas, é a substância da monarquia”.

As armas empunhadas pelos liberais e republicanos eram as mesmas que de seus inimigos, segundo José Murilo de Carvalho (2011): imprensa, livros, panfletos e conferências públicas. O discurso republicano aderiu a quase todo o roteiro dos liberais radicais, visando a demolição de vigas importantes que sustentavam a estrutura imperial, como a extinção do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado. Porém, “foram relegadas a segundo plano na agenda republicana quase todas as propostas de reforma dos radicais que diziam respeito à garantia dos direitos civis, como a independência do judiciário e a eletividade da polícia” (CARVALHO, 2011, p. 143).

Complementa, Lemos (2009), que em relação à escravidão, os partidos republicanos brasileiros se mantinham em oposição oportunista, aguardando que o problema do trabalho servil fosse resolvido pelo regime monárquico para que sobre eles não recaísse sobre eles o descontentamento dos grandes proprietários rurais que utilizavam a mão de obra escravizada quando o momento da abolição ocorresse.

À parte a amplitude da pauta defendida pelo grupo republicano¹⁸, Ângela Alonso (2002) acrescenta que o foco da atuação do grupo encontrava-se fundamentalmente na descentralização política e a mudança do sistema de representação, em suma, na adoção de uma república federativa. O federalismo seria o segundo tema mais importante da propaganda republicana, no entender de Carvalho (2011), perdendo

¹⁸ Ângela Alonso (2002) defende que, sob um olhar mais atento, pode-se encontrar diferentes matizes nas críticas engendradas pelo movimento intelectual de 1870 ao regime monárquico brasileiro, o que resulta na identificação, por parte da autora, de outros grupos e atuação com definições próprias. Além dos liberais republicanos e os novos liberais, também pode-se destacar a atuação dos positivistas abolicionistas e dos federalistas científicos. Cada grupo atuava dentro da linguagem republicana com singularidades no vocabulário político utilizado.

somente, de fato, para a questão da substituição do regime monárquico pelo republicano. A descentralização também não era um elemento novo na pauta republicana, tendo sido, inclusive a “alma do Ato Adicional de 1834”, sustenta Maria Tereza Chaves de Mello (2011), posto que assumiu dentro do discurso republicano a expressão “centralização – desmembramento, descentralização – unidade”.

A tradição imperial, de reformas conservadoras que não alteravam substancialmente a estrutura político-social do Estado brasileiro, não atendia mais aos anseios destes atores que agora buscavam protagonismo no cenário político. A geração de 1870, no todo, em sua interpretação do Brasil, se via em dilema, uma “crise de transição”, da “economia escravista ao trabalho livre, de um regime político aristocrático a outro mais democrático, de uma monarquia católica a um estado laico e representativo” (ALONSO, 2002, p. 241).

O perigo se apresenta mais real do que jamais visto, a partir de então a monarquia travaria um embate contra o republicanismo. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (2007), se tradicionalmente a ideia republicana no país, desde antes da Independência, ligava-se a arroubos explosivos contra o governo, posteriormente mantivera um caráter regional em sua manifestação. A situação posta a partir de 1870 se mostrava inédita, era na Corte que se manifestava o republicanismo, e deste ponto irradiou para as províncias – ainda que de diferentes modos e intensidades¹⁹. Estava posta uma relação antagônica: monarquia *versus* república.

A cultura política republicana, de 1870 em diante, teve seu vocabulário político renovado pela cultura democrática e científica, conforme nos demonstrou acima Maria Tereza Chaves de Mello (2011), que se disseminou pela elite letrada brasileira, invadiu os romances, as revistas e os sarais. Frequentou as conversas de rua e transformou-se em poesia. A mobilização coletiva dos republicanos se utilizou de manifestações públicas como clubes, associações temáticas, comícios e passeatas.

A república invariavelmente seria o futuro, inevitável resultado no avançar da história. Ângela Alonso identifica no pensamento republicano desse movimento intelectual as

¹⁹ Na província de São Paulo, diz Holanda (2007), o republicanismo teve sua maior coesão e vigor, como também em Minas Gerais, local de forte tradição liberal, o movimento opositor a Monarquia arregimentou seus adeptos, todavia, a extensa área da província dificultou a comunicação entre os grupos republicanos ali manifestados e sua organização. Outra província que também se mostrou favorável ao republicanismo foi Rio Grande do Sul. Prossegue o historiador que nas províncias do Norte o que se via era uma espécie de apatia para com o republicanismo. Na Bahia, por exemplo, o impacto do manifesto de 1870 foi mínimo.

características de uma “política científica”, qual seja, “a simplificação e conversão das principais descobertas da sociologia nascente em argumentos e princípios de orientação política” (ALONSO, 2002, p. 238). As experiências particulares dos integrantes do movimento intelectual de 1870, além de poder partilhar de uma cultura democrática e científica, também encontraram na política científica uma linguagem comum em que puderam traduzir seu descontentamento contra o Estado imperial. O diagnóstico do que haveria de ser mudado já havia sido realizado e orientado pela experiência, o momento também incluía o prognóstico dos novos tempos, a chegada da república²⁰.

A palavra era a arma disponível aos republicanos e que logo cedo perceberam a importância de conquistar a opinião pública. E uma de suas maiores vitórias foi ter arrolado à linguagem republicana o termo democracia (MELLO, 2010), não havia diferença entre os termos república e democracia, praticamente uma relação de sinônimos. E nessa linguagem republicana a monarquia foi associada, sem distinções, ao despotismo, ao governo do privilégio. Nesse duelo entre monarquia e república, passado e futuro se materializavam na linguagem política em voga, no embate de ideias. Os contemporâneos experimentavam o processo histórico ocorrer diante de si com clareza.

“Senão, vejamos: de um lado, a monarquia, ou seja, um campo de experiência marcado pelo antigo regime e da evolução histórica e que não consegue se reformar. De outro, em um horizonte de expectativa, a imagem do progresso, da democracia e da ciência, expectativas que, por já estarem sendo vivenciadas como teorias, entravam para o campo de experiência daquele momento como uma atualização do futuro” (MELLO, 2010, p.21)

O movimento intelectual de 1870 também fez uso do simbolismo por meio de suas representações políticas, principalmente os republicanos mais radicais, de índole revolucionária, que tinham na França seu modelo de ação (CARVALHO, 2017). O entusiasmo para com os franceses era tanto que os republicanos brasileiros mais animados, caso de Silva Jardim, defendiam que a monarquia brasileira caísse no ano de 1889, em referência ao centenário da Revolução de 1789. Este grupo republicano tinha à sua disposição um vasto campo simbólico revolucionário já estabilizado por

²⁰ Sendo encarada como inevitável, abriu-se, todavia, duas perspectivas de ação no seio dos republicanos sobre a adoção do regime republicano: a corrente “evolucionista”, cujo líder mais destacado era Quintino Bocaiuva, cujo entendimento era do que de a República seria alcançada no curso natural dos acontecimentos por meio de um longo processo de educação da sociedade. Do outro lado havia o grupo, cuja liderança estava sob auspícios de Silva Jardim, o grupo que encarava com bons olhos a alternativa revolucionária, reconhecendo a necessidade de ação direta para derrubar a monarquia. (LEMOS, 2009)

mãos francesas. Todas as aspirações e preocupações republicanas eram simuladas do que já haviam feito os franceses, nas menores questões do cotidiano oriundas da política, a inspiração da luta francesa se fazia presente. Conta um oficial da Marinha que “A *Marsehesa* era nosso hino de guerra, e sabíamos de cor os episódios da grande revolução. Ao nosso brado ‘Viva a República’ seguia-se quase sempre o de ‘Viva a França’ (apud CARVALHO, 2017, p. 13).

Outro símbolo, tomado de empréstimo dos franceses, que também possuía forte representação política era a identificação realizada entre a República e a figura feminina. A inspiração dos franceses por este símbolo remonta, afirma Carvalho (2017), à antiguidade greco-romana e a presença de divindades femininas no panteão dos deuses, com as mesmas sendo a representação de ideias ou valores. Na ocasião dos revolucionários franceses, a representação feminina da república foi nomeada como *Marianne*. Todavia, no caso brasileiro, a mesma simbologia não obteve a mesma aceitação popular. Uma das desvantagens dessa simbologia era que, se no caso Francês a monarquia era masculina, no Brasil o trono encontraria como herdeiro uma mulher.

2.3 O DECLÍNIO DO IMPÉRIO

Compreender as origens da República no Brasil consiste em um movimento dialético que nos incita também a interpretar a crise que se abateu sobre o regime imperial à medida em que aumentava o vigor do movimento republicano que resultou em sua derrocada no 15 de novembro de 1889. Uma crise, de maneira geral, compreende um processo que precede ao momento crítico de fato, assim por dizer, e encontra seu fim em uma fase em que o sistema não se identifica mais com aquele que precedeu a crise. Ou seja, a crise se apresenta como uma ruptura, positiva ou negativa, com característica até de imprevisibilidade e não prevista no curso normal do sistema em questão. Um sistema, por sua vez, está fundado num conjunto de relações, em maior ou menor grau entre seus componentes, de tal modo que a mudança em um dos componentes sistemáticos gera mudança em todos os outros (PASQUINO, 1998).

A interpretação desse processo de crise, dos elementos que a caracterizaram e como ocorreram o desenrolar dos fatos depende, em grande escala, da perspectiva historiográfica do pesquisador. No que concerne à crítica do fim do Império, diz-nos Lynch (2018, p. 408) que “o processo de contestação à monarquia constitucional costuma ser estudado pela historiografia brasileira à luz de uma certa caracterização do regime, que daria a chave para compreender as causas – e, quase sempre, a justificativa – do advento da república”. Tal caracterização do regime direciona as pesquisas em uma perspectiva sobre a inevitabilidade do acontecimento republicano, um estudo teleológico dos elementos que compuseram o quadro crítico do regime imperial.

Convém, antes de prosseguir no argumento de Christian Lynch, apresentar algumas interpretações a respeito da crise do regime imperial. Sérgio Buarque de Holanda (2005) confere à “inversão” partidária ocorrida no ano de 1868 como o momento em que se encerra o período áureo do Império e abre a sucessão de crises que levariam D. Pedro II a perder sua coroa e cetro. Afirma o autor que a estabilidade administrativa, sempre louvada como uma grande virtude do regime monárquico e sempre lembrada pelos monarquistas após a queda do regime, na verdade foi uma exceção, uma estabilidade ilusória.

Estável mesmo dentro desse sistema, defende Buarque de Holanda, somente a figura do Imperador. De resto, a alternância no Governo resultava em um efeito dominó com demissões ou remoções em massa de empregados públicos, cuja situação nas províncias era ainda mais grave devido aos Presidentes enviados pela Corte permanecerem somente o necessário para sustentar a orientação partidária do Ministério que estivesse no comando (HOLANDA, 2005). A crise política iniciada em 1868 decorre da atuação do Imperador em chamar de volta ao governo os conservadores, na composição do Gabinete de Itaboraí, atitude que foi interpretada pelos liberais como “golpe de Estado”. Importante ter em mente que o contexto em que ocorre tal atitude é o do conflito entre a Tríplice Aliança contra o Paraguai, e no lado dos conservadores estavam os políticos mais experientes e os melhores oficiais (CARVALHO, 2012).

O que sucede tal ato é o recrudescimento da oposição ao regime imperial e reorganização político-partidária. À fileira dos progressistas e liberais juntou-se, a partir de 1869, os radicais. Características vitais do regime monárquico se tornaram

alvo das críticas dos opositores: vitaliciedade do Senado, centralização político-administrativa, o Poder Moderador, entre outros, eram o ponto da mira. “Foi a década de mais intenso debate político do Segundo Reinado”, confirma José Murilo de Carvalho (2012, p.104).

O conflito supracitado trouxe consigo, na esteira dos impactos materiais negativos, resultados políticos desastrosos. De um lado, expôs mais uma vez a chaga da escravidão na sociedade brasileira, tendo em conta a presença de negros livres e libertos nas tropas brasileiras. A propaganda paraguaia se aproveitava de tal fato explorando que ainda que os combatentes negros estivessem “libertos”, suas famílias ainda permaneciam escravizadas no Brasil. Do outro lado, o exército presenciou a criação de um sentimento entre o oficialato, a partir de 1880, uma identidade comum que serviu para fortalecer seus interesses e cobrar atenção do governo às suas reivindicações (CARVALHO, 2012).

De origem política e comumente vista como um dos acontecimentos que estremeceram as estruturas do regime foi a chamada “Questão Religiosa” que, conta-nos Carvalho (2012), foi o desentendimento entre o governo e a Igreja no que tange às orientações promovidas pelo Vaticano que, entre outros, rescindia as relações entre a Igreja e a Maçonaria. Desta feita, dois bispos brasileiros proibiram a presença de maçons em irmandades religiosas, atitude que desagradou o governo pois, no entendimento legal da época, a Igreja e o Estado encontravam-se unidos e as decisões de Roma deveriam passar pelo crivo do governo brasileiro. Em 1874 – no período do Ministério Rio Branco - os dois bispos foram condenados à prisão, em episódio que reverberou fortemente na imprensa em tom anticlerical que rendeu fortes críticas à Igreja. Ainda que no ano seguinte os dois bispos tivessem sido anistiados por ação do novo ministério, o choque entre Igreja e Estado se fez sentir.

À contragosto das intenções dos principais líderes do Partido Conservador, findada a Guerra do Paraguai, decide o Imperador enfrentar o problema da escravidão, aqui um ponto fundamental para a compreensão da crise imperial. Em sua análise da crise do Império, Carla Silva do Nascimento (2019), seguindo os passos de seu orientador o Prof. Dr. Ricardo Salles, em sua tese de doutoramento atenta para a natureza orgânica da crise e suas relações com as crises políticas conjunturais. Estas últimas, como as rugas entre Igreja e Estado, Militares e Estado, seriam, antes de mais nada,

crises políticas conjunturais, ainda que algumas rupturas vivenciadas a partir de 1868 permanecessem irreparáveis até a queda da monarquia.

A partir de lentes teóricas gramscianas, a pesquisadora enfoca a crise orgânica que ao império seria inescapável a partir da questão da escravidão, considerando como marco orgânico do processo de desintegração que minou a estrutura imperial a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Aliás, tal marco foi a oficialização de um processo que já ensaiava seus primeiros passos com o fim oficial do tráfico internacional de escravos em 1850 e que, a partir dos anos 1860, “a escassez de mão de obra escrava diminuiu as margens da solidariedade escravista, aprofundou as divisões sociais e forçou a redução de alforrias” (Nascimento, 2019, p.32), em claro sinal da crise orgânica da hegemonia escravista.

Ricardo Salles acrescenta que o ano de 1871 também representou uma fronteira entre gerações que se substituíram, e marcou também a ascensão do Gabinete Rio Branco²¹, conservador incumbido de levar à cabo a articulação política necessária para a aprovação da Lei do Ventre Livre. Rio Branco reconhece que sua experiência como ministro plenipotenciário na Guerra do Paraguai, e sua experiência *in loco* no teatro de guerra lhe proporcionou uma vivência concreta da “má impressão e do isolamento internacional que a manutenção da escravidão trazia ao império” (2009, p.68). A guerra manifestava a fragilidade do Estado imperial assentado na ordem escravista.

Inevitável considerar que a lei de 1871 resultou em cisão entre os conservadores, e a crise orgânica no sistema produtivo aberta neste instante invariavelmente encontraria no futuro as crises políticas, e assim, a legitimidade da monarquia foi sendo questionada, sua utilidade enquanto regime político capaz de servir aos interesses dos fazendeiros foi se esgotando, à medida em que o movimento abolicionista²² também recrudescia em sua campanha (NASCIMENTO, 2019).

²¹ Sobre o Gabinete Rio Branco, Carvalho (2012) afirma que foi o mais extenso e mais reformista do Império, além da Lei do Ventre Livre de 1871, sob seu comando também foi reformada a polícia, o sistema judiciário e a Guarda Nacional, além da aprovação da primeira lei de recrutamento militar. Realizou o primeiro recenseamento populacional da nação, apoiou a imigração e aplicou o sistema métrico decimal. Mas também nesse período é que algumas das principais causas comumente relacionadas à queda do Império ganharam corpo: o ataque à escravidão, o conflito com os bispos e o surgimento do Partido Republicano, este último em ameaça ao regime imperial.

²² Primeiro movimento de opinião pública do Brasil, o abolicionismo congregou pessoas dos mais diversos tipos, como políticos dos partidos Conservador, Liberal e Republicano, a regente Isabel, intelectuais e profissionais

Nessa correlação entre crise orgânica do sistema e as crises políticas abertas a partir de 1868 com a inversão dos gabinetes, e o consequente posicionamento dos chamados “emperrados”, integrantes do Partido Conservador ligados à base social escravista que se portaram contra as reformas levadas à cabo por Rio Branco a partir de 1871, com a entrada em cena do Partido Republicano recolocam em debate a questão da própria natureza do regime monárquico (SALLES, 2009).

Lynch, em sua investida em revisitar a queda do império se questiona se ruína imperial se deu por necessidade – enquanto esgotamento das possibilidades do regime em resistir “aos novos tempos” – ou contingencialmente, em síntese, “teriam as causas tradicionalmente apontadas para o fim do regime os pesos que habitualmente se lhes confere?” (2018, p.407).

O primeiro ponto, observado pelo autor, é a corriqueira confusão que é feita pela historiografia tradicional ao misturar a figura de D. Pedro II com algumas instituições amparadas pela Constituição de 1824, como o Poder Moderador. Confundir com “regresso conservador”, uma ação política data historicamente com objetivo de combater àquela altura “ameaças” que recaíam sobre a ordem imperial, com o Império em si e as instituições constitucionais que o consagravam. Ou seja, “[...] não há que se confundir nenhum regime, seja monárquico ou republicano, com os modos específicos e sucessivos por que ele foi interpretado pelos atores históricos” (LYNCH, 2018, p.409).

Em vista disso, olhando o Império a partir de uma perspectiva ampla, percebe-se que a cultura política que o orientava era tipicamente liberal, o que o conferia uma espécie de plasticidade, pois as instituições de natureza liberal costumam acompanhar o oscilar da opinião e, mesmo após o fim do Regresso – cujo dismantelo para o autor não deve se confundir com fraqueza do regime – o Império foi capaz de se adaptar às eleições diretas (1881) e ao trabalho livre (1888), para citar algumas das reformas

liberais, estudantes, militares, operários, libertos e escravos, entre outros, conforme José Murilo de Carvalho (2012). A pressão que tornou a colocar a questão servil na agenda política veio da ação de clubes, imprensa, das ruas e também das senzalas. O movimento ganhou tal corpo que em 1883 foi necessário criar uma Confederação Abolicionista que coordenasse as sociedades e os clubes que surgiam não somente no Rio de Janeiro como em outras regiões do Império. Por meio da propaganda via comícios e conferências, novos militantes aderiam à causa e arrecadavam-se donativos, conforme Basille (2016, p.420) “advogados prestavam assessoria jurídica e recorriam à ignorada lei de 7 de novembro de 1831, que extinguiu o tráfico negreiro, para moverem processos judiciais, muitas vezes bem sucedidos, requerendo a libertação de escravos ilegalmente introduzidos no Brasil após aquela data; Luís Gama conseguiu a libertação de mais de mil escravos com este artifício. A Abolição imediata e incondicional passava a ser exigida sem rodeios ou medidas paliativas”.

mais impactantes, por que não poderia resistir à, por exemplo, descentralização política ou fim do voto censitário? (LYNCH, 2018).

Julga o autor que a maior parte do movimento reformista entre os conturbados anos 1870 e 1880 tendia mais para uma modernização da monarquia sob roupagem liberal-democrática do que, de fato, a substituição do regime. Aliás, Lynch é enfático ao afirmar que a monarquia caiu quando estava se recuperando das turbulências, mais precisamente porque se recuperava, e não porque havia chegado a sua hora, como despenca da árvore o fruto quando apodrece.

Contingência ou necessidade, a queda do império é resultado de um processo que coincidiu a crise orgânica do sistema escravista com crises políticas várias, que pouco a pouco enfraqueceu a capacidade dirigente da classe senhorial, ao passo que “quando as crises políticas encontram a crise hegemônica na década de 1880, o dissenso que se instaurara entre os intelectuais do regime impediu que o Império pudesse fazer frente às ofensivas externas à dinâmica político-parlamentar” (NASCIMENTO, 2019, p.42).

A crise orgânica expõe as contradições internas do sistema entre o poder político e o poder econômico. No Oeste Paulista estavam os fazendeiros interessados em uma política favorável à imigração, em oposição aos fazendeiros de áreas tradicionais defensores da mão de obra escravizada. A administração excessivamente centralizada dificultava que grupos regionais decidissem quanto ao próprio interesse político e econômico, revigorando uma ideia antiga, o federalismo, mas que agora ganhava uma nova substância, afirma Costa, sempre esteve presente na linguagem republicana a partir de 1870. A reorientação do centro econômico do Império a partir de 1880, com o Oeste Paulista liderando as exportações, não era condizente com a representação política que possuía a região, inversamente proporcional ao seu peso econômico. Os paulistas se viam como prejudicados em seus interesses e a ideia de federação oferecia grande poder de sedução, “[...] os mais extremados chegariam a falar em separação. A maioria consideraria a República a solução ideal para esses problemas” (COSTA, 1999, p.473).

2.4 “HÁ QUEM JULGUE 89 UM REVOLUCIONÁRIO TERRÍVEL”

Com essa fala de Silva Jardim damos início ao tópico que encerra este capítulo. Explosivo, Silva Jardim estava entre àqueles que, entusiasmados pelo caso francês, julgavam a derrubada do regime monárquico brasileiro em 1889 uma maravilhosa coincidência com o centenário da Revolução Francesa, quase uma homenagem (CARVALHO, 2017). Quintino Bocaiúva, partidário da perspectiva evolucionista para implantação da República, reconhece os cem anos que se seguem após o acontecimento em França como o “século republicano”, mas quando questionado, ainda em 1888, sobre as chances de substituição do regime, reconhece ser necessário aguardar a ausência de D. Pedro II, pois o povo ainda o tinha em alta conta (MELLO, 2007). O Segundo Reinado estaria fadado a encontrar seu fim com o sepultamento do monarca.

Ainda que gozasse de prestígio perante ao povo, os anos 1880 conhece uma dessacralização da imagem de D. Pedro II²³, de forma jocosa ou a partir de uma linguagem virulenta e agressiva, mirava-se o detentor da Coroa e conseqüentemente a deslegitimar a monarquia. A fama que possuía de intelectual e sábio, dotado de um espírito diletante que o impelia ao estudo de várias áreas do conhecimento também servia como munição para a chacota. Em festas de carnaval, era comum representá-lo de luneta observando as estrelas, como se a realidade não o interessasse, conta-nos Mello (2007). O periódico *Revista Ilustrada* costumava retratar o imperador em sono profundo, ao passo que Silva Jardim, em sua ferocidade, afirmava possuir o imperador uma “natureza essencialmente medíocre e inteligência fraca”.

Cogitou-se ter acometido o imperador algum tipo de demência, tamanho o enraizamento dos ataques à sua pessoa – em grande parte devido também ao seu real estado precário de saúde devido à diabetes. A imagem do imperador como sábio e generoso se transformava-se em piedade, dando profundidade aos ataques (MELLO, 2007, p. 189)

²³ Lilia Mortiz Swarcz (1998), em pesquisa biográfica sobre d. Pedro II emprega o conceito de “etiqueta”, proposto por Norbert Elias, em análise da corte brasileira, cujo referencial afirma que a etiqueta não é simplesmente um adorno da realeza, mas compõe o próprio significado da mesma. O que se verifica, então, segundo a autora, é que ao descuidar de sua imagem, isso na última década do regime, d. Pedro II também deixava evidente as fragilidades do próprio regime. A estabilidade da monarquia vinculava-se à estabilidade do Estado, e a imagem evidenciada pelo monarca nos últimos anos do governo era de um senhor cansado do fado de governar, envelhecido, sem paciência para eventos cívicos e oficiais.

Foi da generalizada percepção de que o monarca estava “de miolo mole” que se valeu Benjamin Constant para convencer Deodoro na célebre reunião na casa deste no dia 11 de novembro de 1889. Alegou que “o velho já não regula”, que não mais governava, estando o palácio entregue aos áulicos.

Enfermo, em 1887, chegou-se a especular que Cláudio Velho da Mota Maia, seu médico, estaria escondendo informações relativas ao estado de saúde do imperador e manipulando suas decisões. De qualquer forma, no mesmo ano viaja o Imperador em busca de tratamento na Europa, deixando a Princesa Isabel como regente. A princesa e seu esposo, Conde D’eu, não seriam também poupados da pena crítica dos opositores, principalmente os republicanos. Este último não despertava simpatia alguma perante a opinião pública, e até o seu sotaque – por ser francês, era alvo de chacota por ser dono de um português carregado de “erres”. Protagonizou também um dos momentos mais peculiares no fim da monarquia: em sua viagem às províncias do Norte, em 1888, foi acompanhado de Silva Jardim, na mesma embarcação, que realizava discursos públicos contra o Conde e a monarquia onde paravam, inclusive pregando abertamente o fuzilamento do francês (CARVALHO, 2007).

A Lei Áurea, em 1888, restaurou o ar nos pulmões da Monarquia, trazendo alguma popularidade para a princesa Isabel²⁴ e o título de “a redentora”, conferido pelo republicano José do Patrocínio. Todavia, confirma José Murilo de Carvalho (2012), o apoio popular não lhe foi de grande serventia posto que não se mostrou organizado. Pesava contra a regente sua exacerbada religiosidade e o boato de que era controlada pelo seu marido. O mesmo tom que utilizava para combater Conde D’eu, Silva Jardim utilizou para criticar a regente, de forma a advertir para o perigo de um Terceiro Reinado, sob comando da Redentora.

Caracterizava a princesa Isabel como “infantil”, sendo o seu “sexo” também um obstáculo ao governo. No geral, não seria competente para a gestão do Estado brasileiro (MELLO, 2007). Quando de seu retorno ao Brasil, em 1889, inquirindo Saraiva, político liberal de sua confiança, sobre o destino de um possível reinado da Princesa Isabel, obteve como resposta que o reino dela não seria deste mundo, posto

²⁴ Embora tal atitude tenha, conforme visto, trazido certo “respiro” à Monarquia, convém ressaltar a relevância do movimento abolicionista no que tange aos desdobramentos que culminaram no fim do Império brasileiro. Afirma Ângela Alonso (2015), que o abolicionismo surge enquanto se “inventava o próprio fenômeno movimento social”, o que indica o caráter pioneiro do movimento no cenário nacional. Em campanha contínua durante duas décadas, conforme a autora, o movimento contou com associações e eventos coordenados a nível nacional congregando um enorme número de pessoas, combinando campanhas de pressão sobre autoridades e manifestações públicas. A maioria dos abolicionistas também eram federalistas e republicanos.

que sua preocupação estava mais na religião do que na política, ou que via a política como dependente da religião (CARVALHO, 2007).

Essa situação demonstra o nível de desgaste existente entre a família real e os republicanos, mais um ponto de tensão, entre tantos outros que compunham as crises políticas. A turbulenta década de 1880 pode ser confirmada quando consideramos que, nesse derradeiro momento do Segundo Reinado, sucederam nove gabinetes ministeriais, contra quatro dos anos 1870. Tal instabilidade política, conforme Basile (2016), só conferia mais força ao movimento republicano, como também alimentava a perspectiva salvacionista que o Exército impunha a si mesmo.

O último gabinete, de orientação liberal, foi chefiado pelo Visconde de Ouro Preto. Em ousada manobra, Ouro Preto propôs um pacote de reformas com objetivo de salvar a Monarquia, entre as quais, citamos a ampliação do direito de voto tendo como condicionante ser o indivíduo alfabetizado e exercer qualquer profissão lícita, liberdade de culto, temporalidade do Senado, nova lei de terras, entre outros. A reação contra as reformas foi ferrenha e a maioria conservadora da Câmara aprovou uma moção de desconfiança, terminando dissolvida em 17 de junho. Se para alguns, no calor do momento, as reformas pareciam o *início da República*, para Ouro Preto, no entanto, seria sua *inutilização* (BASILE, 2016).

A Proclamação da República no 15 de novembro de 1889 não foi decidida num lance de dados, como também não foi resultado de uma parada militar. Sem superestimar o papel dos militares no desenrolar dos eventos, não foram estes meros instrumentos nas mãos dos civis, tampouco a deposição do imperador foi um mero ato de indisciplina, afirma Emília Viotti da Costa (1999). O corpo militar não era um organismo homogêneo: tanto havia alastramento do ideal republicano nos militares de baixa patente quanto os pertencentes ao alto escalão ainda apoiavam a Monarquia.

Contudo, no ponto de interseção entre as crises políticas e a crise orgânica que assolavam o império, a ação dos militares foi o golpe de misericórdia. Talentosamente, os republicanos insuflavam os militares contra o governo, se aproveitando da Questão Militar. Quintino Bocaiúva, que em 1889 fora eleito chefe do Partido Republicano Brasileiro, em posto de representante do ideal republicano entre os civis, admitia aliança com os militares para alcançar a implantação da república, ainda que fosse adepto da via evolucionista (CARVALHO, 2017), era a solução militarista, que de

acordo Costa (1999), se impõe sempre que as massas não possuem consciência suficiente de sua força revolucionária.

Com o moral elevado desde o fim da Guerra do Paraguai, que se traduziu em embates contra o governo na forma de reivindicações, a causa abolicionista também contribuiu para mobilizar os militares. Devido a maior parte dos oficiais do Exército serem herdeiros de outros militares ou família de poucos recursos, no que tange a origem social não tinham interesse os militares na manutenção do regime escravista, “além disso, o estreito convívio com soldados libertos ou descendentes de escravos mostrava-lhes que a escravidão era um grande obstáculo ao recrutamento de bons soldados” (CARVALHO, 2012, p. 123), tendo inclusive solicitado os militares a dispensa da tarefa de irem em busca de escravos fugitivos.

A nova geração de oficiais, formados na Academia Militar congregavam, por meio da filosofia positivista, a rejeição à escravidão e o ideal republicano. O major Benjamin Constant era o responsável pelo doutrinamento da nova geração de cadetes. Aos jovens militares se uniram os militares da velha guarda, contribuindo para a disseminação do ideal republicano, e as duas se encontraram lado a lado contra os bacharéis da elite monárquica. Cientes de seu próprio poder e da importância da corporação (CARVALHO, 2012), os militares também impunham a si próprios “a mística da salvação nacional”, atribuídos da tarefa de corrigir a desordem social do país, perspectiva que não era restrita aos jovens oficiais, como também era alimentada por oficiais de patentes mais altas (COSTA, 1999).

Com a dissolução da Câmara após o esforço de Ouro Preto em aprovar as reformas agrava o atrito com os militares, que mais uma vez foram habilmente explorada pelos republicanos dentro do Exército. Em 11 de novembro, militares e civis, conspiram contra a Monarquia, e Benjamin Constant age na tentativa de atrair o General Deodoro – monarquista leal ao imperador, para liderar o movimento e obtêm sucesso em sua missão. Marcado para o dia 17 de novembro, o golpe se concretiza dois dias antes, após rápida evolução da conspiração militar, sendo precipitada e conhecendo seu ato final na madrugada do dia 15 de novembro. A linguagem republicana era o idioma comum das três forças que, conjugadas, derrubaram a monarquia: parte do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas descontentes com o regime de privilégio da Monarquia (CARVALHO, 2012; COSTA, 1999).

A república não foi inutilizada, como quisera Ouro Preto, e desfilou na rua, conforme Mello. Se o povo encarou o movimento militar com surpresa, posto que resultado de uma conspiração secreta, o entusiasmo veio depois, após o espanto bestializado do povo que assistia. Privilegiar a versão da “república surpresa” é desqualificar o trabalho feito ao longo de duas décadas, da atividade política realizada nas ruas, da inscrição da república como alternativa ao regime monarquista. (MELLO, 2007).

Passiva foi a reação de D. Pedro II perante o fundamental evento histórico que presenciava e para sempre alteraria os rumos da nação. O imperador, que pouco fez em proveito de firmar para seu governo base sólida de sustentação, não criou ao seu redor uma corte, não alimentou relação com os militares, nem buscou o apoio do clero (CARVALHO, 2012). Sem crer nas notícias que lhe chegavam sobre o golpe republicano, postergou para “mais tarde” a convocação do Conselho de Estado e no dia 16 de novembro, pela manhã, ocupou-se da leitura de uma de suas revistas científicas (MELLO, 2007).

2.4 CONCLUSÃO

A partir de 1870 que a linguagem política republicana adquire vigor, principalmente com a publicação do *Manifesto Republicano*, o que confere ao debate de ideias a partir desse período um importante marco em relação a linguagem política republicana. Ainda que o *Manifesto* não tenha representado no momento um caráter revolucionário, mas antes reformista – conforme os autores citados, é preciso reconhecer que deste ponto em diante a república começa a despontar no horizonte como uma alternativa viável.

A linguagem republicana, ao longo do tempo, foi incrementando seu vocabulário à medida em que absorveu noções como liberdade, democracia, talento e futuro, ao ponto de quase serem compreendidas como sinônimos. Em contrapartida, nessa linguagem a monarquia é associada à corrupção, regime de privilégios, cuja essência seria o despotismo. Perante a opinião pública, todavia, a maior conquista da linguagem política republicana foi atrair para si o significado de democracia, termos naquela altura intercambiáveis. A cultura democrática e científica, de qual fala Maria

Tereza Chaves de Mello, acrescenta a linguagem política republicana uma nova perspectiva simbólica e um vocabulário que passa a mirar o horizonte em busca do futuro, e nesse futuro, em determinado momento do curso da política imperial, não caberiam mais reformas, pois o tecido que constitui a monarquia não suportaria mais remendos (MELLO, 2010).

A linguagem política republicana encontrou um contexto histórico favorável à sua disseminação, à medida em que as crises políticas encontraram a crise orgânica do regime escravista, e a ordem saquarema – que não deve ser confundida com o Império em si, como observou Lynch. Diante tal conjuntura, os republicanos, por meio de uma linguagem política com um vocabulário irresistível àquela altura, posto que indissociável de democracia, puderam fortalecer seu combate ao regime monarquista.

O Partido Conservador, cuja elite dirigente eram os saquaremas, pouco conseguiu construir em vistas de sustentar o regime em bases teóricas e construir uma linguagem política monarquista capaz de fazer frente ao republicanismo. O Partido Conservador, na concepção de João Camilo, foi a representação do que ele compreendia por conservadorismo e, embora não tenha conseguido fazer frente à avalanche republicana, defendeu temas que posteriormente iriam fazer parte do vocabulário político monarquista, como o Poder Moderador e a questão da centralização.

No campo da experiência estava situada a monarquia, no horizonte de expectativas encontrava-se a república. Este, imagem do progresso e representação da democracia enquanto aquele, a marca do antigo regime. Disponíveis para a mudança, abertos para o novo, a crise do Império era inevitável e “o confronto entre os dois regimes acabou por conformar uma outra concepção temporal e um sentido de aceleração inevitável para o futuro” (MELLO, 2010, p.21).

Findou-se a monarquia, tornou-se realidade a república. Justifica-se a escolha pelo retorno até 1870 como forma de contextualizar o pensamento político de João Camilo à medida que é partir deste ponto em que a linguagem política republicana ganha adeptos, aumenta seu vocabulário e assume significados semânticos diametralmente opostos a como seus defensores entendiam a monarquia, situando-se com alternativa real ao regime imperial.

3. CAPÍTULO 2 - A REAÇÃO MONARQUISTA CONTRA A REPÚBLICA

Diz-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! Pois.

Florianô Peixoto em seu “testamento político”.

A república contou em começo com gerais simpatias. Tem-nas perdido rapidamente. Hoje o império dispõe, como nunca, de fortes elementos na opinião popular.

Afonso Celso escrevendo para *O Comércio de São Paulo*.

Prosseguindo no preparo do terreno em que assentaremos a linguagem política de João Camilo no que tange ao seu monarquismo e sua crítica ao republicanismo brasileiro, é chegado o momento, então, de perscrutar a república brasileira em sua primeira hora e aqueles grupos que contra ela se levantaram, conforme, pois, Emília Viotti da Costa (1999, p.453) “[...] cabe ao historiador analisar os acontecimentos à luz da realidade mais ampla [...]”, tendo em conta o processo em que está inserida a ação individual daquele que é nosso objetivo de pesquisa e seu espaço de experiência. Sendo ponto de nosso interesse nesse momento, à fim de esclarecer a história, a reação monarquista e sua cultura política (BERSTEIN, 1998; BAKER, 2006; MOTTA 2018) de contestação ao regime republicano, como também conhecer o horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) que nutriam os integrantes deste movimento que, como veremos, nem sempre apresentou coesão.

Novamente voltamos à data da Proclamação da República e entre todos os significados que o 15 de novembro possa nos remeter, talvez o mito da proclamação em meio a paz e ao consenso seja um dos mais resistentes. Tal mito é resultado do discurso elaborado e difundido pelos contemporâneos ao fato histórico com intuito de nublar a visão para a discórdia em torno da disputa pela conquista do poder, principalmente os embates políticos entre as classes dominantes, e os diferentes projetos republicanos para o novo regime, afirma Janotti (1999).

Para além da preocupação com o novo Estado a ser construído, também houve a necessidade de se compreender porque o projeto anterior de nação não se perpetuou. Nessa tentativa de apuração dos fatos, toda sorte de pessoas se empenhou na tarefa, entre políticos e intelectuais, artigos de jornais foram escritos, livros publicados, manifestos redigidos e, é claro, diferentes opiniões circulavam entre os espaços (JANOTTI, 1999). A República foi vista e interpretada pelos republicanos, como também contada sob a pena dos monarquistas, posteriormente entendida como a interpretação dos vencedores e dos vencidos (COSTA, 1999). Tais crônicas da época influenciaram as produções historiográficas subsequentes e, ainda que a voz dos monarquistas tenha sido emudecida pelos republicanos, cada uma deixou seu legado.

Nesse sentido, posto sua magnitude, podemos definir o 15 de novembro como um lugar de memória, conforme propõe Pierre Nora, principalmente por ser o marco zero do Estado republicano brasileiro. Assim sendo, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.13). A manutenção do 15 de novembro enquanto lugar de memória exige de seus partidários um esforço para dar a feição pelo qual querem que seja reconhecido, para ser um lugar de memória é necessário que a imaginação invista o objeto em uma aura simbólica (NORA, 1993).

A compreensão da Proclamação da República como um episódio consensual subjuga as vozes que contestaram as arbitrariedades que acompanharam o novo regime ainda em seu berço, como por exemplo: decretações de estado de sítio, empastelamentos de jornais, assassinatos, prisões de políticos civis e militares, entre outras ações oriundas de projetos republicanos diferentes. A adoção de uma perspectiva vencedores e vencidos faz parecer os objetivos desses últimos uma fantasia simplesmente por haverem perdido no embate de forças e, por sua vez, o discurso dos vencedores oculta a pluralidade de opções e projetos e as divergências que sucederam ao 15 de novembro. Não houve união nacional, muito menos coesão entre aqueles que ascenderam ao poder (JANOTTI, 1999). Sob o véu do consenso as tentativas de desestabilização da nascitura república, não somente por parte dos monarquistas, como também de republicanos desiludidos, foram solapadas pelo discurso dos vencedores. O povo se viu à parte no processo da República que não foi (CARVALHO, 1987)

Amanda Gomes (2012) julga que o baixo nível de interesse demonstrado pelos historiadores na reação dos monarquistas após o advento da república se justifica, para além da derrota destes, por terem aderido à república figuras políticas de proa do Império e também cortesãos. A reação monarquista e o desejo restaurador são quase encarados sob o viés evolucionista que apresentavam os republicanos de fins do oitocentos, relegando esse movimento a uma questão menor.

Para Janotti (1999), a compreensão da época se limita quando se ignora a presença dos monarquistas no embate de forças e nas disputas pelo poder, até porque, ainda que não possuíssem força considerável, também serviam de peça no tabuleiro no jogo político dos republicanos militares e civis, uma espécie de instrumento no confronto indireto entre as forças republicanas.

Hendrik Kraay (2019) é outro autor da gama daqueles que se interessam pelo estudo dos monarquistas e sustenta que, para além do campo político, o monarquismo popular constituía um importante elemento, embora nem sempre reconhecido como parte da política popular. Esse monarquismo popular se fortalece principalmente entre a população afro-brasileira nos momentos finais do Império brasileiro, no instante pós-abolição. Verifica-se a manifestação do monarquismo desse grupo social no que tange a criação da Guarda Negra, nas manifestações cívicas oficiais de 1888 transformadas pelos populares em manifestações de apoio à D. Pedro II, entre outros.

Entre tais manifestações de apoio, podemos citar o ocorrido quando da já citada viagem de Conde D'eu pelas províncias do Norte, no ano de 1889, em cujo navio também estava embarcado Silva Jardim. Na ocasião, quando da parada em Salvador, a recepção organizada pelos republicanos naquela localidade foi dispersada violentamente por um grupo de quase quatrocentos negros, conforme relatos da época. A não conformação de algumas pessoas com o novo regime servia de justificativa para a repressão empregada pelos republicanos contra as classes populares (KRAAY, 2019).

Kraay defende que o motivo para o monarquismo popular, como consequência também podemos inferir sua influência na política popular, não ter recebido ainda a atenção que lhe é de direito na história do Brasil se dá pela “tendência de não considerar ‘movimentos populares’ que apareciam reacionários pelos padrões tradicionais da Esquerda” (GLEDHILL apud KRAAY, 2019, p.167). Para o povo rural,

principalmente, a monarquia apresentava muitos atrativos para uma classe deslocada por mudanças sociais e econômicas traumáticas (KRAAY, 2019).

Por um lado, conforme Kraay, se é possível verificar a existência uma manifestação popular monarquista, Lilia Moritz Schwarcz (1998) atesta que, não obstante seja árdua a tarefa de se conceber o impacto que teve a proclamação da República ao nível das mentalidades, é certo que entre a elite o que se instalou foi uma sensação de alívio e libertação.

Enfim, tendo os monarquistas saboreado o gosto amargo da derrota perante seus rivais republicanos, após a proclamação da República, coube ao grupo vencedor investir sua conquista de um simbolismo que justificasse o nascente regime e organizar e construir a memória do evento. Iniciou-se, pontua Schwarcz, prontamente uma investida simbólica, locais e ruas tiveram seus nomes alterados. Quinze de Novembro foi como passou a ser chamado o Largo do Paço, o Colégio Pedro II tornou-se Colégio Nacional. Em Petrópolis a rua do Imperador foi nomeada também como Quinze de Novembro. Jefferson, Franklin e Washington popularizaram-se como nomes próprios para crianças, “era preciso reescrever a história do país, criar uma nova memória, que encontrasse agora motivos republicanos” (SCHWARCZ,1998, p.472).

Enquanto os republicanos se empenhavam em sua tarefa, os inconformados com a queda da monarquia começam a se manifestar no Brasil, o mesmo ocorria no exterior. Inicialmente isoladas, essas vozes de contestação começaram a se agrupar, estreitar contatos e se organizarem. Praticamente, confirma Janotti (1999), em todas as antigas províncias grupos políticos, ainda que de tamanho reduzido, que não aceitaram a instauração do novo regime se manifestaram, destacando-se os do Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Todavia, nem todos os políticos ligados à Monarquia tiveram a mesma atitude frente ao novo regime, além daqueles que consideravam a situação passível de reversão estava também o grupo denominado de “neo-republicanos”, ou seja, aqueles que aderiram à situação.

Engana-se, porém, quem crê que somente políticos de expressão e suas famílias e burocratas ressentidos com a perda dos privilégios resultante da queda da monarquia que se puseram contra a República. Jovens bacharéis das faculdades de Direito, pessoas ligadas às famílias dos políticos, católicos, enfim, uma gama de pessoas

diversas com seus descontentamentos engrossou as fileiras. O elo entre eles, diz-nos Janotti (p.10, 1999), era “o profundo respeito pela tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso”.

Retomando as citações empregadas no início desse capítulo podemos perceber como andavam os ânimos da época. Apesar de possuírem uma influência menor do que se pensava na época, é aceitável que os contemporâneos não tivessem uma leitura mais exata do movimento, principalmente por seu caráter conspiratório, e inflassem o perigo representado pelos restauradores, conforme explicita a fala de Floriano Peixoto. Isso também embasa as medidas repressivas necessárias para que o novo regime se sustentasse contra os descontentes.

Por outro lado, houve a crença real por parte de muitos monarquistas de que a restauração seria possível sim, e as turbulências do início do regime republicano só faziam confirmar as esperanças que habitavam o horizonte de expectativas dos contestadores de um retorno ao regime imperial, conforme a fala do distinto monarquista Afonso Celso. Enfim, justifica Janotti (1999) que o estudo dos monarquistas e seu comportamento tem sua importância para a História do Brasil ao apresentar a visão daqueles que perderam o poder. E no decorrer deste capítulo iremos então conhecer um pouco mais sobre a campanha monarquista, também com a permanência desse projeto político, durante as décadas iniciais da República brasileira.

3.1 – SANGUE E RESISTÊNCIA CONTRA A REPÚBLICA

Janotti argumenta que sua pesquisa sobre os “subversivos da República” foi dificultada no que tange as fontes documentais necessárias. O caráter conspiratório que envolveu o movimento monarquista e suas ações teve como resultado natural ocultação ou destruição de documentos. Reclama de problema semelhante o pesquisador Celso Castro (2004). Dedicado a estudar as revoltas militares logo após a instauração do novo regime, atenta o historiador para diminuta quantidade de fontes disponíveis, principalmente por não conseguir localizar no Arquivo Nacional, no

Arquivo Histórico do Exército e no Superior Tribunal Militar os processos penais militares contra os revoltosos. Sua pesquisa recorreu predominantemente às notícias de jornais da época, livros e relatórios dos presidentes de estados. O historiador acredita que a isto se deva ausência de tais revoltas nos manuais didáticos, como também a baixa sedução nos historiadores para a temática.

A placidez dos primeiros dias pós proclamação da República, conforme queria fazer crer os veículos oficiais de comunicação, era só aparente. Em Santa Catarina, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia, entre outros, houve notificações de conflitos, em geral, entre tropas do exército e policiais (JANOTTI, 1999). Contudo, se os cronistas da época, principalmente os monarquistas, conferiram ao movimento caráter puramente militar – e nisso consiste um ponto forte da crítica monarquista, a grande maioria dos soldados que participaram do movimento, confirma Castro (2004), não estavam cientes do objetivo de derrubar a monarquia.

Muitos participantes involuntários, que sem saber contribuíram para a instauração do novo regime, se revoltaram contra a República ao tomarem ciência do papel desempenhado. Tais revoltas militares quase sempre tiveram como protagonistas militares de baixa patente.

No Maranhão, por meio das palavras do governador Pedro Tavares, tomamos conhecimento em publicação no dia 30 de janeiro de 1890 de que naquele Estado houve excessos de violência da junta governativa provisória instalada logo após a notícia da queda do regime ter chegado na região. Os manifestantes contra o novo regime foram alvo de fuzilamentos, ocorrendo derramamento de sangue. “Homens de cor” foram severamente espancados (JANOTTI, 1999).

Em Desterro, Santa Catarina, após festa no Clube Republicano, em torno de 42 praças obrigaram a banda de música do 25^o Batalhão de Infantaria a acompanhá-los em passeata pelas ruas da cidade. As fontes trazem informações contraditórias, afirma Castro (2004): os jornais afirmaram que os praças entoavam gritos de vivas à monarquia enquanto realizavam arruaças. Uma versão propagada pelo exército afirma que o major reformado Santos Dias conseguiu dissuadir os manifestantes enquanto preparava uma resistência. Ao final da passeata houve confronto entre praças e a polícia. Novamente, as fontes divergem sobre os resultados do confronto, variando desde um a três mortos e dezenas de desaparecidos.

Em Mato Grosso, a notícia da proclamação da República chegou somente no dia 20 de dezembro de 1889 e uma revolta foi notificada no destacamento militar da foz do rio Apa. À noite, dois soldados atraíram outras praças à entoarem vivas à monarquia e gritos contra a República. Argumentavam que não iriam aceitar o novo governo pois foram libertos pela princesa Isabel. Os revoltosos não obedeceram a voz de prisão dada pelo alferes e o conflito iniciou. O quartel também foi incendiado por outros soldados durante a madrugada (CASTRO, 2004).

Mais uma vez por meio de Celso Castro tomamos conhecimento de mais uma manifestação pró-monarquia. No Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1889, correu boatos no centro da cidade de uma rebelião militar com objetivo de restaurar a monarquia recém deposta. Dezenas de praças do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, situado no bairro de São Cristóvão, saíram do quartel com a bandeira imperial em punho aos gritos de “vivas” à D. Pedro II. A revolta foi contida por tropas governistas. 58 praças foram presas, conforme relatos da época, maioria preta ou mulata. A fim de verificar o grau de elaboração do movimento, algumas figuras políticas ligadas ao regime deposto foram interrogadas. 58 praças foram condenadas, todavia, aqueles que tiveram a pena capital estabelecida tiveram suas punições convertidas em “carrinho perpétuo”²⁵.

Por sua vez, na Bahia a situação foi um pouco mais turbulenta. Em Salvador a notícia de que a monarquia havia caído chegou ao findar do dia da proclamação. Hermes Ernesto da Fonseca, irmão de Deodoro da Fonseca, reafirmou suas convicções monarquistas e lealdade ao imperador em telégrafo passado à capital. Os cidadãos ilustres da cidade reafirmaram seu monarquismo em reunião com o presidente da província. O regimento militar de Salvador não aderiu imediatamente ao novo regime e, quando um batalhão o fez na noite do dia 16 para 17, grupos de negros saíram às ruas com armas em punho, atirando à esmo e atacando residências de pessoas conhecidas por seus posicionamentos republicanos enquanto entoavam gritos em favor da monarquia. No dia 17 de novembro há a confirmação de que a instauração do novo regime obteve sucesso no Rio de Janeiro e a guarnição militar de Salvador

²⁵ Conforme pesquisa de Adriana Barreto de Souza (2014) sobre o desenvolvimento do Código Penal Militar em sua perspectiva histórica, “carrinho perpétuo” era uma das punições mais recorrentes e consistia na colocação de argolas de ferro nas pernas dos condenados. Tal punição se enquadrava na característica punitiva de exercer o poder por meio do medo e evidenciar no corpo do condenado a pena.

também aderiu. Uma multidão se reuniu fora ao palácio do governo, porém debandaram ao ouvirem o disparo de um tiro (KRAAY, 2019).

Em Maranhão situação semelhante à da Bahia ocorreu, nos diz Kraay. Na cidade de São Luís o exército também hesitou em aderir à república num primeiro momento. No dia 16 de novembro um grupo de negros libertos com a Lei Áurea impediram o acesso de republicanos à câmara municipal com o objetivo de impedi-los de proclamarem a República naquela província. Entre dois a três mil “libertos” desfilaram pelas ruas da cidade no dia 17 demonstrando apoio à Monarquia, onde confrontaram-se com soldados e houve troca de tiros. O custo do movimento foram dois mortos e muitos feridos.

No Espírito Santo, a situação não chegou a concretizar atentados físicos entre republicanos e monarquistas, mas a tensão subiu a níveis que preocuparam as autoridades. Conforme Karulliny Siqueira (2016), em Vitória, foi com menosprezo que os habitantes receberam a notícia da instauração do regime republicano. A ideia de uma resistência armada foi até cogitada para fazer frente a República, compreendida como anarquia.

Em sua análise das revoltas de soldados contra a República, Celso Castro (2004) lança luz à preocupação dos republicanos esvaziar as manifestações dos soldados de cunho político, desqualificando-as sempre que possível como arruaças realizadas por embriagados e desordeiros. Essa pressa dos republicanos, diz-nos o pesquisador, é um indicativo do medo que tinham os republicanos de que tais revoltas fossem ações politicamente organizadas. Outra característica comum aos revoltosos, por parte das descrições das revoltas, era identifica-los em sua maioria como negros ou pardos²⁶.

²⁶ Devemos atentar, nesse momento, para uma característica desse contexto histórico: o pensamento evolucionista. Conforme abordado no capítulo anterior no que tange a composição da linguagem política republicana, também aportaram em terras brasileiras teses evolucionistas – um paradigma da época conforme Lilia Schwarcz (1993). Instrumentalizando o conceito de raça, o evolucionismo hierarquizava as sociedades e se atrelava aos conceitos de Civilização e Progresso, compreendidos como modelos universais. Ao pensar a partir do paradigma evolucionista, intelectuais brasileiros poderiam pensar o “atraso” brasileiro perante outras nações do mundo ocidental, como também olhar para si e de forma a justificar as desigualdades internas por meio da naturalização das inferioridades. Vez que Proclamada a República e confirmada a liberdade, a igualdade não seria possível de ser completamente realizada posto que haveria uma comprovação científica da desigualdade biológica entre os homens, afirma Schwarcz em outro estudo (2012). Assim podemos compreender que a elite, ao considerar aqueles que se revoltavam contra a República como “negros e pardos” estaria utilizando de um expediente evolucionista em sua linguagem política relacionando mais uma vez a monarquia ao atraso e característica de povos biologicamente inferiores.

3.2 FOI A REPÚBLICA UM SONHO?

Renato Lessa (1988) afirma ter sido ausência a ideia principal por detrás dos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889. Esteve ausente naquele dia o povo, esteve ausente naquele dia ânimo reativo por parte dos monarquistas, como também esteve ausente por parte dos proclamadores da República unidade e um projeto de nação. O 16 de novembro de 1889, por sua vez, foi no Brasil o início da turbulenta experiência republicana sem a chave institucional do septuagenário regime recém deposto: o poder moderador.

Nos primeiros meses após a Proclamação, já no Governo Provisório, houve entre os republicanos a necessidade de se construir uma versão oficial dos fatos que culminaram na instauração do novo regime. Tal conflito arrastou para si os diferentes grupos republicanos e se pode afirmar que paralelo ao desejo de se legitimar o novo regime perante as massas estava também a batalha interna pelo poder e os contornos que tomaria a nascente República. Nesse contexto, diferentes visões encampavam diferentes projetos republicanos em disputa.

Nesse ponto, apresenta-nos José Murilo de Carvalho (2017) a querela envolvendo os partidários de três figuras de relevância nesse momento: os deodoristas, os apoiadores de Benjamin Constant e aqueles ao lado de Quintino Bocaiúva. A interpretação dos fatos de cada grupo carregava consigo também, para além da busca em estabelecer uma versão oficial, a definição e os rumos do novo regime. Para os deodoristas, tinham em alta conta a República de caráter militar e teve sucesso sobretudo entre setores militares distantes da propaganda republicana. Sem um projeto republicano consistente, defendiam uma versão oficial puramente militar.

Embora também popular entre os militares, os defensores da versão que tinha na figura de Benjamin Constant seu principal líder, divergiam ideologicamente dos deodoristas e apresentavam uma visão de república mais rebuscada. A República Positivista, ou Sociocrática, dos partidários de Constant, era a desejada ditadura republicana. Contrários à democracia representativa, seus defensores advogavam que o objetivo da ditadura republicana estava em alcançar a dita “república social”, que nada mais era que “garantir, de um lado, todas as liberdades espirituais e

promover, de outro, a incorporação do proletariado à sociedade, mediante a eliminação dos privilégios da burguesia” (CARVALHO, 2017, p.43).

Nessa disputa, ao lado de Quintino Bocaiúva estavam os republicanos históricos que remontam à propaganda republicana a partir de 1870. Tal grupo se opunha diretamente ao de Benjamin Constant na medida em que ambos defendiam diferentes projetos republicanos: enquanto este, como já dito, assumia a bandeira do positivismo, aos republicanos históricos estava incumbida a tarefa de defender a República sob perspectiva liberal, uma república representativa aos moldes norte-americanos, mais saborosa ao paladar dos paulistas e assim garantir preponderância dos civis na versão oficial dos fatos. Assim define Carvalho (2017, p.59) que “as tentativas de construir o mito original da República revelam as contradições que marcaram o início do regime, mesmo entre os que o promoveram”.

Aos republicanos, entre políticos e intelectuais, coube naquele momento a difícil tarefa de não somente construir um imaginário republicano, com sua versão oficial e seus mitos, como também a atuação fora do campo simbólico, na perseguição de estabilidade política para o novo regime, nos arranjos entre as elites, nas alianças e conchavos.

Élio Flores observa que a utilização do conceito de cultura política é uma importante ferramenta para a compreensão do início da República no Brasil, principalmente porque, justifica o autor, “não há histórica e política separadas das palavras” (FLORES, 2021, p.51). Essa cultura política republicana, como vimos no capítulo anterior, que ao longo de seu processo de consolidação absorveu o termo democracia, será relevante para entendermos a desilusão que alguns grupos sociais demonstraram perante o regime republicano.

Realizada a proclamação, iniciou-se um período em que o novo regime esteve sob um governo provisório. Durante 15 meses vigorou esse tipo de gestão cujas principais preocupações, entre outras, estavam a garantia da ordem pública e questões em torno do federalismo – resolução de alguns projetos republicanos. O Governo Provisório deu abrigo a representantes de diferentes projetos políticos no que concerne aos rumos que deveria tomar a República, conforme Hebe Mattos (2012): os militares de carreira estavam representados por Deodoro da Fonseca e os militares de formação científica por Benjamin Constant, então ministro da Guerra. Os republicanos históricos

emplacaram Quintino Bocaiúva como ministro das Relações Exteriores. Também se fizeram presentes os positivistas, na figura de Demétrio Ribeiro enquanto ministro da Agricultura, intelectuais reformistas, como Rui Barbosa, e Campos Sales, correligionário do Partido Republicano Paulista. Como é possível perceber, assim representados os diversos projetos republicanos, a luta pelas rédeas do novo regime, em seu primeiro momento, se deu de maneira intestina.

Renato Lessa se põe contra aqueles que afirmam ter sido a Proclamação da República a materialização de uma “utopia republicana” – ou de uma das utopias. A bandeira federalista, ao seu ver, era o ponto mais consistente da propaganda republicana e o que de mais concreto houve nos momentos iniciais do novo regime, à parte o debate entre os diversos projetos republicanos. Sobretudo, para o autor, o amanhecer republicano no dia 16 de novembro de 1889 levantou algumas questões urgentes sobre a República: “quem faz parte da comunidade política, como serão as relações entre *polis* e *demos*, entre o poder central e as províncias, como se organizarão os partidos e se definirão as identidades políticas (LESSA, 1988, p.46).

Passados os meses de governo provisório, a disputa entre os projetos de uma ditadura militar positiva e uma república constitucional teve como vencedor este último (MATTOS, 2012). Sancionada em 1891, a Constituição do novo regime instituiu o presidencialismo e o federalismo. O primeiro com mandato limitado a quatro anos e o segundo conferindo grande parcela de autonomia aos estados.

Tendo os dois primeiros presidentes sido escolhidos entre militares, essa fase republicana é comumente chamada de “República da Espada”. Lessa define esse momento, entre o Governo Provisório e os governos exercidos por presidentes oriundos da ala militar como “os anos entrópicos”, muito em conta pelo “estado de anarquia”, que em sua percepção vigorava naquela hora, e o grau de incerteza quanto ao modo como deveria caminhar a nação e a construção do Estado republicano. O “vazio institucional” levou ao fim a integração que havia, segundo o autor, entre a *polis* e o *demos* instituída no governo imperial, pois “o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política” (LESSA, 1988, p.50).

Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente após o Governo Provisório, teve curto mandato: iniciou e terminou no ano de 1891. Seu governo foi marcado por atritos entre

a postura do presidente, que até então se portava mais como militar do que como chefe do Executivo, e os congressistas civis. Suas medidas no que concerne a administração do Estado estavam distantes daquilo que imaginavam os republicanos antes da proclamação, e a deposição de ministros era algo recorrente (FLORES, 2021), o que sugere um grau de instabilidade considerável. Lessa (1988) define o primeiro ano de governo republicano constitucional como um conflito entre um Poder Executivo limitado em seus meios legais de ação, embora nostálgico de um tempo em que suas atribuições eram ilimitadas, e um Poder Legislativo em sua maioria oposicionista.

Decorre que, do crescente impasse político, Deodoro declara estado de sítio – em ato restritivo aos direitos políticos e constitucionais, entre outras medidas vistas por ele como necessárias para a manutenção da ordem pública, e dissolve o Congresso. Tais atos, foram divulgados pela imprensa como “Actos do Poder Executivo”, e sua justificativa por parte de Deodoro, conforme Flores (2021), era de proteger as instituições da destruição, as conspirações e movimentos sediciosos dentro do Exército e da Armada e, por último, enfatizar o perigo monarquista. Deodoro possuía dentro do corpo militar forte oposição, que, por sua vez, chegavam a chamar os ministros nomeados por Deodoro de “monarquistas encapotados”, taxados de excessivamente conservadores (JANOTTI, 2011).

Isolado e com pouco apoio, Deodoro da Fonseca entrega sua renúncia no dia 23 de novembro de 1891, e a República passa a ter como presidente Floriano Peixoto. No entanto, a turbulência não cessou. Floriano, que era vice-presidente de Deodoro, decidiu não convocar novas eleições presidenciais e finalizar seu mandato, em clara medida anticonstitucional. No início de seu governo buscou diminuir a influência de Deodoro, depondo governadores que apoiavam o antigo presidente, trouxe para perto de si militares positivistas e afastou do executivo políticos de clivagem liberal.

Com rígida postura, enfrentou militares que redigiram documento reclamando de algumas de suas decisões administrativas, principalmente por não ter convocado novas eleições presidenciais – após a renúncia de Deodoro, e de como caminhava a situação política do país. Floriano demitiu oposicionistas que ocupavam cargos comissionados e colocou lideranças militares na reserva. Quando soube por meio da imprensa que haveria uma manifestação de homenagem a Deodoro, encorajado por seus apoiadores, decretou estado de sítio e puniu os envolvidos. Seduzido pelo poder

e no início de uma experiência republicana nova, Floriano se aproximava cada vez mais da figura de um ditador (FLORES, 2021; JANOTTI, 2011).

A atuação de Floriano criou uma camada de ferozes apoiadores, os jacobinos²⁷ florianistas. Nos dizeres de Mattos (2012), uma espécie de “radicalismo popular” preocupados com questões sociais que enxergava com bons olhos a ideia de ser o povo “tutelado por militares”. Tal grupo não possuía prestígio perante os grandes latifundiários e demais integrantes da elite que ditava os rumos da economia do país, todavia, a atuação do presidente perante a Revolta da Armada e a Revolução Federalista – adiante retomaremos tais conflitos, foi o teste necessário para que ele levasse seu governo até o fim. Com a República ameaçada por tais revoltas e a possibilidade de desarticulação do poder federal pairando no horizonte, as medidas repressivas de Floriano foram apoiadas por forças políticas estaduais em estados como Minas Gerais e São Paulo. O apoio do Partido Republicano Paulista teve alto custo para Floriano, tendo este que ver nas eleições de 1894 sua sucessão por um presidente civil.

A eleição de Prudente de Moraes para o mandato 1894-1898 marcou o fim da “República da Espada”, mas não o fim da turbulência política. Os governos militares deixaram marcas e suas ações – como os decretos de Estado de Sítio, serão por algum tempo lembrados e alvos de críticas por parte dos monarquistas, ao associarem, dentro de sua linguagem política, a República ao militarismo. Um governo civil não significou um governo popular, tampouco um governo democrático – termo que há muito já fazia parte do significado do vocábulo república.

A República dos sonhos - dos intelectuais - não se concretizou. A República do talento, em oposição à Monarquia do privilégio, a República que iria proporcionar a formação

²⁷ Sob a pena de Suely Robles Reis de Queiroz veio à lume no ano de 1986 uma das principais referências no estudo do jacobinismo na primeira república. Na obra intitulada “Os radicais da República, jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897”, Queiroz faz esforço semelhante ao de Janotti ao lançar luz sobre o tema do jacobinismo, o que a autora considera como “uma das grandes ausências na historiografia republicana”. Possui a historiadora opinião semelhante à de Janotti sobre os motivos que levaram o tema “jacobinismo” a ocupar um lugar menor na historiografia: um movimento derrotado e de postura extremistas que, ao mexer com paixões duradouras, tornava mais difícil uma análise equidistante. Afeito ao militarismo, o jacobinismo defendia abertamente um governo autoritário. Defensores do regime republicano, a eles importava sobremaneira que, além de uma república federativa, ela também fosse presidencialista. Ao Estado, na concepção jacobina, só caberia o modelo republicano. Temiam o separatismo do país e a ideia de fragmentação e acreditavam que a República estava ameaçada por todos os lados, dimensionando ainda mais a ação dos monarquistas, vistos por eles com forte ameaça revolucionária ao regime republicano. Era pois, o lema de um jornal jacobino da época: “República ou morte” (QUEIROZ, 1986).

de uma aristocracia com base no talento e no mérito, e não mais no privilégio, não deu as caras na Primeira República. A Cidade das Letras, nos dizeres de Maria Tereza Chaves de Mello (2011), encontrou sua decepção com as ações dos primeiros governos militares, mais próximos da ditadura militar do que da regeneração do país que prometia a propaganda republicana em fins do Império.

Com o estabelecimento da República, e o conseqüente fim do “unitarismo” que vigorava no Império, vem como conseqüência do federalismo a ascensão ao poder das diversas oligarquias locais, conforme Hamilton de Mattos Monteiro (2016), controlando a máquina administrativa, cada qual em sua região. Essa “ocupação” do poder se deu de maneira diferente no que se refere as especificidades locais. Enquanto em grandes centros – casos de São Paulo e Minas Gerais, entre outros, onde a opinião pública era mais vigorosa, é por intermédio dos partidos políticos que as famílias mais poderosas irão buscar o controle do Estado. Em outros estados, como Ceará e a Alagoas, “a Federação representará a tomada do poder por grupos familiares poderosos, grandes latifundiários, que utilizaram o Estado como uma agência distribuidora de favores [...]” (MONTEIRO, 2016, p.451). Aos intelectuais reservava-se o desalento com as promessas de uma República que não aconteceu, nos dizeres de Mello (2011, p.132)

“Se os intelectuais pensaram, em algum momento, em substituir as famílias tradicionais [...] a realidade dos fatos pareceu mostrar-lhes que o princípio democrático da igualdade de oportunidades servira, antes, para dar passagem a negociatas ou até às massas. Tanto estes como aqueles obliteradores de uma ‘civilização do espírito’, já pelo materialismo utilitário, já pela prevalência da quantidade sobre a qualidade”

Por um lado, se estavam descontentes os intelectuais com os primeiros rumos que tomava a República, outros grupos sociais também demonstraram insatisfação com projeto republicano. A camada popular na linha da pobreza não aceitou a República, afirma José Murilo de Carvalho, indo além, foram os pobres e negros alvos de uma “prevenção republicana”, sendo perseguidos os capoeiras, no Rio de Janeiro, então capital federal. O historiador vai além ao interpretar que “não seria [...] exagerado supor que a reação popular a certas medidas da administração republicana, mesmo que teoricamente benéficas, tenha sido em parte alicerçada na antipatia pelo novo regime” (CARVALHO, 1987, p.31). Unia-se à turba dos insatisfeitos os operários que, por sua vez, encontravam dificuldades em se organizar em partidos.

Havia no Rio de Janeiro, de acordo com Carvalho (1987), um vasto mundo de participação popular que, todavia, estava distante do mundo oficial da política. Na separação entre as elites e as camadas populares, “no nível mais baixo da sociedade, o cidadão era o grande ausente da vida política, considerado como mero elemento legitimador das decisões da elite oligárquica” (MONTEIRO, 2016, p.452). O poder político, restrito às elites, era perpetuado em suas ramificações regionais por meio da utilização de instrumentos como o nepotismo e o clientelismo.

A cultura política republicana a partir de 1870, engajada com uma república sinônimo de democracia e progresso não poderia imaginar que o que se sucederia, na prática dessa experiência republicana a partir de 1889, períodos de grande agitação civil permeados por revoltas, políticas econômicas desastrosas e elites preocupadas em seus jogos de poder regional.

O grosso da população, segundo Carvalho (1987), teve seus meios de ação reduzidos, tendo a imprensa – com suas limitações, como principal meio de fazer sua voz incomodar os governantes. Os intelectuais militantes, decepcionados, se refugiaram na literatura e burocracia. A República decepcionou aqueles depositavam nela esperanças de honestas mudanças, todavia, “não foi a República do talento, não foi a meritocracia. Em vez da aristocracia, o país foi convulsionado por um tumulto quase anárquico que desembocou num regime oligárquico” (MELLO, 2011, p.133).

3.3 A “FALSA INÉRCIA MONARQUISTA”, OU O PERIGO RESTAURACIONISTA

O mito da Proclamação da República realizada em meio ao consenso e tranquilidade, que Janotti confere ênfase e que já abordamos algumas vezes, não serviu somente para nublar as divergências entre os projetos republicanos para o país no momento da alteração do regime político. Tal versão propagada pelos republicanos, com o objetivo de demonstrar que o novo regime foi recebido de bom grado pela população também gerou algum impacto entre os monarquistas. Em sua obra *O Ocaso do Império*, ao descrever a queda do Império, Oliveira Viana atenta para o fato de que ao ser deposto, nenhuma espada encontrou uma mão capaz de empunhá-la em defesa de D. Pedro II. Que além do reduzido grupo que compunha o ministério quando da

ação militar de deposição, mais nenhum grupo político ousou estar ao lado do Imperador, com o que afirma: “Deixaram-no partir em silêncio, só. Nem uma palma agradecida. Nem um rumor breve de aplauso. Nem um só grito de protesto” (OLIVEIRA VIANA, 2006, p.184).

Interpretações assim contribuem para o que Amanda Gomes denomina de “inércia monarquista” – muito corrente na historiografia, a percepção de se ver os “monarquistas como inertes, passivos, conformados e, mais adiante, muito bem acomodados ao e no novo regime. Essa visão homogeneizante acabou obliterando a existência de uma reação monarquista no período inicial da República” (GOMES, 2012). O despertar historiográfico para a questão do estudo dos grupos “vencidos” na Primeira República tem suscitado uma revisitação aos primeiros anos republicanos em busca de compreender as ações dos monarquistas restauradores.²⁸

A inércia monarquista²⁹ e, ou, o mito do consenso e tranquilidade na instauração do novo regime pode confirmar a expectativa do observador que, ao fixar sua atenção nos anos iniciais da República, queira ver suntuosas manifestações de oposição, embates diretos entre monarquistas e republicanos – entre outros tipos de agressões, e se deparar com movimentos muito mais contidos, quase resilientes em relação à inevitabilidade da República. Nesse sentido, Janotti contrapõe com importante reflexão: devemos considerar, na pesquisa daquele contexto, somente o que de fato ocorreu ou leva-se em conta também o que os contemporâneos acreditavam que acontecia? (1999, p.56). A indagação desconcerta na medida em que, ao voltar às fontes da época – não monarquistas, é possível perceber que o projeto restaurador representava um real perigo ao regime republicano.

²⁸ Além das pesquisas já elencadas na revisão bibliográfica que consta na introdução dessa dissertação, podemos incluir também como historiadores que se ocupam do período em questão: Izabel Andrade Marson, com seu artigo Da “restauração” da monarquia à “conciliação” com a república: diálogo entre textos, escolhas políticas de Joaquim Nabuco e episódios da primeira década republicana (2009); Os derrotados da Primeira República: apontamentos historiográficos e conceituais, de Igor Guedes Ramos (2015). Ainda que possamos esbarrar na ausência de fontes, como já havia alertado Janotti (1999), pois o tom “conspiratório” do movimento monarquista restaurador necessariamente envolveu destruição de materiais, abre-se oportunidades de pesquisas no que tange a manifestações monarquistas fora do eixo Rio-São Paulo, devido a ter subsistido em todas as antigas províncias pequenos grupos políticos que se recusaram a aceitar o regime republicano.

²⁹ Resultado de articulações levadas à cabo em sigilo, o 15 de novembro de 1889 pegou quase todos de surpresa – e nesse quase todos incluímos também muitos republicanos. Atordoados pelo golpe, os monarquistas demorariam um pouco a e refazerem diante do acontecido. Para compreendermos um pouco do clima do momento, alguns estadistas monarquistas acreditavam nas palavras de alguns líderes republicanos de que, enquanto D. Pedro II ainda vivesse, não haveria tentativa de golpe ou revolução (GOMES, 2012).

A reação monarquista não ocorreu de maneira unificada, nem foi a mesma durante o tempo em que existiu (e aqui consideramos os diferentes meios de ação empregados como também as variações na linguagem política, que vai se aprimorando e também nas alterações no horizonte de expectativas dos atores envolvidos). Enquanto no primeiro momento de reação, a partir dos primeiros governos militares, os objetivos e expectativas dos monarquistas se apresentavam de uma maneira, João Camilo de Oliveira Torres, algum tempo depois, já iria partir de um espaço de experiência cujo horizonte de expectativas não se cumpriu, adotando assim uma outra visão e também um aprimoramento da linguagem política monarquista dos primeiros tempos de reação.

Alguns autores que se puseram a pesquisar a contestação monarquista ao regime republicano produziram algumas tipologias a fim de melhor descrever os atores e *modus operandi* daqueles envolvidos nas contendas contra o novo regime. Janotti (1999) divide os monarquistas em quatro tipos: *afetivos*, que manifestavam simpatias pela família real e à mística do trono. Mantinham correspondências com os exilados da família real e sinalizavam respeito e regozijo em ocasiões comemorativas. *Saudosistas*, por sua vez, o grupo mais ligado à religião e se apegavam ao Império principalmente no que tange ao moralismo e contra a secularização do Estado e as novas mudanças sociais que trazia consigo o regime republicano. No grupo mais combativo, que utilizava a imprensa para publicação de panfletos, livros e artigos, estavam os *Intelectuais*. Criticavam abertamente o novo governo a partir de polêmicas na imprensa. Por fim, os *ativistas*, embora de difícil identificação, atuaram de maneira mais direta na “desordem” pública, incentivando greves, buscando contribuições para o movimento e tentando atrair simpatizantes.

Ângela Alonso (2009) ao pesquisar o debate intelectual na primeira década republicana, divide os monarquistas em dois grupos principais: monarquistas de Espada e monarquistas de pena. Os primeiros eram políticos ou militares, que se destacaram pôr em algum momento escolherem o caminho da arma para defender a causa monarquista. Os demais, por sua vez, Alonso define como “órfãos da sociedade de corte”, oriundos de uma cultura aristocrática cujo futuro inevitavelmente seria o de assumir o comando da nação, até o 15 de novembro de 1889 negar-lhes seu destino manifesto.

Em menor escala, atuando em recorte mais específico, ao se debruçar sobre a atuação monarquista do periódico *O Brazil*³⁰, entre os anos de 1895 e 1896, no Rio de Janeiro, Sarah de Sousa Alves (2019) identifica dois grupos monarquistas empenhados na missão restauradora: os *históricos*, monarquistas desde o período do Império, partidários de D. Pedro II, que são tomados por ressentimento após a queda do regime. E os *monarquistas ex-republicanos*, que desiludidos com os primeiros anos republicanos e enxergando a linha de seu horizonte de expectativas cada vez mais distante, aderem ao monarquismo como resposta à desilusão com a República do talento e meritocracia que não se concretizou.

Tais tipologias as quais lançam mão alguns pesquisadores – ainda que por vezes possam se parecer os grupos delimitados, nos ajudam a compreender que não somente entre os republicanos estavam em disputa diferentes projetos republicanos para o país, mas também a própria reação monarquista teve suas dificuldades e atritos entre seus defensores no que tange ao discurso e *modus operandi*. A construção de uma cultura política monarquista de contestação ao regime republicano foi se constituindo no decorrer dos anos na medida em que cada contexto impunha aos contemporâneos uma forma de resposta e uma adoção de um vocabulário político e simbólico comuns a seus membros.

A reação monarquista, portanto, se realizará de forma específica nos primeiros anos do regime republicano, haja visto que neste contexto a existência de um governo provisório e dois presidentes originários da ala militar impuseram a construção de uma forma de discurso. Assim como num momento posterior, com a presidência do governo nas mãos de civis, o discurso monarquista de oposição incrementará outros elementos. A resistência monarquista já nasce com dois problemas inalienáveis: diminuir diferenças entre liberais e conservadores existentes antes do fim do império e que agora se viam perante um “inimigo” comum – e podemos citar como agravante a essa situação o fato, já aludido por Janotti (2011), de que ambos partidos não haviam baseado sua prática política a partir de uma teoria do regime monárquico, e a adesão de antigos partidários da monarquia ao novo regime.

³⁰ Conforme Sousa Alves (2019), *O Brazil* esteve em circulação entre 1895 e 1896, período em que foram publicados 57 números do periódico, totalizando um total de 240 artigos. O jornal era sediado na cidade do Rio de Janeiro e, após sua edição inicial, passou a ser agenciado por colaboradores de Minas Gerais e São Paulo e tendo seus exemplares enviados a outros estados. Afirma Sousa Alves que o principal ideal do jornal era a legitimação e manutenção da defesa da causa imperial e seu retorno.

Nesse primeiro momento, a fragilidade monarquista é exposta (GOMES, 2012) – também um indício de que a organização necessária para combater o regime republicano demandaria muita energia e disposição dos envolvidos - no que tange ao tempo despendido em localizar os culpados pela implosão da monarquia em uma série de mútuas acusações. O bode expiatório da situação foi Ouro Preto, último chefe de gabinete antes da queda. Tais acusações aconteciam abertamente via imprensa, e uma das mais famosas foi a contenda entre Ouro Preto versus Visconde de Maracaju sobre quem recairia as responsabilidades fatais.

Outro duro golpe nas pretensões monarquistas e que postergou por um tempo a articulação monarquista “foi a imediata adesão de velhos políticos da monarquia à república” (GOMES, 2012, p.235). Inclusive, adesão de políticos que possuíam relações diretos com D. Pedro II. Tais adesões tiveram algum impacto na base popular monarquista³¹. Janotti (2011) interpreta tal movimentação de um ponto de vista pragmático: os republicanos não possuíam um quadro suficiente para compor um governo, e estas lacunas foram preenchidas por antigas figuras políticas do Partido Liberal e Partido Conservador. Nesse sentido, pode-se afirmar que foi muito mais uma continuação de uma prática política de alianças do que, de fato, uma adesão ao ideal republicano. Essas alterações no tabuleiro político também não eram bem vistas pelos próprios republicanos, que chamavam esses “ex-monarquistas” que agora estavam ao seu lado de “adesistas” ou “monarquistas encapotados”.

3.4 A OPOSIÇÃO MONARQUISTA DURANTE OS GOVERNOS MILITARES

Nos primeiros anos da República, entre o governo provisório e o fim do mandato de Floriano Peixoto (1889-1894), o forte militarismo presente no governo foi tema recorrente na linguagem política monarquista de crítica à República, mirando na presença dos militares seu argumento de forma a deslegitimar o regime. As cores do regime eram militares: o regime só foi possível graças a violência militar para sua

³¹ O caso do barão de Remiz Galvão foi um dos mais simbólicos, de acordo com Carvalho (2007): o barão, que era preceptor dos netos de D. Pedro II, e no alvorecer da República renunciou ao seu título nobiliárquico e abraçou o novo regime, demonstrando uma grande admiração por Deodoro da Fonseca, chegando até a compará-lo com o líder norte-americano George Washington.

instauração – e não era dado nenhum crédito, por parte dos monarquistas de acordo Alonso (2009) à propaganda republicana que remontava à meados do Segundo Reinado. No que concerne a crítica à índole militar da República, escreveu Eduardo Prado, em 1889 o *Fastos da ditadura militar*, em 1891 sob a pena de Cristiano Ottoni vem à lume *O advento da República no Brasil*. Completando, Visconde de Ouro Preto também contribuiu para a ênfase do militarismo como ponto de crítica ao compor, em 1891, o seu *Advento da ditadura militar no Brasil*.

Deste modo, é perceptível que em um primeiro momento os monarquistas se concentraram na produção textual como meio de combate ao governo, segundo afirma Amanda Gomes, muito mais escritores do que militantes, e buscavam jogar o jogo dentro das regras: o regresso monárquico se daria por vias legais. E muito disso se deve também à postura de D. Pedro II, agora exilado, em desaprovar agitações e conspirações. Inclusive, em suas correspondências com simpatizantes no Brasil, evitava tocar em trechos delicados, como revoltas. Sobre a movimentação política de D. Pedro II, “sua aversão a um contragolpe foi mobilizada, pelos monarquistas, como prova de seu desprendimento material e elevação moral” (GOMES, 2012, p.237). Todavia, no avançar da contestação monarquista, a questão da sucessão dinástica e/ou quem poderia ocupar o trono caso este fosse restaurado se configurou em um problema para o movimento.

A esperança que nutriam alguns monarquistas, no início do Governo Provisório, de uma restauração monarquista se justificou pela promessa de convocação de uma Assembleia Constituinte, momento em que previam os monarquistas uma possibilidade de que a realização de um plebiscito deslegitimasse o domínio militar em curso. Corroborando a vocação monarquista para a pena, o jornal *A Tribuna* – anteriormente órgão do Partido Liberal e propriedade de Visconde de Ouro Preto (JANOTTI, 1999), abertamente se posicionou contra os atos do Governo Provisório e abraçou a questão da Constituinte. Sob direção de Carlos de Laet, o jornal assumiu relevância, tendo suas tiragens alcançando Minas Gerais e São Paulo. Tão logo começou a incomodar e o Governo Provisório encaminhou decreto dificultando a liberdade de imprensa no país. Os funcionários do jornal trabalhavam sob pressão e medo, escritos que fossem julgados como *sediciosos* sofreriam seus autores penas exemplares. *A Tribuna* encerra suas atividades e em outros cantos do país, em

decorrência do decreto do governo que aplicava censura à imprensa, jornais diversos tiveram suas atividades encerradas.

Nesse primeiro momento, a reação monarquista arrefece por dois motivos: o adiamento do plebiscito e a censura aos jornais. No discurso dos contemporâneos, os monarquistas, com os olhos no futuro, voltavam-se ao passado: se durante a propaganda republicana entre os anos 1870 e 1880 a república representava o progresso e a civilização, na linguagem política monarquista, no resgate da tradição imperial, a civilização estava representada pelo império decaído, ao contraponto que a República, sob tom militar, era a ruína. Aos monarquistas interessavam a defesa de um império pautado na paz e organização, principalmente durante o reinado de D. Pedro II (ALONSO, 2009; GIAROLA, 2015).

Nesses primeiros tempos de reação monarquista e constituição de uma linguagem política que oportunizasse aos seus partidários um ponto de unidade na oposição – principalmente pois ainda estava recente em seus adeptos as diferenças existentes entre os políticos do Partido Liberal e do Partido Conservador, a pena de Eduardo Prado foi responsável por fornecer:

[...] uma plataforma da base ideológica do grupo em formação. Conseguindo denunciar escândalos, sobre membros do governo, militares, banqueiros e comerciantes, e também comprovar com fatos as violações das liberdades públicas e privadas, seus artigos constituíram-se em uma sistematização do discurso monarquista em um primeiro momento. (JANOTTI, 1999, p.34)

Prado, sem jamais ter ocupado cargo político no Império, foi figura importante, conforme afirmado por Janotti, para sistematização do discurso monarquista e contribuiu para a linguagem política de contestação. Além da denúncia dos governos militares e a frequente equiparação das ações dos presidentes à ditadores, Prado também delineou um quadro favorável ao Império, que muito serviu a outros monarquistas, pois o Império, segundo o autor “[...] garantira ao país respeitabilidade no exterior, integridade territorial, estabilidade política e liberdade civil” (GOMES, 2012, p.243).

Tanto *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, de Eduardo Prado, e *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, de Ouro Preto, foram publicadas no exterior, tendo em consideração o clima de censura que perdurava no Brasil. E a opinião que corria no estrangeiro sobre os assuntos internos do Brasil era bem diversa, já que os exilados, em suas intervenções por meio de entrevistas e depoimentos, sempre o faziam com vistas a

deslegitimar o governo que se instaurara no Brasil. Conforme Janotti (1999), na Europa era visto com simpatia qualquer notícia vinda do Brasil que insinuasse esforços em prol de uma restauração. Muito em parte também devido aos interesses financeiros de capitalistas que não enxergavam com bons olhos a instabilidade política na República brasileira. Jornais ingleses chegaram a endossar o argumento de que o Brasil necessitava de um governo forte e estável, e isso somente seria possível por meio de uma restauração monárquica.

Tal como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco contribui para a linguagem política monarquista ao inverter um argumento republicano presente desde os tempos do *Manifesto Republicano* de 1870: a de que a monarquia brasileira seria uma “planta exótica” na América. Conforme Amanda Gomes (2012), a inversão se dá justamente por reconhecer que a diferença do Brasil para os demais países americanos foi a responsável pela unidade territorial e também pela liberdade de opinião que vigorou nos tempos do Império. Para os jornalistas monarquistas do jornal *O Brazil* (AMORIM, 2019), ao fim do império caberia lamentação sobretudo por conta do fim da “liberdade de expressão”, estando a imprensa nos primeiros anos da República escravizada: a censura impedia os articulistas de emitirem suas opiniões. O Império era preferível à República sobretudo por isso, a liberdade de expressão.

Ainda de acordo com a pesquisa de Amorim, os monarquistas ex-republicanos que também integravam o jornal *O Brazil* dividiram o mesmo espaço de experiência que os monarquistas históricos: o contexto histórico do Segundo Reinado. Ainda que, naquele momento, em lados diferentes. Sobre eles, diz a pesquisadora (2019, p.63)

São, portanto, republicanos que não se reconhecem no regime instaurado em 15 de novembro de 1889, em virtude das formas como ele foi edificado e por quem foi edificado (pelos militares, sem participação popular). O tratam como autoritário, antidemocrático e um verdadeiro balcão de negócios, em que oportunistas se serviam em prol da satisfação de interesses privados, sem pensar no bem da nação.

Enquanto Angela Alonso (2009) identifica o “monarquismo de pena” como uma espécie de “decadentismo” devido ao seu ressentimento perante o fim de um regime de governo por eles idealizado e a defesa de uma tradição e um estilo de vida que não encontraria mais protagonismo no regime republicano, Sarah de Sousa Alves Amorim (2019) acrescenta à fileira dos ressentidos com a queda do Império os agora “monarquistas ex-republicanos” que, embora não compartilhem a visão de uma nostalgia gloriosa para com o passado imperial, enxergavam na monarquia

constitucional uma superioridade quando confrontada com a república praticada no Brasil, que não havia se realizado da maneira que imaginavam. Torna-se visível, nesse momento, as contradições encaradas pelos monarquistas em seus anseios restauracionistas que se projetavam no futuro caso o objetivo fosse conseguido: para os monarquistas ex-republicanos, se a monarquia restaurada também os desiludisse, lutariam pelo seu fim.

As turbulências nos dois primeiros governos republicanos abriram margem para as esperanças monarquistas. Para os opositores monarquistas, o novo regime ainda era estranho para as massas, que não o reconheciam, e o governo republicano só conseguia governar com a força dos quartéis e a frequentes desavenças entre congresso e governo eram um sintoma claro da fragilidade do novo regime. A restauração seria o remédio ideal para os males republicanos (JANOTTI, 1999). Para os monarquistas o que estava em curso no Brasil era uma ditadura militar que se desdobrou a partir do dia 15 de novembro de 1889.

A questão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista foi a grande agitação civil-militar que precisou enfrentar o governo Floriano Peixoto e que mais diretamente ameaçou a República quando de seus primeiros passos. Importante citar que no contexto histórico em tela, sua grande característica, afirma Hebe Mattos (2012), era uma experiência política marcada pela capacidade de homens armados se mobilizarem com objetivos políticos. Inclusive, prossegue a pesquisadora, ainda que tais mobilizações acontecessem entre grandes proprietários e suas relações clientelistas com os chamados “coronéis”, não se pode dizer que em tais situações estavam ausentes sentidos políticos e mesmo filosóficos, conforme conclui “[...]as fronteiras entre práticas coronelísticas e conflito ideológico não estavam de maneira alguma claramente demarcadas” (2012, p.96).

Tais revoltas que couberam ao então presidente da República enfrentar possui ainda mais relevância para nós devido terem os monarquistas vislumbrado nesse cenário oportunidades de ação combativa direta ao regime republicano por meio de envolvimento com as partes antagonistas, ainda que o espaço por onde se movimentavam os monarquistas fossem o vácuo entre os embates pelos quais se digladiavam os defensores dos diferentes projetos republicanos. Assim foi com a Revolução chamada Federalista ocorrida no Sul do país, entre 1893 e 1895, e que, conforme sua denominação, relaciona-se com o federalismo estabelecido pela

Constituição de 1891, opondo republicanos positivistas sob comando de Júlio de Castilhos – presidente do Estado do Rio Grande do Sul, contra republicanos liberais como Assis Brasil e liberais parlamentaristas como Gaspar Silveira Martins (MATTOS, 2012; FLORES, 2021).

Foram anos de sangrentos confrontos, com as tropas federalistas invadindo o Rio Grande do Sul a partir do Uruguai, onde estavam reunidos, com o conflito estendendo-se para outros estados, como Paraná e Santa Catarina. Devido ao fato de alguns líderes federalistas terem sido políticos com atuação de relativo destaque no período imperial – casos de Gaspar Silveira Martins, João Nunes da Silva Tavares e Gumercindo Saraiva, sendo estes dois últimos representantes militares, acreditava-se que sob a bandeira do parlamentarismo o que de fato havia era um desejo de restauração monarquista. Tal perigo era naquele momento superdimensionado pelos florianistas e na avaliação dos monarquistas fosse um momento auspicioso apoiar os federalistas pois, a Revolução, “galvanizou tanto monarquistas como as dissidências republicanas” (JANOTTI, 2011, p.212), todavia a tese dos propósitos restauradores do movimento não gozasse de tanto prestígio.

Concomitante com a guerra civil que ocorria no Sul, eclodiu no Rio de Janeiro, em 1893, a Revolta da Armada – outro movimento que atraiu o interesse dos monarquistas, principalmente por ser a Armada um tradicional reduto monarquista. O conflito tem início a partir de divergências internas dentro do Executivo que culminou com a demissão do Almirante Custódio de Melo do posto de Ministro da Marinha, situação que responde o almirante com denúncia dos atos do governo federal em apoio aos castilhistas na revolta que acontecia no Sul.

A tensão sofre uma escalada e rapidamente eclode em revolta, com a Armada sublevando-se em apoio aos federalistas e também com a exigências de novas eleições. Ao almirante Custódio de Melo juntou-se Saldanha da Gama, prestigiado almirante cujas ideias monarquistas não eram escondidas. A participação de Saldanha da Gama foi suficiente para o movimento ser tingido de cores monarquistas pela imprensa, embora dizerem os revoltosos agir em nome da Constituição republicana, sendo necessário o almirante vir à público com um manifesto em defesa da “República Civil” após a imprensa governista insistir nas relações entre o movimento e os partidários monarquistas (FLORES, 2021; MATTOS, 2012; JANOTTI, 2011).

No decorrer das ações, opositoristas integrantes das duas revoltas se aproximam, com os insurgentes da Armada indo em direção ao Sul com objetivo de fortalecer as fileiras federalistas, após Saldanha da Gama não ter obtido êxito em suas tentativas de desembarque na Capital. O pânico aumentava à medida em que as tropas federalistas iam conquistando terreno. Jornais noticiavam o fim da República e os jacobinos florianistas gradualmente radicalizavam em suas ações, posto que em sua visão defensores da República em sua cruzada contra seus inimigos monarquistas. Sob a pena dos florianistas a ameaça monarquista era alvo principal, e suas supostas alianças com os revolucionários eram denunciadas, e a virulenta linguagem empregada em seus artigos chegou a fomentar conflitos nas ruas de São Paulo, localidade a qual a Câmara municipal chegou a proibir a circulação do jornal *O Jacobino* (JANOTTI, 1988; JANOTTI, 2011).

Sob a ótica monarquista, a República era o sistema responsável pela instabilidade política nos países vizinhos, que os faziam suscetíveis à golpes militares e governos sem legitimidade. A instauração do regime republicano havia cindido com a tradição nacional e a reboque veio a anarquia militar. Para Eduardo Prado, um dos principais expoentes da oposição monarquista, “o militarismo poderia ser definido como regime político baseado na ditadura dos grupos militares, que impõe sua vontade através da censura, da perseguição política e do cerceamento das liberdades individuais” (GIAROLA, 2015, 247). Para o monarquista daquele período, o seu discurso político era confirmado pelos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e no Brasil, conforme Giarola, os governos militares inevitavelmente iriam destruir a ordem social e unidade territorial características do Império. Sobre esta última questão, tema tão caro aos defensores do Império, era um temor constante para os monarquistas a desfragmentação territorial do país. Sobre este ponto, esclarece Janotti (1999, p.47)

De fato, o desmembramento do território era esperado pelos monarquistas a qualquer momento, constituindo-se em tema constante de correspondência. Enquanto, para alguns, o resultado seria o aparecimento de várias repúblicas, que dificultariam ao máximo a restauração, para outros seria o início de um processo pelo qual, com ajuda estrangeira, chegar-se-ia a restabelecer a monarquia.

Na cultura política monarquista, o temor de desfragmentação territorial do país era real. Ainda que, caso ocorresse, os possíveis resultados eram interpretados e esperados de modos diferentes dentre os monarquistas, a perda de unidade territorial seria um desdobramento da anarquia resultante dos governos militares. Sendo este,

então, a identificação da República com o militarismo, um dos pontos principais do universo simbólico da cultura política monarquista.

Esta cultura política seria responsável também por outro elemento importante a compor a linguagem política monarquista: a exaltação a D. Pedro II e ao Segundo Reinado como elementos gloriosos no passado imperial. E o passado ocupava um importante lugar na historiografia construída pelos monarquistas, aponta Giarola, pois em contraponto aos republicanos que interpretavam o 1889 como um momento de cisão e estavam empenhados na tarefa de construir um novo panteão cívico, encontravam-se os monarquistas na tarefa oposta de preservar as tradições imperiais, interpretadas por eles como o que de verdadeiro havia na nação. Sob a ótica dos republicanos, D. Pedro I fora excluído do processo de independência e D. Pedro II e seu reinado estava sendo minimizado e quanto a isso, para os monarquistas, afirma o autor (GIAROLA, 2015, p.153)

“[...] Na história estavam todas as grandezas brasileiras e era nela que o presente deveria se espelhar. Destarte, a República significava o inverso. Na percepção dos restauradores, os republicanos viravam as costas para o passado e começavam um hoje sem qualquer vínculo com o ontem”

Presença materializada do passado a ser preservado, se o comportamento de D. Pedro II no exílio e seu distanciamento de ações que pudessem incentivar distúrbios civis³² era encarado pelos monarquistas como um exemplo e também argumento na tarefa de restaurar ao imperador a aura sagrada que ele vinha perdendo desde os anos 1880 com a propaganda republicana, a sua morte, em 05 de dezembro de 1891, o faz ser ainda mais “endeusado”, nas palavras de Amanda Gomes (2012).

A conjuntura não poderia ter sido pior para a República³³: o falecimento do querido monarca coincidiu com o início tumultuado do governo de Floriano Peixoto – que havia

³² Quando recebia visitas de admiradores brasileiros, ex-ministros e outros fiéis monarquistas, D. Pedro II mantinha uma atitude de recusa em discutir política. Rejeitava envolver-se em planos conspiratórios e também não aprovava que em seu nome articulassem ações de qualquer natureza. Afirmava o ex-imperador que ao Brasil somente retornaria caso fosse chamado (CARVALHO, 2007).

³³ No exílio, segundo Schwarcz, em seu falecimento D. Pedro II recebeu honrarias de chefe de Estado e seu enterro transformado em uma cerimônia de grande projeção que contou com presença de parte da realeza europeia. Sua morte foi noticiada em diversos jornais estrangeiros e o *The Herald*, por exemplo, afirmou que em um momento circunstancial mais “feliz”, o imperador entraria para a história idolatrado e honrado. *The Tribune*, em sua nota, declarou ter sido o reinado do monarca “sereno, pacífico e próspero”. O jornal *Weekly Register* foi ainda mais generoso ao afirmar que o ex-imperador mais parecia um sábio ou poeta do que de fato um monarca, e que se seus projetos tivessem tempo e oportunidade de se concretizarem, o Brasil seria um dos mais ricos países do Novo Mundo. “Na morte, o imperador deposto perde lugar para um rei mistificado que nesse momento parece recuperar o espaço de uma monarquia imaginária em que a figura física não tem quase nenhuma relevância” (SCHARCZ, 1998, p.489)

efetuado deposições de governadores buscando diminuir a influência deodorista. Por todo o país foram realizadas missas solenes e pronunciamentos que enalteciam D. Pedro II e a monarquia, e em sinal de luto associações brasileiras e estrangeiras, além de casas de comércio, baixaram suas portas e baixaram suas bandeiras a meio pau. Desconcertado, o novo governo buscou na diplomacia contornar a situação com o representante de Portugal, mas ouviu deste que nada poderia fazer e, inclusive, a legação portuguesa ficou enlutada por 20 dias, afirma Janotti (1999).

Ao ex-imperador eram tecidos diversos elogios pelos monarquistas e era alçado a personificação da nacionalidade. Na linguagem política dos opositores, conforme Giarola, D. Pedro II havia sido o responsável por garantir a unidade nacional e, quando foi necessário, garantiu a honra da pátria quando da Guerra do Paraguai (1864-1870). Na perspectiva histórica linear dos monarquistas, o Segundo Reinado sob D. Pedro II representava o auge de um percurso histórico iniciado com os portugueses, e a ligação do governo de D. Pedro II com as origens portuguesas era de continuidade, e não ruptura. Na visão dos monarquistas de São Paulo (GIAROLA, 2015), à monarquia brasileira estava reservada duas características que os republicanos diziam ser inerentes ao regime em vigor no Brasil: um sistema político garantidor das liberdades individuais e políticas. Na linguagem dos monarquistas, tais características na verdade seriam definidoras do governo de D. Pedro II.

Esse primeiro momento da reação monarquista, a qual Gomes (2012) denomina de período de contenção, mais do que evidenciar uma inércia monarquista, de fato escancara a fragilidade do movimento, seja por fatores externos no que tange a hostilidade dos governos militares com seus opositores – situação que se estende até 1894 – e sua inflexibilidade no trato para com estes. Mas também a fragilidade interna do movimento nesse primeiro momento. Para além das antigas dissidências internas pois agora estavam no lado monarquista antigos integrantes dos Partidos Conservador e Liberal, e também a busca por encontrar um culpado por ter sido D. Pedro II destronado, havia também divergências quanto a questões fundamentais que influenciaria diretamente os rumos do movimento de oposição.

Entre as questões que atormentavam os monarquistas estava a indecisão sobre qual local deveria ser o responsável por empunhar o aríete restaurador contra a República, ou seja, por onde começar? Rio de Janeiro? Bahia? Rio Grande do Sul? Cada um dos locais citados possuía suas vantagens e desvantagens. De acordo com Janotti (1999),

alguns senadores acreditavam que a Bahia seria o local onde de bom grado se acolheria a restauração, e em seguida o ato contaria com apoio de todo o país. Mas para Paulino Soares de Souza a restauração não seria tão simples assim e somente ocorreria se levada a cabo pelo quartel. Acreditava-se também que o Rio Grande do Sul facilmente poderia ser o responsável pelo ato restauracionista, já que aparentava lá, apesar da agitação, ser reduto de monarquistas. E caso o fizesse, certamente Bahia e Pernambuco embarcariam na aventura representando o Norte.

Outro dilema que vivenciaram os monarquistas nesse momento versava sobre a questão sucessória caso fosse restaurada a monarquia, ou até mesmo para saber a quem deveriam recorrer os monarquistas em sua luta restauracionista, qual seria o líder de seu projeto político ou a figura central desse projeto. Tal dilema remonta os tempos em que D. Pedro II ainda detinha a coroa e o cetro, e conforme Lucas Suzigan Nachtigall, dentro da própria família imperial havia uma divisão sobre como deveria ocorrer a sucessão ao governo de D. Pedro II, ou seja, embora e de acordo com as diretrizes da época tudo indicasse que a Princesa Isabel assumiria o trono, não havia uma certeza quanto a isso. Aponta o pesquisador que no Império não se consolidou a tradição usual de que familiares de um monarca ocupassem cargos e funções no Estado (2015). Os próprios sucessores, no caso brasileiro, não se preocupavam com essa tradição de envolvimento na vida pública, nem em estabelecer um plano para a sucessão, afirma Nachtigall:

“[...] A princesa Isabel, embora por direito constitucional fosse Conselheira de Estado e Senadora, pouco fazia uso de suas funções. Pedro Augusto nunca chegou a ser apontado à posição de Conselheiro de Estado ou Senador por não ter ainda completado os vinte e cinco anos exigidos para a posição quando a República foi proclamada. Os demais herdeiros eram muito jovens sequer para ansiarem a uma cadeira do Conselho de Estado, não tendo nenhum deles atingido a maioria na altura do golpe republicano”

Antes da Proclamação da República a possibilidade de um Terceiro Reinado com Isabel como monarca não era vista com bons olhos, principalmente pela sombra de seu marido Conde D'Eu. Receava-se que com o Trono sendo ocupado pela Princesa Isabel, o real governante seria seu marido, que não gozava de prestígio nem popularidade. Conforme afirma Holanda (2007), no momento de crise do Segundo Reinado, a perspectiva de um Terceiro Reinado só tinha adeptos entre os católicos mais extremados. E era justamente o “ultramontanismo” de D. Isabel que a muitos levava o sentimento de rejeição quanto a um governo seu.

Tais questões em aberto tiveram impacto na organização das forças monarquistas no momento de planejamento de uma ação restauracionista. Enquanto vivo, no andar normal das ações, o óbvio era o apoio dos monarquistas a D. Pedro II, concentrando nele os esforços restauracionistas. Todavia, com o baixo empenho do monarca e até sua postura em evitar o polêmico tema da restauração, após sua morte os monarquistas passam a divergir sobre como proceder. Era de suma importância a manifestação de algum integrante da família real para que ao seu redor fossem atraídos os descontentes com o novo regime e também os monarquistas.

O grande problema, analisa Janotti (1999), é que os adeptos monarquistas não conseguiram encontrar na família real alguém que personificasse essa mística do trono e que os auxiliasse na luta restauracionista. Alternativas foram cogitadas e, sabendo da resistência que encontraria Isabel e Conde D'Eu em um possível reinado, alguns monarquistas cogitaram até uma regência em nome de um dos príncipes³⁴, e alguns nomes capazes de empreender tal tarefa foram levantados, como o de Silveira Martins e Saldanha da Gama.

Tal ausência de uma liderança da Casa de Bragança no Brasil era um severo entrave aos anseios monarquistas – interpreta Janotti que a atitude hesitante da família real em apontar um representante oficial se justificasse pelo temor em aumentar ainda mais as dissensões entre os monarquistas. Como poderia o grupo opositor planejar uma ação concreta se nem ainda estavam resolvidas questões internas como quem poderia ser o futuro monarca? A essa questão responde o jornal inglês *The Western Press*, que reconhecendo a ausência de herdeiros aptos assumirem o trono na família Bragança, sugeriu alternativa de um monarca eleito pelo povo, citando como exemplos o caso da Grécia e Bulgária, onde o monarca passou pelo crivo popular.

³⁴ Além do contato com D. Pedro II, a princesa Isabel e seu marido Conde D'Eu, alguns monarquistas – não se sabe qual grupo, viram na figura do príncipe D. Augusto aquele que iria fazer o papel de líder do movimento. O príncipe embarcou em uma fragata austríaca rumo ao Brasil, com paradas na Bahia, Rio de Janeiro, encontrando seu destino ao Prata, onde aguardaria o príncipe condições favoráveis de ação. O navio do príncipe chegou ao Rio de Janeiro no momento final do governo Deodoro, enquanto este preparava sua renúncia. D. Augusto não conseguiu desembarcar e retornou à Europa, frustrando aqueles que acreditavam que tal empreitada resultaria em algo favorável aos monarquistas. Mas a ação causou algum alvoroço, e até o *New York Times* noticiou a ação restauracionista em curso e, enquanto o príncipe D. Augusto não chegasse em terras brasileiras, um triunvirato governaria o país. (DEL PRIORE, 2007). Janotti, por sua vez, afirma que faltava ao príncipe condições para aglutinar as forças monarquistas e, devido a razões psicológicas, não possuía responsabilidade para tal empresa. Sua vinda ao Brasil foi considerada até um erro estratégico, sendo mal recebida, pois “contribuía para fracionar os esforços da oposição monarquista, que se recusava a enfrentar uma questão que a dividia: a escolha entre Pedro Augusto, filho de Da. Leopoldina e Pedro de Alcântara, filho da Princesa Isabel” (JANOTTI, 1999, p.49).

Ainda assim, mesmo cientes da rejeição, os monarquistas que optavam por buscar apoio em Princesa Isabel não tiveram seus apelos atendidos, tanto no que se refere à ajuda financeira para a causa, quanto para pronunciamentos de apoio. Tal atitude provocou um baque moral entre os monarquistas, que julgavam-se abandonados pela família real. Essa atitude de “espectadora”, afirma mais uma vez a pesquisa, afetou significativamente a ação dos restauradores (JANOTTI, 1999).

À essas questões de ordem interna, que deviam dar conta os monarquistas, havia também questões relativas a ação combativa ao regime republicano como essa ocorreria. Como se materializaria essa oposição? Havia aqueles que julgavam suficiente uma atitude de homenagem ao regime deposto e uma ação denunciatória dos políticos adesistas e também dos políticos republicanos; existiu também uma corrente adepta da construção de uma sólida argumentação em favor da monarquia por meio de uma robusta atividade propagandística com fins a esclarecer a sociedade sobre o que a aguardava no regime republicano; como também teve espaço aqueles que buscavam, por meio de conspirações, desestabilizar o regime e provocar a restauração monárquica (MARSON, 2009).

Todavia, em virtude do desenrolar dos acontecimentos, é compreensível que o movimento monarquista tenha tido suas dificuldades nesse primeiro momento de reação, a julgar tanto pelos fatores internos a serem resolvidos – grande parte problemas herdados ainda dos tempos do Império, quanto pelos fatores externos, como o combate ao movimento com mãos de ferro pelos governos presididos por militares. Contudo, não ficaram inertes os monarquistas, nem entregaram a vitória sem antes ferir o inimigo. Sob a ótica dos defensores da República, principalmente dos jacobinistas, o perigo monarquista era real e muito maior que aparentava ser, posto que envolto em conspirações. Com o fim dos dois primeiros governos militares e a ascensão de civis ao poder, o movimento monarquista entra inicia uma outra etapa no movimento, considerado o auge da reação monarquista. A ameaça monarquista pairava no horizonte da República e Floriano Peixoto em seu “testamento político” advertiu: “[...] o fermento da restauração agita-se em uma ação lenta mas contínua e surda. Alerta, pois” (QUEIROZ, 1986, p.89).

3.5 A ARTICULAÇÃO DO PROJETO MONARQUISTA A PARTIR DOS GOVERNOS CIVIS

Com o início do período republicano governado por presidentes civis, a partir do mandato de Prudente de Moraes em 1894, a reação monarquista assume outra postura, se intensificando e assumindo abertamente uma posição restauradora quanto à monarquia deposta. Os grupos monarquistas possuíam agora uma ligeira experiência oposicionista, conseguida à duras penas durante o período dos governos militares, onde atuaram de maneira mais a resistir e marcar posição, do que de fato em uma atitude restauracionista, devido também à censura empregada pelos governos militares e perseguição a oposição.

O governo do primeiro presidente civil tinha pela frente uma dura tarefa: encerrar a fase revolucionária e consolidar o domínio civil. Para tanto, empenhou-se Prudente de Moraes em implodir a estrutura construída durante os governos militares, principalmente as medidas tomadas por seu antecessor Floriano Peixoto: altos cargos em âmbito estatal estavam ocupados por florianistas, a máquina burocrática estava inchada com cargos de confiança e os militares encontravam-se em todas as circunstâncias (QUEIROZ, 1986). Para conseguir alcançar seus objetivos, Prudente de Moraes precisaria, então, desmilitarizar o país e atuar para acalmar os ânimos populares que alimentavam o jacobinismo.

As atitudes de Prudente de Moraes não foram bem recebidas pelos jacobinos florianistas, ainda inconformados com a passagem do poder dos militares para um civil. Agindo com intuito de alcançar seus objetivos, o presidente efetuou enormes demissões no serviço público, retirou dos cargos civis militares que os ocupavam – transferindo-os para outros locais, além de veto a proposta de aumento dos quadros do Exército (MATTOS, 2012). Inevitavelmente tais medidas acirraram ainda mais os ânimos dos impacientes jacobinos, que passariam a exercer forte oposição ao governo de Prudente de Moraes, ocupando as ruas sempre que possível.

Para a normalização institucional que necessitava o regime republicano e a sedimentação da ordem civil, afirma Amanda Gomes, buscou o presidente agir de maneira “conciliatória”, estratégia que visava um bom relacionamento com todos: os

apoiadores, os falsos apoiadores e os declaradamente inimigos, em uma atitude que buscava não desagradar muita gente, conforme Gomes (2013, p.2013)

“[...] Prudente se portou como um estadista ponderado, relativamente liberal e finamente conservador porque objetivava o apoio das lideranças estaduais, para completar o seu mandato e eleger o seu sucessor, maior sinal de que a ordem civil estaria seguramente estabelecida”

Tal postura adotada pelo presidente da República ecoou entre os monarquistas e os fez vislumbrarem no horizonte novas expectativas quanto ao futuro do movimento. Se durante os governos militares os monarquistas conseguiram se reunir em grupos em diversos estados – embora sem uma organização central, criados canais de comunicação na imprensa dedicados a incomodar o regime republicano e se reunido em torno de algumas personalidades políticas, afirma Janotti, com a inauguração dos governos civis puderam os monarquistas pensar em voar em uma altitude mais elevada: fundar um partido político. Tal estratégia se configura em importante passo à frente que daria o movimento, visto que nos governos anteriores, as ações monarquistas possuíam caráter individual ou resultante de pequenos e dispersos grupos. Possuíam agora os monarquistas um espaço de experiência uma tradição de luta contra os governos militares e um núcleo de intelectuais dispostos a guiar o movimento (JANOTTI, 1999).

Com um governo preocupado em respeitar a Constituição, a reboque retornou ao país liberdade de imprensa e para a oposição a garantia de que a voz dos monarquistas não seria mais censurada por meios legais. Com razão poderiam os monarquistas ousarem novas ações, mais organizadas e mais amplas. Sem os perigos que um Estado de Sítio – antes ferramenta utilizada pelos presidentes militares – pode oferecer, os monarquistas poderiam agir às claras quanto suas intenções, inclusive aqueles que estavam na Europa puderam retornar ao país de acordo com sua própria vontade.

Todavia, o cenário político a partir do governo Prudente de Moraes tornou-se mais complexo. Se em um primeiro momento o embate era entre monarquistas contra republicanos, a partir de Floriano Peixoto os jacobinos compunham o cenário juntamente com os republicanos desiludidos com os rumos que tomava o regime. Os jacobinistas, como já vimos, inflavam o perigo representado pelos monarquistas e interpretavam o tom mais “ameno” de Prudente de Moraes como complacente com os desígnios monarquistas, representando para estes um formidável adversário.

Entretanto, o jacobinismo também representava um perigo à consolidação do poder civil, visto que para eles o projeto republicano ideal haveria de ter cores militares.

A linguagem política empregada pelos monarquistas sofre alterações, adotando características antiflorianistas e antijacobinista³⁵, subindo também o tom moralista e religioso na defesa da monarquia e na crítica à República. A historiadora Amanda Gomes propõe a compreensão da atuação monarquista a partir de sua caracterização por três formas de ação: “arregimentação política, atividade associativa e atuação propagandista através da imprensa explicitamente monarquista” (2012, p.270).

Há também mudança na forma como que a oposição monarquista irá compreender o papel do povo em sua relação com a República, conforme a evolução de sua linguagem política. Se antes, o argumento propagado pelos monarquistas era de que o povo recusara a República, sob a pena de Afonso Celso a alegação nesse momento se torna de que o povo havia aceitado o novo regime, porém, desiludido com as falhas da República, voltava-se para o antigo regime. O alvo da propaganda, afirma Janotti, monarquista também se modificou, antes o interesse do argumento monarquista era direcionado aqueles que não haviam embarcado na aventura republicana, agora estavam os monarquistas preocupados em construir novos quadros de apoiadores da causa, seduzindo novos simpatizantes, principalmente entre os mais jovens. A questão sucessória, inclusive, assume um lugar menor, no que responde Afonso Celso à retórica pergunta sobre “a quem restaurar” a monarquia o seguinte: “restaurar a monarquia, a questão da pessoa figura depois (JANOTTI, 1999).

O próximo passo dado pelos monarquistas foi o conagraçamento de esforços em torno do objetivo de fundação de um partido em defesa da causa, o que nos leva a deduzir que estavam os monarquistas dispostos a encararem os republicanos dentro das regras de seu próprio jogo – embora com ressalvas quanto ao processo eleitoral no regime republicanos. E o primeiro local a conhecer uma organização monarquista formal foi o Estado de São Paulo, que em meados de 1895 já possuía uma forte oposição à República.

Sob a liderança de Eduardo Prado, após a compra do jornal *O Comércio de São Paulo*, e as superação de antigas desavenças entre os monarquistas, nasci ali o Partido

³⁵ Conforme Amanda Gomes (2012), o antiflorianismo se configuraria na crítica monarquista contra o militarismo, enquanto o antijacobinismo se traduziria na oposição as manifestações republicanas mais radicais.

Monarquista, seguido de um *Manifesto do Partido Monarquista de São Paulo*, cujo teor, de acordo (GIAROLA, 2015), apontava para a influência perniciosa do positivismo no Exército, colocando nessa filosofia a responsabilidade pelo golpe republicano, como também acentuando o conteúdo religioso do manifesto ao criticarem a cisão entre Igreja e Estado levada a cabo pela República.

Na esteira do movimento iniciado em São Paulo, no Rio de Janeiro também se organiza o movimento monarquista, lançando em 1896 o seu manifesto “*À Nação Brasileira*”, com algumas inovações discursivas com intuito atrair mais adeptos à causa. Foram contempladas as queixas de vários extratos sociais, afirma Gomes (2013): a política financeira adotada tornava difícil a subsistência dos mais pobres, e também sobrou compaixão para com os setores militares, para os signatários do manifesto, a Armada havia sido mutilada e quase destruída, ao passo que o Exército sofrido arbítrios no que tange à reformas.

Embora o teor do manifesto visasse ampliar o leque da linguagem política monarquista, não encontrou o movimento definição alguma de ordem burocrática, se seria um Partido, um Centro ou Diretório, além de questões internas que necessitavam de um consenso entre seus integrantes – coisas comuns à toda agremiação política, conforme Janotti (1999, p.107)

[...] quem seria o herdeiro do trono; qual a atitude a ser tomada frente às eleições; como estabelecer uma ação coordenada entre os grupos paulistas e cariocas; quem eram os dirigentes máximos do movimento e que tipo de linguagem seria utilizada pela imprensa nessa nova fase.

Não eram problemas simples de serem resolvidos. A cada ruído que era abafado – como a questão das antigas desavenças entre liberais e conservadores, surgiam novos à medida que o movimento iria necessitando uma maior organização, com questões relativas a lideranças regionais e articulações entre os movimentos em outros estados. Não seria exagerado supor que as diferenças entre os movimentos monarquistas de São Paulo e Rio de Janeiro seriam devido às diferenças também nos projetos restauracionistas que vislumbrava cada grupo.

Todavia, nesse novo momento do movimento monarquista, afirma Amanda Gomes (2013), a perspectiva de ação se daria por meio da via legal no exercício da cidadania política, com os monarquistas sendo orientados a participarem dos pleitos municipais pois, na avaliação dos mesmos, no âmbito municipal a República ainda não havia fincado raízes. Buscavam agir os monarquistas nos dois principais campos destinados

ao debate das ideias: o parlamento e a imprensa, atuando no debate político de maneira direta. E a imprensa se constituía em privilegiado campo de atuação pois permitia aos monarquistas dirigir seus discursos aos mais jovens, que naquela altura era o principal elemento de força de seus inimigos jacobinos.

Mesmo nesse momento de tentativa de um movimento mais organizado, pontos cruciais continuavam impedindo que obtivessem mais força os monarquistas, principalmente a já abordada ausência de um sucessor reconhecido como líder do movimento e que aglutinasse em torno de si as lideranças locais e amenizasse as divergências de egos. E o movimento monarquista paulista, embora mais organizado que o carioca, não demorou em ruir a partir das divisões em dois grupos principais: *mendistas*, sob liderança de João Mendes de Almeida, e *pradistas* em torno de Eduardo Prado.

A ruptura entre os dois líderes foi como um abalo de forte magnitude e se mostrou irreconciliável. Divergindo em torno de questões como que tipo de ações restauradoras deveria tomar o Partido, o que representa também a divergência de projetos políticos entre os monarquistas, as ligações políticas estabelecidas por cada um, e até como deveria se comportar o grupo deveria se comportar perante as eleições, o Partido Monarquista não foi capaz de superar essa cisão e desmembrou-se, resultando em grupos diversos: aqueles em torno de Eduardo Prado e seu jornal *O Comércio*, o grupo em torno do Centro Monarquista, ligado ao Centro de Estudantes Monarquistas, liderado por João Mendes de Almeida (GIAROLA, 2015).

Na interpretação de Gomes (2013) as divergências internas entre os monarquistas, para além de enfraquecer a ação restauradora, aponta também para a fragilidade dos acordos e alianças tecidos entre os próprios monarquistas nesse momento de maior organização. Essa desunião, ou falta de força, resultou na facilidade com que foram desarticulados os movimentos restauradores nos locais onde aparentavam ter mais força: São Paulo e Rio de Janeiro.

Aproveitando-se do impasse entre os dois grupos monarquistas em São Paulo, o governo estadual invade e põe fim às ações do Centro Monarquista e o Centro de Estudantes Monarquistas, com o ato do governo paulista tendo sido encarado com bons olhos pelos governistas, e a ilegalidade da ação em momento alguma questionada. A paciência com os monarquistas parecia haver chegado ao fim em São

Paulo, tendo a atitude do governador Campos Salles sido bastante exaltada nos meios patrióticos. Justificativa utilizada pelo governador era de que a atuação monarquista, enquanto perseguidora de um fim restaurador, era claramente revolucionária e contrária à Constituição, que negava caráter legal a qualquer atitude que visasse alterar a forma de governo, afirma Janotti (1999).

Se em São Paulo a força policial havia sido a bala de prata contra o movimento monarquista, tendo inclusive os republicanos encontrado um argumento legal para reprimir o movimento, na capital federal, a partir de 1897, a ação repressiva encontrou outra justificativa. Foi decisivo para o arrefecimento dos anseios restauradores e endurecimento da ação combativa ao movimento, o clima de exaltação social provocado pelo conflito de Canudos. Segundo Amanda Gomes (2013), os monarquistas eram acusados de intervir no movimento em favor dos revoltosos do norte baiano, com apoio e financiamento, em um projeto restaurador³⁶. Isso favoreceu o empastelamento dos jornais monarquistas na capital federal e a ação incisiva dos jacobinos em perseguição aos restauradores.

Prudente de Moraes consegue vitória após arrasar Canudos, saindo fortalecido de seu governo e conseguindo, assim, a eleição de Campos Sales. O radicalismo desfalece a partir de 1897, com jacobinos sendo desarticulados e o movimento monarquista, nas palavras de Angela Alonso, morrendo de inanição à medida em que a República ia se consolidando com os governos civis. A ação intelectual dos monarquistas assumiu nova tônica, se distanciando da perspectiva militante, nas palavras da

³⁶ Canudos foi um tema caro na campanha antimonarquista empregada pelos jacobinos em sua retórica de salvacionismo da República. Apesar do movimento liderado por Antônio Conselheiro ter se fixado em Canudos no ano de 1893, o movimento só chamaria atenção do governo federal em fins de 1896 – embora autoridades locais já estivessem em alerta com o ajuntamento de pessoas na região e sua manifesta hostilidade para com a República. Com o fracasso da terceira expedição militar enviada em combate à Canudos e a morte do coronel florianista Moreira Cesar, os radicais jacobinos instalados no Rio de Janeiro iniciam feroz campanha contra os monarquistas, associando estes com o movimento no interior da Bahia. Na linguagem jacobina, Antônio Conselheiro e Restauração passam a ser sinônimos, sendo inclusive acusados os restauradores de financiarem o movimento messiânico (QUEIROZ, 1986). Contribuía para a exaltação social veículos de imprensa como o *Estado de São Paulo*, que em artigos afirmava com convicções a formação de um exército restaurador em uma trama com objetivo de derrubar a República. A imprensa reproduzia as ideias monarquistas de Antônio Conselheiro a partir de testemunhas que confirmavam o perigo de seu pensamento, e documentos comprobatórios eram denunciados. Conforme Janotti (1999), é inegável que possuísse Antônio Conselheiro em seu discurso teor monarquista, mas não é possível atribuir importância decisiva na luta e no contexto ideológico dos canudenses. De acordo com Jacqueline Hermann (2021), após a queda do Arraial de Canudos nenhum documento que ateste a existência de um projeto conspiratório ou de ajuda externa foi encontrado, restando somente algumas prédicas do líder conselheirista que, mais do que uma ação restauradora de fato, lutavam contra a República em nome de Deus a partir de uma visão de mundo onde a religião ocupava lugar central.

pesquisadora (2009, p.146-147) “[...]exaustos de tinta e sangue derramados, monarquistas de pena e republicanos desalentados selaram a paz[...]”. Essa fase é identificada por Gomes (2013) como o momento de declínio da ação monarquista, que a partir de então jamais conseguiu soerguer forças contra a República, que naquela altura já era um regime que deixava de engatinhar e ensaiava seus primeiros passos.

Desarticulado o movimento nos dois principais estados – porém não totalmente sufocado, em outros estados perseveraram diretórios e clubes monarquistas, casos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, entre outros. Contudo, alega Janotti (1999, p.162) em tais locais “na maior parte das vezes, restringindo suas atividades à promoções de ingênuas missas em homenagem à família imperial[...]”. Sem o ativismo político e a resignação perante seu destino, coube aos monarquistas dedicarem-se à produção intelectual, criando sua própria República, nos dizeres de Alonso (2009), a das letras.

Os monarquistas dedicaram sua pena principalmente a obras de cunho memorialístico, que se tornava também um ajuste de contas com a herança do Império para com a nação brasileira³⁷. A reflexão monarquista passava por temas caros ao passado por eles exaltado: o Poder Moderador; liberdade civil e religiosa, democracia e sistema federativo, aponta Amanda Gomes. Descrentes na restauração, o Império passou a ocupar na retórica monarquista um lugar inacessível fisicamente, cujo local privilegiado seria a memória, não passível de repetição no que tange suas particularidades históricas, conclui a pesquisadora (2013).

Implacável, o tempo cobra seu tributo aos homens, e parecia haver entre os monarquistas vigor para uma campanha restauracionista de peso, como é exigido aos proponentes de ideias revolucionárias que almejam que suas ideias tomem as massas. O governo Campos Sales (1898 – 1902) também caminhava para a vitória do projeto republicano oligárquico a partir da implementação da sua “política dos governadores”, que alça ao poder o domínio das oligarquias estaduais com apoio dos coronéis no âmbito municipal, política essa que impossibilitou a emergência de partidos no cenário nacional e de oposição, afirma a historiadora Maria Efigênia

³⁷ Afonso Celso e Joaquim Nabuco tiveram atuação de destaque nesse tipo de produção, segundo Amanda Gomes. Ao primeiro, a obra *Vultos e Fatos*, publicada em 1892 e *Um Imperador no Exílio*, publicada em 1893, alcançaram certo prestígio. Sob a pena do segundo veio à lume *Minha Formação*, publicada em 1900.

Resende (2021), e tal domínio exercido por oligarcas e coronéis se manteria até o ano de 1930.

Mas a República ainda conheceria mais um rival antes de seu vigésimo aniversário, mas dessa vez, com sangue real correndo em suas veias. Segundo filho do casal Princesa Isabel e Conde D'Eu, Dom Luís assumiu a posição dinástica de príncipe imperial após a renúncia de seu irmão, D. Pedro de Alcântara, aos seus direitos. Com formação militar, D. Luís buscou envolver-se diretamente na causa restauracionista, principalmente a partir de 1909 – durante a campanha civilista que opôs Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, ambos candidatos à presidente da República.

A principal obra sobre D. Luís é de autoria da pesquisadora Teresa Malatian, em uma obra biográfica com objetivo de lançar luz a um personagem pouco estudado no âmbito da historiografia. Diferentemente do posicionamento distante e observador de seus pais em relação aos acontecimentos no Brasil, D. Luís foi o primeiro integrante da família real a manifestar-se abertamente em tom restauracionista desde o advento da República, com ações que visavam atrair novos adeptos à causa e reacender a fagulha monarquista. Assim expressa-se o príncipe sobre os motivos que o levaram a tomar tal decisão, em carta direcionada ao Diretório Monarquista do Rio de Janeiro (apud MALATIAN, 2010, p.98)

Hoje cheguei finalmente à conclusão que toda minha vida, como aliás a de meus irmãos devia ser orientada dum lado único: a restauração da monarquia no Brasil. Durante muito tempo acreditei que esta restauração fosse coisa impossível. Nós, pensava, só tínhamos uma coisa a fazer: esperar o sossegadamente o serviço da Áustria que nos viessem chamar. Os acontecimentos destes últimos tempos, a evolução política que se tem efetuado no Brasil, várias conversas que tenho tido com pessoas vindas de lá, mudaram completamente minha razão de ver. Ainda não creio que a Restauração seja coisa fácil ou próxima, mas em todos os casos é possível e desejada por muitos.

D. Luís demonstra leitura semelhante dos militantes monarquistas que atuaram antes dele: a percepção de que a situação política brasileira no que tange aos rumos da república seria favorável aos proponentes de mudança de regime e a crença de que havia monarquistas dispostos à ação. Incrivelmente, se em momentos anteriores o movimento monarquista ansiou por um líder de sangue real que pudesse unificar o movimento, quando este apareceu não houve agrado nem consenso. O Diretório Monarquista do Rio de Janeiro, por exemplo, divergiu sobre a atuação do príncipe, ao passo que esse precisou se aproximar dos paulistas.

De toda forma, o momento oportuno aos olhos de D. Luís para sua ação foi durante a corrida presidencial entre o militar Hermes da Fonseca e o experiente Rui Barbosa, naquela que ficou conhecida como campanha civilista. Ambas campanhas, conforme Mattos (2012) estavam apoiadas em sólidas alianças oligárquicas, com o primeiro sendo o candidato da situação com flertes ao jacobinismo militar, e o segundo um liberal com apoio de fazendeiros e industriais do Partido Republicano Paulista.

Nesse contexto, entre os meios monarquistas, circulava e era aceita a ideia de que um governo militar poderia ser uma etapa necessária para a restauração da monarquia, com os monarquistas interpretando uma possível eleição de Hermes da Fonseca como um “mal menor”. Lançou-se politicamente o príncipe no cenário nacional com seu manifesto – publicado à contragosto do Diretório Monarquista do Rio de Janeiro.

Nesse documento estava a concepção política de D. Luís, e ainda que baseado na visão dicotômica entre República e Monarquia em relação a qualidades e defeitos, o interlocutor passou habilmente ao largo de questões sobre as causas e responsabilidades que levaram à queda o regime monarquista, segundo Malatian, estrategicamente de forma a evitar contendas. Em seu discurso político, a restauração mudou de sentido, e não seria mais um retorno ao passado, mas sim a adoção do regime já experimentado sob “novas circunstâncias”, e em sua proposta aspectos do regime republicano seriam acomodados, como a questão do federalismo – forte bandeira republicana. Para o príncipe, era o federalismo questão inegociável, irreversível, além de estratégica para a sedução de adeptos par a causa. Em sua linguagem o militarismo assumiu questão menor, diferentemente da perspectiva assumida em relação a essa matéria pelos monarquistas da primeira década republicana (MALATIAN, 2010).

Após a eleição de Hermes da Fonseca, D. Luís, entre 1912 e 1913, ainda lançaria outros textos políticos, sendo o *Manifesto de Montreux* um dos mais importantes. Nele, além do velho esquema comparativo entre qualidades e defeitos dos dois regimes que faz o escritor pender para a monarquia, traçou também o príncipe o perfil que haveria de ter o novo monarca. Em seu discurso constava ainda a defesa de uma monarquia modernizada a partir de um sistema federativo, partidos políticos fortes, sistema eleitora como base dos interesses nacionais e trono sustentado pela ala militar (MALATIAN, 2010). A ação política de D. Luís foi vista por alguns como o prenúncio

de um “neo-monarquismo”, sendo o príncipe uma espécie de divisor de águas. Todavia, a euforia em torno do manifesto se esvaziou e D. Luís se encontrou desanimado pela ausência de ação. O acontecimento da Primeira Guerra Mundial pôs fim ao ímpeto restaurador de D. Luís.

A partir da década de 1920, novas questões são impostas à sociedade brasileira, exigindo uma resposta que a república oligárquica não seria capaz de fornecer, culminando na ruptura em 1930 com a ordem estabelecida pela constituição de 1889. O debate político em torno das eleições presidenciais de 1922 e a questão sucessória tornou claro o esgotamento do modelo político que definiu a política brasileira durante a Primeira República, situação evidente com a chamada Reação Republicana, expondo as divergências existentes entre as oligarquias regionais (FERREIRA e PINTO, 2006).

Podem ser tomados também como expoentes das mudanças pelas quais perpassa o país, de acordo com Mattos, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em que pese a diferente natureza entre os movimentos – movimento operário e movimento artístico, ambos estavam preocupados com questões de identidade, produzindo discursos e criticando o que “viera antes de si”. O movimento tenentista também foi um importante acontecimento da época, que se levantou contra as oligarquias estabelecidas (MATTOS, 2012).

Nesse contexto, mais uma vez – embora de maneira mais organizada, um projeto monarquista de nação entrou no debate político. Os responsáveis pela ação seria a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, grupo de monarquistas católicos com sede em São Paulo, cujo espaço temporal de atuação se deu entre 1928 e 1972, chegando a estender seu campo de atuação com núcleos em mais de 5 estados.

A novidade desse movimento monarquista estava, de acordo com Malatian, na relação entre o autoritarismo e o movimento, que dá margem para a pesquisadora definir o mesmo como “um novo monarquismo brasileiro”, ligado principalmente ao catolicismo. O movimento, mais um entre tantos outros que buscavam uma alternativa à crise da República Oligárquica, rejeitava tanto o capitalismo liberal quanto o socialismo e comunismo, a partir da defesa da instauração de uma monarquia corporativista. Segundo a pesquisadora, o movimento patrianovista (MALATIAN, 2000, p.16)

“[...] constituiu uma das alternativas propostas pelas classes médias para a reestruturação das relações Estado/classes, no sentido de resolver a inclusão política das classes dominadas e, ao mesmo tempo, de direcionar o processo de acumulação de modo a domesticar a ‘questão social’[...]”

Havia entre os patrianovistas um projeto estabelecido do que haveria de ser a restauração monárquica, respondendo à anseios que particulares ao momento em que viviam, incorporando assim outros elementos à linguagem política monarquista. Os intelectuais que defendiam a causa e integravam o movimento partilhavam, em sua maioria, de referências filosóficas comuns – vários integrantes estudaram na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, como também circulavam pelos mesmos espaços, a exemplo do Centro Dom Vital.

Esses monarquistas se distanciavam daqueles “saudosistas” do Império das primeiras décadas republicanas, e o que os unia era o catolicismo e o descrédito pela República, afirma Malatian. Eram adeptos de uma monarquia antiliberal (para eles aí se encontrava a resposta autoritária para os problemas de seu tempo) e não enxergavam em D. Pedro II o governante ideal, nem idealizam o Segundo Reinado como idade de ouro da história brasileira, e nesse ponto se distanciavam bastante dos primeiros monarquistas (MALATIAN, 2000).

Preocupados em ordenar a “desordem republicana”, os patrianovistas defendiam que a monarquia a ser instaurada haveria de ser corporativista, com a eliminação dos partidos políticos e reunião em corporações das representações classistas e uma atuação forte e intervencionista do Estado, a fim de consertar os problemas gerados pelo liberalismo (MALATIAN, 2013). Embora tendo sido o projeto patrianovista vencido pelas forças governistas em 1937 e 1964, o discurso autoritário do grupo contribuiu para o sustento ideológico dos governos em períodos ditatoriais, afirma Malatian.

3.6 CONCLUSÃO

Neste capítulo tentou-se, dentre outros objetivos, identificar as bases do pensamento monarquista e sua narrativa histórica de resistência frente ao novo regime. Elencou-se ainda os elementos norteadores da linguagem política utilizada pelos contestadores da República. Assim, é possível afirmar que a tradição monarquista de oposição ao regime republicano brasileiro teve longa vida e acompanhou de perto o

desenvolvimento de seu antagonista. Nesse sentido, entendemos por sucesso de fato a ideia de restauração monarquista no Brasil, que jamais ocorreu. Mas se entendermos por sucesso a vitalidade do movimento e o seu poder de incomodar os republicanos, veremos que a trajetória dos opositores monarquistas foi pontuada por sucessos ocasionais.

Acerca da recomposição da historiografia dedicada ao tema, torna-se notório que é desproporcional o interesse que a temática monarquista atrai perante os republicanos no que tange aos historiadores, principalmente pelos primeiros terem sido “derrotados” e estes vencedores. Os projetos republicanos para o Brasil também foram um tanto mais complexos, é inegável também esse fato. Todavia se movimentassem os monarquistas por meio das divergências entre os republicanos, ignorar sua presença no jogo político enquanto buscava se consolidar a República é limitar a compreensão da época. Principalmente pois, como vimos, ao mesmo tempo que buscavam influenciar no tabuleiro do jogo político, eram também peças os monarquistas.

Ao longo deste estudo, tornou-se evidente que a linguagem política monarquista foi se constituindo ao longo de cada momento do percurso republicano, adotando formas específicas referentes ao contexto. Nesse desenvolvimento, os monarquistas atuaram de uma maneira durante os governos militares, em tom denunciativo das mazelas do autoritarismo militar e sobre as censuras sofridas. E a partir dos governos civis, os monarquistas adotaram um tom combativo mais explícito, tentando superar antigas questões que os dividiam.

Nesse ponto é importante citar os percalços do movimento monarquista e também sua complexidade a partir dos diferentes projetos que tinham os grupos situados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tais diferenças ficam ainda mais explícitas a partir da pontual atuação do príncipe D. Luís. O último momento de destaque da contestação monarquista se relaciona com o surgimento da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que adiciona elementos novos na linguagem política monarquista e será contemporâneo à atuação política de João Camillo.

Por fim, julgamos ter reconstituído com certo nível de satisfação o espaço de experiência monarquista, bem como seu arcabouço conceitual e principais elementos de contestação e crítica à República brasileira e alguns elementos que

compuseram a linguagem política monarquista. Tal análise mostra de extrema importância para contextualizar o pensamento e as bases de João Camillo dentro de uma tradição de crítica ao regime republicano. Nosso intuito ao longo do trabalho será também de perceber como o intelectual construiu seu discurso a partir da linguagem monarquista já estabelecida, e em que sentido ele se aproxima e se distancia dos termos já estabelecidos, buscando ainda novos elementos linguísticos para concretizar seu pensamento. Pretende-se assim, nos próximos capítulos, destacar as principais características da linguagem monarquista presente nos escritos de João Camillo, identificando suas tradições linguísticas e os principais elementos, autores e correntes intelectuais que perfazem sua linguagem dentro de um novo contexto de crítica à República.

4. CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO POLÍTICO MONARQUISTA

4.1 O TEMPO DE JOÃO CAMILO

Um ponto caro aos pesquisadores que utilizam a aporte metodológico do contextualismo linguístico é ter em tela que um determinado autor sempre estará em diálogo com as questões que seu tempo o impõe, e sua produção pode ser tomada como uma tentativa de responder a tais questões. A leitura de um texto não bastará, por tanto, para que o pesquisador compreenda um quadro histórico, quando muito, como já exposto, perceba uma formulação de resposta. Um texto, sem o contexto, é apenas uma parte do quadro explicativo de uma época.

Para descobrir o significado de um texto, deve-se recorrer aos problemas postos pela época do autor pesquisado. Portanto, conforme Drummond, “as obras dos pensadores políticos não poderiam ser vistas como um debate trans-histórico orientado por questões comuns”, e retomando a perspectiva de Collingwood, “não existiram problemas ou questões perenes. Elas variariam conforme seu contexto, respondendo a inúmeros fatores” (2016, p.202). Skinner (1996, p.10-11), outro expoente da Escola de Cambridge traz um pouco mais de complexidade a essa orientação ao afirmar:

Pois entendo que a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão. Isso não quer dizer, porém, que eu trate essas superestruturas ideológicas como consequências direta de sua base social. Considero igualmente essencial levar em conta o contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos – o contexto das obras anteriores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político.

O contexto a que se refere Skinner é o contexto linguístico. Como Collingwood, se ler e reler um determinado texto não irá fornecer os elementos necessários para a constituição do quadro, não é recomendável também encarar o texto como um resultado direto de determinada realidade material. Isso seria ater-se somente a uma explicação causal de uma determinada ideia, no que tange a ação criadora. O

contextualismo linguístico se ocupa da compreensão das intenções do autor ao proferir determinado discurso.

Diante do exposto, e tentando ser o mais fiel possível aos pressupostos metodológicos, embora talvez possamos nos distanciar em algum momento, escolhidos para essa pesquisa, tentaremos compreender o contexto em que viveu João Camilo e os problemas de seu tempo, ou melhor, o que o intelectual compreendia como um problema que o impelia a formular e contribuir com respostas e produções, fornecendo alternativas possíveis.

João Camilo reconhece sua geração como frustrada, uma geração sem mocidade, afirma o intelectual. A crise, a guerra e a ditadura não proporcionaram a sua geração os benefícios da *Belle Epoque*. E não o diz por conta do entretenimento como oportunidade, mas sim a ausência de realizar uma carreira. Reconhece o autor que sua geração não conheceu a estabilidade do velho mundo, “no qual as coisas tinham seus lugares e havia condições para viver, com mediania ou brilho [...]” (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.385).

O intelectual detecta em sua geração uma nostalgia de um mundo que seus pais conheceram, um mundo antigo, embora vivendo rumo a um mundo novo, que será de seus filhos. Aí reside um ponto fundamental: embora a perspectiva aberta pela técnica e progresso trazido pela ciência, sua geração foi educada por homens que experimentaram o mundo antigo, antes da guerra (OLIVEIRA TORRES, 2018d). Um mundo onde determinadas noções e valores puderam se manter intactas, em contraponto a sua geração, sempre no centro da tempestade.

Essa geração frustrada, por não ter experimentado um mundo antigo que gozava de certa estabilidade em valores, também era contraditória pelos seus desejos. Segundo o autor (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p. 387) “[...] desejamos coisas contraditórias ou uma síntese extremamente difícil entre contrários – a garantia das liberdades pessoais, a gerência do bem comum pelo Estado, o fim das desigualdades entre nações, a paz entre os povos”. Podemos deduzir, a partir da análise de João Camilo, que confere o autor um enorme valor à estabilidade e segurança, principalmente quando consideramos alguns acontecimentos históricos que o mesmo presenciou.

Para além da Grande Guerra, já identificada pelo autor como um marco em sua geração, em relação ao Brasil, a Revolução de 1930, o Estado Novo e o golpe de

1964 foram acontecimentos que causaram algum impacto no autor. O primeiro, como já citado, foi responsável, segundo Tristão de Athayde, por reavivar em alguns intelectuais o tema do Império. Os demais acontecimentos se relacionam com a questão do Estado e da liberdade, conforme João Camilo (2018d, p.387)

As ditaduras de nossa mocidade nos ensinaram o amor à liberdade. As experiências de nosso tempo ensinaram que as relações entre os homens devem ser fundadas na Justiça. Aprendemos, a duras penas, que o poder do Estado é necessário para realizar as sérias tarefas políticas que se apresentam diante de nós, principalmente se consideramos o enorme poderio que as máquinas estão oferecendo aos homens.

O Estado se impõe como um tema que não é possível ao intelectual escapar, assim também como o a questão das liberdades. Seria então um problema que se revela, a necessidade da ação Estatal para gerir o bem comum ao mesmo tempo em que se deve prezar pela manutenção das liberdades individuais.

Os anos de 1920 foram deveras significativos no âmbito político-cultural brasileiro e eventos ocorridos nessa década indicavam um desejo de mudança em alguns padrões tradicionais que vigoravam na República. Indicativos da efervescência que agitava a sociedade brasileira: A Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. A criação do Partido Comunista e a ênfase na questão operária, o movimento tenentista que ia de encontro a práticas políticas republicanas em voga, entre outros. Conforme Marieta Ferreira e Surama Sá Pinto (2021, p.373), “[...] o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento que ficaria conhecido como Revolução de 30”.

O que estava sendo posto em xeque era o próprio funcionamento oligárquico da República, contribuiu para isso a ampliação dos setores urbanos, o crescimento das camadas médias e também da classe trabalhadora. Somou-se a isso (FERREIRA; SÁ PINTO, 2021), um processo de desenvolvimento de atividades industriais, diversificação da agricultura e expansão de empresas já existentes. Sinais de que a economia brasileira se tornou um tanto mais complexa.

Questionar o modelo oligárquico de República também significava questionar um de seus principais pontos: a questão federativa. Se por meio da Reação Republicana³⁸

³⁸ As eleições presidenciais de 1922 expuseram a insatisfação das oligarquias de segunda grandeza na disputa pelo poder com Minas Gerais e São Paulo no jogo político proporcionado pelo federalismo. Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, capitaneados pelo Rio de Janeiro, lançaram a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da

obtemos indícios de que o modelo oligárquico já não satisfazia mais e estava esgotado, o projeto federativo defendido pelos republicanos na instauração da República também encontrava seus questionadores. Sobre esse último ponto, acrescenta Dulce Pandolfi (2019), que o federalismo adotado pela Constituição de 1891 em seu desenvolvimento havia criado descontentes, caso das regiões Norte e Nordeste, que passaram a ver na construção de um Estado centralizador e intervencionista uma alternativa ao modelo federalista e liberal.

Principalmente na Europa, como também em outras partes do mundo, o período entreguerras se caracterizou pelo descrédito ao liberalismo e a crise da democracia representativa parlamentar. As críticas ao sistema liberal também fomentaram nas classes populares a necessidade de enfrentar os problemas sociais, situação que governos de matiz liberal não haviam dado conta. Causou também algum impacto os desdobramentos da Revolução Russa, conforme Maria Helena Capelato (2019), correntes intelectuais e políticas de orientação antiliberal e antidemocrática passaram a se atentar as questões sociais com objetivo de controlar as massas e evitar eclosões de novas revoluções socialistas.

No que tange ao período de formação intelectual de João Camilo, a par dos acontecimentos que envolviam o mundo, no Brasil se faz sentir também as críticas ao sistema liberal. Esse era um dos debates de seu tempo a partir de 1930: a temática da natureza do Estado, tema em voga na Europa, passou a ser amplamente debatido também no Brasil. Na Europa, os intelectuais preocupados então, de um lado, com o fracasso do modelo liberal e, do outro, em evitar novas revoluções socialistas, passaram a propor como solução a adoção de um Estado centralizado e forte com capacidade de guiar as massas.

E quanto a isso algumas posições se polarizaram, afirma Capelato, setores defendiam um projeto de nação em torno de um Estado liberal descentralizado com baixo poder intervencionista em questões econômicas, sociais e políticas. Em outro polo estavam os defensores de um projeto pautado em um Estado forte e intervencionista. A equação, de maneira simplória, se apresentava como centralização política *versus* autonomia dos Estados (CAPELATO, 2019).

República. O estopim para essa movimentação foi a imposição por parte de Minas Gerais e São Paulo, grupos dominantes, de seu candidato (FERREIRA e PINTO, 2021).

A Revolução de 30 se configura com o auge da crítica ao modelo oligárquico de República, e seus desdobramentos resultaram na instauração do Estado Novo, governo ditatorial sob domínio de Getúlio Vargas. Nos momentos pós-revolução, havia ainda espaço para o debate em torno do modelo de governo que seria adotado no Brasil. Autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres inspiravam a defesa de um Estado Centralizador, nacionalista e reformista. Contra esse projeto de nação estavam os “oligarcas dissidentes”, representantes dos estados mais fortes da federação, cujo projeto de nação ainda permanecia em torno de um Estado liberal e federativo, afirma Pandolfi (2019).

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, o projeto político pautado em um Estado centralizado “vence”, a partir da instauração no Brasil de um regime ditatorial pautado no Estado como agente fundamental da política econômica, forte censura dos opositores e desmonte do federalismo – este com a interventores atuando nos Estados a partir de nomeação federal. O líder do movimento durante o período em que vigorou foi Getúlio Vargas.

A partir da experiência do Estado Novo, segundo João Camilo, “passamos a descobrir que as velhas liberdades podiam volver a valer de novo. Descobrimos que a possibilidade de prisão por falhas involuntárias falhas era uma possibilidade real” (1998, p.151). Inclusive, com surpresa manifestou o intelectual, o presenciar do “queremismo”, que julgava contrariar as teorias vigentes até então. Com algum orgulho, relata o intelectual que seu irmão Luiz Camillo, era um dos articuladores do “Manifesto dos Mineiros³⁹”, em 1943, movimento de oposição à ditadura varguista⁴⁰.

Entre 1946 e 1964 o Brasil viveu a chamada Quarta República, sob matiz liberal-democrática. O fim do Estado Novo trouxe novamente a questão liberalismo para o debate público. O questionamento posto pela sociedade, de acordo com Jorge Ferreira, sobre retomar a tradição liberal rompida com a Revolução de 30 a partir da

³⁹ Assinado por intelectuais e políticos, entre outros, o documento conhecido como *Manifesto dos Mineiros* foi uma carta aberta publicada em 1943 que expunha as contradições da ditadura do Estado Novo. A nível internacional, o governo Vargas apoiava a luta contra os regimes nazifascistas que se desenrolava na Europa. Internamente o que vigorava era um regime pautado no autoritarismo e cerceamento das liberdades individuais. Conforme um dos trechos do manifesto “Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam” (CAPELATO, 2019, p. 131).

⁴⁰ Conforme Ramiro Júnior (2019), a proximidade de João Camilo com seu irmão Luiz Camilo e o fim da UDF o tornam opositor ao Estado Novo, embora não impeça o intelectual de admirar um dos representantes máximos do varguismo: Oliveira Vianna.

diminuição da ação estatal, ou dar continuidade às políticas públicas sob regulação estatal e práticas intervencionistas.

Decorrente dessa problemática, dois projetos foram se delimitando e disputando a preferência do eleitorado durante o período da Terceira República: um projeto pautado no nacionalismo, industrialização, valorização do trabalho e criação de empresas estatais em setores estratégicos, conhecido como *trabalhismo* e materializado a partir do programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chamado por Jorge Ferreira (2019) de nacional-estatismo.

O segundo projeto em disputa, prossegue Jorge Ferreira, defendia a abertura nacional a investimentos de empresas e capitais estrangeiros, exaltação das leis do mercado em detrimento da intervenção estatal. No campo político eram anticomunistas e alinhados com os Estados Unidos na política externa. Esse projeto de matiz liberal-conservador tinha na União Democrática Nacional (UDN) sua maior fonte de expressão.

A Quarta República encontraria seu fim com o golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil, em 1964. Mas todo o seu período foi marcado por turbulências no âmbito político. A questão do Estado perdurou durante todo esse período, e a popularidade de Vargas incomodava e deixava incrédulos intelectuais opositores, que ainda se pautavam nas experiências vividas durante o Estado Novo. Quanto ao “queremismo⁴¹”, admite João Camilo que “[...] nós, os intelectuais da linha udenista (éramos quase todos, salvo os comunistas) ficamos surpresos. Era uma contrariedade a todas as teorias vigentes [...]” (1998, p.162)

Segundo acontecimento marcante de cujo João Camilo fora testemunha ocular foi o golpe de 1964, como afirma Jorge Caldeira (2019), acontecimento que não somente marcou toda uma geração como também deveras impactante e inesperado. Tão marcante, prossegue o autor, que por vezes o acontecimento fora compreendido pela

⁴¹ Movimento surgido nos momentos finais do Estado Novo, em que Vargas preparava a transição para o retorno ao regime democrático, em 1945. Inicialmente um conjunto de manifestações populares em defesa de Vargas perante os insultos que o mesmo recebia, tornou-se logo depois um movimento organizado em termos políticos. Segundo Jorge Caldeira (2019, p.12), o queremismo “antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o “primeiro governo” Vargas”.

geração que o vivenciou – e também por gerações posteriores – “[...] como uma inevitabilidade histórica, como algo inexorável, inelutável, praticamente previsto [...]” (2019, p. 407).

Devido a sua morte prematura, não chegou o autor a presenciar o desenrolar dessa fase, falecendo no ano de 1973, todavia, presenciou momentos marcantes e pela segunda vez que viveu sob um regime de privação das liberdades individuais, censura e autoritarismo. Durante esse período publicou em torno de 10 obras, entre as quais cinco volumes de sua coleção *História das Ideias Políticas*.

Inclusive, no calor do momento, esboçou João Camilo uma interpretação do fato à luz de seu pensamento político e também adota a nomenclatura de Revolução de 1964, e que pode ser encontrada no livro *A Ideia Revolucionária no Brasil*. Embora opositor ao governo João Goulart, e intelectual próximo ao udenismo, João Camilo não compactuou com a violência da ditadura militar e a perseguição política sofrida pelos democratas e socialistas. Andrade revela que o intelectual “[...] acolheu no próprio apartamento, em Belo Horizonte, professores e estudantes mineiros perseguidos pelo exército [...]” (2011, p.240), embora tenha sofrido o autor sob a pecha de reacionário.

4.2 O INTELECTUAL POR ELE MESMO

Norberto Bobbio (1997) afirma que ao falar de um intelectual, quem o faz, procedendo em uma função comum aos intelectuais, ao menos na ocasião em que fala torna-se um intelectual. E quando um intelectual fala sobre outro intelectual ele está, na verdade, a falar de si próprio. É isso que o faz João Camilo ao discorrer sobre o papel do intelectual na sociedade, uma possível justificativa para sua ação.

Em sua autobiografia, João Camilo (1998) define o intelectual, por excelência, como uma classe revolucionária. É o intelectual o responsável por forjar a revolução. E sua característica mais básica é sua capacidade de criação simbólica. Enquanto outros, afirma o autor, fabricam coisas, cabe ao intelectual criar símbolos por meio dos quais o homem expressará suas ideias e valores. No caso dos países latinos, complementa o autor, diferentemente dos Estados Unidos, o intelectual é do tipo “escritor”, mas não ficcionista. É o “escritor” que produz e lança em circulação os símbolos.

Prossegue o autor, em sua exposição sobre o papel do intelectual, confirmando a importância dessa classe para a sociedade, pois dado que o homem é um animal racional, a ideia codificada em símbolos seria o alimento para sua mente. E o símbolo, dotado de energia, poderia induzir o homem à ação. Devido a natureza de sua tarefa, vive o intelectual então pouco apegado às coisas terrenas e mais interessado no debate das ideias “imortais”. Há uma separação, podemos deduzir, entre o homem comum e o intelectual, cujo “desapego” a coisas terrenas poderia ser entendido como focado em coisas para além do cotidiano.

Mônica Velloso salienta que essa postura do intelectual de se colocar como um representante daqueles destituídos de capacidade de discernimento e expressão, assumindo um posicionamento possuidor de uma consciência privilegiada e devido a isso o papel de guia e condutor, foi algo intrínseco à intelectualidade brasileira. Isso devido a “[...] nossa estrutura patriarcal e autoritária e a própria condição de país periférico – de grande contingente de analfabetos – acabaram por reforçar ao extremo esse tipo de prática” (VELLOSO, 2019, p.139).

Todavia, jamais haverá, exemplifica João Camilo, uma monarquia ou uma república “puras”, mas o intelectual ainda assim não se exime de seu debate apesar de vivenciar existencialmente as formas “impuras” dos modelos de governo. Ao que acrescenta o autor (1998, p.182)

[...] o resultado é que, muitas vezes, o intelectual aparentemente sonhador e pouco realista termina sendo mais objetivo do que o homem comum apegado às realidades concretas, pois, ele acaba vendo, além do horizonte, a América que de fato existe. É possível mudar a realidade social que temos, e tal mudança pode ser, a essa altura da vida, uma imperiosa necessidade, pois, o sistema vigente foi totalmente inutilizado pelo tempo...

João Camilo demonstra estar cômico de suas atribuições enquanto um homem cuja tarefa residiria na criação simbólica – e conseqüentemente na contribuição para uma cultura política monarquista tendo em consideração seu posicionamento por meio de seus escritos – sob missão de encontrar soluções para um problema. Em uma escrita de si, de maneira indireta, admite o autor que o intelectual, devido a sua posição e conhecimento, consegue ter mais clareza em sua análise e interpreta o sistema vigente – o presidencialismo – já esgotado pela ação temporal. Ao intelectual caberia a necessidade de criação simbólica, e nesse sentido, conforme Sirinelli (2003), o meio onde se estabelece o intelectual é o do confronto ideológico, e também de engajamento no que tange a mudança da realidade social.

Essa postura do intelectual em assumir uma espécie de “direito” de interferir na organização nacional é característica dos intelectuais brasileiro e marcante, segundo Velloso (2019), nos momentos de transformações sociais e crises profundas, como por exemplo no momento da Independência e constituição do Império do Brasil, na passagem do Império para a República e nos momentos entre a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo. É a vocação para elite dirigente, reivindicada pelos intelectuais, principalmente pela geração de 1925-1940, de acordo com Daniel Pécaut, pois “[...] conseguiam melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade [...], do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito” (1990, p.38).

O paradigma que se deparavam os intelectuais da geração de João Camilo era, como já exposto, a questão do Estado. Havia, de acordo com os intelectuais, a necessidade de reconectar o “Brasil político” ao “Brasil real”, com a consequente criação de instituições que representassem o Brasil real, afirma Pécaut. Nesse contexto, dentro da tarefa de “organização” “política [que] evidenciava o propósito de fabricar, a partir de elementos várias instituições que permitissem a formação do social” (PÉCAUT, 1990, p.42), surgiu um pensamento político característico daquele período partilhado por intelectuais empenhados em tal tarefa, doravante denominado de “pensamento político autoritário”.

Decorre dessa situação o surgimento de um antiliberalismo e a “ideologia de Estado” – esse último termo empregado por Bolívar Lamounier - para definir um posicionamento antagonista às ideologias que partem da premissa do “mercado” e sua capacidade auto-regulatória do social. Para esses intelectuais, caberia ao Estado o papel de agente da construção nacional, e não a sociedade civil, afirma Pécaut (1990). Todavia, prossegue o pesquisador, nem todas as correntes antiliberais conferiam ao Estado esse papel organizador do social. Os intelectuais católicos, por exemplo, adotavam esse posicionamento até certo limite (mais a frente retomaremos o papel dos intelectuais católicos, grupo a que também esteve ligado João Camilo).

A especificidade desse momento reside na absorção que os intelectuais ligados ao pensamento autoritário fazem do termo democracia. Se antes, na linguagem política republicana o termo democracia atua como sinônimo de república, a partir de 1930 o termo se relaciona mais ao social que ao político, resultando em uma situação

paradoxal: um Estado autoritário, centralizador e antiliberal, porém “justo” e protetivo (GOMES, 2005).

Um dos resultados dessa perspectiva de um Estado centralizador, autoritário e antiliberal foi a necessidade de alguém exercer a figura autoritária, que seria concentrada nas mãos do presidente. Não havendo intermediários entre o governante e o povo, afirma Gomes, montou-se então um Estado corporativo, ou seja, os indivíduos, separados, eram reunidos de acordo suas categorias profissionais e sindicatos, respeitando uma hierarquia e harmonizando dentro de uma ordem social corporativa, conforme finaliza Gomes (2005, p.113) “projeto corporativo e fortalecimento do sistema presidencial de governo eram as duas pedras de toque da nova democracia autoritária [...]”.

Podemos perceber que na cultura política do período a temática do Estado é um dado fundamental, assim como também como se instrumentalizaria seu papel de organizador da sociedade. Nesse sentido, a proposta corporativa seria uma das possíveis formas de organização social. Os monarquistas da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, embora críticos do sistema presidencialista, adotaram a organização social a partir do dogma corporativista. João Camilo tornou-se crítico da perspectiva corporativista principalmente no que tange a questão da representatividade⁴². Para o intelectual, embora trouxesse em seu bojo a ideia de superação da divisão social por meio da harmonia e conciliação, os monarquistas deixados seduzir por essa proposta demonstrariam um desconhecimento da doutrina política que fora elaborada durante o império.

De acordo com Velloso (2019), os ideólogos ligados ao Estado durante a vigência do Estado Novo, com o objetivo de reconectar o “político” ao “real”, pretendem demonstrar que o regime possui sólida base cultural, e os intelectuais que o defendiam argumentavam o regime estava em consonância com o anseio de renovação nacional. A isto julga João Camilo (1998) que é prática comum no Brasil buscar na Europa ou América a última moda política ou ideológica. A inovação consistiria em, para o

⁴² No subtópico 4.6 realizamos um movimento analítico do vocabulário político de João Camilo e retomamos sua relação com o movimento patrianovista. Todavia, em sua obra *A Democracia Coroada* o intelectual discorre sobre a questão eleitoral e da representatividade, tarefa que, caso abordada nesse momento, iria nos guiar a pesquisa em outros rumos.

intelectual, um “espírito inovador” descobrir no passado brasileiro a solução para os problemas postos pela época e a questão da organização político-social.

Esse seria o verdadeiro ato revolucionário, segundo o intelectual, quebrar a tradição de buscar na Europa/América o remédio para os males do Brasil e buscar no passado da nação sua solução. A tarefa do intelectual seria essa, de expor à sociedade a possibilidade de mudança quando determinado sistema político atinge sua inutilização. No caso brasileiro, retorno ao princípio legítimo fundador da nacionalidade.

O intelectual, dentro do recorte temporal em que se insere a ação de João Camilo, se configurava como um sujeito privilegiado que gozava de certa legitimidade perante a sociedade. A questão do Estado e seu tamanho era central no debate intelectual, mas havia espaço para críticas ao sistema de governo, como propunham os monarquistas. Nesse sentido, com alguma divergência, partilhavam os monarquistas de cultura política comum capaz de fornecer elementos para a construção de uma linguagem política monarquista de crítica ao republicanismo.

Sirinelli (2001) propõe ao termo intelectual duas acepções: uma mais ampla e sociocultural, onde o intelectual assume uma função de “mediador cultural”, e podem ser inseridos nesse quadro o escritor, o professor, o jornalista, o erudito, entre outros. A segunda interpretação se relacionaria a uma percepção mais estreita, ligada ao engajamento.

A este último, acrescenta a historiadora Helenice Rodrigues da Silva (2005), que essa característica de engajamento se manifesta quando o intelectual investe sua autoridade, já reconhecida perante a sociedade, na defesa de uma causa e uma marca do intelectual engajado seria a crítica social. Sempre se movimentando no campo simbólico e das representações, o intelectual “[...]se, por um lado, ele tem por dever a crítica permanente de mitos e das ideologias, por outro lado, elaborando essa própria crítica, eles reproduzem, igualmente, mitos” (2005, p.403).

O intelectual enquanto sujeito engajado pressupõe uma causa a defender e uma crítica a ser realizada. Dentro da metodologia que utilizamos, ao tentar recuperar os significados de um texto produzido, é de grande valia também conhecer os motivos e intenções que levaram o intelectual a tal produção. Skinner (2005) diferencia o motivo da intenção. Este último se relacionaria estreitamente o intuito daquela produção

específica e qual seria o estado do intelectual no momento da ação, se estaria em ironia, abordagem séria ou chacota, por exemplo. Nesse sentido, a intenção “parece tratar-se de uma característica da própria obra” (2005, p.139).

O motivo se relaciona à razão que impeliu o intelectual ao engajamento e ação. O motivo, deste modo, refere-se à uma condição que antecede – e está relacionada de forma contingente de acordo Skinner – a produção da obra. O motivo de um intelectual pode resultar em obras com intenções diferentes. Inclusive dentro de uma mesma coleção. Entretanto, conhecer a intenção de um intelectual, e Skinner confere um peso maior a esse ato, ao produzir uma obra é tarefa mais obscura e depende de alguns fatores subjacentes à obra em si, e pode ser que conhecer seu motivo não seja suficiente. A leitura de correspondências ou diários de um autor pode servir, em muitos casos, para elucidar suas intenções em determinada ocasião ao produzir um texto.

João Camilo poderia ser encaixado dentro dos dois significados do termo intelectual que sugere Sirinelli: intelectual enquanto “mediador cultural” posto que exerceu o jornalismo e a docência, entre outros, e também um intelectual engajado por ter uma causa a defender. Nesse ponto, como já abordamos alguns aspectos da vida do intelectual e também acontecimentos marcantes para sua geração, buscaremos os motivos que impeliram João Camilo a se tornar um intelectual engajado.

Sobre suas ideias políticas, justifica João Camilo (1998), não tem ao certo como surgiram. A influência familiar foi muito pouca, pois estes se interessam mais por política partidária. Todavia, relembra o intelectual, em determinado a ideia monarquista tomou-lhe o pensamento. Ainda criança, no centenário da Independência em 1922, seu pai contara-lhe como se deu o processo e passou a ruminar essa ideia.

Pela literatura, na adolescência em diante, João Camilo teve contato com escritores que lhe reforçavam as ideias monarquistas, como Chateaubriand e Balzac. Conheceu o monarquismo da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, sem, contudo, se seduzir por sua ação. A transitoriedade da vida fez a estabilidade ser vista como um princípio a ser alcançado. Assim, o intelectual define como princípio ordenador de seu pensamento político (OLIVEIRA TORRES, 1976, p.352)

Imagino uma organização política que realize a Ordem, a Justiça, a Liberdade e a Prosperidade comum, com uma autoridade suprema neutra e estável, livre da influência de interesses privatistas, uma administração eficiente e igual para todos, com as liberdades pessoais garantidas efetivamente, as classes convivendo harmoniosamente, com suas peculiaridades garantidas,

mas sem distinções de rendimento muito grandes, todos tendo condições satisfatórias

A monarquia, na interpretação de João Camilo, seria politicamente falando a instituição mais próxima de garantir essa forma de organização política. Em seu julgamento, a monarquia constitucional - e aqui o intelectual repete afirmação de Rui Barbosa – seria o regime que melhor unificaria a democracia e liberdade. Algumas motivações que erigiram o engajamento intelectual foram elucidadas e ciente de sua função social enquanto um “manipulador” de símbolos, João Camilo prossegue sua atividade intelectual em defesa da monarquia. As intenções que o levaram a escrever suas obras procederemos em sua busca no momento da análise de sua linguagem política.

4.3 SOCIABILIDADE INTELECTUAL

Ainda que nossa análise da linguagem política de João Camilo se pautar no contextualismo linguístico, nenhum homem se produz sozinho e sua complexidade é composta por um emaranhado de referências em um processo dialético que em muito deve a contingência do contexto em que vive. Todavia, antes que o leitor estranhe e pareça estarmos nesse momento nos distanciando da proposta metodológica de Skinner, convém recobrar algumas palavras do mesmo autor, que afirmou certa vez que “[...] Evidente, também tenho interesse por outro contexto, o político, já que acredito que ninguém escreve teoria política no vácuo [...]” (2000, p.315).

Nesse sentido, é importante tentar compreender ao máximo possível como se deu a formação do pensamento político de nosso intelectual. Ou, no mínimo, pistas que nos possam propiciar conhecer as relações sociais intelectuais de João Camilo e os espaços pelos quais circulou que podem ter contribuído para sua formação. Conforme Julliard (apud SIRINELLI, 2003, p.258) “[...] que as ideias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais [...]”.

Embora apegado às suas raízes em Minas Gerais, e nesse Estado tendo realizado sua carreira profissional e acadêmica, João Camilo desenvolveu relações intelectuais diversas, pois era um homem público - no que tange à natureza de sua profissão -

servidor público de carreira, e escritor e jornalista, ocupação que o ajudou a alcançar renome nacional, e abriu portas para outros ambientes intelectuais. Um bom exemplo é quando fora João Camilo nomeado para diretor do Arquivo Nacional, embora houvesse declinado e não tomado posse, indicativo da relevância de seu nome nos meios intelectuais da época⁴³.

Sobre isso, o intelectual necessita de fazer parte de um meio em que haja um núcleo capaz de atar laços de afinidade, de congregar interesses e partilhar referências. Conforme Sirinelli (2003), podemos tomar como um exemplo de um espaço capaz de atuar como centro dessa “rede” uma redação de uma revista ou conselho editorial de uma Editora. Esse núcleo deve poder fornecer uma sensibilidade ideológica ou de ordem cultural e de afinidades que instigue no intelectual o desejo de conviver.

Rebeca Gontijo (2005) acrescenta que, como não haveria de ser, condição fundamental para o meio intelectual a existência de um espaço público de debates, assim sendo, os “lugares” de sociabilidade são uma condição fundamental para o desenvolvimento do intelectual. Em tais lugares onde ocorrem as sociabilidades intelectuais, se estruturam uma espécie de “microclima”, nas palavras de Sirinelli, que compõe um microcosmo intelectual particular.

Tal microcosmo afetado por demandas sociais que são caras aos intelectuais que participam dessa rede, os afetos e a tradição. Isso resulta e um compartilhamento de representações políticas e valores. Retomando Gontijo (2005, p.277), para uma história dos intelectuais – embora não seja nossa proposta, é importante terá atenção com as redes de sociabilidades, pois seu estudo:

[...] privilegia as condições sociais em que as obras são produzidas, reconhecendo a autonomia relativa do campo intelectual, sem esquecer que este possui vinculações mais amplas. [...] Em outras palavras, entrar no

⁴³ Diretamente nos escritos de João Camilo não é possível encontrar a data em que ocorreu o convite e consequentemente sua recusa. Todavia, Mariza Andrade (2011) correlaciona o convite recebido pelo intelectual à sua vigorosa produção intelectual entre os anos 1950 e 1960 e o respeito adquirido no meio intelectual. Tal pista nos permite deduzir, então, que o fato tenha ocorrido na década de 1960. No inventário analítico do fundo João Camilo de Oliveira Torres, da PUC-Minas, encontramos duas correspondências recebidas por João Camilo que nos permite inferir que o convite tenha ocorrido no ano de 1964: uma cujo remente se tratava Ildefonso Mascarenhas, parabenizando e desejando felicidades à João Camilo em sua empreitada como Diretor do Arquivo Nacional. A segunda correspondência, de um sujeito denominado como Rui, apresenta lamentações por ter João Camilo recusado a oferta. Conforme Ramiro Júnior (2019), o que possivelmente teria levado o intelectual a declinar a proposta foi sua já debilitada saúde – sofria de hipertensão e labirintite, sua família e o amor por Minas Gerais.

mundo da sociabilidade é uma forma de encontrar a experiência dos indivíduos em sua vida social, recuperando o papel da contingência.

No entanto, decisões precisam ser tomadas e, diante do acima exposto sobre as sociabilidades intelectuais, precisaremos privilegiar alguns espaços que julgamos terem exercido sobre João Camilo uma maior influência. Isso se justifica por dois motivos: não buscamos aqui um estudo das redes de sociabilidade enquanto uma metodologia de pesquisa, e também porque circulou o intelectual itabirano por vários espaços que por si só demandariam um estudo mais específico e direcionado: pertenceu à Academia Mineira de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Portuguesa de História.

Para além dos espaços estritamente acadêmicos-intelectuais supracitados, João Camilo também foi redator-chefe da *Folha de Minas* e também no periódico *O Diário*. Com regularidade escreveu para as páginas literárias do *Estado de São Paulo*, *Correio do Povo*, de Porto Alegre e na revista *Vozes*, de Petrópolis (OLIVEIRA TORRES, 1976).

Seguindo o fio de nossa busca em compreender o pensamento político monarquista de João Camilo, iremos nesse momento privilegiar aqueles espaços de sociabilidade intelectual que possuíam um “microclima” próprio, com uma cultura política capaz de fornecer representações comuns aos intelectuais e que lhes despertasse algum tipo de relação afetiva. Uma instituição que, apesar de breve, parece ter exercido grande influência sobre o intelectual foi a Universidade do Distrito Federal e o breve período em que lá cursou Filosofia. O próprio João Camilo nos fornece essa pista ao elogiar sobremaneira e apontar como marcante – mais de uma vez - esse momento de sua formação.

Outra instituição de relevância que frequentou João Camilo foi o Centro Dom Vital, local onde conheceu “a fina flor do laicato católico”, grupo de intelectuais católicos de importante atuação pública. Vinculado ao Centro Dom Vital estava a revista *A Ordem*, veículo pelo qual constantemente publicava, além de outras revistas católicas (RAMIRO JÚNIOR, 2019). Pela editora *Vozes*, sob regência dos franciscanos de Petrópolis e também orbitando o grupo de intelectuais católicos, também publicou o intelectual João Camilo.

Cristão católico, à João Camilo não bastava o frequentar de missas dominicais. Seu catolicismo exigia ação e reflexão – tema a que dedicou alguns livros, se tornando

uma grande marca de seu pensamento político, um verdadeiro painel que servia de organizador de suas ideias. Criado em meio católico, afirma o intelectual que até lhe ocorreu certa vez o desejo de ser padre. Reconhece que passou por momentos de crises, comuns na adolescência e na juventude, porém o contato com a revista *A Ordem*, entre outros, lhe ajudou a encontrar a verdadeira conversão (OLIVEIRA TORRES, 1998).

O primeiro local de sociabilidade que julgamos de relevância para João Camilo, a revista *A Ordem* e, posteriormente o Centro Dom Vital, foi resultado de uma ação de intelectuais católicos em específico contexto da história brasileira. Convém nesse momento realizar uma breve explicação do que motivou a criação da revista e do Centro, buscando apresentar seus objetivos a fim de esclarecer o que pode ter causado em João Camilo um sentimento de empatia e relações intelectuais com seus integrantes.

A instauração do regime republicano no Brasil resultou em uma grande perda de poder por parte da Igreja Católica e enorme decréscimo em seu prestígio, afirma José Oscar Beozzo. A instituição por quase quatro séculos fez parte da estrutura do Estado e possuiu importante função política enquanto uma das possíveis fontes de legitimação do poder do Estado, como também protagonismo social ao contribuir como uma instância capaz de gerar valores. Após a proclamação da República, as elites oriundas das oligarquias a partir do novo rearranjo das forças sociais e econômicas, terminam por encontrar lugar confortável dentro do liberalismo, e outras ideologias, tais quais o positivismo. Prossegue Beozzo (1986, p.346)

Consumada a separação entre a Igreja e o Estado, a Igreja não cessará de denunciar o divórcio entre o Estado leigo, para não dizer laicista, e a nação católica, em sua grande maioria. O ensino principalmente era visto como uma grande violência imposta à consciência católica [...]. [...] Toda a campanha da Igreja – e ela será constante – está vazada na luta pelos “direitos” da maioria que deveriam traduzir na legislação e na prática do Estado os sentimentos católicos do povo brasileiro.

Embora o divórcio entre a Igreja e o Estado tenha relegado à primeira a um segundo plano, esse novo momento proporcionou a Igreja uma oportunidade que ela não havia conhecido nos séculos anteriores: a liberdade perante a intervenção estatal. Não havia mais prestígio nem primazia da instituição perante o Estado, todavia agora o caminho estava livre para a igreja pensar por si os caminhos que deveria tomar nesse contexto desafiador.

Nesse contexto desafiador, para permanecer em sua missão expansionista, a Igreja precisou voltar-se a si própria em atitude reflexiva em busca de reestruturação na sua administração interna, afirmam João Miguel Godoy e Bruna Miguel (2017). Essa nova fase da instituição católica se caracteriza, segundo os autores, a partir de uma preocupação com a “recatolização” das instituições sociais com objetivo de recuperar e reafirmar seu prestígio perante a sociedade brasileira.

Esse novo paradigma experimentado pela Igreja Católica tem início em 1916 a partir do momento em que o arcebispo Dom Sebastião Leme assume a Diocese de Olinda e escreve uma Carta Pastoral que agitou os meios catolicistas, principalmente os intelectuais. Para além de uma simples descrição do panorama enfrentado pela Igreja no Brasil, seu manifesto foi também um programa de ação, pregando contra a ignorância religiosa e conclamando os intelectuais a saírem da inércia (BEOZZO, 1986).

Cinco anos após a intervenção pública de Dom Leme vem à luz a revista *A Ordem* e, em 1922, a criação do Centro Dom Vital, sediado no Rio de Janeiro, ambos guiados pelas mãos de Jackson de Figueiredo. *A Ordem* surge como parte da reação católica a partir dos anos 1920 que, para além de um canal de divulgação do ideário católico, vem também a conferir peso à produção católica leiga, então em baixo volume produtivo. O próprio nome do periódico deixa explícito o ideal perseguido pelos seus adeptos, e sobre sua recepção perante a sociedade, afirmam Godoy e Miguel (2017, p.195-196)

A revista foi bem aceita entre os fiéis católicos e aprovada pelos bispos, inclusive pelo próprio Dom Sebastião Leme. Em linhas gerais, representou a primeira manifestação intelectual leiga que passou a debater as questões problemáticas enfrentadas pela Igreja Católica e, ainda, esta produção foi marcada por um forte teor de defesa dos princípios católicos.

Com o apoio dos mesmos intelectuais que contribuía para *A Ordem*, Jackson de Figueiredo inaugura o Centro Dom Vital, a princípio pensado como uma biblioteca e editora de livros católicos. Apesar do envolvimento das mesmas pessoas em sua criação, as duas ações cumpriam propósitos diferentes e, enquanto *A Ordem* dedicava-se à difusão do ideário católico, o instituto estaria destinado à formação do intelectual católico, afirma Eduardo Gurgel (2017), ambas dirigidas por leigos, embora supervisionados por autoridades eclesiásticas.

Em atuação até os dias atuais, um dos momentos mais importantes na história do Centro Dom Vital se deu quando da morte de seu fundador e diretor Jackson de Figueiredo, em 1928. Em seu lugar assume Alceu Amoroso Lima, que inicia um novo momento para a instituição implicando em uma orientação no que tange as ações do Centro e a perspectiva editorial da revista, pois, “passou-se de um viés doutrinal político-religioso e conservador – características dos anos em que foi dirigida por Jackson de Figueiredo -, para dar uma ênfase maior nas questões sociais, culturais e religiosas [...]” (GODOY e MIGUEL, 2017, p.198).

O Centro Dom Vital progressivamente vai se estabelecendo como um importante local de sociabilidade para o intelectual vinculado ao pensamento católico, cumprindo seu papel de elevar a produção de defesa dos interesses da Igreja Católica perante a sociedade. A instituição oferecia aos interessados no ideário católico um amplo leque de atividades, desde aqueles voltados ao campo intelectual e cultural aos de ordem espiritual e religioso.

As atividades eram variadas e ocorriam regularmente ou em período de férias. Conforme Godoy e Miguel (2017), os cursos formativos ocorriam de maneira regular e abarcavam áreas como filosofia, religião, política e língua portuguesa e possuíam calendário fixo. Para além desse caráter “escolar” do Centro, também ocorriam eventos de outras naturezas, como sessões cinematográficas seguidas de discussões sobre os temas levantados e encontros destinados exclusivamente ao fomento da convivência entre seus membros.

Sob a direção de Alceu Amoroso Lima o Centro Dom Vital ingressa de modo mais efetivo no debate sobre os rumos da cultura brasileira com intuito de despertar na intelectualidade a atenção para os problemas sociais, afirma Gurgel. Prossegue o pesquisador, “ao longo do tempo, o Centro Dom Vital passou a ser um centro de irradiação do pensamento católico produzido por uma seleta parcela da intelectualidade [...]” (2017, p.221), o que atesta a eficiência da instituição em alcançar os seus objetivos.

O Centro Dom Vital se ramificou pelo país inaugurando filiais em diversos lugares como Recife, São Paulo e Belo Horizonte. Entre todos, porém, a matriz sediada no Rio de Janeiro era o local com maior assiduidade, chegando a ter quinhentos associados, atesta Mônica Kornis (2015). Devido sua expansão e atuação em várias

frentes, outras instituições foram criadas como desdobramentos das ações realizadas pelo Centro.

Embora não tenhamos encontrado registros de que João Camilo tenha sido sócio do Centro Dom Vital, não é exagerado supor que ele tenha frequentado o mesmo. E isso pode ter acontecido tanto no momento em que ele morou no Rio de Janeiro por conta do curso de filosofia que iniciara, quanto em Belo Horizonte após instalação de filial nesse local. O certo é que o próprio intelectual confirma a importância da *A Ordem* e do Centro Dom Vital para a formação de seu pensamento à medida em que reconhece (OLIVEIRA TORRES, 1997, p.119)

Em certa época, o acaso me pôs em contato com a revista *Ordem* e os movimentos que se faziam no Rio – era, então, um estudante só no mundo e começava a sonhar com o jornalismo. Li coisas de Alceu, Hamilton Nogueira e Pe. Franca (mal sabiam que todos viriam a ser amigos meus) e que andava pelo mundo em um movimento de redescoberta dos valores do catolicismo e que não havia incompatibilidades entre a cultura e a religião [...]

Hamilton Nogueira e Pe. Franca eram intelectuais ligados ao Centro Dom Vital e também publicavam na *Ordem*. Quando Alceu Amoroso Lima assumiu a direção da instituição, João Camilo mal havia ingressado na adolescência. Todavia, a afirmação do intelectual de haver percebido ausência de contradição entre a cultura e a religião nos permite deduzir que a gestão de Alceu frente ao Centro e os novos direcionamentos no que tange a área cultural tiveram grande influência sobre João Camilo.

A isso soma-se o reconhecimento por parte do intelectual de laços de amizade para com os integrantes do Centro Dom Vital supracitados, o que nos permite inferir que a instituição em questão, conforme já exposto a partir de Sirinelli, serviu como um núcleo para uma rede de intelectuais que partilhavam sensibilidades comuns, e respiravam os ares do mesmo “microclima” embasado no pensamento católico.

Outro espaço pelo qual circulou João Camilo e que, segundo o próprio, lhe causou grande impacto foi a Universidade do Distrito Federal, fundada no Rio de Janeiro, então capital da República, em 1935. Entretanto, a iniciativa teve curta existência e seus trabalhos foram encerrados no ano de 1939. Idealizada por Anísio Teixeira, conforme Laila Maia Galvão (2017), a instituição tinha por objetivo algo comum ao seu tempo: pensar soluções para os problemas do país, perpassando por questões relativas à preocupação com o que seria uma “identidade brasileira”.

Almejando a interdisciplinaridade, um objetivo secundário proposto no projeto da Universidade era a busca pela cooperação entre os intelectuais em suas diferentes áreas de atuação. A ambição da instituição em ser um centro preocupado com a formação intelectual e pesquisa científica sem fins pragmáticos levou seus idealizadores a buscarem no exterior professores para os quadros da Universidade.

João Camilo se vislumbra com a qualidade ofertada pela instituição, de modo a afirmar que se tratava realmente de uma verdadeira universidade, “congregando o que havia de melhor na cultura brasileira [...] e mesmo alguns bons mestres estrangeiros (1998, p.96). Em pouco tempo Alceu Amoroso Lima assume a reitoria da Universidade e a instituição conhece uma mudança de perspectiva, agradando aos interesses católicos. Por intermédio de alguns professores João Camilo obtém um contato mais profundo com a filosofia de Jacques Maritain e também no tomismo.

Mais uma vez, diante do contexto político que se avizinha a partir do recrudescimento do Governo Vargas, a Universidade do Distrito Federal é fechada. João Camilo reconhece que muito aprendeu com os “mestres do Rio de Janeiro”, e o curto período em que cursou Filosofia na instituição semeou a ideia para a escrita do livro *O Positivismo no Brasil*. Curiosamente, Luiz Camillo de Oliveira Netto, irmão de João Camilo, foi indicado para assumir a reitoria na fase de fechamento da Universidade de transferência de seus cursos. Tal qual o irmão, Netto também se lamenta pelo fechamento da Universidade, a que chama de “instituição de ensino de maior importância cultural do Rio de Janeiro e possivelmente de todo o país” (apud FÁVERO, 2008, p.177).

4.4 INFLUÊNCIAS INTELECTUAIS

A busca pela elucidação de alguns aspectos do pensamento político monarquista de João Camilo nos apresenta a tarefa de tentar compreender as suas influências teóricas e as fontes utilizadas para a elaboração de sua visão política. Contudo, nesse momento não intencionamos uma apreensão de suas influências intelectuais em sua totalidade, nem um inventário dos teóricos por ele estudados. Mas sim o que julgamos ter embasado seu vocabulário político.

Devido a diversidade de sua obra, João Camilo não se tornou especialista no pensamento de um único intelectual e seus escritos o obrigaram a se apropriar de diferentes ideias. Atento aos perigos de cair em perspectivas “mitológicas” em nossa pesquisa, conforme adverte Skinner (2017), destacamos que um intelectual como João Camilo pode ter lançado mão de uma diversidade de teóricos em distintos contextos a depender do objetivo que deseja alcançar com seu escrito.

O arcabouço intelectual de um pesquisador é deveras importante no momento de uma pesquisa, podendo o fazer captar referências não explícitas, de modo que Marcos Boeira (2014), ao pesquisar a influência do liberalismo em João Camilo encontrou nele fortes influências do economista austríaco Ludwig Von Mises. Mariza Guerra de Andrade (2011) identifica na perspectiva historiográfica de João Camilo uma vigorosa marca da historiografia francesa, mais especificamente de Henri Pirenne.

Para além de influências que podem ou não terem sido ocasionais, ainda assim é possível conhecer aquelas que podem ter sido suas grandes referências, e para tanto possuímos alguns caminhos. O próprio intelectual deixou um breve perfil filosófico onde indica algumas de suas inspirações. Ao mesmo tempo, também podemos recorrer aos espaços de sociabilidade onde circulou, na tentativa de angariar recursos para a compreensão de suas matrizes de pensamento. Dessa forma, como já visto em tópico anterior, os círculos católicos, por exemplo, causaram grande impacto em João Camilo, e um outro tema caro aos intelectuais de sua rede de contatos foi o tomismo ou também chamado de neotomismo.

Conforme Fernando Arruda Campos (1998), o tomismo se faz presente no Brasil desde o período colonial com os estudos individuais de alguns autores, e sempre esteve relacionado ao pensamento católico no Brasil. O nome se refere ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino e conheceu novo vigor no Brasil no fim do século XIX, a partir de encíclica escrita no pontificado de Leão XIII, que enxergava na filosofia de São Tomás de Aquino importante auxílio para a fé cristã, afirmam Rogério Souza e Edison Fabrício (2016).

No Brasil, um importante centro de estudos e difusão do pensamento tomista foi o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, primeiro sob a liderança de Jackson de Figueiredo e depois Alceu Amoroso Lima, importantes disseminadores da cultura e

pensamento católico. Como visto anteriormente, dois espaços pelos quais também transitou João Camilo.

O neotomismo foi de grande valia para os intelectuais ligados ao pensamento católico no enfrentamento dos dilemas de sua época, como também ao se pensar o Brasil e os conflitos trazidos pela modernidade, além do combate às filosofias estranhas ao pensamento católico, principalmente o positivismo. Enquanto este, conforme Ana Paula Ribeiro da Silva (2009, p.2) “[...] apagava a fé em prol da razão e do empirismo, o neotomismo trazia para muitos intelectuais a possibilidade de conjugar fé e razão, tradição e modernidade [...]”.

O predomínio da filosofia positivista no momento pós Proclamação da República se tornou um problema para os católicos, principalmente pela ênfase na primazia do espírito científico em detrimento da fé. A tese do progresso linear e constante e a lei dos três estados com a conseqüente marcha inexorável ao aperfeiçoamento também causavam um desconforto aos intelectuais que ainda levantavam a bandeira monarquista, conforme Silva (2009).

O neotomismo forneceu ao intelectual católico subsídios para pensar a modernidade sem abdicar da tradição, tema caro aos intelectuais preocupados em pensar o Estado a partir do monarquismo. Por fim, para os católicos, de acordo com Ana Paula Ribeiro da Silva, o neotomismo “[...] conseguiria conjugar o progresso e a razão com uma perspectiva teológica; não apagaria a fé nem a razão, conjugaria a fé a razão, religião e ciência” (2009, p.8).

A influência neotomista nas redes de sociabilidades comuns aos leigos católicos consolidou-se principalmente a partir do pensamento do intelectual francês Jacques Maritain⁴⁴, autor bastante estudado e citado por João Camilo, e que no Brasil encontrou tradução de suas obras sob a pena de Alceu Amoroso Lima, que recebe do intelectual mineiro o título de “descobridor” de Jacques Maritain. Considerado um dos

⁴⁴ Jacques Aimé Henri Maritain nasceu em França no ano de 1882 e cresceu no seio de uma família de orientação republicana e anticlerical. Estudou na Sorbonne e licenciou-se em Filosofia e em Ciências Naturais. No período em que ainda estudava na Sorbonne se mostrou descontente com as “respostas” oferecidas pelos saberes dominantes de sua época de formação: positivismo, historicismo e ceticismo. Por meio dos cursos oferecidos por Henri Bergson, no Collège de France, conheceu o pensamento metafísico. Em 1905, contrariando as posições familiares converteu-se ao cristianismo. Posteriormente abandona o pensamento bergsoniano e inicia os estudos sobre São Tomás de Aquino, e aprofundando no tomismo, segundo Pozzebon (2021, p.47) “publicou 63 livros e ao menos 32 trabalhos menores, num período que vai de 1910 à 1970 [...]”

maiores expoentes do tomismo no século XX, Maritain se converteu tardiamente ao cristianismo, tema este que perpassou todo seu pensamento após sua conversão. Sua influência se expandiu para além dos meios intelectuais e de estudos de cultura e filosofia cristã e, segundo Paulo Pozzebon (2021), é reconhecida sua influência na criação da Comissão dos Direitos Humanos em 1945, pela Organização das Nações Unidas, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Tais credenciais alçaram Maritain ao posto de referência mundial no que tange ao pensamento neotomista⁴⁵. De acordo com Rodrigo Augusto de Souza (2022), o neotomismo do intelectual francês se caracterizava por uma sensação de “angústia” para com o presente e o encarava como uma percepção antimoderna do presente, no sentido de denunciar os erros desse tempo, ao mesmo tempo em que abarcava uma perspectiva “ultramoderna” ao vislumbrar a verdade a ser encontrada no futuro.

As críticas de Maritain ao Estado laico e republicano e ao que compreendia como “crise” do mundo moderno lhe renderam a alcunha de defensor de projetos políticos reacionários, o que Pozzebon interpreta como um equívoco. O pesquisador sustenta a tese de ser possível falar em uma “geração Maritain” na América do Sul entre as elites católicas, principalmente entre aquelas sensíveis ao seu projeto político. Nesse sentido o líder neotomista, no contexto entreguerras, defendia o projeto de uma terceira via entre o capitalismo e os totalitarismos, em uma perspectiva democrata-cristã⁴⁶ (POZZEBON, 2021).

Apesar de algumas críticas de terem os leitores dado mais ênfase ao pensamento teológico e político do que ao filosófico de Maritain, João Camilo reconhece que fora o francês, em seu tempo, responsável por aprofundar filosoficamente e racionalmente a ideia democrática e de superar o abismo entre esta e o cristianismo. Uma obra de

⁴⁵ Maritain produziu no campo da filosofia da arte, epistemologia e filosofia moral, mas foram seus escritos sobre política que lhe conferiram maior celebridade, afirma Pozzebon (2021). Entre tais obras, podemos destacar *Humanisme Integral*, 1936, traduzida no Brasil no ano de 1945 por Afrânio Coutinho; *Christianisme et démocratie*, 1943, traduzida no ano de 1964 por Alceu Amoroso Lima e *Man and State*, de 1951, mais uma tradução de Alceu Amoroso Lima, em 1952, conforme informações acessadas na página virtual do Instituto Jacques Maritain do Brasil.

⁴⁶ Em 1945, no Brasil, o ideal de democracia cristã de Maritain se materializa com o “Partido Democrata Cristão”, inspirado no homônimo italiano liderado pelo católico Alcide de Gasperi. No Brasil a iniciativa buscava, a partir de embasamento no pensamento de Maritain, a “[...]constituição de um Estado secular, democrático, leigo, pluralista e tolerante, constituído por católicos engajados politicamente e outros agentes sociais, avessos aos regimes liberais tradicionais, às democracias burguesas e aos regimes totalitários[...]”, afirma Rogério Luiz de Souza (2019, 182).

Maritain que exerceu considerável influência no pensamento político de João Camilo foi *O homem e o Estado*. O autor recorre a essa obra do neotomista francês para embasar alguns aspectos da construção de sua interpretação e crítica do Estado republicano brasileiro, principalmente ao abordar a diferenciação entre nação e corpo político. Esse aporte teórico lhe é de serventia para analisar a tragédia do reinado de D. Pedro II e sua compreensão do Estado (OLIVEIRA TORRES, 2018c).

Também exerceu forte influência sobre João Camilo o pensamento político do jesuíta Francisco Suárez, a quem recorre o intelectual mineiro em sua tarefa de construir uma defesa e justificativa racional para existência de um governo regido por um rei. Nascido em 1548, de nacionalidade espanhola, Suarez faleceu em 1617, em Lisboa⁴⁷. Foi considerado, pelo lado católico, como maior expoente do pensamento filosófico-político e jurídico no final do século XVI, como afirma Diogo Freitas do Amaral (2019).

Contrário ao absolutismo, Suarez em defesa da fé católica travou duros combates com os protestantes de seu tempo, principalmente no campo teológico e político tendo como contexto a questão do poder real e sua relação com o divino, e também das origens do poder civil. Basicamente, conforme nos aponta Amaral, os problemas que o jesuíta procurou enfrentar em seu tempo foram: a origem do poder político, vem de Deus ou do povo para os reis? Qual a melhor forma de governo, monarquia ou democracia? E, por fim, havia ou não o direito de resistir aos tiranos e, até onde esse direito garantia ação?

Essas questões colocaram Suarez em confronto frontal com Jaime I, da Inglaterra, onde o primeiro representava a visão católica de defesa da origem popular do poder e o segundo a sustentação protestante da origem divina do poder real (AMARAL, 2019). Conforme Isabel Cabrita (2010, p.93)

[...] o pensamento europeu vai encontrar no pensamento de Suarez alguns de seus princípios fundamentais: o papel da razão natural do homem na invenção das regras jurídicas, contra a tendência do protestantismo de subordinar todo o Direito às Santas Escrituras, a preservação das *leis naturais* contra a arbitrariedade do Direito positivo e a contratualidade como base do Estado.

⁴⁷ Também conhecido como Doutor Exímio, em 2019 a Universidade Católica de Lisboa publicou uma coletânea de artigos em homenagem aos 400 anos de seu falecimento. O objetivo da publicação foi de revisitar o pensamento político de Suarez e destacar o seu impacto na modernidade, considerando-o um dos precursores do pensamento político contemporâneo.

A crítica de Suarez à origem divina do poder dos reis o faz construir todo um arcabouço teórico para justificar a origem do poder nas mãos da comunidade e posteriormente transferido ao governante. Para João Camilo (2018c), a crítica construída por Suarez resultou na mais coerente das formulações da origem popular do poder, chegando a afirmar que Rousseau dizia em francês e em linguagem popular o que havia feito Suarez em bases rigorosamente filosóficas e técnicas. Neste sentido, cabe destacar que a defesa da origem popular do poder do rei é de grande valia para João Camilo em sua argumentação monarquista, mostrando-se também notória na tentativa de direcionar o debate em termos filosóficos e racionais, tarefa empregada pelo intelectual ao longo da escrita de sua *História das Ideias Políticas*.

No que tange à formação do pensamento político do personagem aqui estudado, também assinalamos a contribuição de Charles Maurras (1868-1952) nos escritos do autor mineiro. Maurras foi amplamente estudado por muitos de sua época, principalmente aos intelectuais ligados ao Centro Dom Vital, conforme afirma Leandro Pereira Gonçalves (2012). O controverso intelectual francês em um contexto ampliado é inserido dentro do pensamento autoritário, e também muito reconhecido por sua atuação a frente da *Action Française*. João Camilo faz uso dessa referência teórica ao elaborar sua crítica ao republicanismo e para construir sua interpretação sobre democracia.

A *Action Française* surge no apagar das luzes do oitocentos, mais precisamente no ano de 1899, contudo, é a partir do ingresso de Maurras no movimento que ele cresce em importância. O movimento, em sua gênese, possuía matizes antiliberais e militaristas e caráter nacionalista, este calcado em características francesas tradicionais, como a vida rural, afirma Felipe Cazetta (2012).

Com o ingresso de Maurras, a *Action Française* sofre uma reformulação teórica e, enquanto alguns pontos são evidenciados, outros passaram a ser combatidos. Tendo a religião católica como princípio responsável por manter a integridade do mundo Ocidental, o movimento permaneceu crítico à democracia e a sociedade burguesa, ao ponto em que manteve a exaltação do mundo rural. Entretanto, o republicanismo e o liberalismo passaram a ser combatidos, assim como a monarquia constitucional. Basicamente o maurrasianismo se assentava sobre bases tradicionalistas, religiosa de vertente católica e nacionalista monárquica (CAZETTA, 2012; 2017).

O maurrasianismo adquire relevância no contexto europeu e, de acordo com pesquisa de Leandro Pereira Gonçalves (2012), sendo considerado discurso original do pensamento autoritário, uma das bases de inspiração para o integralismo lusitano – este também de certa forma conectado ao integralismo brasileiro. Apesar de seu apelo ao catolicismo, a doutrina social da Igreja Católica não agradava Maurras, e o papa Leão XIII encontrou diversos pontos de oposição com o programa maurrasianista. Prossegue Gonçalves, “Foi na *Action Française* que as doutrinas revolucionárias em torno de um pensamento nacionalista de cunho conservador buscaram elementos de inspiração em diversos movimentos políticos do século XX” (p.54).

O maurrasianismo, tendo a *Action Française* como principal propagadora, compreende a República democrática como um perigo, pois o poder dividido e fracionado resultaria em instabilidade política e riscos de fragmentação da nação. Portanto, justifica Cazetta (2012), a escolha pela opção monarquista como forma de governo e a hereditariedade como critério para seleção de quem exerceria o poder. Na interpretação de Maurras, tendo como análise a França, a instauração da monarquia e abandono do liberalismo seria condição fundamental para manutenção da soberania e integridade da nação.

No Brasil o maurrasianismo encontraria campo privilegiado entre os intelectuais católicos, principalmente entre os grupos ligados ao Centro Dom Vital do Rio de Janeiro e influência dessa corrente teórica também se fez sentir em países como Argentina⁴⁸ e México, afirma Gonçalves (2012). A atitude de João Camilo ao abordar o pensamento de Maurras é, pois, cautelosa, à medida considera o teórico francês um produto da filosofia positivista⁴⁹, filosofia esta que é contraditória com a base teórica de fundo tomista⁵⁰ adotada pelo itabirano.

⁴⁸ Na interpretação de Boris Fausto (2001), o impacto de Maurras se fez maior entre os intelectuais autoritários argentinos, enquanto no Brasil sua influenciada não teria sido tão “pronunciada”.

⁴⁹ João Camilo, em sua obra *O Positivismo no Brasil* (2018) posiciona Charles Maurras como um herdeiro do positivismo, embora seja este católico e monarquista enquanto Augusto Comte, criador do positivismo, fosse hostil à doutrinas metafísicas e a teologia e defensor da Ciência e do “progresso”. De acordo com o intelectual, o “nacionalismo integral” de Maurras foi grandemente influenciado pelo positivismo. A crítica maurrasiana ao republicanismo e a democracia é bem vista por João Camilo, embora julgue o intelectual ser o movimento patrianovista querer uma solução maurrasiana para o problema brasileiro e não o que se pode ser encontrado na tradição política imperial (2017).

⁵⁰ Lúcia Maria Lippi Oliveira (1990) destaca que um ponto de embate entre a Igreja Católica e a *Action Française* foi o ateísmo de Maurras e o risco representado aos valores defendidos pela instituição cristã.

Todavia, é preciso ter em mente que não buscamos identificar uma linguagem política monarquista oriunda de um pensamento político homogêneo e construído de maneira coerente em todo o tempo. Assim, conforme a metodologia de pesquisa adotada, nos compete verificar exatamente a interlocução de João Camilo com as outras obras políticas de seu tempo e como elas contribuíram para que ele elaborasse propostas para os problemas políticos de seu tempo.

Maurras, a quem João Camilo denominava de “mestre do nacionalismo”, forneceu subsídios teóricos importantes para a crítica camiliana sobre a república e a monarquia. Inclusive, sobre este último, ousa João Camilo ao afirmar que “[...] voltando ao tema de Charles Maurras, gostaria de recordar que ele poderia passar por ‘fascista’, menos por ser monarquista, do que por ser positivista” (2018c, p.18).

4.5 POR UMA “HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS”

Paulo Palmiro Mendes, em publicação do ano de 1973, enumera em quarenta e uma o número de obras publicadas por João Camilo. Sua primeira publicação, em 1940, foi uma “modesta monografia”, de acordo com o mesmo, sobre as universidades. Sua última obra, em 1972, *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*, que aborda o catolicismo mineiro. Em um lapso de temporal de trinta e dois anos publicou João Camilo mais de uma obra por ano. Uma produção considerável dentro de um vasto leque de temas abordados para além do campo da política.

A editora pelo qual mais publicou foi a Vozes de Petrópolis, ligada ao laicato católico. Também publicou pela Editora Record e Editora José Olímpio e alguns volumes para a Coleção Brasileira, pela Companhia Editora Nacional. Hoje a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais possui um arquivo pessoal com acervo contendo manuscritos diversos de João Camilo, tais quais artigos não publicados, esboços de livros e correspondências. Suas obras estão há muito esgotadas, sendo possível encontrar exemplares em bibliotecas universitárias ou em lojas de livros usados.

Todavia, acreditamos que as principais bases da linguagem política monarquista do intelectual estejam presentes na sua coleção *História das Ideias Políticas*, cujas obras

demorou o autor cerca de trinta anos para redigir. Cada volume dessa coleção, por si só, seria material suficiente para uma pesquisa. Portanto, tendo em vista que nossa pesquisa se orienta pela linguagem política monarquista do intelectual, privilegiaremos nesse estudo uma interlocução entre os volumes da coleção com o objetivo de compreender os vocábulos mais empregados pelo intelectual e/ou mais significativos.

A versão utilizada para nossa análise é a reedição dos volumes dessa coleção feita pela editora da Câmara dos Deputados, denominada Coleção João Camilo de Oliveira Torres e idealizada pelo ex-deputado federal Evandro Gussi⁵¹. Esta coleção foi a primeira de uma linha editorial designada “Legado”, cuja publicação data do ano de 2019.

Para Gussi (2019), a oportunidade de relançar obras consideradas raras do autor vai além de uma simples homenagem e perpassa pela inacessibilidade dos volumes no que tange ao preço dos livros em sebos, quando encontrados. Justifica também o ex-deputado a escolha pelo intelectual em tela em oferecer ao público o resgate de uma obra dedicada a pensar e interpretar o Brasil e sua história.

Passemos então a *História das Ideias Políticas*, coleção que, como um fruto, foi crescendo organicamente respeitando a ação do tempo. Longe de ser uma empreitada minuciosamente calculada, João Camilo foi dando vida aos volumes de sua coleção em paralelo a outras atividades profissionais, inclusive a escrita de livros sobre outros temas. Na apresentação de alguns volumes, como *O Presidencialismo no Brasil* e *Interpretação da Realidade Brasileira*, o autor apresentava as obras em um plano geral e uma ordem de leitura. Nesse momento, realizaremos uma breve apresentação de cada volume da coleção, conforme nossa proposta metodológica, descobrir as intenções e objetivos que levaram o autor à sua produção. Por ordem de publicação, assim segue:

O Positivismo no Brasil, publicado em 1943 pela Editora Vozes. A ideia para esse volume surgiu, segundo o autor, a partir de uma provação realizada por um professor de história da filosofia quando estudou na Universidade do Distrito Federal, em 1938. Sugeriu o professor aos alunos uma pesquisa sobre a influência do positivismo no

⁵¹ Conforme informações obtidas no site da Câmara dos Deputados e Currículo Lattes, Evandro Gussi, nascido em 1980, é Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e já foi professor universitário. Sua atuação como legislador ocorreu entre 2015 e 2019, ocupando mandato representativo pela legenda Partido Verde. As fontes pesquisadas não nos permitem afirmar o nível de envolvimento de Gussi com o pensamento camiliano.

Brasil. Ao regressar a Belo Horizonte em 1939 munido de materiais e anotações, daria início João Camilo – sem o saber – ao primeiro volume de seu maior empreendimento. Dividido em duas partes, em cuja primeira o autor refaz o percurso do positivismo no Brasil finalizando com análise da influência da referida ideologia no país.

Quatorze anos depois, em 1957, vem à lume *A Democracia Coroada* pela José Olympio Editora. Possivelmente a obra mais premiada e de maior repercussão do autor, surgiu a partir da leitura de um livro sobre o governo britânico que o inspirou a fazer mesmo. O subtítulo da obra “Teoria política do Império do Brasil” dá o tom da intenção do autor: “revelar aos brasileiros de hoje a originalidade e a adequação das instituições imperiais” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.25). É a contribuição do autor em construir uma teoria do regime monarquista cujos defensores não foram capazes de elaborar ainda no Império. Adverte João Camilo que é uma obra otimista, pois, revela que os estadistas possuíam capacidade suficiente para enfrentar os problemas nacionais, ou, visto de outra forma, os objetivos permanentes. São questões, na compreensão do autor, que o tempo de uma vida humana é curta para resolver, são problemas que resolvidos irão favorecer toda a nação e não interesses individuais. Um objetivo permanente só pode ser perseguido por uma figura que represente uma continuidade histórica, como o rei. Um exemplo de tais problemas nacionais seria a integração das áreas, ou seja, das regiões brasileiras.

A Formação do Federalismo no Brasil é o terceiro volume da coleção, publicado pela Editora Nacional em 1961. A ideia para esse volume nasce quando da escrita da *Democracia Coroada* e questão que atormentava o autor: teria o Império do Brasil uma estrutura federal? (OLIVEIRA TORRES, 2017c). A dúvida guiou o pesquisador a escrita desse livro, agora indubitável para o mesmo que não estava mais diante de obras isoladas, mas sim peças componentes de um projeto muito maior, uma *História das Ideias Políticas no Brasil*.

No corrente ano de 1961 é publicado o quarto volume, *O Presidencialismo no Brasil*, pela Editora O Cruzeiro e parte da coleção “Brasiliiana”. Nesse momento o autor já esboçava um plano investigativo no campo das ideias políticas vislumbrando temas complementares, conforme o próprio, uma arena com trabalho para toda uma vida. Aqui o autor tem como objeto de estudo o que ele chama de “ideologia presidencialista”. Menos do que uma história do Brasil após 1889, a obra teve como objetivo elaborar uma crítica da instituição presidencial e sua doutrina.

A Estratificação Social no Brasil, quinto volume, foi publicado em 1965. Segundo João Camilo a obra foi escrita a pedido do Instituto Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. O livro não constava no planejamento inicial apresentado pelo autor e, conforme Ramiro Júnior (2019) a obra pode ser classificada como “sociológica”. Tendo a Primeira República como recorte temporal, a pesquisa enfoca as relações entre a estratificação social e a organização política dentro do período em questão.

Três anos depois, em 1968, é publicado pela Editora Grijalbo o sexto volume intitulado *História das Ideias Religiosas no Brasil*, que deveria receber uma edição definitiva denominada *A Igreja e a Sociedade no Brasil*. O volume foi concebido a convite de Luís Washington Vita, embora revele o autor já haver planejado abordar as relações entre Igreja e Estado, mais precisamente “debater os principais temas ligados ao estimulante choque produzido pelo pensamento religioso em contato com a realidade social” (OLIVEIRA TORRES, 2020a, p.15). Para a escrita dessa obra o autor se afastou de suas tarefas na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ainda em 1968 João Camilo publica pela Editora Nacional, e integrante da coleção “Brasília”, *Os Construtores do Império: Ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. Essa obra, sétimo volume, é quase um produto da *Democracia Coroada*, em que admite o autor ter iniciado a pesquisa sob uma perspectiva liberal e finalizado a escrita por um viés conservador politicamente falando. Prossegue afirmando ter ficado impressionado com a obra dos conservadores do Império, que para além de estadistas autênticos, conseguiram transformar em Nação o que outrora foram domínios portugueses na América, para o intelectual, “[...] a monarquia, apoiada no Partido Conservador, fez a unidade nacional.” (OLIVEIRA TORRES, 2017d, p.237).

Esse vislumbre com as realizações dos conservadores designou João Camilo a dedicar um volume específico a este grupo político, vez que na *Democracia Coroada* havia abordado o Partido Liberal. Nesse volume o autor apresenta um certo pessimismo quanto a conclusão de sua coleção, em parte devido a dificuldade de alguns temas e também pela carência de fontes, o que o faz dizer que “a série é grande e não acredito que a termine algum dia” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.21)

Em 1969, mais uma vez pela José Olympio Editora, João Camilo publica *A Interpretação da Realidade Brasileira*, livro concluído em 1966 e apontado pelo autor

como o volume inicial de sua coleção e oitavo na ordem de publicação. Nesta obra o autor busca analisar os fundamentos da cultura brasileira a partir de sua compreensão e aspectos tidos por ele como estruturantes. Em um segundo momento o intelectual realiza leitura de autores que, em sua interpretação, também almejavam compreender essa realidade brasileira, cuja contribuição merece destaque. Assim sendo, João Camilo apresenta sob sua ótica uma leitura de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Dom Luís de Orleans e Bragança, Oliveira Viana, Paulo Prado e Gilberto Freyre.

Postumamente é publicada em 1981 o volume final, *A Ideia Revolucionária no Brasil*. Esse livro é fruto da visão do autor sobre o tempo em que vive. Nele a busca é pela compreensão dos aspectos teóricos para o que ele chama de “crise brasileira”, principalmente a partir do regime presidencialista. Nesse volume também empreende um estudo sobre “o tema das revoluções no Brasil” e sobre a “significação histórica da ação violenta entre nós” (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.24).

Outros três volumes complementares seriam *O Pensamento Político no Reino Unido*, em preparo quando de seu falecimento. *A Vida Partidária no Brasil*, que chegou a concluir, porém não publicou e *Textos e Documentos para a História da Monarquia no Brasil*, que seria uma coletânea de artigos parcialmente publicados em revistas e jornais (RAMIRO JÚNIOR, 2019). Pela audácia de seu empreendimento e pelas frentes em que atuava simultaneamente, havia uma certa clareza por parte do autor sobre conseguir finalizar ou publicar os volumes em questão.

De um modo geral, como foi possível perceber, João Camilo não obedeceu a um plano definido de escrita e rigoroso de temas a serem tratados, conforme afirma (2017b, p.27):

Não se pensa, evidentemente, à vista dos muitos e notórios empecilhos que a isto se opõem, na elaboração dos diferentes volumes dentro de uma sequência; cada qual se fará quando possível. Iremos trabalhando e as plantas nascerão a seu tempo.

O que nos remete à forma como foi dada vida a sua coleção, não sendo sempre um volume dando lugar a outro, mas por vezes a ideia de pesquisa adveio de uma provação exterior ou solicitação e que, por bem, achou interessante o autor inserir no campo de trabalho de sua História das Ideias Políticas no Brasil. Principalmente pois ai está o fio que perpassa toda a coleção: uma análise dos sistemas ideológicos que exerceram influência na formação do Brasil tal qual conheceu e experienciou o

intelectual, sem descuidar da interpretação das instituições sociais em relação a tais sistemas.

Conforme nosso objetivo reside na compreensão da linguagem política monarquista empregada pelo autor, é preciso ficar atento ao que Skinner (2017) denomina de “mitologia da coerência”, e não “ver” na História das Ideias Políticas no Brasil uma interpretação coerente fechada sobre o Brasil que talvez jamais tenha sido a intenção de João Camilo. Por isso a tentativa de uma interlocução mais abrangente dos volumes da coleção, sob pena de perder fragmentos importantes de sua linguagem política dispersas em suas publicações.

4.6 UMA DEFESA DO MONARQUISMO: LINGUAGEM POLÍTICA MONARQUISTA CAMILIANA

O termo “camiliano”, que nomeia este tópico, é utilizado para se referir a visão política de João Camilo, conforme também utiliza Ramiro Júnior (2017). No tópico anterior no que tange a *História das Ideias Políticas* e seus volumes, enfatizamos os motivos que levaram o autor a escrita de cada volume integrante da coleção *História das Ideias Políticas*. Todavia, dentro da proposta do contextualismo linguístico, amparados principalmente em Skinner (2005), é preciso avançar um pouco mais e adentrar no texto do autor pesquisado a fim de descortinar suas intenções ao produzir tal ato discursivo. Nesse ponto, conseguir alcançar as intenções do autor nos ajuda a compreender a especificidade de seu vocabulário político dentro de uma linguagem já estabelecida, ao passo que, define Pocock (2009, p.36)

Uma “linguagem”, no nosso sentido específico é, então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um tema de discussão prescrito para o discurso político. Neste ponto, podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa.

Isso situa historicamente uma linguagem política e seu percurso de desenvolvimento a partir de configurações sociais e históricas diversas. Esse caminho percorrido pela linguagem política vai agregando vocabulário e valores que tornam possíveis o ato discursivo de um autor. Portanto, ao refazermos uma trajetória em capítulo anterior da

oposição monarquista a república brasileira, também evidenciamos os momentos que contribuíram para configurar essa linguagem política monarquista.

Quando falamos em linguagem política monarquista de João Camilo não almejamos afirmar que ele foi o criador de uma linguagem política específica ou que tenha sido um arcabouço retórico talvez amplamente utilizado em seu contexto. Na verdade, pretende-se, mostrar como se desenvolveu subjetivamente sua interpretação simbólica da realidade brasileira por meio de seus escritos e a utilização de vocabulários já disponíveis na tradição política a qual faz parte. Ou seja, almejamos destacar a composição do pensamento político deste autor, a partir dos termos mais utilizados e da intencionalidade de seus escritos, compondo assim “uma forma de escrever e pensar” característica de João Camilo.

Sabendo que o que motivou a escrita de sua principal obra *A Democracia Coroada* foi uma tentativa de realizar sobre o Império brasileiro uma obra similar à que leu sobre o Império britânico e, com isso, demonstrar a “originalidade” de nossas instituições imperiais, cumpre agora compreender o a interpretação camiliana do Estado imperial – tendo em tela que o contexto em que escreve João Camilo é aquele em que eram fomentadas grandes interpretações e explicações do Brasil por parte da geração de intelectuais, como o fizeram Alberto Torres e Oliveira Viana, antes de João Camilo, e tarefa também levada a cabo por Alberto Guerreiro Ramos, seu contemporâneo (RAMIRO JÚNIOR, 2019).

Um ponto importante ao analisarmos a linguagem política camiliana é sua caracterização da propaganda antimonarquista, chegando inclusive o intelectual a utilizar um termo específico para tal: “complexo de Bruto” (OLIVEIRA TORRES, 2018c), justificando por tal termo a atitude hostil e violenta que certas pessoas apresentam à figura do rei, principalmente por ser um raciocínio sem base teórica. Dessa característica psíquica estão excluídos aqueles que por via do estudo e trabalho intelectual chegaram à conclusão da superioridade de outros regimes perante a monarquia.

Para o autor, a propaganda contra a monarquia oriunda de tal complexo seria responsável por um apelo emotivo e sensível à imaginação popular, do que um debate sério no campo teórico. *Mutatis mutandis*, tal atitude, por ser irracional, apelava à indignação popular contra o direito divino dos reis, possuindo também um caráter

antirreligioso, um “ficção teológica” para os positivistas. Todavia, conforme João Camilo “[...] toda a doutrina dos intérpretes do regime imperial fundar-se em argumentos que ignoravam completamente a famosa doutrina protestante do direito divino” (2018c, p.59).

Nessa senda, compete a João Camilo construir uma defesa teórica em bases racionais do Estado imperial, o que tenta cumprir na *Democracia Coroada*. Para o intelectual, o regime imperial estava assentado nos pilares da soberania e da “vontade nacional”. O primeiro residiria na união na nação brasileira, produto da soma entre o povo e estado, sendo o segundo “a conjunção de duas vontades: a do povo e a do imperador” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.95). Ao imperador caberia a representação da vontade de permanência, a continuidade histórica e ao povo a vontade de liberdade e prosperidade.

Ainda na questão da “vontade nacional”, cabia ao imperador representar a coletividade em seu desejo de permanência, e aqui podemos compreender como existência da nação no tempo, como também ser função exclusiva do Imperador o ato de “reinar”, em suma, “[...] consiste em presidir à realização do bem comum de caráter geral. Mas não realizá-lo”, define João Camilo (2017b, p.115).

À Assembleia Nacional competia a função de representar o povo perante o imperador e a defesa dos interesses particulares e divergentes. Não haveria, conforme João Camilo, conflito entre tais vontades pois “[...] os deputados e os senadores representavam o povo perante o Imperador, para que este na sua vontade permanente de conservar a nação não ferisse os interesses populares” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.97). Os interesses populares e individuais não configurariam o Bem comum, mas sim “bens individuais somados”.

O povo e o Estado, juntos, configurariam o “corpo político” em uma associação orientada para determinado fim. Tal construção do corpo político somente foi possível com a independência em 1822 e a ação “catalisadora” da monarquia. Nesse momento de constituição do corpo político nacional, o qual o imperador será a cabeça, ocorre a delegação do direito de governar do povo à dinastia reinante. Aqui recorre João Camilo (2017b) a teoria de Suárez de *Translação*, quando um corpo político constituído transfere a outrem o poder que detém originariamente e assim constituído

o *pactum subjectionis*, “o compromisso de sujeição entre as partes” (RAMIRO JÚNIOR, 2019, p.106)

Nesse ponto, quando se refere ao imperador como cabeça do “corpo político”, o autor parece se restringir ao que concerne o significado de liderança, primazia e não em uma perspectiva corporativista da sociedade, conforme propunham os monarquistas do movimento Patrianovista – anteriormente abordados no capítulo 2. O próprio João Camilo afirma “[...] Confesso que aqueles monarquistas que falavam mais em corporativismo do que, mesmo, em monarquia não me entusiasmavam, mas procuravam ajudar” (OLIVEIRA TORRES, 1997, p.149).

Embora afirme Teresa Malatian que João Camilo era simpático tanto ao patrianovismo quanto ao integralismo e que lamentou o autor a “[...] impossibilidade da implantação do corporativismo proposto por ambos” (2001, p.11). Todavia, a despeito de considerar o programa patrianovista de certa originalidade e uma proposta corporativista digna de estudo, a leitura da fonte não nos permite concordar com a interpretação de Malatian, de ter João Camilo lamentado o fracasso do patrianovismo e integralismo, ainda que considere o intelectual a problemática da representação algo que mereça atenção.

Realizado esse movimento de constituição de um corpo político soberano – e no Brasil pode ser fixado com a aclamação de D. Pedro I, não pode o pacto ser rompido. Todavia, prossegue João Camilo, esse *consensus* não encontra seu fim no momento de *translação*, dependendo o governante garantir seu poder a partir da obediência dos governados. O cidadão precisa validar diariamente o pacto inicial e o *consensus* iniciado no momento de *translação* a partir de sua obediência, de acordo com o intelectual “[...] o povo possui uma onipotência submissa, uma onipotência obediente e passiva. Mas onipotente na mesma. Sem ela, nada seria dos governantes” (2017b, p.107). Esse pacto pode encontrar seu fim, todavia, em caso de o rei recair em tirania, podendo o povo justificadamente revoltar-se.

A chave dessa primazia do Imperador, prossegue o intelectual, enquanto cabeça do corpo político se justifica na existência do Poder Moderador, pois, incorporado na figura soberana do Imperador, possibilitou “[...] o estabelecimento de uma suprema instância política, sem compromissos com partidos, classes, regiões, etc. [...]” (OLIVEIRA TORRES, 2017a, p.57). E também a instituição de um órgão com poderes

efetivos no governo, como nomear e demitir ministros, mas sem o poder de ação direta. Sua atuação se daria em nome da nação, escolhendo o melhor para compor o governo e conseqüentemente fiscalizá-lo em seu exercício, prossegue João Camilo (2017a).

Como visto anteriormente, posto que a função do imperador é reinar, ou seja, perseguir o Bem comum, “esta necessidade que se dá origem aos demais poderes, os chamados poderes ativos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, reitera João Camilo (2017b, p.115). Tais poderes são resultantes da vontade nacional, servindo ao Imperador como instrumento para perseguição das razões nacionais contra os interesses seccionais e as paixões da hora, ou seja.

Não há como separar, principalmente ao fundo tomista da filosofia política de João Camilo, a figura divina. Todavia, contra a doutrina protestante do direito divino dos reis, cuja legitimação do poder régio provinha diretamente de Deus, ao recorrer a teoria da translação de Suárez, a legitimação divina do poder real possui como condição fundamental o *consensus* – conforme acima explicado. É pela delegação popular que o poder de Deus é transferido. A essa comunidade política participante do *consensus* - por falta de termos mais precisos segundo João Camilo (2017b), Suarez denomina de *respublica*. Assim sendo, utilizando o termo república em tons suazarianos, por assim dizer:

O Imperador não era um soberano por direito divino, à moda do século anterior, mas um ‘ministro da República’, para usar da fórmula de Suarez – o instrumento da coisa pública. [...] Era o vigário da multidão... [...] A nação brasileira, ao constituir-se, delegava o comando supremo ao Imperador, como o fizera o *populus*, em Roma. (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.106)

Embora sua filosofia política de fundo tomista não o permitisse se distanciar de considerar a teologia em sua interpretação, podemos inferir a intencionalidade de João Camilo, por meio dessa caracterização quanto a origem do poder real, contribuir para a que a forma de governo monarquista pudesse ser alvo de um debate pautado na lógica, escapando dos ataques dos afetados pelo “Complexo de Bruto”. Nesse ponto, embora a questão da origem do poder ainda remontasse ao plano divino, o importante é o momento em que a comunidade política transfere seu poder ao rei, e conferindo a ele os rumos da vontade coletiva, embora conservasse para si o poder de eleger representantes para o trato dos interesses particulares.

De certa forma, a interpretação tem um leve toque democrático no que tange a escolha de governantes pois, o imperador somente o é devido ao *consensus* e obediência popular. Todavia, ainda que possa parecer que o caráter hereditário da transmissão do poder real se afaste do ideal democrático, conclui o autor (OLIVEIRA TORRES, 2017b) que o povo aclamou não somente o imperador, como também uma dinastia, a elegendo sua representante. Todavia, em matéria de dúvidas, cabia a Assembleia Geral confirmar se o atual imperador possuía dignidade para ocupar o cargo.

Ao focarmos no contexto em que João Camilo produziu esse ato discursivo, entre os anos 1940 e 1960, dado em que o momento era profícuo ao trabalho dos intelectuais em pensar o Brasil, a ação camiliana reside em reforçar uma tradição monarquista a partir da defesa de um ponto de vista sem prestígio perante a maioria, desenvolvendo uma defesa do regime imperial. O esforço do intelectual se concentra em propor que se debata o regime monarquista a partir de uma atitude reflexiva e bases racionais e a lógica por trás do funcionamento do regime. Em seu tempo, alega que:

Um intelectual de boa origem que se proclame monarquista dá de si demonstração de espírito vulgar, igualando-se aos homens do povo que dão às suas casas comerciais nomes como “Império das Meias” ou o “Rei das Chaves” ou às suas escolas de samba títulos como “Império Serrano”, por exemplo. (OLIVEIRA TORRES, 2018c, p.47)

A questão do Estado possui relevância e julga João Camilo (2017a) um acerto por parte dos homens que contribuíram para a construção do Império não caírem na ilusão liberal de identificar o “povo” com o “Estado”, situação que considera invariavelmente um caminho em direção ao totalitarismo. Nesse ponto, recorre o autor ao pensamento dos ilustres Nicolau Vergueiro e Bernardo Pereira de Vasconcelos, ambos políticos de relevância no Império brasileiro, para afirmar uma característica peculiar da formação brasileira: teve o Brasil organização política antes de ter uma social.

Com Tomé de Sousa, governador geral da colônia, também chegou o Estado com os órgãos necessários para seu funcionamento. Havia, contudo, uma ausência, o povo. Nem povo enquanto uma massa disforme, uma multidão, nem povo enquanto uma unidade formal. Esse era o fato “espantoso” para João Camilo (2017a, p.54) “[...] da precedência física do Estado ao povo”. Esse Estado que aporta no continente americano é o português, um Estado monarquista, e essa característica é importante para o pensamento camiliano.

Tal fato, na interpretação de João Camilo (2017a), é também responsável pela “fé” que deposita o “brasileiro médio” no governo e na ação oficial. Há sempre, por parte do brasileiro, uma esperança no surgimento de um herói ou ação política que irá concretizar as aspirações coletivas – adiante expandiremos melhor tal pensamento.

Embora conservador e, portanto, detentor de uma visão negativa do termo “revolução⁵²”, considera o intelectual ter sido o 07 de setembro de 1822 a Revolução Legítima⁵³: a constituição do corpo político brasileiro em separação do português, em uma ação que em nada almejou destruir, mas sim salvar. Ao que afirma o intelectual “O Brasil passou de monarquia absoluta a monarquia constitucional, de reino unido a nação soberana, tudo isto graças à ação de instrumentos de governo e instituições vidas da situação anterior” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.69). Separados, a solução encontrada pelos “fundadores do Império” foi manter a monarquia, eis o princípio legítimo da nação brasileira, sua causa fundante.

Recorrendo à Maritain, influenciado pela obra *O homem e o Estado*, João Camilo utiliza o conceito de “corpo político” que, conforme se apropria o intelectual, “[...] é o conjunto de instituições políticas e jurídicas conscientes e deliberadamente estabelecidas pelo legislador” (2018d, p.186). O corpo político não se trata de uma “comunidade” ou “multidão”, mas sim um tipo de “associação”, o que denota uma ação conjunta que visa determinado fim. No caso brasileiro, o corpo político era dividido entre o “povo” e o “Estado”, sendo esse último a parte do corpo político que, entre outros, teria como objetivo o fomento do bem comum e da ordem pública.

O corpo político brasileiro, fundado no momento da Independência transformou-se em uma “autêntica” nação, explica o autor. Para diferenciar “nação” do “corpo político”, mais uma vez o intelectual se embasa em Maritain que, de maneira simplificada, seria uma comunidade de pessoas que no decurso da história se tornam conscientes de si mesmas. No caso brasileiro, a monarquia agiu de modo catalisador ao propiciar que o “corpo político” se tornasse uma “nação”, assim sendo, “a organização imperial do

⁵² Os católicos, influenciados por Jacques Maritain, possuíam uma visão negativa do termo “revolução”, posto que prezavam o princípio da ordem. Maritain chegou a sentenciar que a “revolução” é anticristã, qualificando a Revolução Francesa de “*Révolution satanique*”, segundo Rodrigo Augusto de Souza (2022).

⁵³ A Independência seria uma Revolução Legítima pelo motivo de não ter destruído o “corpo político” brasileiro, mas sim conservado sua organização e reagido legitimamente aos desejos portugueses de submeterem o Brasil novamente aos seus ditames.

corpo político era, realmente, a forma jurídica racional do conceito de Estado do povo brasileiro [...]”, analisa João Camilo (2017a, p.328).

O Estado imperial estava organizado em torno de uma ideia central, o Poder Moderador, um poder neutro delegado ao imperante “[...] como a chave de toda a organização política e tendo por fim zelar pela ‘harmonia, equilíbrio e independência’ dos demais poderes” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p. 105).

No que tange ao Poder Moderador, João Camilo reconhece os esforços de teóricos como Brás Florentino, Visconde de Uruguai, Bernardo Pereira de Vasconcelos, entre outros, como autores que deram importantes contribuições a uma teorização e defesa desse instrumento. Contudo, não conseguiram erigir uma teoria sistemática. Desse modo, seguindo o fio desses intelectuais, João Camilo reafirma a centralidade do Poder Moderador, “[...] o poder de manter em equilíbrio a máquina do Estado e de representar a nação perante o mundo” (2017b, p.153). Bem próxima da interpretação de Eduardo Prado sobre o Segundo Reinado ainda no primeiro momento de reação monarquista, abordado no Capítulo 2, onde afirma ter sido o Império, entre outros, garantido ao país respeitabilidade no exterior e estabilidade política.

Retomando interpretação de Brás Florentino, somente a existência de um quarto poder, no caso o Poder Moderador, será capaz de permitir o bom funcionamento dos demais, considerando a existência de um Legislativo, Judiciário e Executivo. “Isto por que”, explica João Camilo, “os três poderes, se não estão em luta, estão de acordo, não por alguma harmonia preestabelecida, mas por haver um colocado os demais em sujeição” (2017b, p.171), e comumente o que se verifica é a sujeição dos demais ao Executivo. Para o perfeito funcionamento dos três poderes se faz necessário a existência de um quarto, o poder neutro: “a função, pois, do Poder Moderador consistia na manutenção do equilíbrio sem a sujeição de uns poderes aos outros”, justifica o intelectual (2017b, p.171). O Poder Moderador é característica de uma pessoa, o rei, que unifica as forças sem uniformizá-las.

Nessa perspectiva, na linguagem política de João Camilo (2017b), o Poder Moderador não seria responsável por tomar decisões concretas nem a iniciativa de ações, mas sobretudo resguardar que caminhe a nação em direção aos Objetivos Nacionais Permanentes. Também cabe a referida instituição conter os excessos comuns no jogo

político e atenuar as paixões políticas. O Poder Moderador não castiga, mas atua para impedir que males aconteçam, principalmente os de ordem administrativa.

Decorre do argumento anterior, dentro da interpretação camiliana há defesa do princípio da hereditariedade dinástica, pois “[...] além de caracterizar esta permanência, terá outro resultado: manterá o príncipe equidistante de todas as classes, grupos e categorias sociais; seus interesses serão os interesses comuns de todo o povo e não de determinado agrupamento social” (OLIVEIRA TORRES, 2017b, p.172). Portanto, garante a representação do Estado por parte do rei materializando o ideal unificador da monarquia, sem decair em conflitos partidários e retóricas criadora de inimigos internos.

Na linguagem política camiliana, império e monarquia possuem distinções. Por império, compreende João Camilo como um Estado de tendência universalista, de características continentais. Sendo um Estado supracional, reúne diversidade cultural em seu território. A tarefa problemática de um império é manter sob um mesmo governo um aglomerado de povos diversos, visando estabelecer uma “unidade numa extrema diversidade” (OLIVEIRA TORRES, 2017a, p.228). Um governo, em um império, necessita ser forte para unificar, contudo sem se comprometer com nenhuma parte e, estando em um plano superior, permitir que cada parte também possa perseguir seus objetivos.

A monarquia, conforme define o intelectual: “[...] como o governo em que o príncipe, o chefe de Estado, tem o primado cronológico – de instituição -, ontológico – de autoridade – e jurídico – de fonte da lei, sobre os demais órgãos.” (OLIVEIRA TORRES, 2017a, p.233). O império, prossegue o autor poderá ter um governo monárquico, e talvez seja importante que o tenha, pois:

[...] não somente por motivos de ordem prática e conveniência política (a monarquia garante a unidade no tempo e no espaço e possibilita o êxito de uma política continental), mas também por motivos de ordem teórica: a monarquia assegura a projeção universal da ideia (OLIVEIRA TORRES, 2017a, p.233).

A questão da “projeção universal da ideia” é fundamental na medida em que atua como unificadora em um corpo político extenso, como é o caso de um império. Recorrendo à Montesquieu, João Camilo (2017a) utiliza a explicação de que os regimes são ligados a extensão dos corpos políticos, logo a república é própria dos

pequenos. Se se deseja um império em um corpo político extenso o melhor regime em questão seria a monarquia.

E o caso do império brasileiro, prossegue João Camilo, é o melhor exemplo da síntese entre *Imperium et Libertatem*: o Poder Moderador, suprapolítico, expressou as tendências dominantes em âmbito nacional sem suprimir as províncias em seus poderes próprios. Claro, tudo isso durante o lapso temporal em que funcionaram corretamente as instituições (OLIVEIRA TORRES, 2017a).

Não obstante dilua e retome em quase todos os volumes de sua coleção alguns temas relativos ao seu posicionamento monarquista, é no volume *Interpretação da Realidade Brasileira* que define o intelectual seu conceito de monarquia. Ao passo que tal volume foi escrito com a intenção de “analisar” os fundamentos da cultura brasileira. Essa obra claramente situa, conforme Ramiro Júnior, João Camilo como um dos herdeiros da virada no pensamento político oriundo da Revolução de 30, estando o intelectual “entre aqueles que dedicam sua obra a resolver o problema do desajuste do Brasil, para integrá-lo em si mesmo, e através de seu próprio passado, de sua matriz fundadora” (2019, p.31).

Pertencente a uma geração de intelectuais, conforme visto, dedicada a encarar o problema do “desajuste do Brasil”, salienta Skinner (2005, p.162): “[...] se quisermos compreender aquilo que foi afirmado, teremos de identificar exatamente qual a posição defendida pelo autor”. De acordo com o já exposto, João Camilo claramente assume uma postura monarquista, contudo, podemos compreender “posição” como contra o que argumentava o intelectual, seu posicionamento contrário a República.

Buscava João Camilo simplesmente exaltar o regime monarquista em atitude saudosista ou acreditava realmente ser uma solução política viável para os problemas contemporâneos? Se sim para o segundo questionamento, inserir-se-ia o intelectual dentro da tradição monarquista restauracionista? Cumpre a nós, nesse momento, compreender contra o que argumentava João Camilo e qual seria necessariamente seria o problema a resolver no Brasil e, no horizonte de expectativas do intelectual havia uma possibilidade de restauração monárquica.

Como já exposto em trechos anteriores, pairava sobre João Camilo a insatisfação para com o regime de governo em vigor no Brasil. Nessa perspectiva, a parte da linguagem monarquista apresentada até nesse momento confere importância a alguns

elementos, como Poder Moderador, Estado, Corpo Político, *Consensus*. Embora não possamos falar em uma originalidade, fez parte do esforço do autor em elaborar uma Teoria do Estado Imperial. Ao adentrarmos em sua crítica ao republicanismo é fundamental a compreensão da distinção que o intelectual faz entre doutrina e ideologia.

Para João Camilo, uma ideologia “[...] não é um sistema coerente de ideias, mas, na verdade, cristalização, mais ou menos conceitual, das maneiras de sentir e apreciar de uma comunidade” (2017a, p.18). A racionalidade de uma ideologia permanece no campo das aparências e assume caráter negativo para o autor, pois configura-se como uma simplificação de uma dada questão de maneira a ser aceita sem a devida reflexão. No século XX a ideologia assume uma perspectiva de “mal de nosso tempo” segundo o intelectual, pois seu alcance é exponenciado pela utilização da propaganda, a rainha do século. As pessoas, impedidas pelas tarefas da rotina, se veem bombardeadas por todos os lados e são incapazes de fundar suas opiniões em princípios logicamente estabelecidos, afirma. A ideologia é o primado da vontade sobre o conhecimento, conforme o intelectual (2017a).

Em contraponto a ideologia, segundo o autor, está a doutrina. Esta distingue-se da primeira por ser obra de um intelectual e fruto de um trabalho organizado e sistemático. A doutrina é racionalmente articulada e obedecerá aos princípios da Lógica. Nesse sentido, explica João Camilo, é preferível adotar uma doutrina do que uma ideologia e orienta aos que escrevem e/ou ensinam, para que colaborem com a formulação de doutrinas, “[...] estabelecendo corpos doutrinários rigorosamente constituídos e metodicamente articulados, a fim de que se possa ter uma orientação segura” (2017a, p.26).

Ciente João Camilo do papel do intelectual na sociedade enquanto produtor de bens simbólicos, conforme demonstrado em capítulo anterior, podemos supor nesse momento que havia no autor uma intenção de elaborar uma doutrina do regime monarquista e convidar aqueles que estavam ao seu lado a realizarem o mesmo. Mantendo a coerência de seu pensamento, identifica o autor o regime republicano como uma ideologia. Enquanto tal, a dificuldade de debater sobre as formas de governo residiria em que as pessoas, afetadas ideologicamente, não estariam preparadas para discutir superioridade ou não de um regime sobre outro, mas sim se o sujeito está a favor ou contra a república (2017a).

Na linguagem política camiliana, república e presidencialismo se confundem, apresentando de fato uma relação sinonímia. Modernamente, para o autor, república perdeu seu significado valorativo, de representar a “coisa pública” – e aqui recorre o autor à Cícero, para assumir um gênero de governo. Assim entendido, enquanto regime de governo, república assume o significado de poliarquia, “[...] isto é, a forma de governo em que todos os órgãos do Estado possuem igual primazia, nasceram juntos e nenhum surgindo do outro, mas da mesma fonte geral, a comunidade unicamente” (OLIVEIRA TORRES, 2017a, p.240).

A república, assim definida, dá origem a três poderes supremos e absolutos em suas esferas: presidente da república, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. A república enquanto um valor, como “coisa pública”, pode facilmente se encaixar na atitude de um rei pois, há nele um interesse pessoal e egoísta em alcançar o bem comum (OLIVEIRA TORRES, 2018c), posto que a manutenção e sobrevivência do Estado é a garantia da perpetuação de sua dinastia.

“A República tem sido a agitação continuada”, afirma João Camilo, e a “crise político-militar permanente” (2018d, p.155). A crítica do autor à república é grave, e em muitos momentos de sua obra ele tece um comparativo com o regime monarquista. Enquanto conservador, o intelectual compreende a ordem enquanto importante valor social, e sobre esse tema, argumenta que “não é bem a força o que mantém a ordem – as armas são empunhadas por homens que podem desobedecer, basta que o queiram – mas os princípios que atam as vontades” (2018d, p.163). Um denominador comum inscrito na mentalidade popular capaz de estabelecer uma autoridade.

Em sua análise do presidencialismo no Brasil identifica o autor como consequência fundamental do 15 de novembro de 1889 a quebra dos princípios de legitimidade monárquica. Interpretação aproximada terá Renato Lessa ao afirmar que no dia 16 de novembro de 1889 acordou o Brasil sem resposta institucional alguma sobre si mesmo, sobre quem deverá mandar (1999). A agitação continuada pelo qual passa a República provém, de acordo com João Camilo, dessa quebra do princípio legítimo que formou a nação brasileira, a monarquia, argumentando que “[...]a quebra da legitimidade estabelece o medo e o terror, a insegurança e o caos” (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.215).

A crítica ao regime republicano não era restrita aos grupos monarquistas, havia também uma outra linguagem política em vigor no período, de vertente autoritária, mas especificamente de caráter nacionalista autoritário, conforme Boris Fausto (2001), de forte influência cientificista. Tal base cientificista os colocava em posição divergente dos intelectuais de base católica, principalmente pela ausência de um transcendentalismo em sua visão histórica.

A aventura republicana iniciara com o Governo Provisório, segundo João Camilo – e adotando a linguagem política utilizada pela primeira reação monarquista, um governo ditatorial, dotado de uma política desorientada: “nem um governo presidencialista, nem parlamentar, nem um ministério de rotina, nem uma junta revolucionária” (2018c, p.177) (não com tal consciência). Acrescenta à sua análise a ideia de estar tal governo dissociado da realidade nacional, “flutuando” no espaço. Um exemplo de tal descompasso foi a Constituição de 1891 que “pressupunha condições materiais e espirituais desconhecidas no Brasil”, afirma o intelectual, que conclui “daí criarem um novo regime à margem da lei. Nunca seria mais viva a distinção maurrasiana entre o ‘país legal’ e o ‘país real’ (2018c, p.59).

Para exemplificar sua interpretação lança mão o autor de uma utilização da noção de opinião pública – todavia sem se aprofundar no conceito. Em sua linguagem, havia uma *opinião pública* e uma *opinião nacional*. A primeira seria resultante da capital, reflexo dos jornais e intelectuais ligados à elite enquanto a segunda seria de caráter mais conservador e menos “flutuante”, com maior tendência em aceitar a ordem estabelecida (OLIVEIRA TORRES, 2018c).

Dada a conjuntura, a partir de tal diferenciação sobre *opinião*, argumenta o intelectual que o resultado prático de uma eleição sempre difere do que é ouvido capital. Assim sendo, prossegue João Camilo (2018c), um risco de restauração seria real caso liberais e conservadores se unissem, pois, havia na população rural fortes ligações afetivas com o regime deposto e fatores ligados à tradição ainda se faziam sentir. É possível deduzir que acreditava o intelectual na existência de um monarquismo popular (KRAAY, 2019) forte e capaz de atender ao chamado das forças restauracionistas nesse primeiro momento. Indo além em sua hipótese:

E para quem alimente dúvidas acerca da possibilidade de uma restauração pelo voto, se a eleição fosse livre, não por uma questão de superioridade do regime, mas por fatores puramente sociológicos, a eleição do Sr. Getúlio Vargas, modernamente, o confirma (OLIVEIRA TORRES, 2018c, p.181)

Adequa-se ao momento algumas considerações do autor sobre Getúlio Vargas. De alguma maneira, a figura política de Vargas exerceu algum fascínio em João Camilo. Na época do “queremismo” os intelectuais de linha udenista ficaram surpresos, pois, o movimento era uma contrariedade a todas as teorias vigentes: Vargas, organizador do Estado Novo, realmente tinha o apoio do operariado. Prosseguindo, aborda o autor o espanto que Ruy Barbosa recebeu o apoio da Guarda Negra à monarquia, frustrado com a gratidão de “antigos escravos” com a Princesa Isabel, posto que, de acordo com a teoria liberal do Império, a coroa era “irresponsável”. E compara o ato de Ruy com a falta de compreensão dos jornalistas udenistas de que o “ditador fascista” “fosse o responsável pela legislação social, e pela consciência de classe e organização do proletariado nacional” (OLIVEIRA TORRES, 1998, p.162).

A explicação encontrada pelo autor seria de caráter psicológico: na camada mais profunda da mentalidade do brasileiro permanecia uma base monarquista. Nutre o brasileiro uma nostalgia por um líder supra partidário, uma autoridade “acima” da política. Alguém que transmita a imagem de ser representante da busca pelos objetivos nacionais permanentes. Nessa linha de raciocínio, o getulismo seria para João Camilo uma espécie de “neo-saudosismo” (1998) que só confirmaria sua hipótese. Aqui o intelectual se aprofunda na interpretação da relação entre o povo e a monarquia na linguagem política monarquista: se num primeiro momento o argumento utilizado pelos monarquistas era de que o povo havia rejeitado a República e, depois, que o povo a aceitou, porém se desiludiu, conforme Afonso Celso, para João Camilo o povo jamais deixara de sê-lo.

Coube à Floriano Peixoto, na visão do autor, estabelecer a prática do regime presidencialista: ao almejar uma ditadura militar, realmente queria o político reduzir o poder a sua forma pura, sem fórmulas jurídicas. O presidencialismo, enquanto uma poliarquia, se tornaria uma monocracia com o Executivo impondo sua primazia sobre as outras instituições. O poder do presidente, figura central e responsável pelas demais. Ao agir pela força reafirmaria Floriano o poder do presidente. A teoria do presidencialismo viria depois por intermédio da atuação de Campos Sales (OLIVEIRA TORRES, 2018c).

A doutrina formulada por Campos Sales levou o regime à paz após a fase “revolucionária”. Sendo a autonomia dos Estados um entrave à supremacia do presidente diante o cenário nacional, a “Política dos Governadores” foi o drama da

“República Velha” para João Camilo: para garantir a integridade da Pátria e reafirmar a preponderância do presidente precisou-se abolir o regime democrático:

Não se permitia ao povo escolher os seus governantes e os seus representantes no Poder Legislativo; limitava-se o eleitorado a comparecer aos comícios para dar sua chancela aos homens, muitas vezes desconhecidos, que os seus chefes designavam (OLIVEIRA TORRES, 2018c, p.250).

A prática não correspondeu à sinonímia república e democracia presente na linguagem política republicana – conforme abordado no Capítulo I. Decorre desse processo uma grande tentação que seduz o político que experimentou o poder: o desejo de “continuismo”. Também se mostrou incapaz a República de “descentralizar”, por, utilizando o intelectual argumento de Maurras, tender a República naturalmente à centralização, pois “[...] um poder que venha de eleições, e que dependa de eleições para prosseguir em sua existência, será forçado, pela ordem natural das coisas, a concentrar um máximo de forças em suas mãos, para garantir-se” (OLIVEIRA TORRES, 2018, p.133).

A questão apresentada no parágrafo anterior seria uma espécie de vício contido na ideologia presidencialista, ao que acrescenta João Camilo outra deficiência de tal ideologia: não havendo devido, a limitações jurídicas, a possibilidade de continuar fisicamente no poder, age o presidente na escolha de seu sucessor de modo a garantir a continuidade de sua “política”. Podemos deduzir que para o intelectual a grande realização do presidencialismo se deu no campo ideológico – conforme a definição de ideologia do autor aqui apresentada, “a convicção de que não existia outro sistema político possível” (OLIVEIRA TORRES, 2018c, p.262).

O regime presidencialista iria se impor como produto da lógica e inevitável da evolução, procedendo desse momento também o que identifica o autor como “Complexo de Bruto” por nós já destacado. Se na linguagem política republicana de fins do Segundo Reinado o regime surgia no horizonte de expectativas como o ponto de chegada da evolução, a partir de Campos Sales tal horizonte, contrariando a própria lógica do termo, seria alcançado. O regime seria irresponsável: quando as coisas iam mal, culpava-se os homens e, enquanto isso, que se aguardasse um bom assumir.

A Revolução de 1930, na linguagem política camiliana, é tratada como um equívoco, pois fora uma revolta que se tornou uma revolução. Como haveria de se reestabelecer

a pureza de um regime, livrá-lo de suas mazelas, se em sua própria origem o mesmo regime foi produto de uma quebra de legitimidade em seu princípio?

Um movimento destinado a restabelecer o regime em sua pureza essencial, um movimento cuja legitimidade (está em todos os discursos) residia no fato de pretender empossar pelas armas o candidato “esbulhado” pelos processos eleitorais vigentes, começa exatamente destruindo o regime e transformando-se em algo novo, justificado por si próprio. (OLIVEIRA TORRES, 2018c, p.284)

Getúlio Vargas, portanto, não surgiu como o sucessor de Washington Luiz, mas sim como o primeiro presidente de um novo regime. O que deveria ser uma “revolta” para reformar o que havia de errado com o presidencialismo “restituir-lhe a pureza originária que, diga-se de passagem, nunca existira [...]”, segundo João Camilo (2018c, p.285), tornou-se uma revolução por destruir as estruturas do corpo político iniciado em 1889.

João Camilo adota para sua linguagem política o termo “presidencialismo puro”, tomado de empréstimo segundo o mesmo de alguns autores da época, para se referir ao modelo adotado a partir de Getúlio Vargas. O Estado Novo era o regime do “presidente”, metade homem e metade instituição. A essência do sistema residiria no presidente. O arquivamento da Constituição de 1891 por Vargas confirmaria a interpretação camiliana da aventura republicana (OLIVEIRA TORRES, 2018c). Os intelectuais da linguagem política nacionalista autoritária possuíam simpatia pelo Estado Novo e se sentiam representados pelo regime em seus ideais.

Sendo a Carta Magna arquivada sem maiores cerimônias, por conseguinte outras leis e constituições poderiam seguir o mesmo caminho. Tal qual a figura lendária do Ouroboros, a serpente engolindo a própria cauda, conclui-se que seria o regime presidencialista quebrando o princípio que legitimava a si próprio: a Constituição.

Ao analisar sua época e os resultados práticos da aplicação da ideologia presidencialista, conclui o autor que o regime republicano é um regime em crise. Essa crise que vive o regime se desdobra em outras crises, algumas exógenas ao regime, praticamente de caráter contingencial, sem conseguir a República encontrar solução, e outras internas, como desdobramentos da aplicação prática do presidencialismo. Começemos por aquela que julga o intelectual ser a mais profunda e antiga: a crise do governo.

A República, sinônimo de presidencialismo na linguagem política camiliana (2018), é assim caracterizada: cabe à mesma pessoa a chefia do governo e do Estado; essa pessoa assume o poder por meio de eleições; eleito, cumprirá um mandato fixo e será reconhecido como único líder político e não exercerá nenhuma ação direta de comando sobre o parlamento.

A primeira característica é, talvez, a mais forte crítica realizada por João Camilo ao presidencialismo. Ao assumir o presidente a chefia das duas instâncias, passa a exercer um poder ilimitado enquanto governante e posto que pinta o Estado em tons partidários ao ser também chefe desse. Tal circunstância é fundamental para o desenvolvimento do que denomina o intelectual de “Estado Benfeitor”: a atuação estatal direcionado à satisfação de interesses particulares e não ao bem comum dos cidadãos. Tais interesses particulares seriam os dos grupos ligados aos que estão no poder (OLIVEIRA TORRES, 2018c).

O Estado Benfeitor, prossegue o autor, invariavelmente leva a administração pública ao *spoils system* – e aqui possivelmente recorre o intelectual às contribuições teóricas de Max Weber (2011, p.96)

Significa, simplesmente, que os partidos, sem nenhuma base doutrinária, reduzidos a puros instrumentos de disputa de postos, opõem-se uns aos outros e elaboram, para cada campanha eleitoral que é função das possibilidades eleitorais.

Basicamente, o candidato vitorioso irá se utilizar dos cargos existentes na administração pública para “premiar serviços eleitores e as decisões são tomadas segundo critérios de favoritismos”, assinala João Camilo (2018c, p.148), resultando, entre outros, em uma administração de caráter pessoalista e incompetente.

A questão do mandato fixo interrompe o bom governo e faz perdurar o mau governo. De toda forma, como dito anteriormente, sentirá seduzido o presidente ao desejo do “continuísmo” de sua política. A questão eletiva para a escolha do presidente também assume uma gravidade na linguagem política camiliana. De acordo com o intelectual (2018), o povo possui aptidão para a escolha de seus representantes sem, contudo, deter a mesma capacidade para a escolha de um governante. A corrida presidencial sempre se fará a partir de partidos, logo, o presidente eleito sempre será, antes de assumir o poder, também representante de uma facção política. Esse mal decorre de uma suposta ingenuidade dos teóricos do presidencialismo que “pressupõem povos

de sábios que nunca existiram; nós conhecemos as multidões de todos os tempos, sempre iguais” (OLIVERIA TORRES, 2018c, p.200).

Para além de considerar ser o povo inapto na escolha de governantes, retomando o pensamento de Maurras que diz tender a democracia à centralização⁵⁴, João Camilo compreende que “todo governo eleito, para atender às necessidades das lutas eleitorais, procura reforçar seu poder. Todo governo eleito é, afinal, instável e precisa agarrar-se a algo” (2018c, p.119)

A República, prosseguindo, é o regime mais suscetível a sentir os efeitos da crise da democracia que, para o autor, enfrenta alguns desafios como a massificação da sociedade e a questão das classes. A primeira questão se refere ao aumento do eleitorado e a assunção de um comportamento massificado e a república, assevera João Camilo, “foi sonhada” em um tempo em que “era possível organizar corpos políticos como associações para determinados fins, não grandes multidões” (2018d, p.44).

As classes influenciam, prossegue o autor, e retiram do eleitor a capacidade de abstração no raciocínio e, sendo a eleição um “fenômeno estatístico”, acabam por votar os eleitores guiados por situações globais – aqui não expande o autor o raciocínio sobre o que seriam tais “situações globais” (OLIVEIRA TORRES, 2018d). Os partidos, conforme órgão corporativo, passaram a não expressar a vontade de indivíduos livres, mas atuando por meio da propaganda política de forma a disciplinar as vontades individuais. A opinião pública, afirma, foi substituída pela propaganda. Se aparenta ter uma postura crítica quanto ao conceito de classe, não deixa visível João Camilo para nós se concorda com uma visão corporativista de sociedade.

Contudo, reconhece o intelectual que os partidos são necessários e constituem fato inegável do processo democrático e do governo eletivo. Embora ressalve o intelectual que “devemos conseguir fazer com que eles [partidos] sirvam ao bem comum e não seja subordinada a seus objetivos toda a ação política” (2018d, p.60). O advérbio “toda” destitui o argumento de um possível idealismo ao admitir um campo de ação

⁵⁴ Lucia Oliveira (1990) ressalta que a questão de maior relevância no pensamento de Maurras não é o seu monarquismo, que seria desvinculado de qualquer característica sentimental e de caráter prático por ser capaz de realizações inacessíveis à República, mas sim seu viés antidemocrático. Maurras, em sua leitura, associa civilização à qualidade e a igualdade e a democracia à quantidade.

dos partidos restrito a perseguição de seus objetivos facciosos quando detentores do poder.

Considerando as elites como qualquer grupo que atue em liderança em algum setor social, prossegue João Camilo o argumento de que a democracia não é ausência de elites, mas sim a existência de uma elite consentida. Aliás, admite o intelectual preferir a utilização do termo “aristocracia” (2018d), mas apresenta receio em tom irônico ao assumir que pensariam as pessoas que estaria falando de condes e marqueses. A democracia no vocabulário camiliano pode assumir duas características: se perseguem o bem comum, o governo é de elites consentidas. Quando estão a perseguir o bem próprio ou de seu grupo, tratar-se-ia de oligarquias consentidas, caso frequente nas repúblicas. O termo consentido deve ser entendido como *consensus*, conforme João Camilo utiliza o termo – a partir de Suárez - para justificar a origem do poder real. Embora possa sugerir um possível caráter elitista por parte de João Camilo, é preciso considerar que sua crítica se dá no que tange a elegibilidade do governante, e não na capacidade do povo em eleger seus representantes.

Ao que parecer possa até aqui, podemos deduzir que o leitor imagine ser João Camilo um ferrenho inimigo do presidencialismo. Contudo, o que se tentou demonstrar até agora foi a intencionalidade do autor em seu jogo retórico de destacar a inferioridade do regime presidencialista perante o monarquista, e importante destacar, no caso brasileiro. Embora utilize de teóricos estrangeiros, o intelectual em sua lente tem o funcionamento das instituições de ambos os regimes em sua nação, opondo as práticas nos dois regimes. Nessa comparação, emerge um importante vocabulário em sua linguagem política: a questão da legitimidade. Na linguagem política monarquista havia a utilização do vocábulo legitimidade em tom crítico à República, conforme visto, desde o início da reação monarquista o governo de origem republicano era tido como responsável pela instabilidade nos países vizinhos e propícios a governos ilegítimos.

“Os cordões de seda que atam dragões”, ilustra o intelectual, a legitimidade é sempre o primeiro problema de um regime político. Assume João Camilo que politicamente toda sua preocupação “tem sido procurar um princípio racional e indiscutível para fixar uma legitimidade que não pudesse ser contestada”, aprofundando na análise do vocábulo já existente na linguagem política monarquista. E qual seria a solução para o embaraço no governo causado pela ilegitimidade? Retoricamente, defende o intelectual: “pessoalmente, considero que a melhor solução do problema seria

considerar legítimo o regime fundado no princípio que foi causa formal da nacionalidade [...]” (2018d, p.18).

Por conseguinte, para ilustrar seu raciocínio, elenca o autor cita o caso da monarquia parlamentar na Inglaterra, a união dos estados, na América do Norte, a Federação dos Cantões, na Suíça, entre outros (2018d). É a realidade histórica, prossegue, capaz de descortinar o princípio legitimador, em contraponto ao desejo de fantasiar regimes de acordo com teorias e aplica-los em diferentes realidades imaginando alcançar o resultado de onde fora retirada a inspiração, em síntese, a importação de regimes “pronto” na crença de obter o mesmo resultado do local de origem.

A legitimidade inquestionável é também a causa da nacionalidade do povo e no caso brasileiro, o princípio fundador é a monarquia e o presidencialismo, enquanto teoria “fetichizada” por intelectuais além de ser um regime ilegítimo, também não possuiria autoridade. Esse é o significado de monarquia em sua linguagem política: princípio legitimador do corpo político e Estado brasileiro. *Autoridade* seria um princípio relacionado com *autoria* – aqui utiliza o intelectual termo de Bertrand de Jouvenel⁵⁵. Destarte, somente disporia de autoridade o regime legítimo, causador da nacionalidade, concluindo João Camilo (2018d, p.334) que “[...] uma autoridade, para ser autêntica, além de fundamentar-se no princípio formal causador da nacionalidade, deve ser soberana e neutra”.

A agitação republicana, a que remete João Camilo, se deve a ser um regime ilegítimo em busca de legitimidade, e sem autoridade posto que não possui o princípio de autoria, reforçando o argumento utilizado por monarquistas anteriores de que o regime republicano fora uma cisão com a tradição. Como ter autoridade na República, se questiona o autor, se o líder do governo é um agente partidário? (OLIVEIRA TORRES, 2018c). As sucessivas mudanças de Constituição que sofreu a república brasileira seriam, então, tentativas de fornecer legitimidade ao governo. Apesar disso, cada vez que o governo elaborava uma nova Constituição só confirmaria seu fracasso em se “auto-legitimar”.

⁵⁵ Bertrand de Jouvenel (1903-1987) foi um intelectual francês que exerceu variadas funções públicas, como professor, diplomata e jornalista, entre outros. Lecionou em algumas das principais universidades europeias e dos Estados Unidos, como Oxford, Cambridge, Chicago e Berkeley. Enquanto cientista político produziu inúmeras obras, entre as quais a que é considerada sua obra-prima *O Poder: história natural de seu crescimento*.

Pensar o Brasil, consoante as circunstâncias de sua época, conforme fizeram também outros intelectuais contemporâneos de João Camilo, tal qual Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, entre outros (FAUSTO, 2001), não se restringe a somente explicar o Brasil. A interpretação cabalmente leva a uma conclusão. Não se furtando a essa tarefa intelectual, à vista da crise identificada, pairava no horizonte de expectativas camilianas uma proposta, um remédio capaz de solucionar o problema do regime e do governo. Sendo este, tal qual os primeiros monarquistas que levantaram contra a República, a causa restauracionista.

Dentro da tradição monarquista, o restauracionismo de João Camilo se distanciaria daquele defendido pelos monarquistas da primeira hora republicana, inconformados com a perda de prestígio e estreitamento de seu horizonte de expectativas em um regime republicano, um monarquismo vencido pela força das armas. Filho da República, não presenciou o autor as glórias do Segundo Reinado e, nesse ponto, se aproximava do monarquismo patrianovista, “[...] nascido da observação da República, dos estudos das ciências sociais e por isso distante das utopias que pretendiam instaurar uma cópia servil do passado”, acrescenta Teresa Malatian (2001, p.130).

A restauração é uma necessidade, julga João Camilo, pois quando ao se deparar com as inquietações do presente, a resposta buscada se encontrar em uma solução antiga. A solução para o problema do republicanismo, sob esta ótica, não estaria em adaptações do regime a partir da importação de novas teorias, mas em uma solução pretérita. Todavia, no pensamento camiliano a restauração apresenta uma impossibilidade relativa, ou seja, conforme Malatian no parágrafo anterior, jamais poderá ser uma cópia servil do que se passou.

Na linguagem camiliana o vocábulo restauração é dotado de uma essência altamente histórica, e aqui parece o intelectual se aproximar da perspectiva restauracionista de D. Luís. O fluir do tempo impede a adoção de uma solução antiga em sua totalidade: como se inspirado em Camões, “os homens são outros, as instituições outras, ideias, também, outras e, mesmo, as maneiras de pensar sofreram mudança”, alega o intelectual (2018d, p.205). O tempo é o principal problema para a aplicação do remédio ao problema. Quanto a isso, também tece críticas a determinado grupo Restauracionista

O anacronismo que, muitas vezes, está subjacente aos movimentos restauradores, é de igual índole, embora, de certo modo, de sinal contrário: é

desejar que o tempo fique anulado e tudo volte ao que era antes, como se nada mudara (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.206).

Tal percepção é oriunda do anacronismo enquanto incompreensão histórica. O Restauracionista em questão adotaria uma postura imobilista, de negar o tempo histórico. Também não escapam da pena camiliana os republicanos que sofrem do mesmo mal dos restauracionistas designados que, ao ouvirem a expressão restauração monarquista invadiriam suas mentes imagens de “conselheiros de longas barbas e sinhás-moças de anquinhas” (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.206). Por mais pueril que possa parecer o argumento, é característica esse pensamento dos possuidores do já assinalado “complexo de Bruto”.

Diferentemente dos patrianovistas, tinha João Camilo em alta conta os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, e nossa leitura não nos permite concluir haver no autor uma preferência por fase alguma do Império. Os patrianovistas, de modo diverso, conforme Malatian (2001), possuíam como paradigma Restauracionista o governo anterior à 1822, um monarquismo de matiz antiliberal, mais afeito ao governo português.

Buscando amparo etimológico e distanciamento de interpretações anacrônicas, João Camilo concebe restaurar em uma acepção que, em seu vocabulário, confere historicidade ao termo. Em sua interpretação, restaurar está mais próximo de “estabelecer novamente” do que voltar. Encontrado o princípio legitimador da causa nacional, conforme o próprio, a “seda capaz de ater dragões”, se é uma solução antiga, devido a impossibilidade de se fazer um movimento de retorno, cumpre à inteligência dos homens estabelecer novamente esse princípio.

Mesmo tendo encontrado tal princípio, adverte o intelectual, e haja o desejo de restauração, não obstante necessariamente se repetirá a situação antiga. Se o resultado será “uma grotesca imitação ou [...] uma renovação brilhante” (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.208) muito dependerá da capacidade dos homens encarregados de tal tarefa. A causa formal da nacionalidade brasileira, segundo o intelectual

[...]a Monarquia de base popular, a associação dos cidadãos sob um governo monárquico, mas fundado na vontade popular, o imperador como representante da nação e exercendo uma delegação nacional, os direitos dos cidadãos como definitivamente estabelecidos, a autonomia das províncias como expressão da ideia imperial em si, também, a noção de um corpo político de base continental. (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.215)

A solução imperial seria uma forma de reconectar o Brasil com sua história, se reconciliando com sua tradição, o império fornecera um ordenamento jurídico racional

do corpo político que, reconhecendo a antecedência do Estado ao povo, ao separar o Estado do governo entregando as funções a pessoas diferentes, impediu a existência de um poder absoluto.

A despeito de elogiosos comentários tecidos à D. Luís – e afirmação de que havia chegado o príncipe perfeito a uma interpretação correta do problema da crise brasileira, não conseguimos encontrar na obra de João Camilo uma referência a quem poderia, em sua percepção, levar adiante a causa restauracionista. Os patrianovistas, em contrapartida, haviam escolhido D. Pedro Henrique como figura de proa em seu projeto restauracionista, da linhagem dinástica de D. Luís. Há, na proposta camiliana, ausência de um líder oriundo da família real.

Nessa altura acreditamos estar evidente na linguagem política camiliana a superioridade da monarquia perante a república. Diante do exposto sobre a crise da democracia e o funcionamento da dinâmica partidária e o *spoils system* praticado pelo governante eleito, reafirma João Camilo, que a fórmula de Luís XIV é a correta: o rei é o Estado, pois “[...] não é uma pessoa particular; é uma pessoa pública cujas atividades se realizam em função do bem comum” (2018, p.158). A união entre Estado e governo no presidencialismo anula o primeiro suprimindo a única realidade que conhece o brasileiro: o Estado. Ao final, a crise de governo e a crise da democracia levam a crise do Estado, pois não há Estado no presidencialismo.

O autor (OLIVEIRA TORRES, 2018c) nos oferece pistas dos objetivos nacionais permanentes que, na divisão do corpo político entre Estado e governo, somente o detentor do poder soberano pode encarnar. Ao governo cabe a solução dos objetivos nacionais transitórios. Deve o rei, encarnando o Estado, perseguir a reforma social a partir de uma eficiente legislação trabalhista e que abarque também a previdência social, assistência médica e habitacional, fomentando um sindicalismo atuante e com um Imposto de renda justo.

Também é objetivo nacional solucionar o problema agrário. Aqui não propõe João Camilo uma reforma agrária, mas em uma organização do setor produtivo rural, ao que afirma “[...] o proprietário rural precisa de condições de trabalho adequadas e legislação protetora, como o das cidades; isso somente em fazendas modernas, organizadas como indústrias” (2018d, p.173).

É urgente – e importante considerar o contexto de sua escrita – a integração entre as regiões do país e o que chama de conquista do “Grande-Oeste”, trabalho não possível ser realizado no federalismo como posto pela República. João Camilo, nesse sentido, parece não temer como os primeiros monarquistas, a desfragmentação territorial. Surge com problema para o intelectual realizar a integração territorial do país, posto que, podemos concluir, não ser objeto de temor uma suposta desfragmentação. Parece o intelectual concordar a interpretação de D. Luís, ver Capítulo 2, ser o federalismo questão irreversível e não representar mais o temor de desfragmentação.

Outrossim, também fazem parte de tais objetivos uma reforma no processo eleitoral, em muito já inadequado e incapaz de escolher eficientemente seus representantes, e efetivação de objetivos políticos em uma ação administrativa pautada na técnica (OLIVEIRA TORRES, 2018d).

Diante do exposto, principalmente a partir da origem social de alguns problemas que somente sua elevação em objetivos nacionais permanentes pode resolver, reflete João Camilo (2018d) que uma possível restauração monárquica no Brasil poderia levar conduzir o Estado a um tipo de “socialismo monárquico”, conforme o estilo sueco e não ao estabelecimento de uma aristocracia, dado a natureza dos problemas a serem solucionados.

A essa altura pode parecer ao leitor que permaneceria João Camilo no âmbito teórico, sem um programa restauracionista definido, como, de fato, não há em sua interpretação a indicação de alguém da família real capaz de levar adiante tal empreendimento. Contudo, o significado de restauração no vocabulário político camiliano é importante pois nos fornece indícios para uma hipótese, ao que afirma Skinner (2005, p. 164), “Ao prestarmos o máximo de atenção ao contexto de ocorrência de uma afirmação, podemos aperfeiçoar nossa percepção acerca da natureza precisa da intervenção que está na base de uma afirmação.”

A partir desse raciocínio, a palavra parlamentarismo tem sua utilização intensificada na linguagem política camiliana a partir dos anos 1960, o que nos fornece base para supor uma correlação com os eventos oriundos da crise ocorrida em 1961 e adoção do parlamentarismo como regime de governo e posteriormente a aplicação do plebiscito tempos depois sobre qual forma de governo deveria adotar o Brasil, momento vitorioso para o presidencialismo.

Sobre isso, julga o intelectual que a vitória presidencialista possui algumas características presentes no imaginário popular, pois, no parlamentarismo o presidente “perde” o posto de chefe e tem o poder usurpado pelo parlamento. O sistema parlamentarista aparenta ser um governo fraco e, não menos importante, o povo brasileiro considera as eleições representativas algo secundário perante a eleição para o Executivo, deduz João Camilo, ao que conclui

Urge completar a revolução de nosso tempo, e restabelecer o Estado no Brasil, uma realidade distinta dos governantes e do povo, além e acima dos partidos e dos grupos. Um Estado como tivemos até 15 de novembro de 1889 e foi substituído por um jogo de homens e ambições (OLIVEIRA TORRES, 2018d, p.604).

Neste sentido, a análise das obras permite-nos evidenciar, principalmente a partir do significado de restauração na linguagem política camiliana, que no horizonte de expectativas do autor não pairava a figura do rei, mas sim o estabelecimento novamente da divisão entre Estado e governo. A solução antiga, a monarquia enquanto princípio legitimador da nação, devido a impossibilidade temporal de se estabelecer de modo integral, não seria um problema se fossem adotados princípios pertencentes aquela solução. O arquivamento e criação de novas Constituições, a adoção de um parlamentarismo e plebiscito no que tange a forma de governo fornece a João Camilo a esperança de que, querendo os homens, pode-se restaurar a solução monarquista a partir do princípio parlamentarista. Necessita, entretanto, que os homens enxerguem no passado a solução para os problemas do presente.

CONCLUSÃO

João Camilo, como demonstrado neste capítulo, foi um intelectual consciente de seu papel no campo simbólico e na circulação de ideias. Homem marcado pelas crises de seu tempo, almejou por meio de sua História das Ideias Políticas no Brasil dar sua contribuição analítica sobre o país, suas crises, e também propor soluções. E conforme os princípios do contextualismo linguístico, cada volume de sua obra teve como objetivo responder a questões específicas dentro de um quadro geral.

Durante a empreitada conseguimos apurar, dentro do leque de influências intelectuais, aquelas mais diretamente relacionadas à constituição de seu pensamento político, e

como se apropria João Camilo e as utiliza de forma a fortalecer seus argumentos e vocabulário político. E nisso foi o intelectual um homem que aparentemente lia de tudo, sem preconceitos, retendo somente o que houvesse de útil em sua perspectiva. Um exemplo de tal capacidade foi utilização de contribuições de Jacques Maritain, conhecido por seu posicionamento cristão, e Charles Maurras, positivista e oposição à Igreja Católica.

A linguagem política monarquista camiliana, até onde foi possível verificar, compartilhou de um espaço de experiência comum aos outros monarquistas de sua época. E não foi João Camilo responsável pela criação propriamente de uma linguagem política, mas sim a apropriação e utilização de determinados vocábulos já disponíveis. Neste sentido, para além da crítica latente ao republicanismo, é digno de atenção o significado do restauracionismo sob ótica camiliana, principalmente por ser também um conservador. Assim sendo, não esperava o intelectual ter o império restaurado, mas sim, a possibilidade de adoção de princípios políticos que compunham o edifício político imperial remédios para as crises pelo qual passava o Brasil de sua época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Camilo, tal qual todos os homens, é filho de seu tempo. E sobre isso a metodologia empregada em nossa pesquisa foi fundamental em nossa tentativa de compreender o pensamento político monarquista do intelectual e caracterizar sua crítica ao regime republicano. Nossa metodologia nos permitiu olhar o passado em seus termos, em todo momento tivemos o cuidado em não ter a visão turva por “mitologias” tão caras ao estudo do historiador das ideias. Não fomos de encontro à João Camilo querendo encontrar alguma espécie de gênio incompreendido ou fundador de uma nova linguagem. Se esse fosse o caso, que nossa pesquisa o mostrasse.

Realizado o possível, o contextualismo linguístico é metodologia de complexa aplicação que requer tempo e dedicação. E tempo não é algo que goze uma pesquisa de mestrado. Ainda assim, julgamos ter alcançado satisfatório resultado ao fim de tal empreendimento. Iniciando no Segundo Reinado e encontrando seu termo final em meados do século XX, uma longa revisão historiográfica se fez necessária para reconstituirmos não somente o percurso trilhado pelos grupos monarquistas, como também a constituição da linguagem política republicana.

Acreditamos ter atingido os objetivos norteadores de nossa pesquisa e também respondido com certo nível de satisfação o problema de pesquisa, apresentando o lugar da monarquia na linguagem política monarquista de João Camilo, a crítica do intelectual ao presidencialismo, os principais vocabulários de sua linguagem política e a sua contribuição ao vocabulário político monarquista.

Em ângulo ampliado, João Camilo não foi o único expoente do monarquismo em seu tempo, e outras linguagens políticas críticas ao republicanismo coexistiram. Todavia, ao focar o período, comumente são lembrados os intelectuais do pensamento político nacionalista autoritário, integralistas ou patrianovistas e, muitas vezes, colocando todos no grupo. Ainda que criticassem o mesmo alvo, a constituição do vocabulário político, significados e soluções propostas diferiam.

A isso, julgamos que a novidade do pensamento político camiliano e sua contribuição à tradição monarquista foi o significado restauracionista no vocabulário político. Não

vislumbrava o intelectual uma volta ao passado, e sabia ser impossível sê-lo. Todavia, sua análise do presente o permitia cogitar soluções monarquistas para os problemas republicanos. Conforme Skinner (2005, p.171)

[...] o resultado da análise hermenêutica nunca poderá ser algo que se aproxime da obtenção de um conjunto de verdades finais, auto-evidentes ou indubitáveis acerca de um texto ou de uma afirmação. Mesmo aquelas imputações de intencionalidade em que nos sentimos mais seguros não passam de inferências a partir das melhores provas de que dispomos e, como tal, podem ser anuladas em qualquer altura.

Não foi João Camilo um intelectual que “revolucionou” a linguagem política monarquista ou alcançou objetivos políticos antes não alcançados por outros de sua tradição histórica. Todavia, contribuiu o autor para enriquecer a defesa teórica do sistema monarquista e propor uma alternativa ao regime republicano. Concluimos o trabalho, acima de tudo, com o objetivo cumprido de contribuir para o estudo dos intelectuais que de alguma forma refletiram sobre o Brasil. Há um vasto campo aberto para a pesquisa no pensamento camiliano para além do escopo monarquista que outras pesquisas poderão se debruçar.

REFERÊNCIAS

FONTES

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Estratificação Social no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018a.

_____. **O positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018b.

_____. **O presidencialismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018c.

_____. **Interpretação da realidade brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017a.

_____. **A democracia coroada: teoria política do Império Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017b.

_____. **A formação do federalismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017c.

_____. **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017d.

_____. **A ideia revolucionária no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018d.

_____. **O Homem interino**. Belo Horizonte: 1998.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana**. Prisma – Revista de História Intelectual (Universal Nacional de Quilmes, Argentina), 2009.

ALVES, Sarah Sousa. **Jornal o Brasil e a memória do império: usos do passado na luta em prol da restauração monárquica**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

AMARAL, Diogo Freitas de. Francisco Suárez e a origem popular do poder. In: CRUZ, Manuel Braga da; et al. (coord.). **Francisco Suárez nos 400 anos de sua morte**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019.

ANDRADE, Mariza Guerra. Estudo Crítico. In: OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. **O homem e a montanha**: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BAKER, Keith. M. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. **Revista Ayer**, n. 62, 2006, p. 89-110.

BARROS, A. D. J. P. D.; LEHFELD, N. A. D. S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASILE, Marcello Otávio de C. Conservadorismo no Brasil Imperial. In: SILVA, Francisco Carlos T. da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita – Ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: Faperj: Mauad, 2000

_____. O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c.1830 a 1835). **Varia Historia** [online]. 2011, v. 27, n. 45, pp. 17-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100002>>. Acessado em: 20 Outubro 2021.

_____. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. Tomo III. 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BOEIRA, Marcus. O Liberalismo Constitucional e o Império Brasileiro: Uma Análise de Conjunto da Obra de João Camilo de Oliveira Torres. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**. 2014

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale. 1º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOTELHO, A.; FERREIRA, G. N. (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: idéias e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010

CABRITA, Isabel R. S do Amaral Xavier. **Breve ensaio sobre os direitos humanos**. 2010. 187 f. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Lisboa/Instituto de Superior de Ciências e Política, Lisboa, 2010.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. “O catolicismo militante em Minas Gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camilo de Oliveira Torres”, em **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano IV, n.10, maio, p.233-276, 2011.

CAMPOS, Fernando Arruda. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In. FERREIRA, Jorge; et al. (Orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. 2.ed. São Paulo. Companhia das Letras: 2017

_____. A vida política. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010** - A construção nacional, 1830-1889. Vol. 2. José Murilo de Carvalho (org.). Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2011.

_____. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAZETTA, F. A. Charles Maurras e o surgimento do integralismo lusitano: teorias e apropriações doutrinárias. **Revista Cantareira**, n. 17, 5 fev. 2019.

CASTRO, Celso, “Revoltas de soldados contra a República”, In: **Nova história militar brasileira**. Castro; Izecksohn, Kraay (org.), 2004, p. 301-313.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras** – Explicadas a revolucionários e reacionários. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DRUMOND, André. Das ideias às linguagens e conceitos, formas de investigação em pensamento político. **Teoria & Pesquisa**: revista de ciência política, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 199-220, 2016.

FAUSTO, Boris. **O pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FALCON, Francisco J. C. Historiografia republicana e historiografia da República. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (Coord.) **Progresso e religião: a República no Brasil e em Portugal 1889-1910**. Coimbra: Ed. UC.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. **Revista brasileira de história da educação**, v. 8, n. 2 [17], p. 161-180, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 192 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, Jorge; et al. (Orgs). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da Republica: rebeliões de ordem e progresso”. In FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucila de Almeida (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico, da proclamação da República à Revolução de 1930**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

GALVÃO, Laila Maia. **Constituição, educação e democracia: a Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e as transformações da Era Vargas**. 2017. 238 f., il. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **Do “triunfo nos trópicos” ao “fim da civilização”:** “raça”, história e nacionalidade na perspectiva dos intelectuais monarquistas-católicos (1889- 1917). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais: 2015

GIDDENS, Anthony. A terceira via. **Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GODOY, J. M. T., & MIGUEL, B. A. O Centro Dom Vital nos tempos de Alceu Amoroso Lima. **Revista Brasileira De História Das Religiões**, 10(28), 193-218. 2017.

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2008, v. 21, n. 42 [Acessado 26 Maio 2021] , pp. 284-302.

_____. **Fragilidade Monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900)**. 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O Legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 105-109, Março/ Maio, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. “Os Integralistas como uma forma de conhecimento da relação luso-brasileira no ambiente do conservadorismo”. **LOCUS – Revista de História de Juiz de Fora**, bol. 18, n. 1, 2012.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. IN: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GÔUVEA, Fátima S. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GURGEL, Eduardo Amaral.. **IMPrensa E Igreja Católica no Início do Século XX: Convergências e Divergências**. 2017. 263 f. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social- Universidade Metodista de Sao Paulo, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: do Império à República**. Volume 7. 7.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (Org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, vol. 35, núm. 67, 2019, Janeiro-Abril, pp. 141-175.

KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. In: ABREU, Alzira Alves de (coord). **Dicionário histórico-bibliográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2015. Disponível em: <
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>. Acesso em: 15/12/2022.

LEMOS, Renato. "A alternativa republicana e o fim da monarquia". IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, vol.III (1870-1889)**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009, 401-444

LYNCH, Christian E. C. "**O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)**" em *Lua Nova*, n.74, p. 59-92, São Paulo. 2008.

_____. "**Cartografia do pensamento político brasileiro**": conceito, história, abordagens." Em *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.19, p.75-119, Brasília. 2016.

_____. O Pensamento Conservador Ibero-Americano (1808-1850). **Lua Nova**, 2008, São Paulo, n. 74, pp. 59-92.

_____. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100: 313-362, 2017. Disponível em . Acesso em: 10 de setembro de 2021

_____. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack** [online]. 2015, v. 00, n. 10, pp. 314-334. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320151006>. Acessado em: 30 Novembro 2021.

_____. **O momento Monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, 2007. 421 f.

_____. Necessidade ou contingência? A queda do Império reconsiderada. *In:* RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da. **A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822 – 1910)** - Uma História paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira. Lisboa: Dom Quixote, 2018

_____. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). *In:* FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, A. (org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2010.

MACEDO, Ubiratan Borges de. O Visconde do Uruguai e o Liberalismo Doutrinário no Império. *In:* CRIPPA, Adolpho. **As Ideias Políticas no Brasil.** São Paulo: Convívio, 1979.

MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). *In:* FERREIRA, Jorge; et al. (Orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

MALATIAN, Teresa. **O tradicionalismo monarquista (1928-1945).** *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 6, n. 16, p. 75-96, 15 dez. 2013.

_____. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro.** 1ª.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança: peregrino de impérios.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010

_____. O tradicionalismo monarquista (1928-1945). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 6, n. 16, p. 75-96, 15 dez. 2013

MARSON, Izabel Andrade. **Da “restauração” da monarquia à “conciliação” com a república:** diálogo entre textos, escolhas políticas de Nabuco e episódios da primeira década republicana. ANPUH, Fortaleza, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009.

MATTOS, Hebe. “A vida política”. *In:* SCHWARCZ, Lilia Moritz. (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930.** Editora Objetiva: 2012.

MARLETTI, Carlo. “intelectuais”. *In:* In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola;

PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale. 1º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da UFRRJ, 2007.

_____. A república e o sonho. **Varia Historia** [online]. 2011, v. 27, n. 45, pp. 121-139. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100006>. Acessado em: 30 Novembro 2021.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Guanabara: Editôra Saga, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, vol. 10, n. 23, 2018.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da República velha ao Estado novo: o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo regional. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária**. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

NACHTIGALL, Lucas Suzigan. **“Mas, e depois?”: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1888-1893)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.

NASCIMENTO, Carla Silva do. **O Partido Conservador e a Crise do Império**. 2019. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa. 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In. In FERREIRA, Jorge; et al. (Orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PASQUINO, Gianfranco. Crise In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.;

Coord. trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. Org. Sergio Miceli. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp. 2003.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p. 358-399. Jan/abr. 2017.

_____. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

_____. Quentin Skinner. In: Maria Lúcia G. P. Burke. **As muitas faces da História**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual no campo cultural francês: do Caso Dreyfus aos tempos atuais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 395-413, jul. 2005.

OLIVEIRA, José Ueber de; FAVORETTI, João Paulo de Souza. “As ideias de Alberto Torres para o Brasil e o pensamento político brasileiro (1865-1917)”, in: OLIVEIRA, José Ueber de; NASCIMENTO, Bruno César (orgs). **Entre o cânone e a margem: intelectuais e pensamento político brasileiro**. Coleção Pensadores do Brasil, vol. 1. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. **O Ocaso do Império**. 3. Ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335p.

POZZEBON, Paulo Moacir Godoy. **A filosofia personalista de Jacques Maritain como fundamento para a crítica das políticas públicas educacionais**. 2021. 234 f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campinas, 2021.

RAMIRO JÚNIOR, Luiz Carlos. “João Camilo de Oliveira Torres”. In: MAZUCATO, Thiago (org). **Coleção Clássicos & Contemporâneos**, Penápolis: Editora FUNEPE, 2019.

_____. **Entre a crise e a restauração: o significado do conservadorismo de João Camilo de Oliveira Torres**. In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política, Associação Latino-americana de Ciência Política – ALACIP (org.) Montevideo, 2017.

_____. RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. **Da crise à restauração: o pensamento político de João Camilo de Oliveira Torres**. 2019. 378 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

RICUPERO, Bernardo. “O conservadorismo difícil”, em FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André (org.). **Revisão do Pensamento Conservador: idéias e política no Brasil**, São Paulo: Editora Nacional, 2010.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Teoria geral da História de João Camilo de Oliveira Torres. **Saberes Interdisciplinares**, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 54-61, jun. 2019. ISSN 2675-2255. Disponível em: <<http://186.194.210.79:8090/revistas/index.php/SaberesInterdisciplinares/article/view/313>>. Acesso em: 26 maio 2021.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador - D. Pedro II um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2 ed.; 2017.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Postivismo x Neotomismo: reflexões sobre práticas historiográficas no Brasil e na Argentina (1870-1940). In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. **O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.

SIRINELLI, Jean François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 231-269.

STARLING, Heloísa Murgel. **Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Rogério Luiz de; FABRÍCIO, Edison Lucas. Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IX, n.25, maio/agosto, 2016.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. A obra Antimoderne de Jacques Maritain e suas representações sobre o pensamento moderno (1922). In: **Pro-posições**. Campinas, v. 33, p.1-23, 2022.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In. FERREIRA, Jorge; et al. (Orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 9^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

VINCENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.